

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Doutorado em Ciências Sociais

*De Olinda a Olanda:*  
Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes  
no Atlântico holandês (século XVII)

Mariana de Campos Françaço

Orientador: Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Campinas, novembro de 2009



Mariana de Campos França

*De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. John Manuel Monteiro, para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 11/ 11/ 2009

Comissão Julgadora:

Profa. Dr. John Manuel Monteiro (Orientador-DA/Unicamp)

Profa. Dra. Heloisa André Pontes (DA/Unicamp)

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (DH/Unicamp)

Profa. Dra. Cristina Pompa (USP)

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins (USP)

Suplentes

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (DA/Unicamp)

Profa. Dra. Iara Lis Schiavinatto (IA/Unicamp)

Prof. Dr. Jens Baumgarten (Unifesp)

Campinas  
Novembro/2009

## RESUMO

Esta tese trata da circulação de pessoas, objetos e saberes entre a América Portuguesa e os Países Baixos durante o século XVII. O problema que se procura entender é o processo de formação de um conjunto de conhecimento sobre o Novo Mundo na Holanda seiscentista. Iniciado já no século XVI, quando mercadores flamengos e holandeses faziam comércio nas costas da América Portuguesa, este processo ganhou enorme impulso a partir do estabelecimento da colônia holandesa no nordeste do Brasil em 1630. Para entender como os encontros coloniais e as trocas de objetos naquele período geraram um conjunto de saberes coloniais, tomamos como objeto de estudo a coleção de curiosidades do conde Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679), que foi governador do Brasil holandês entre 1637 e 1644. Neste período, Nassau montou uma coleção particular que incluía espécies naturais, artefatos e representações visuais da natureza, paisagem e dos habitantes da colônia. Buscou-se, desta forma, identificar quais objetos faziam parte da coleção, descobrir como Nassau os adquiriu e, mais importante, entender qual sentido e quais usos ele dava a ela. As fontes utilizadas foram os próprios objetos que fizeram parte da coleção nassoviana e que hoje ainda existem e estão dispersos por museus e bibliotecas européias, bem como livros publicados na Holanda sobre o Novo Mundo; diários e relatos de pessoas que estiveram no Brasil a serviço de Nassau ou da Companhia das Índias Ocidentais; correspondência e relatos de membros da corte holandesa. As conclusões desta tese dizem respeito à maneira como o conde de Nassau construiu sua carreira política na Europa depois e a partir de sua experiência no Brasil, assim como à natureza dinâmica da construção dos saberes coloniais, compostos por camadas de experiências dos mais diversos sujeitos.

**Palavras-Chave:** Antropologia, Cultura Material, Johan Maurits van Nassau-Siegen, Brasil Holandês

## ABSTRACT

The theme of this dissertation is the circulation of people, objects and knowledge between Portuguese America and The Netherlands in the seventeenth century. Its aim is to understand how knowledge about the New World was assembled in seventeenth century Holland. This process of assembling colonial knowledge had already begun in the sixteenth century, when Flemish and Dutch merchants traded sugar and other goods in South American coasts. It gained momentum, however, after the establishment of a Dutch colony in the northeastern coast of Brazil in 1630. In order to understand how the colonial encounters and the exchange of objects helped to create and shape Dutch knowledge about the New World, this dissertation presents an analysis of the collection of curiosities owned by count Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679), who was governor-general to the Dutch colony in Brazil between 1637 and 1644. In that period, Nassau assembled a private collection that included natural species, artifacts, and visual representations of the colony's natural world, landscape, and inhabitants. Therefore, in this dissertation we attempted to identify, as far as possible, which objects composed the collection, how Nassau acquired them and, more importantly, the meanings and usages ascribed to the count's collection. This research relied on the remaining objects that comprised Nassau's collection, which are today scattered in European museums and libraries. Likewise, books about the New World published in Holland; journals and reports written by people who were in Brazil in the service of Nassau or of the Dutch West India Company; and correspondence and narratives by members of the Dutch court were used as sources. The conclusions presented in this dissertation refer to the way through which Nassau conducted his political carrier in Europe after and because of his experience in Brazil, as well as to the dynamic nature of the construction of colonial knowledge, composed of layers of experiences.

**Keywords:** Anthropology, Material Culture, Johan Maurits van Nassau-Siegen, Dutch Brazil

“De Olinda a Olanda não há mais que a mudança de um i em a,  
e esta vila de Olinda se há de mudar em Olanda e há  
de ser abrasada pelos olandeses antes de muitos dias;  
porque pois falta a justiça da terra há-de acudir a do céu”  
Frei Antônio Rosado, 1629

“Les Hollandais sont des hommes-fourmis, qui se répandent  
sur toutes les contrées de la terre, ramassent tout ce qu’elles trouvent  
de rare, d’utile, de précieux, et portent dans leurs magasins.  
C’est en Hollande que le reste de l’Europe va chercher tout ce qui lui manque.”  
Denis Diderot, *Voyage en Hollande*, 1773

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b> .....	3
<b>Abreviaturas utilizadas</b> .....	9
<b>Lista de imagens</b> .....	11
<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1. Os holandeses e o Atlântico</b> .....	35
Holandeses no Atlântico.....	35
Um mundo de coisas.....	43
Um mundo de saberes.....	52
O Brasil, os brasileiros e a conquista holandesa.....	58
O conde de Nassau.....	72
<b>Capítulo 2. Nassau no Brasil: criando uma coleção</b> .....	79
A comitiva de Nassau.....	79
O palácio e o jardim de Vrijburg.....	86
Papagaios, penas e plumas.....	101
Sobre a dádiva, parte I.....	116
<b>Capítulo 3. Entre o Brasil e a Europa: circulação de saberes</b> .....	131
Representações da natureza.....	132
<i>A História Natural do Brasil</i> .....	144
O relato de Caspar Schmalkalden: contraponto?.....	159
A circulação de saberes.....	178
<b>Capítulo 4. Nassau de volta a Europa: a dispersão de uma coleção</b> .....	183
Haia, 1644.....	183
“A jóia mais ilustre de sua casa”.....	192
Desfiles, bailes e mascaradas.....	204
Sobre a dádiva, parte II.....	220
Maurits de Braziliaan – Maurício, o Brasileiro?.....	256
<b>Conclusão: Traficante do exótico</b> .....	261
<b>Referências</b> .....	265
<b>Anexos:</b>	
1. Árvores genealógicas.....	291
2. Uma visita a Mauritshuis em 1644.....	293

## AGRADECIMENTOS

Ainda que leve o nome de apenas um autor na capa, uma tese de doutorado é sempre fruto da soma dos trabalhos de muitas pessoas. Por isso, quero aqui nomear e agradecer àqueles que me acompanharam e me ajudaram nos últimos anos, desculpando-me desde já por eventuais esquecimentos.

Começo agradecendo à coordenação do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp pela concessão de uma bolsa do CNPq que tornou possível minha dedicação integral à pesquisa. Agradeço também ao Programa e à coordenação do curso de graduação em Ciências Sociais da Unicamp pela oportunidade de realizar dois estágios docentes, que foram fundamentais para minha formação. Ao CNPq devo agradecer ainda pela concessão de uma bolsa de doutorado-sanduíche nos Países Baixos, sem a qual teria sido impossível realizar a pesquisa necessária para esta tese. Agradeço ainda Centro de Estudos e Documentação sobre América Latina (CEDLA) da Universidade de Amsterdã pelos dois períodos de pesquisa na Holanda, e ao Coimbra Group e à Universidade de Aarhus pelo financiamento de um breve período de pesquisa na Dinamarca.

Ao meu orientador, John Manuel Monteiro, devo agradecimentos especiais pela orientação rigorosa, paciente e confiante desde o final da graduação. Sua erudição e seu olhar inovador fizeram da minha formação uma jornada muito mais interessante e consistente do que eu poderia esperar. É seu exemplo de excelência acadêmica que sempre busco seguir. Silvia Hunold Lara e Cristina Pompa, que compuseram a banca de qualificação, fizeram leituras generosas e contribuíram com sugestões e críticas valiosas durante o exame e nos meses que se seguiram. A elas agradeço pelo interesse em meu trabalho. Aos professores do departamento de Antropologia da Unicamp agradeço pela



minha formação, na qual Heloisa Pontes tem um lugar particular. Fazendo minhas as palavras de Antonio Candido – e com o perdão da citação fora de hora –, devo a ela “mais do que poderia registrar, porque são coisas que se incorporam ao modo de ver e de sentir”.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação do IFCH, especialmente a Maria Rita Gândara, Rogério Ribeiro e Gilvani Rodrigues, pelas inúmeras vezes em que me auxiliaram com as mais diversas questões burocráticas que uma tese de doutorado pode criar.

No Recife, devo agradecer pela calorosa acolhida de Francisca e Ricardo Cunha Lima e Edson Hely Silva. Obrigada a Marcos Galindo, que me mostrou diversas possibilidades de pesquisa, e à equipe do Instituto Ricardo Brennand, especialmente Aruza de Holanda, que facilitou tremendamente minhas investigações nesta instituição. No Recife tive ainda a oportunidade de conhecer alguns pesquisadores que, como eu, se debruçam sobre o tema dos holandeses no período colonial: Daniel de Souza Leão, Daniel Breda e Bruno Miranda. Com alegria pude reencontrá-los depois na Holanda, onde este pequeno grupo vinha ganhando força com os dedicados trabalhos de Lúcia Xavier e René Lommez Gomes. A Lúcia agradeço pela enorme ajuda na transcrição de fontes, ao René, pelo diálogo animado e produtivo que temos tido.

Na Holanda, o CEDLA me acolheu em dois períodos de pesquisa com a maior generosidade. Para esta instituição devo os meus mais sinceros agradecimentos. Durante minha estadia, Michiel Baud foi meu supervisor e esteve sempre interessado e pronto para discutir meu trabalho e propor novos caminhos. Agradeço a ele pela acolhida, por tantas conversas e pelo estímulo generoso e contínuo. Jolanda van den Boom me auxiliou com as tarefas complicadas de obtenção do visto e tantas outras burocracias: a ela agradeço pela enorme paciência! À equipe de bibliotecários do Cedla, especialmente a Graça de Oliveira,

por terem conseguido façanhas toda vez que eu chegava ao balcão com algum pedido esdrúxulo. Às minhas colegas Saskia van Drunen, Azusa Miyashita, Beatrice Simon e Griet Steel agradeço pela camaradagem e pela alegre convivência diária durante quase um ano. Para Ricardo Fort, Lorena Ramirez e Julian Rampelmann, fico feliz em agradecer por um companheirismo que se transformou em amizade para a vida.

Nos Países Baixos e na Dinamarca, tive acesso às coleções especiais de algumas instituições que quero, aqui, agradecer: o Arquivo da Casa Real (Koninklijk Huisarchief), a Biblioteca Real e o Arquivo Nacional em Haia; a Biblioteca da Universidade de Amsterdã; a Biblioteca Real e o Museu Nacional, em Copenhague, e ainda a Coleção Real da Inglaterra.

O trabalho na Holanda só foi possível graças ao apoio indispensável de uma série de pesquisadores que dividiram seu tempo e sua sabedoria comigo. Quero expressar minha mais sincera dívida de gratidão para com Ernst van den Boogaart, Henk van Nierop, Jaap van der Veen, Roelof van Gelder, Benjamin Teensma, Geert Banck, Marten Jan Bok, Elmer Kolfin, Petra Noble e Hester Dibbits. Henk van Nierop me integrou ao seu grupo de discussão de pesquisas de doutorado em andamento e, assim, agradeço a ele e ao grupo pelas leituras e críticas que fizeram a duas versões iniciais deste trabalho. Michiel van Groesen merece agradecimentos à parte pela generosidade, seriedade e entusiasmo com que tem discutido meu trabalho. A ele e a Maartje van Gelder agradeço também pela boa amizade que vimos construindo. No meu caminho na Holanda, tive a sorte de conhecer Lodewijk Hulsman e Barbara Consolini, que se mostraram grandes companheiros de pesquisa e bons amigos. Finalmente, durante o tempo na Holanda contei com algumas amizades já antigas: meu muito obrigada a Frans Kok, por todo seu apoio, e a Leonie

Ansems de Vries, pela amizade sempre renovada. Agradeço especialmente a Wim e Tini Westerhuis que, há muito tempo, me ensinaram o valor da persistência.

Na Dinamarca, devo agradecer antes de tudo a Peter Bjerregaard e Anne Line Dalsgaard, que me receberam em Moesgaard de braços abertos. A Inger Sjoerslev e Barbara Berlowicz agradeço por terem dividido seu conhecimento comigo. A Gabriela Neculescu e Lenka Drozdikova, que fizeram minha estadia em Aarhus inesperadamente divertida.

Agradeço a Fermin Del Pino-Díaz por seu interesse e estímulo confiante no meu trabalho sobre traduções e tradutores. A Louisa Wood-Ruby por ter me dado acesso à base de dados “John M. Montias” na Frick Collection. À distância, contei com a formidável contribuição de Michael Pye, que leu e comentou em detalhes as primeiras versões dos capítulos dois e três desta tese, e que generosamente dividiu comigo suas informações de pesquisa sobre a biblioteca de Nassau. Agradeço a Lisa Jardine pelas imagens e pela breve discussão sobre a Mauritshuis. Também à distância foram as contribuições de Amy Buono e Sybille Pfaff, que me disponibilizaram cópias de suas teses.

Finalmente, é preciso nomear os amigos que me acompanharam em diferentes momentos deste trajeto e que carinhosamente me estimularam a seguir em frente. São eles Roberto Baptista Jr., Felipe Vander Velden, André Luis Borges de Mattos, Leo Azevedo, Maria Lucia Abaurre Gnerre, Paula Vermeersch, Luisa Wittman, Christiano Tambascia, Daniela Araújo, Nashieli Rangel, Gabor Basch, Christine de Carli, Ynaiá Barros, Christiana Freitas, Juliana Mello, Fernanda Romaguera, Lina Schlachter, Prisca Odermatt, Aline Macedo, Maria Luisa Cunha Lima e Ann Berger Valente.

A alguns amigos em especial agradeço por terem compartilhado com interesse todos os passos deste percurso e pelo conforto intelectual e emocional que me ofereceram. A

Malu Scaramella pelo companheirismo tão honesto. A Elaine Dias pela amizade bem-humorada e sem cerimônias. A Daniela Manica pelo nosso projeto “vou ali e já volto”. A Marcelo Balaban, porque o mundo dá voltas, e a Marília Oliveira, agradeço pelo apoio essencial na reta final. A Luiz Gustavo Rossi, a quem cabe o título talvez ingênuo mas verdadeiro de melhor amigo, e a Marília Giesbrecht, que me acompanha com carinho há tanto tempo, pela amizade e interlocução. A Elciene Azevedo, Claudia Leal e Paula Palamartchuk, por sermos nós quatro. A cada uma delas, por muito mais do que eu saberia expressar sem ser completamente brega: a presença na distância, a amizade incondicional.

Agradeço ainda aos meus familiares em Americana e em São Paulo, que se cansaram de perguntar sobre a tese e sobre o final dela. Especialmente a Malu, João e Bia, pela alegria da espontaneidade. A minha irmã, Laura, sem a qual a minha vida não teria a menor graça. E, porque todo ser humano é resultado de pai e mãe, com o mais sincero *muito obrigada* eu dedico esta tese a Edson e Fátima.

## ABREVIATURAS UTILIZADAS

*HNB* – Willem Piso e Georg Marcgraf. *Historia Naturalis Brasiliae*. 1648. Amsterdã:

Elsevier. Editado e anotado por Johannes de Laet

*KB* – Koninklijke Bibliotheek (Biblioteca Real), Haia, Holanda

*KBD* – Kongelige Bibliotek (Biblioteca Real), Copenhague, Dinamarca

*KHA* – Koninklijk Huisarchief (Arquivo da Casa Real), Haia, Holanda

*LP* – *Libri Principis*. 2 volumes. 1995. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês

*NA* – Nationaal Archief (Arquivo Nacional), Haia, Holanda

*OWIC-OBP* – Oud West-Indische Compagnie, Overgekomen Brieven en Papiëren uit

Brazilië en Curaçao (Antiga Companhia das Índias Ocidentais, Cartas e Papéis vindos do Brasil e de Curaçao)

*VOC* – Verenigde Oostindische Compagnie (Companhia das Índias Orientais)

*WIC* – West Indische Compagnie (Companhia das Índias Ocidentais)

## LISTA DE IMAGENS

1. Castelo de Wasserburg-Anholt, Isselburg, Alemanha. Foto da autora, 2007.
2. Louise Hollandine van de Palts. *Retrato de Sophie van de Palts*, s/d. Óleo sobre tela, 104 x 86 cm. Museu do Castelo Wasserburg-Anholt, Isselburg, Alemanha.
3. Mapa das Províncias Unidas dos Países Baixos no século XVII. Fonte: Lisa Jardine. *Going Dutch. How England Plundered Holland's Glory*. New York: HarperCollins, 2008, p. xiv.
4. Frontispício de Johannes de Laet. *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*. Leiden: Elzevier. 2a edição, 1630.
5. Detalhe do frontispício de Johannes de Laet. *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*. Leiden: Elzevier. 2a edição, 1630.
6. Zacharias Wagener. Prancha anônima n.107 do *Thierbuch*. Aquarela sobre papel, ca. 1640. Kupferstich-Kabinett, Dresden, Alemanha. Fonte: Zacharias Wagener. *O Thierbuch e a autobiografia de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1997, p. 199.
7. Zacharias Wagener. Prancha anônima n.110, do *Thierbuch*. Aquarela sobre papel, ca. 1640. Kupferstich-Kabinett, Dresden, Alemanha. Fonte: Zacharias Wagener. *O Thierbuch e a autobiografia de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1997, p. 207.
8. Frans Post. *Castelo de Vrijburg*. Gravura. Fonte: Caspar Barleus. *Rerum per Octenivm in Brasiliae*, 1647, s/p.
9. Autor desconhecido. *Vrijburg*. Recorte de pergaminho aplicado em seda preta. 19 x 62,5 cm. c. 1645. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos. Fonte: Eveline Sint Nicolaas, Vrijburg, getekend en gesneden. *Bulletin van het Rijksmuseum*, 2008, vol. 56, n. 1-2, pp. 204.
10. Detalhe do recorte *Vrijburg* (acima).
11. George Marcgraf. *Papagaio*. Aquarela sobre papel. Biblioteca Jaguelônica, Cracóvia, Polônia. Fonte: *Libri Principis*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1995, vol. I, p. 69.
12. Autor desconhecido. *A Brasileira*. Xilogravura. Fonte: François Deserps. *Recueil de La diversité des habits...*, 1562, s/p.
13. Autor desconhecido. *O Brasileiro*. Xilogravura. Fonte: François Deserps. *Recueil de La diversité des habits...*, 1562, s/p.

14. Albert Eckhout. *Dança dos Tapuia*, s/d. Óleo sobre tela, 172 x 295 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.
15. Pia batismal de prata revestida em ouro, c.1600. 53 cm de diâmetro, 12,3 cm de altura. Igreja Evangélica de Siegen, Alemanha. Fonte: Gerhard Brunn (org.). *Aufbruch in Neue Welten. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) der Brasilianer*. Catálogo de Exposição. Siegen: Siegerlandmuseum, 2004, p.4.
16. George Marcgraf. *Pinto de quatro patas*. Aquarela sobre papel. Biblioteca Jaguelônica, Cracóvia, Polônia. Fonte: *Libri Principis*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1995, vol. II, p. 45.
17. Frontispício colorido de Willem Piso e Georg Marcgraf. *Historia Naturalis Brasiliae*. Amsterdam: Elzevier, 1648.
18. Caspar Schmalkalden. *Um Brasileiro*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p. 17.
19. Caspar Schmalkalden. *Uma Brasileira*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p.15.
20. Caspar Schmalkalden. *Tapuia*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p. 22.
21. Caspar Schmalkalden. *Mulher tapuia*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p. 21.
22. Albert Eckhout. *Homem Tupi*, 1643. Óleo sobre tela, 272 x 163 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
23. Albert Eckhout. *Mulher Tupi*, 1641. Óleo sobre tela, 274 x 163 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
24. Albert Eckhout. *Homem Tapuia*, 1641. Óleo sobre tela, 272 x 161 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
25. Albert Eckhout. *Mulher Tapuia*, 1641. Óleo sobre tela, 272 x 165 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
26. Fotografia da Mauritshuis. Fonte: Quentin Buvelot (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, 2004, p. 137.

27. Cópia de Jacob Toorenvliet. *Jantar na Mauritshuis em 30 de maio de 1660 por ocasião da visita de Charles II, rei da Inglaterra*, c. 1660. Gravura, 32,5 x 46,5 cm. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.
28. Hieronymus Janssen. *Charles II dançando em um baile da corte*, c. 1660. Óleo sobre tela, 140 x 214 cm. Coleção Real, Inglaterra. “The Royal Collection © 2009, Her Majesty Queen Elizabeth II”.
29. Adriaen Hanneman. *Retrato de Mary Stuart*, c. 1655. Óleo sobre tela, 119,4 x 97,2 cm. St. James Palace, Coleção Real, Inglaterra. “The Royal Collection © 2009, Her Majesty Queen Elizabeth II”.
30. Adriaen Hanneman. *Retrato Póstumo de Mary Stuart I (1631-1660) com Serviçal*, c. 1664. Óleo sobre tela, 129,5 x 119,3 cm. Museu Real de Pinturas Mauritshuis, Haia, Países Baixos.
31. Coco entalhado. 11,3 cm. Museu Nacional da Baviera, Munique, Alemanha. Fonte: Gerhard Brunn (org.). *Aufbruch in Neue Welten. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) der Brasilianer*. Catálogo de Exposição. Siegen: Siegerlandmuseum, 2004, p.159.
32. Sofá de marfim entalhado com as armas de Johan Maurits van Nassau. Potsdam, castelo Sansouci. Fonte: Quentin Buvelot (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, 2004, p. 140.
33. Cadeira de marfim entalhado com as armas de Johan Maurits van Nassau. Potsdam, castelo Sansouci. Fonte: Quentin Buvelot (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, 2004, p. 140.
34. Albert Eckhout. *Homem negro*. 1641. Óleo sobre tela, 273 x 167 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
35. Albert Eckhout. *Mulher negra*. 1641. Óleo sobre tela, 282 x 189 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
36. Albert Eckhout. *Mestiço*, s/d. Óleo sobre tela, 274 x 170 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
37. Albert Eckhout. *Mameluca*. 1641. Óleo sobre tela, 271 x 170 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.
38. Espada com bainha de pele de arraia. Gana, 79 cm. Objeto ECb8 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.
39. Cestas de origem angolana. 27 cm e 26 cm. Respectivamente, objetos EHc38 e EHc37 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.



40. Bordunas de origem brasileira. 99cm e 96 cm. Respectivamente, objetos Ehb23 e Ehb24 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.
41. Mantos de penas vermelhas. 110 cm e 120 cm. Objetos EHc52 e EH5931 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.
42. Coco entalhado. 14 cm. Objeto EHc33 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.
43. Fotografia do anfiteatro e túmulo de Nassau. Cleve, Alemanha, 2006. Foto da autora.
44. Jan de Baen. *Retrato de Johan Maurits (1604-1679), conde de Nassau-Siegen*, c.1688-1670. Óleo sobre tela, 151,5 x 114,5 cm. Museu Real de Pinturas Mauritshuis, Haia, Países Baixos.

## INTRODUÇÃO

Na pequena cidade de Isselburg, noroeste da Alemanha, próximo à fronteira com os Países Baixos e a 150km de Amsterdã, localiza-se o castelo de Wasserburg-Anholt. De sua construção original – uma fortificação, isolada por um fosso, feita para defender as terras da diocese de Utrecht –, resta ainda hoje a torre, datada de 1169. No século XIV, o forte foi transformado em residência e habitado pela linhagem do conde Gysbert von Bronckhorst-Batenburg (?-1429) até 1649, quando, por casamento, passou a pertencer à família de Philip Carl, 3º. conde de Salm (1619-1663). Os seus descendentes, os condes de Salm-Salm, são os atuais proprietários do castelo (Vliegenthart, 1981:11). Durante a Segunda Guerra Mundial, o castelo foi parcialmente destruído e, após reconstruções que duraram trinta anos, foi transformado em um museu particular, que abriga a coleção de arte da família.



Figura 1: Castelo de Wasserburg-Anholt, Isselburg, Alemanha. Foto da autora, 2007.

Uma visita ao castelo começa pela biblioteca, dividida em dois cômodos. No primeiro, uma pequena sala de não mais que 15 metros quadrados, estão três grandes estantes de madeira, cobrindo quase toda a superfície das paredes, com portas de vidro que permitem ver os antigos livros de capas e lombadas já gastas, cujos títulos e conteúdos permanecem um mistério para o visitante. No início da tarde, a luz do sol entra pela grande janela e ilumina uma lareira, há muito não utilizada, e destaca o brasão em alto-relevo no seu fundo de ferro. Azulejos com desenhos de cenas bíblicas cobrem o restante desta parede. A sala seguinte abriga a maior parte da coleção de livros do castelo: são dois ambientes com paredes cobertas por estantes de madeira, iguais às da sala anterior, que preservam os sete mil títulos da coleção. No centro dos dois ambientes, em duas longas e pesadas mesas de madeira clara, estão expostos alguns livros da coleção.

Saindo da biblioteca, chega-se ao terceiro cômodo, chamado hoje de sala de bilhar. Decorado com tecido verde-escuro nas paredes, tapetes e sofás variados e três grandes candelabros, ele abriga telas de pintores flamengos e neerlandeses do século XVII. Mas é no cômodo seguinte, ao qual se tem acesso através de uma estreita escada quase escondida atrás de uma porta ao fundo da sala de bilhar, que se encontra uma tela das mais singulares e surpreendentes de todo o castelo.

Neste quarto cômodo, a Grande Sala ou *Rittersaal* – sala dos cavaleiros –, estão dispostos cerca de 70 retratos de membros das famílias Bronckhorst-Batenburg, Salm-Salm e parentes, ao longo de duas longas paredes laterais, sendo cada uma delas dividida por três grandes janelas. O chão, que permanece em sua construção original com tábuas de madeira de pinheiro do exato comprimento da sala (16 metros), dirige o olhar do visitante ao fundo do salão, à parede norte, onde se exhibe uma tela de autor desconhecido, datada por volta de 1700, em que dois casais e uma dama passeiam pelo jardim de um castelo, que se vê ao

fundo. As linhas marcadas pela madeira no chão, os quadros de tamanho idêntico localizados em paredes opostas, as cadeiras milimetricamente arranjadas abaixo dos retratos e ao lado das janelas imprimem a idéia de simetria e ordem num espaço que, originalmente, era usado para receber convidados para jantares, festas ou bailes. Todo o protocolo da corte parece caber neste ambiente, o que é reforçado pelos retratos de meio corpo de nobres vestidos com armaduras, em poses sóbrias, e damas posando em vestidos elegantes e colares de pérolas. Uma destas damas, porém, foge ao padrão. Logo no primeiro conjunto de quadros, na parede leste, cujas janelas oferecem a vista do jardim, observa-se uma jovem dama posando com vestido de cetim branco, um colar de pérolas e um manto de penas vermelhas e amarelas preso por um broche na altura de seu ombro esquerdo. Na cabeça, usa um ornamento também feito de penas vermelhas. Na mão direita, a jovem leva uma lança; atrás dela, há uma paisagem tropical, com coqueiros.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 2: Louise Hollandine van de Palts. *Retrato de Sophie van de Palts*, s/d. Óleo sobre tela, 104 x 86 cm. Museu do Castelo Wasserburg-Anholt, Isselburg, Alemanha.

Trata-se aqui do retrato da princesa Sophie van de Palts (1630-1714), filha de Frederik V, Eleitor Palatino (1596-1632), também conhecido como *Rei de Inverno*,<sup>1</sup> e de Elizabeth Stuart (1596-1662), também conhecida como Elizabeth da Boêmia, filha de James Stuart I (1566-1625) da Inglaterra. Sophie viria a se casar com Ernst August, Eleitor de Hannover (1629-1698), em 1658. O retrato, pintado provavelmente em 1652,<sup>2</sup> é de autoria de sua irmã mais velha, Louise Hollandine van de Palts (1622-1709), que também assina outro retrato, exposto na mesma parede, de sua sobrinha, Louise Marie, princesa de Salm, nascida condessa van de Palts (1647-1679). Foi, aliás, através de Louise-Marie que o retrato de Sophie van der Palts – e mais trinta e um outros – chegou ao castelo Anholt: quando se casou com o conde Theodor Otto von Salm (1645-1710), esta sobrinha de Sophie e de Louise Hollandine levou para o castelo, sua nova morada, a sua coleção de pinturas (Vliegenthart, 1981: 14).

O retrato de Sophie se destaca por conta da indumentária que a retratada apresenta. Se, por um lado, não eram incomuns os retratos de damas da corte fantasiadas, por outro, a vestimenta de Sophie é das mais peculiares.<sup>3</sup> Afinal, um manto feito de penas vermelhas não era um objeto comum e nem uma fantasia de fácil acesso, mesmo para os membros da corte. As damas então usavam turbantes ou máscaras, fantasiavam-se de personagens alegóricos ou mitológicos, ou ainda representavam um papel em peças teatrais dançantes ou balés da corte. Mas o fundo tropical do retrato remete imediatamente à flora e à fauna da

---

<sup>1</sup> Frederik V era filho de Frederik IV (1574-1610), Eleitor Palatino do Sacro Império Romano. Em 1610, sucedeu o pai como Eleitor. Líder da união protestante, em 1619 foi coroado Rei da Boêmia pelos estados protestantes daquela região, em guerra contra o Sacro Imperador Romano, Ferdinando II de Habsburgo. Um ano e quatro dias após subir ao trono, porém, suas tropas foram vencidas pelos católicos e Frederik exilou-se com sua família nos Países Baixos – àquela altura, ainda em guerra contra o Império Espanhol, só a República das Províncias Unidas efetivamente ofereceu exílio ao rei destronado. Por ter reinado por apenas um ano, passou a ser chamado de Rei do Inverno (Groenveld, 2003: 22-25).

<sup>2</sup> O quadro não está assinado ou datado mas Vliegenthart (1981: 140) e Alheidis von Rohr (1989: 157) estabeleceram a autoria de Louise Hollandine. A hipótese de que tenha sido executado em 1652 é do historiador R. Joppien e será explicada no capítulo 4 desta tese.

<sup>3</sup> Há mais um retrato de uma dama da corte fantasiada nesta mesma parede: o retrato de Elizabeth, condessa van de Palts (1618-1680), também filha do *Rei de Inverno*, fantasiada com um turbante para um baile de máscaras em Haia e assim retratada por Gerrit van Honthorst (1590-1656).

América do Sul, indicando a origem dos adereços plumários, manufaturados por povos nativos deste continente. Então, por que teria Sophie se fantasiado de indígena sul-americana? Teria ela de fato posado com a lança, o manto e o ornamento de cabeça, ou seria essa uma composição de autoria de sua irmã? Em um caso ou no outro, como estes objetos chegaram até o conhecimento delas?

A resposta para esta pergunta começa do outro lado do oceano Atlântico, em 1637, quando Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679) aportou no Recife com o cargo de governador-geral da colônia neerlandesa no Brasil. Designado para tal função pelos Estados-Gerais dos Países Baixos e contando com a anuência dos Senhores XIX – os diretores da Companhia das Índias Ocidentais (em holandês, *West Indische Compagnie*, doravante, WIC) –, o conde alemão tinha como tarefa administrar o Brasil Holandês, isto é, planejar e coordenar as operações de guerra, assegurar a produção e a exportação de açúcar para a Europa – e, para isso, garantir a entrada sistemática e crescente de escravos vindos da costa oeste da África –, manejar os conflitos de interesse que surgiam entre os moradores dos territórios dominados, fazer a diplomacia e manter a relação política com Portugal e a América Portuguesa, em suma, “exercer a gestão unificada da colônia” (Cabral de Mello, 2006: 49).

Contudo, além de suas obrigações políticas e militares, Johan Maurits chegou aos trópicos com planos de explorar também aquilo que a nova terra poderia lhe oferecer nos âmbitos científico e artístico. Melhor dizendo, e em termos coevos, Nassau desejava conhecer tudo aquilo que de maravilhoso, curioso e exótico a América tinha a apresentar. Em termos mais concretos, isto se traduziu na criação de uma rica coleção que incluía espécies vegetais e animais, anotações sobre a fauna e a flora do Brasil, imagens – retratos e paisagens – da nova terra e, finalmente, artefatos confeccionados pelos mais diversos

grupos humanos com os quais Nassau entrou em contato, direta ou indiretamente. Era uma coleção de curiosidades, uma acumulação de “coisas raras, excepcionais, extraordinárias, exóticas e monstruosas”, conforme a definição do historiador Krzysztof Pomian (1987:271), com a característica muito específica de que as “coisas” do conde haviam sido adquiridas durante seu período de oito anos no Brasil e, o que é mais significativo, através de sua posição de governador-geral da colônia.

No conjunto desta coleção, que foi levada para os Países Baixos quando do retorno do conde em 1644, havia também uma série de ornamentos plumários que o colecionador ganhara de grupos indígenas. É aí que aparece o manto de penas vermelhas do retrato de Sophie van de Palts, e é disto que trata esta tese: da coleção de curiosidades de Nassau, de como ela foi construída no Brasil e de como foi usada e entendida, depois, na Europa. Assim, a coleção de Nassau é o objeto desta tese. De modo mais abrangente, o problema maior que a guia é a construção dos saberes coloniais, isto é, a forma como o conhecimento sobre o Novo Mundo foi construído através das experiências combinadas de pessoas que viajaram ao novo continente e daquelas que nunca saíram da Europa. O mundo não-europeu estava entrando na Europa através não só de pessoas que atravessavam os oceanos pelos mais diversos motivos, mas também – e em grande escala – através de objetos. Por isso, a coleção de curiosidades de Nassau oferece um ponto de vista privilegiado para se estudar a dinâmica da construção do saber composto através das diversas experiências “etnográficas” no Novo Mundo, Ásia e África.

Nas páginas que seguem, portanto, procuraremos reconstruir, até onde possível, a coleção nassoviana: identificar quais objetos faziam parte dela, descobrir como Nassau os adquiriu e, mais importante, entender qual o sentido e quais os usos ele dava a ela. Afinal, se, por um lado, a constituição de coleções de raridades era uma prática comum ente



membros da corte e burgueses letrados na Europa moderna, por outro ainda cabe a pergunta: Por que o conde alemão teria interesse em montar um conjunto composto quase que exclusivamente de objetos sul-americanos? Ademais, qual o sentido de levá-lo de volta aos Países Baixos para, em seguida, desfazer-se dele? Através do estudo da coleção, poderemos compreender melhor não apenas a figura política de Johan Maurits van Nassau mas principalmente a dinâmica de trocas e de relações geradas no encontro de pessoas que circulavam entre mundos uma vez tão distantes mas que, a partir especialmente do final do século XVI, tornavam-se cada vez mais próximos.

Normalmente, uma coleção – também chamada de gabinete de curiosidades ou de raridades, ou ainda *Kunstkammer* ou *Wunderkammer* –<sup>4</sup> era formada ao longo de vários anos ou mesmo de uma vida, através de compras, presentes e encomendas, contendo elementos vindos de todas as regiões do globo a que os europeus agora tinham acesso marítimo. Não por coincidência, a prática do colecionismo teve seu auge nos séculos XVI e XVII, largamente impulsionada pelas viagens de navegação ultramarina que garantiam um influxo contínuo de artefatos vindos da África, Ásia e América (Findlen, 1989:60; R. van Gelder, 1992a:23-24). Assim, além dos produtos de comércio em grande escala como açúcar, tabaco, madeiras e especiarias, os navios que chegavam aos portos de Lisboa, Sevilha, Veneza, Antuérpia e Amsterdã traziam também animais, minerais, plantas, conchas, porcelana e ornamentos dos mais diversos.

Homem de seu tempo, o conde de Nassau-Siegen formou seu próprio gabinete de raridades que, como tal, incluía tanto a categoria *naturalia* – objetos feitos pela natureza – como *artificialia* – objetos feitos pela mão humana. Num espaço entre uma e outra categoria estão as imagens produzidas pelo grupo de artistas e naturalistas que Nassau

---

<sup>4</sup> O termo *kunstkammer* pode definir uma coleção de curiosidades ou de arte, o termo *wunderkammer* designa uma coleção de maravilhas. Nesta tese, usaremos as duas palavras como sinônimas. Para uma discussão detalhada da definição destes termos, ver Findlen 1989.

levou consigo para o Novo Mundo com a tarefa específica de retratar sua fauna, sua flora, seus habitantes e suas paisagens o mais fielmente possível. Faziam parte do grupo os pintores Albert Eckhout (ca.1610-1666) e Frans Post (1612-1680), o naturalista Georg Marcgraf (1610-1644) e o médico Willem Piso (1610-1678). No período dos sete ou oito anos em que viveram no Brasil Holandês, estes homens produziram um conjunto de imagens que não só representavam itens da coleção nassoviana como eram uma de suas partes mais relevantes. Com efeito, e de acordo com Rebecca Parker Brienen, o apoio e estímulo de Nassau às ciências naturais, astronomia e ilustrações científicas e etnográficas eram muito incomuns e por isso mesmo o destacaram entre os governadores de colônias no século XVII (Brienen, 2001: 85).

É preciso ressaltar desde início que a coleção de Nassau não sobreviveu intacta até os dias de hoje. Pode-se ainda encontrar alguns dos elementos que a compunham, mas ela não foi preservada como uma unidade. Neste sentido, aliás, ela é mais uma de tantas coleções neerlandesas do período moderno que se perderam no passar dos séculos. Com efeito, como argumenta o historiador Roelof van Gelder, quando da morte de um colecionador, a coleção era, via de regra, leiloadada, e poucas vezes ela era comprada por inteiro por uma só pessoa. Além disso, há poucas imagens contemporâneas dessas coleções. A reconstrução delas tem que ser feita, assim, a partir de fontes impressas e manuscritas como catálogos de leilão, inventários, testamentos, correspondência de colecionadores e descrições de visitantes (1992a: 22-23). O mesmo ocorre com a coleção de Nassau: só é possível reconstituí-la parcialmente. Nunca se fez uma listagem ou um inventário de seus elementos, nem no Brasil e nem nos Países Baixos e, portanto, é preciso recorrer aos registros feitos em três momentos diversos, porém completamente interligados: a formação da coleção no Brasil (1637-1644), a exibição da coleção em Haia e em Cleve (1644-

ca.1655) e, finalmente, a dispersão da coleção através de presentes (1652-1679), que termina quando da morte do colecionador. Ainda que limitados, estes registros fornecem informações suficientes para que se possa identificar alguns dos elementos-chave da coleção bem como a impressão que causaram naqueles que os viram. Do mesmo modo, através destes documentos pode-se também compreender como uma coleção e, mais especificamente, a exibição de objetos (e, como veremos, pessoas!) vindos de lugares distantes e pouco conhecidos faziam parte, ao mesmo tempo, tanto da construção de saberes e desenvolvimento da ciência moderna como também do jogo de poder da corte norte-européia.

Durante o período em que Nassau esteve no Brasil, a formação da coleção foi registrada pelo frei Manoel Calado (1584-1654) na descrição que o religioso fez das atividades do governador em seu *Valeroso Lucideno*. Johan Nieuhof (1618-ca.1672), funcionário da WIC que serviu no Brasil entre 1640 e 1649, observou as espécimes vegetais e animais no jardim do conde e as descreveu num relato sobre seus anos na América, publicado postumamente – trata-se da *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, de 1682. Outro livro contemporâneo que faz menção aos objetos colecionados é o de Caspar Barleus (1584-1648), *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, originalmente publicado em 1647. Sobre ele, uma consideração importantíssima: foi escrito sob encomenda de Nassau, depois de sua volta à Europa. Barleus nunca esteve no Brasil, mas compôs aquele que ficaria sendo o relato por excelência sobre o período nassoviano (1637-1644) utilizando-se de relatórios, cartas, relatos e anotações fornecidos pelo conde. É plausível supor que Barleus tenha, ele próprio, chegado a ver a coleção em Haia.

Em 1644, uma vez de volta à Haia, capital dos Países Baixos, Nassau não tardou a organizar recepções em sua recém construída casa, a Mauritshuis, para exibir seus novos pertences. Estas ocasiões foram descritas por alguns visitantes que, desta forma, criaram relatos preciosos sobre a coleção: o conselheiro político holandês David Le Leu de Wilhelm (1588-1658), o professor de botânica da Universidade de Leiden Adolph Vorstius (1597-1663) e o pintor Jacob de Hennin (1629-ca.1688) registraram suas impressões exaltadas sobre a coleção do conde. Em menos de uma década, contudo, Johan Maurits começaria a distribuir seus objetos através de uma série de presentes para membros da mais alta nobreza norte-européia: Friederich Wilhelm, Grande Eleitor de Brandenburgo (1620-1688), Frederik III, Rei da Dinamarca (1609-1670) e Louis XIV, Rei da França (1638-1715). O conteúdo e o significado destes presentes será discutido mais adiante. Por ora, importa ressaltar que estas ofertas ocasionaram a produção de uma documentação muito valiosa para o conhecimento da coleção nassoviana: cartas trocadas entre Nassau e agentes ou intermediários para organizar a doação e inventários das coleções nas quais os objetos foram parar. Neste sentido, justamente por não ter se mantido como unidade e por ter se dispersado, a *kunstkammer* nassoviana se tornou ainda mais interessante. É a sua trajetória ímpar, singular – não foi vendida após a morte de seu dono, mas sim dada, em pedaços, por ele próprio, para uma seleção específica de pessoas – que permite visualizar o valor simbólico dos objetos que a compunham e o seu significado como conjunto.

Finalmente, fontes das mais preciosas para a reconstituição da coleção são as já citadas imagens que faziam elas mesmas parte do conjunto. Trata-se aqui dos desenhos a óleo e a giz e das aquarelas produzidas por Georg Marcgraf e Albert Eckhout, que fizeram parte do presente para o Grande Eleitor e hoje estão guardadas na Biblioteca Universitária

Jaguelônica, em Cracóvia, na Polônia;<sup>5</sup> os retratos a óleo de autoria de Albert Eckhout, que foram dados para o Rei da Dinamarca e que se encontram atualmente no Museu Nacional daquele país, em Copenhague; e finalmente as telas de Frans Post, que pintou pelo menos dezoito delas enquanto no Brasil e mais uma centena de outras depois da volta à Holanda. Vinte e sete paisagens deste artista foram dadas ao Rei Louis XIV, em 1679, mas hoje apenas oito delas ainda existem no Louvre.<sup>6</sup>

Desta forma, o material empírico sobre o qual se assenta esta tese é composto de cartas, relatos de viajantes e imagens produzidos no período que vai da chegada de Johan Maurits no Recife, em 1637, até a penúltima década do século XVII. O debate teórico que constrói, por sua vez, se compõe de um diálogo duplo: com os estudos sobre coleções e colecionismo na Europa do período moderno, por um lado, e com a crescente bibliografia sobre produção e circulação do conhecimento científico na Europa moderna.

O estudo pioneiro sobre coleções é de Julius van Schlossen, de 1908. Nele, o autor definiu uma divisão entre gabinetes de curiosidade na Itália e no norte da Europa, bem como uma divisão entre tipos de coleções: aquelas dos reis e lordes governantes, seculares ou religiosas; as dos eruditos, universidades ou outras instituições; e as dos aristocratas e burgueses, incluindo aí principalmente apotecários e médicos. Depois de quase um século sem demais pesquisas, a partir da década de 1980 os gabinetes de curiosidade ou *kunstkammers* da Europa moderna voltaram a ser objeto de estudo de historiadores, historiadores da arte e da ciência, antropólogos e demais especialistas. A publicação da coletânea *The Origins of Museums*, em 1985, reinaugurou e impulsionou a análise sistemática do assunto, identificando as principais coleções européias entre 1500 e 1800, a

---

<sup>5</sup> Um pequeno número de desenhos de indígenas, feitos por Eckhout, que também fizeram parte deste presente, estão guardados na Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz, em Berlim.

<sup>6</sup> Os dados quantitativos sobre a produção de Post têm como referência a recente pesquisa de Bia e Pedro Corrêa do Lago sobre o pintor (2006).

história de suas formações, suas funções e sentidos. Apesar de rejeitarem a divisão de Schlosser entre coleções italianas e coleções nórdicas, os artigos desta coletânea reproduzem a classificação segundo pertencimento: a nobres, por um lado, ou a burgueses estudiosos das ciências naturais (médicos, botânicos, apotecários), por outro.<sup>7</sup> Em comum, todos os colecionadores se inspiravam na busca pela curiosidade e nas novidades que as viagens de exploração e comércio vinham estimulando, ao mesmo tempo em que se beneficiavam da distinção social e do status que ter uma coleção lhes conferia.

A partir desta publicação e destas duas constatações, uma crescente literatura multidisciplinar vem aprofundando tanto o conhecimento sobre coleções específicas – seus componentes e suas trajetórias – e a reflexão sobre o que significa colecionar (Elsner & Cardinal 1994; Blom 2002) quanto a investigação das relações entre o colecionismo e a religião (Roemer 1998; Jorink 2006), o colecionismo e a expansão marítima e comercial (Jardine 1996; Smith & Findlen 2002) bem como entre o colecionismo e o conhecimento científico e a prática da representação nos séculos XVI a XVIII (Findlen 1994; Jardine, Secord & Spary 1996; Daston & Park 2001; Roemer 2004; Cook 2007; Smith & Schmidt 2007). É justamente neste ponto que os estudos sobre colecionismo e sobre a construção dos saberes coloniais se entrelaçam. Com efeito, a presença física de novos objetos e mercadorias no continente europeu ocasionou uma mudança radical nos limites do conhecimento sobre as coisas do mundo. Como demonstrou Paula Findlen, o influxo de artefatos do Novo Mundo e outras partes do globo que então chegavam aos europeus abriu caminho para novos modelos de conhecimento, na medida em que os colecionadores consideravam as explicações tradicionais cada vez mais insatisfatórias para as informações que eles agora poderiam incorporar aos seus museus (Findlen, 1989: 66). Entretanto, não

---

<sup>7</sup> Sobre esta diferenciação, conferir especialmente os artigos de Giuseppe Olmi e de H.D. Schelpelern na coletânea.

eram só os colecionadores que participavam do processo de produção do conhecimento na Europa moderna. A produção de saber era um processo social amplo, que incluía diversas comunidades e pessoas distintas. No caso dos Países Baixos, como veremos, os objetos trazidos de além-mar inspiravam questionamento, mas ao mesmo tempo também os relatos orais dos marinheiros neerlandeses que viajavam para a Ásia, África e Novo Mundo, os interrogatórios e depoimentos dos indígenas sul-americanos sobre a geografia e natureza do interior do Brasil, as imagens produzidas por artistas e diletantes em países distantes, enfim, as mais diversas fontes de informação entravam no jogo dinâmico da construção do saber colonial.

Ainda que sob o risco da repetição, é preciso ressaltar aqui que esta não é uma tese sobre o Brasil Holandês, nem sobre o Brasil Holandês de Nassau e nem, tampouco, uma biografia do conde Johan Maurits. A experiência de Nassau no nordeste do Brasil é parte fundamental da tese, pois foi ali e então que se iniciou a prática colecionista do conde. Por isso, a historiografia do Brasil Holandês bem como os estudos sobre a vida e trajetória de Johan Maurits van Nassau serão contemplados como fontes secundárias da maior importância, mas não é com elas que a presente tese se coloca em debate – ainda que em um ou outro ponto específicos fiquem claras as discordâncias. Tais estudos, que sempre dão destaque para os feitos de Nassau, não entram em detalhes na análise de sua coleção. Antes, ela sempre aparece como uma atividade “excêntrica” a mais para qualificar a singularidade de Nassau. A presente tese procura romper com este tipo de análise partindo do princípio que a atividade colecionista de Nassau não é exceção, pois estava dentro do contexto colecionista moderno. Entretanto, esta tese argumenta que a coleção ela mesma, seus itens, a maneira como foi composta e o uso que Nassau fez dela tornam o “caso de Nassau”

efetivamente interessante e singular, e lança luz sobre o processo de construção de um saber colonial, nos Países Baixos, sobre o Novo Mundo.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles fornece uma introdução aos principais temas que serão tratados no decorrer da tese. Assim, começa com uma apresentação das navegações neerlandesas no Atlântico e segue com uma discussão sobre os efeitos destas navegações em termos dos objetos e do conhecimento sobre as Américas, a Ásia e a África que chegavam aos portos dos Países Baixos nos séculos XVI e XVII. A intenção deste capítulo é mostrar como se organizava e qual a dinâmica da produção e circulação do conhecimento sobre o mundo de além-mar na Holanda seiscentista, seja através de coleções de curiosidades, seja através de relatos textuais. Em seguida, o capítulo enfoca como o Brasil e seus habitantes apareciam neste conjunto de saberes até 1637, isto é, até pouco antes da consolidação da conquista da colônia neerlandesa com a chegada de Johan Maurits van Nassau. Finalmente, o capítulo termina com uma breve biografia do conde de Nassau até aquele mesmo ano de 1637, quando se tornou governador da Nova Holanda.

O segundo capítulo da tese trata da experiência de Nassau como governador da colônia brasileira com atenção específica para o projeto de conhecimento do Novo Mundo que ele ali conduziu (e que teve como consequência a formação de sua coleção de curiosidades). Assim, primeiro são apresentados os artistas e cientistas que trabalharam sob o mecenato do conde; em seguida, analisa-se a estrutura física construída por Nassau no Recife como ponto de partida para as atividades daqueles homens. Depois, o segundo capítulo traz uma discussão sobre um dos elementos exóticos que mais chamaram a atenção dos neerlandeses no Brasil: os papagaios e as penas de aves. Assim, através deste exemplo, procura-se investigar de forma aprofundada como um determinado objeto – ou tipo de



objeto – era visto, incorporado na visão neerlandesa sobre o Brasil, levado à Europa, e ali representado. A última seção deste capítulo se dedica ao problema de como os elementos exóticos de forma geral (animais, plantas, artefatos) chegaram às mãos do conde de Nassau, mostrando que a circulação de presentes é central para entender a dinâmica das alianças políticas do período colonial.

No terceiro capítulo, são estudados alguns dos produtos derivados direta e indiretamente do mecenato de Nassau no Brasil. O foco está na circulação e produção dos saberes sobre o mundo colonial. Assim, quatro objetos são analisados: as imagens de história natural produzidas por Albert Eckhout e Georg Marcgraf bem como as de autoria do funcionário da WIC Zacharias Wagener (1614-1668) – todas estas em forma de manuscrito –; o livro *Historia Natural do Brasil*, de autoria de Marcgraf e Willem Piso e editado pelo humanista Johannes de Laet (1581-1649) e, finalmente, o diário manuscrito do soldado Caspar Schmalkalden (1616-1673). Por um lado, o capítulo procura mostrar a dinâmica da produção do conhecimento sobre o Novo Mundo no movimento entre a América e a Europa, identificando e detalhando o processo intelectual de criação e edição de imagens e textos que representavam o Brasil para olhares europeus. Por outro lado, este capítulo também constrói uma argumentação sobre a relação íntima entre os textos e imagens produzidos pelos “artistas de Nassau” e por outros homens que não estavam sob seu mecenato, mostrando assim a amplitude da circulação de saberes e o processo complexo de sua construção.

O último capítulo da tese retorna à figura de Nassau, desta vez logo após sua volta do Brasil, em 1644. O capítulo percorre o caminho do conde e de seus objetos na Europa em ordem cronológica. Desta forma, são enfocados dois momentos: o da chegada imediata de Nassau em Haia, entre 1644 e por volta de 1655, quando ele apresentou sua coleção de

objetos e discorreu sobre sua experiência no Novo Mundo para a corte holandesa, e o do estabelecimento de Nassau como figura política na norte protestante europeu, especialmente nas décadas de 1650 e 1660, momento em que, não por acaso, Johan Maurits presenteou alguns nobres com pedaços inteiros de sua coleção. Conforme será argumentado, os caminhos – físicos – da coleção de Nassau conduzem às suas alianças políticas, dentro do mesmo movimento dinâmico das dádivas e trocas coloniais que permitiram a ele formar sua coleção no Brasil. O último capítulo se encerra com uma análise do legado material que Nassau planejou deixar associado ao seu nome após sua morte.

Finalmente, esta tese conta ainda com dois anexos. O primeiro apresenta duas árvores genealógicas resumidas: a de Johan Maurits van Nassau-Siegen bem como a das famílias reais Oranje e Stuart no século XVII. A intenção deste anexo é ajudar o leitor no entendimento das relações de parentesco entre diversos personagens que aparecerão nesta tese, especialmente no decorrer do último capítulo. O segundo anexo é a tradução de uma fonte especialmente interessante: a carta em que o professor de botânica da Universidade de Leiden, Adolph Vorstius descreve uma visita à casa de Nassau em Haia em dezembro de 1644. Único relato completo de uma visita a Mauritshuis guiada por seu dono, esta fonte será analisada no último capítulo da tese.<sup>8</sup>

Cabe aqui ainda uma nota sobre terminologia e traduções. Todos os nomes próprios usados nesta tese foram mantidos na grafia de sua língua original, assim como os topônimos, à exceção dos nomes de países e cidades que têm correspondentes em português. Neste quesito, aliás, é importante ressaltar que o termo “Holanda”, que a rigor denomina apenas uma das províncias da República Neerlandesa nos séculos XVI e XVII, freqüentemente é usado como sinônimo para designar o Estado como um todo. Nesta tese,

---

<sup>8</sup> Agradeço a Ernst van den Boogaart por me chamar a atenção para a importância deste documento.

para facilitar a leitura e o entendimento, usaremos os seguintes termos como sinônimos: *Holanda, República Neerlandesa* ou *Holandesa, Países Baixos Setentrionais, Províncias Unidas* ou simplesmente – e na maioria das vezes – *Países Baixos*. No caso de menções à província de Holanda exclusivamente, faremos nota desta especificidade. As províncias católicas do sul dos Países Baixos, hoje mais ou menos correspondentes ao Estado da Bélgica, serão designadas, nesta tese, como *Países Baixos Meridionais* ou *Países Baixos Espanhóis*.

No período de que trata esta tese, o funcionamento político da República Holandesa tinha suas bases em duas instâncias de poder: os Estados-Gerais (*Staten-Generaal*), delegação formada por um representante de cada uma das sete províncias unidas que substituía o rei como a suprema autoridade do governo central e nacional, bem como o *stadhouder*, posto mais alto da hierarquia militar holandesa, sempre ocupado por um membro da nobreza, que tinha o controle militar das províncias unidas.<sup>9</sup> Nesta tese, utilizaremos o termo Estados-Gerais em português, mas manteremos a palavra *stadhouder* em holandês para seguir o padrão da bibliografia brasileira e estrangeira que trata dos Países Baixos nos séculos XVI e XVIII.

Durante o século XVII, os neerlandeses adotaram o termo *Brasilianen* para se referir às populações indígenas Tupi da costa do Brasil com as quais tiveram intenso contato durante a primeira metade daquele século, especialmente com o grupo indígena Potiguar do nordeste da América do Sul. Também tiveram relações intensas com o grupo Tapuia do chefe Janduí, conhecidos por *Tarairiu* ou *Janduí*. Nesta tese, adotamos os termos gerais *Brasilianen* (ou brasileiro) e *Tapuia* para seguir o modelo usado pelas fontes e

---

<sup>9</sup> Para uma discussão sobre a estrutura e o funcionamento político da Holanda nos séculos XVI e XVII, ver Nierop, 1993 e Price, 1995.

bibliografia, e usamos os termos *Potiguar* e *Tarairiu* ou *Janduí* quando se trata destas etnias em particular.

Quanto às fontes, os textos citados em edição brasileira foram cotejados com suas edições originais – em neerlandês, alemão ou francês – para garantir que na tradução não se tivesse perdido alguma informação relevante. A tradução de demais trechos de fontes e de bibliografia em língua estrangeira é de minha autoria, salvo indicação em contrário. Ao longo do texto, utilizamos a citação entre parênteses para todo o material impresso, seja fonte ou bibliografia; já o material manuscrito é citado em nota de rodapé. As referências estão organizadas segundo a mesma divisão: fontes manuscritas e bibliografia impressa (que inclui livros utilizados como fontes, bibliografia secundária assim como teses e dissertações inéditas). Esta opção procura facilitar a localização das obras citadas ao longo do texto, que se localizam todas na seção “bibliografia”.

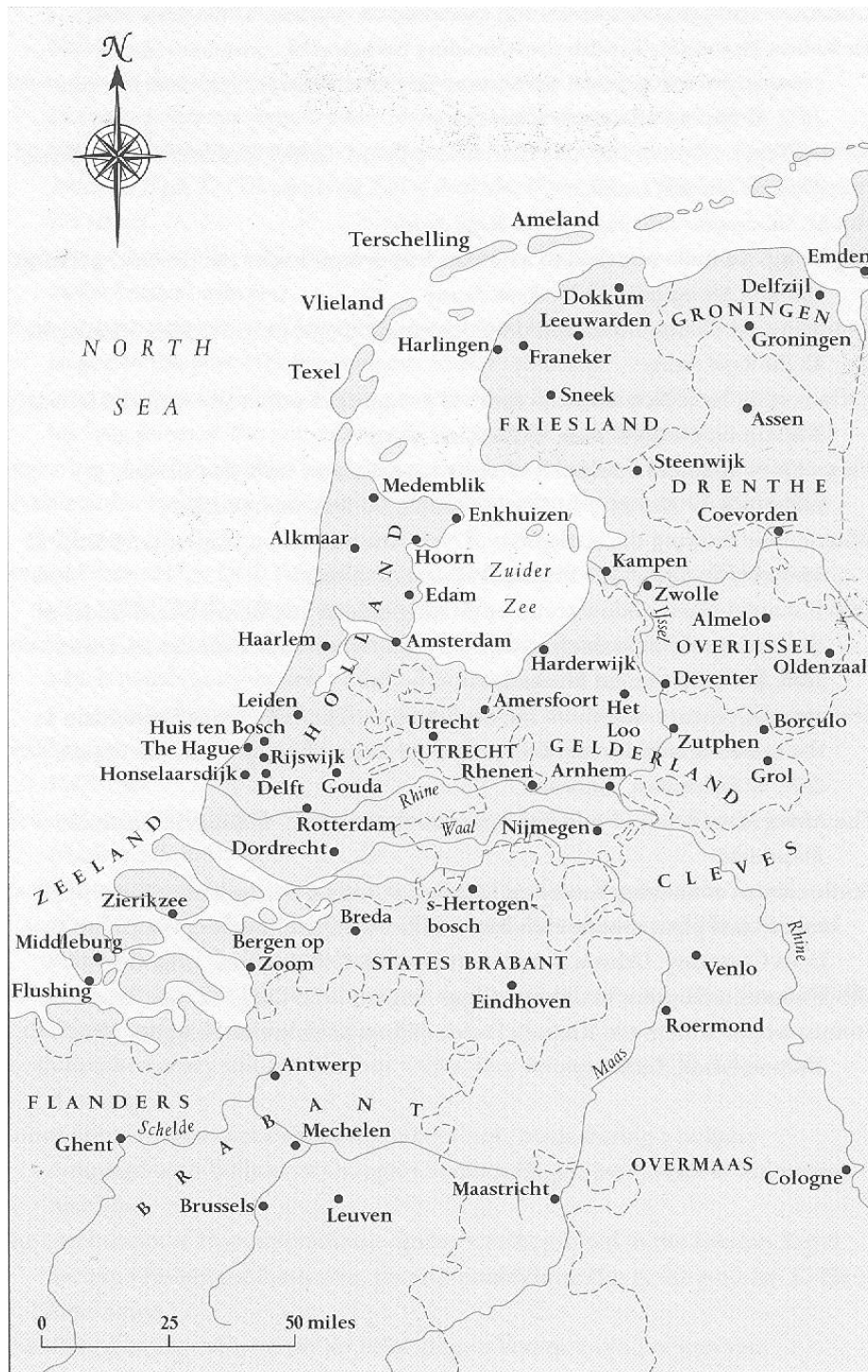


Figura 3: Mapa das Províncias Unidas dos Países Baixos no século XVII.  
 Fonte: Lisa Jardine. *Going Dutch. How England Plundered Holland's Glory*. New York: HarperCollins, 2008, p. xiv.

## Capítulo 1

### OS HOLANDESES E O ATLÂNTICO

#### *Holandeses no Atlântico*

“Nos armazéns e trapiches da Holanda, vemos todos os produtos das vastas plagas orientais, e nós, filhos do Norte, comemos os frutos nascidos no Levante. São veniagas nossas a pimenta, o macís, a noz moscada, a canela, o cravo, o bórax, o benjoim, o almíscar, o estoraque, o sândalo, a cochonilha, o índigo, o bezoar, o sangue de drago, a goma-guta, o incenso, a mirra, as cubebas, o ruibarbo, o açúcar, o salitre, a goma-laca, o gengibre, o diamante, muita seda bruta e tecida, tapetes, porcelana da China, que talvez sejam os vasos mirrinos dos antigos. Carregamos anualmente as nossas naus com esses produtos e os transportamos para as terras às quais negou o Autor da natureza esses temperadores dos frios dos nossos climas.” (Barleus, 1974 [1647]: 8).

O fragmento acima, presente logo no início do livro do humanista neerlandês Caspar Barleus sobre a presença do conde Johan Maurits van Nassau no Brasil, descreve muito bem o ambiente econômico e social da Holanda na primeira metade do século XVII. Naquele período, os Países Baixos tinham mais navios do que todo o restante da Europa combinado, faziam comércio nos quatro cantos do globo e transportavam a maior quantidade de cargas e mercadorias para o velho continente. Com efeito, foi no Seiscentos que a Holanda se tornou o centro comercial da Europa e, ao mesmo tempo, conquistou sua independência do Império Espanhol, consolidando um vasto império colonial na Ásia e atacando, com sucesso, várias possessões ibéricas no Novo Mundo e na África. Naquilo que se convencionou chamar de Era de Ouro holandesa, os Países Baixos se tornaram “o

armazém da Europa” (Diderot, 1982:84) e sua força naval “fez dobrar a espinha” do poder marítimo ibérico (Boxer, 2004 [1957]: 1).<sup>10</sup>

Parte importante deste desenvolvimento econômico se deu graças ao comércio feito nas rotas do Atlântico, ainda que as colônias e entrepostos comerciais no Oriente tenham permanecido como os principais empreendimentos coloniais neerlandeses.<sup>11</sup> O comércio atlântico entre os Países Baixos e América do Sul já vinha se construindo desde pelo menos o início do Quinhentos. No norte da Europa, os pioneiros no comércio com a colônia portuguesa foram os flamengos, isto é, os naturais da região de Bruges e da Antuérpia, nas províncias meridionais dos Países Baixos. Em um artigo inovador e baseado em documentação inexplorada, o historiador Eddy Stols mostrou que os mercadores flamengos já formavam uma colônia em Lisboa e já comerciavam açúcar da Ilha da Madeira para o norte da Europa desde o final do Quatrocentos (Stols, 1973). Com o início da produção de açúcar na América Portuguesa, logo estes flamengos souberam inserir-se no comércio colonial: data de 1519 a primeira menção do açúcar proveniente do Brasil na Antuérpia, quando esta mercadoria foi listada em uma tarifa alfandegária. No mesmo sentido, por volta de 1540 um mercador da Antuérpia de nome Erasmo Schetz comprou um engenho de açúcar na capitania de São Vicente, que fez funcionar através de feitores flamengos contratados para este fim; na década de 1560, Romão Perez, dono de casa comercial em Lisboa e membro de família flamenga, adquiriu um engenho na mesma capitania de São Vicente; finalmente, naquela mesma década, a família Lins, de origem alemã mas com antecedentes na Antuérpia, também comprou um engenho na colônia portuguesa de

---

<sup>10</sup> O surgimento da República Neerlandesa como unidade política e como potência naval e econômica são temas por demais complexos, cuja discussão não cabe nos limites desta tese. Para tal discussão, sugere-se ao leitor a obra de Jonathan Israel (1995).

<sup>11</sup> Tradicionalmente, a Ásia tem sido o objeto privilegiado dos estudos sobre colonialismo por parte da historiografia holandesa. Cf. o estudo bibliográfico de W. PH. Coolhaas para um panorama desta historiografia até a década de 1950 (Coolhaas, 1960). Nas últimas décadas, porém, tem aumentado a atenção e o interesse pelas atividades coloniais neerlandesas nas Américas. Neste sentido, alguns bons exemplos são Boogaart *et. al.*, 1992; Meuwese, 2003; Venema, 2003; Jacobs, 2005.

ultramar – este, em Pernambuco (Stols, 1973:25-27). Se, por um lado, trata-se aqui de casos isolados e que não correspondem a um percentual significativo da produção ou do comércio do açúcar brasileiro, por outro, estas relações comerciais da primeira metade do XVI permitiram que uma quantidade de flamengos se familiarizasse com o trato do açúcar e o comércio colonial.

Este pioneirismo flamengo no comércio com a colônia portuguesa deve ser entendido como parte do progresso econômico e desenvolvimento da cidade da Antuérpia no século XVI. Durante a Baixa Idade Média, o comércio e a indústria das províncias do norte estavam muito atrás da produção das províncias do sul. A indústria têxtil urbana das províncias meridionais dominava os mercados estrangeiros, sendo Bruges e Antuérpia as cidades que cresciam respectivamente como principal porto e centro do comércio, atraindo mercadores de toda a Europa (Klooster, 1997:3). Até cerca da década de 1580, a Antuérpia era o centro nodal do comércio europeu, uma cidade em constante expansão. Em 1585, o Duque de Parma, Alessandro Farnese (1545-1592), logrou reconquistar esta cidade para o Império Espanhol e forçou a retirada dos cidadãos protestantes para as províncias do norte. Principalmente nas cidades de Amsterdã, Leiden e Haia refugiaram-se mercadores e demais profissionais protestantes que fizeram crescer as atividades comerciais das províncias rebeldes, dando o impulso inicial para a Era de Ouro dos Países Baixos.<sup>12</sup> Portanto, não é coincidência que o declínio das atividades dos flamengos no Brasil tenha coincidido com a queda da vitalidade econômica e política da Antuérpia, do mesmo modo que o crescimento do papel dos neerlandeses tenha acompanhado o desenvolvimento de Amsterdã como principal centro comercial europeu no XVII.

---

<sup>12</sup> Entre os refugiados antuerpianos que viriam a ter papel fundamental no desenvolvimento das atividades navais, mercantis e intelectuais dos Países Baixos estão Johannes de Laet e Caspar Barleus, assim como Cornelis Claesz e as famílias Elzevier e Blaeu, donos das três principais firmas editoriais dos Países Baixos Setentrionais.



Foi a partir da última década do século XVI que a presença neerlandesa nas rotas de comércio atlânticas se intensificou, alavancada por motivos econômicos e políticos. Do ponto de vista econômico, o transporte de mercadorias brasileiras e o refino e venda de açúcar eram os motivos que impulsionavam as navegações. Por um lado, o mercado ibérico não absorvia todas as mercadorias trazidas de ultramar, e assim boa parte delas era vendida por flamengos e neerlandeses para os países no norte da Europa. Por outro lado, as naus portuguesas não davam conta de transportar todo o carregamento de mercadorias e, por isso, freqüentemente contratava-se os cargueiros das províncias de Holanda e Zeeland para fazer o transporte atlântico dos produtos.<sup>13</sup> Além disso, durante as primeiras décadas do Seiscentos, a entrada de açúcar brasileiro em Amsterdã foi suficientemente grande para aumentar consideravelmente o refino de açúcar nos Países Baixos Setentrionais: em 1595, havia ali apenas três ou quatro refinarias de açúcar, em 1622, vinte e nove, estando vinte e cinco delas localizadas em Amsterdã. Sua produção era depois exportada para França, Inglaterra e Países Bálticos (Boxer, 2004 [1957]: 28-29).

Ademais, do ponto de vista político, havia uma motivação a mais para investir nas rotas atlânticas: por ocasião da união das coroas ibéricas, Felipe II havia fechado os portos da península aos navios neerlandeses, dificultando enormemente a participação holandesa no comércio de produtos das Índias. Como reação, e como forma de fazer face ao Império Espanhol, os mercadores dos Países Baixos passaram a fazer viagens diretas entre seus portos e aqueles da América, África e Ásia, excluindo assim as regiões de Portugal e Espanha da equação comercial.

Assim, por volta de 1620 os holandeses controlavam entre metade e dois terços do comércio marítimo entre Brasil e Europa, além de serem os responsáveis pela distribuição

---

<sup>13</sup> Segundo Hermann Wätjen, os portugueses davam preferência aos navios holandeses para levar seus carregamentos, devido à sua “sólida construção, resistência ao mar e grande capacidade de carga” (Wätjen, 2004 [1921]: 77).

dos produtos da América Espanhola por todo o continente europeu. Desta forma, como afirma Ernst van den Boogaart, entre o fim do século XVI e o início do XVII, os neerlandeses conseguiram organizar uma penetração relativamente pacífica na rede comercial ibero-americana (Boogaart, 1992: 67). Mais especificamente, eles lograram controlar parte significativa do transporte e comércio do açúcar com o Brasil, de sua distribuição interna na Europa bem como do refino de parte das cargas para posterior revenda no norte europeu.

Mas o açúcar não era a única mercadoria que interessava aos compradores europeus. Com efeito, os produtos comerciados no atlântico eram de natureza diversa. O principal produto da América Espanhola era a prata; da América Portuguesa, o açúcar e o pau-Brasil; da África Ocidental, o ouro, além de peles, marfim, madeiras para tintura, cobre e pimenta; do Caribe, principalmente tabaco mas também madeira para tintura e algodão; da América do Norte, peles de animais usadas depois na confecção de chapéus e roupas. Para as populações locais com as quais comerciavam, os neerlandeses ofereciam em troca têxteis, utensílios de ferro como facas e machados, e também os produtos trocados em outra parte do globo neste mesmo processo comercial. Uma operação comercial típica dos mercadores flamengos e holandeses no período 1580-1620 consistia no envio de um navio com trigo e têxteis, carregado em portos do Báltico ou norte da Europa, para portos de Portugal, Espanha ou Marrocos, de onde partiria para buscar vinho nas ilhas do Atlântico. Dali, seguiria para a Bahia ou Pernambuco, onde obteria açúcar. Eventualmente, desceria até o Rio de Janeiro ou mesmo Buenos Aires em busca da prata peruana. A volta, com cargas de produtos brasileiros, se fazia por Lisboa, Porto ou Viana, às vezes incluindo passagens pelas ilhas Canárias para descarregar um contrabando de açúcar para o norte, outras vezes

continuando a viagem até Veneza com um novo retorno com bugigangas venezianas, completadas com vinhos das Canárias, para o Brasil (Stols, 1973:43).

Um exemplo concreto deste tipo de rota comercial é o do mercador antuerpiano Hans de Schot, que em 1595 firmou um contrato com Ben Janssen, da cidade de Enkhuizen, dono do barco *Gouden Leeuw* (*Leão Dourado*), para percorrer a seguinte rota: em Dantzig, cidade portuária do Mar Báltico, carregaria o barco com cereais e outras mercadorias que levaria até o Marrocos; tendo vendido-as ali, seguiria para Tenerife, Madeira ou Cádiz para comprar uma quantidade de vinho. Daquelas ilhas, seguiria para o Recife, onde ficaria por quatro meses para carregar-se de açúcar e, de lá, voltar a Lisboa (Boogaaart, 1992: 76-77). Sabe-se que mais de cem barcos neerlandeses e germano-neerlandeses fizeram percurso semelhante entre 1587 e 1599 e, no período 1600-1605, cerca de duzentos (Sluiter *apud* Puntoni, 1999: 43). Este exemplo permite visualizar as diferentes conexões do comércio Atlântico. De fato, o comércio internacional, a partir de 1580, “não se baseava mais em monopólios nem em eixos fixos e bipolares mas em múltiplas e contínuas alternativas, numa verdadeira concorrência.” (Stols, 1973: 29).

No início da década de 1620, as viagens dos neerlandeses pelo Atlântico sofreram uma profunda mudança. Até então, os mercadores neerlandeses envolvidos no comércio com o Novo Mundo e a África organizavam-se em pequenas associações privadas e independentes umas das outras, “exercitando recíproca concorrência” (Wätjen, 2004[1921]: 72). A intensificação deste comércio e o aumento de sua importância, somados ao conflito militar entre as Províncias Unidas e a Espanha, criaram ocasião e ensejo para a instituição de uma única companhia privada que controlaria o comércio com o oeste, seguindo o modelo da Companhia das Índias Orientais (*Verenigde Oostindische Compagnie*, doravante VOC) para a Ásia. A fundação da Companhia das Índias Ocidentais teve, portanto, uma

dupla finalidade: organizar e aumentar o comércio neerlandês no Atlântico e desta forma avançar contra o domínio ibérico nas Américas. Cada conquista neerlandesa no Novo Mundo serviria para enfraquecer o poderio espanhol; tomar a prata e as riquezas da América era, nas palavras do historiador Hermann Wätjen, uma forma de bater Felipe IV “com suas próprias armas” (Wätjen, 2004[1921]: 73). Assim, o Império Espanhol ver-se-ia obrigado a deslocar tropas e esforços para aquela região do globo para combater os ataques neerlandeses, enfraquecendo assim a ofensiva contra as Províncias Unidas em solo europeu. Em outras palavras, a intenção da WIC era deslocar a guerra com a Espanha para o território americano. No desenrolar das atividades da Companhia, porém, o comércio passou a ser sua principal atividade, especialmente a venda e transporte de escravos africanos para a América do Sul e o Caribe entre o final do século XVII até a última década do XVIII.

A WIC foi criada oficialmente por carta-patente em 3 de junho de 1621. Ela foi estruturada em cinco câmaras regionais, representando: a cidade de Amsterdã, a província de Zeeland, a província de Maas (Roterdã), a província de Friesland e a cidade de Groningen em conjunto e, finalmente, a região do Noordenkwartier (Zona Norte), que incluía a cidade de Hoorn e a porção ocidental de Friesland. Cada câmara regional apontava uma quantidade de diretores proporcional às suas ações da Companhia, e assim compunham a direção geral, conhecida como *Heren XIX* ou *Senhores Dezenove*.<sup>14</sup> Era exclusivamente a este grupo de diretores que cabia toda a gestão da Companhia (Boxer, 2004[1957]: 11-13; Heijer, 2002:31).

No conjunto das especificações de como a WIC deveria funcionar, há uma determinação particularmente interessante. No segundo parágrafo da carta-patente ou

---

<sup>14</sup> Amsterdã apontava oito diretores, Zeeland, quatro, e as demais câmaras, dois cada uma. O décimo-nono diretor era escolhido pelos Estados-Gerais.

Concessão (*Privilegie*), lê-se: “Além disso, a referida Companhia em nosso nome e autoridade pode fazer contratos, pactos e alianças com os príncipes e naturais dos países compreendidos dentro dos limites já mencionados...” (*apud* De Laet, 1918 [1625], vol. I: 8).<sup>15</sup> A menção a “príncipes e naturais” demonstra que os neerlandeses reconheciam não só a existência de organizações políticas próprias dos habitantes das terras de ultramar, como também que consideravam legítima a autoridade de seus líderes: era com eles que negociariam. Ao contrário dos portugueses, os holandeses concebiam a existência de uma nobreza indígena, criando um paralelo com a hierarquia social europeia. Os líderes nativos eram, assim, vistos como equivalentes políticos dos líderes holandeses.<sup>16</sup> A idéia de uma possível aliança com os grupos nativos das Américas alimentou a decisão da invasão do Brasil e, na prática, os grupos potiguar e janduí – representados de maneira mais geral pelo binômio brasileiro e tapuia – foram fundamentais para a consolidação da colônia holandesa nos trópicos.

Antes de chegar ao tema específico dos ataques e da conquista do Brasil pelos holandeses, bem como de sua relação com os indígenas, é importante entender as conseqüências das navegações holandesas nos planos da cultura e da ciência dentro dos Países Baixos. Trataremos agora, portanto, de objetos e de saberes: “coisas” e conhecimento.

---

<sup>15</sup> Este documento foi reimpresso como panfleto e, como tal, pode ser encontrado na coleção dos panfletos pertencentes à Biblioteca Real organizada por Willem Knuttel no final do século XIX (cf. o catálogo de Knuttel, 1978, panfleto 3229). Nesta tese, foi utilizada a tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior que faz parte do livro de Johan De Laet, *Historia ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais* (De Laet, 1916-1625: 7-16), editado pelos *Anais da Biblioteca Nacional*.

<sup>16</sup> Vale notar que o privilégio da VOC também incluía a negociação com príncipes e soberanos locais (Klooster, 1997:6).

## *Um mundo de coisas*

A participação dos holandeses no comércio atlântico intensificou a circulação de “coisas” entre o Novo Mundo, a África, a Ásia e a Europa. Estas “coisas”, que podemos também chamar de mercadorias, atendiam a mais de uma função quando chegavam ao mercado de destino. Por um lado, e majoritariamente, eram objeto de uso e de consumo: o açúcar, a pimenta e as especiarias, bem como a madeira e o marfim, entre outros produtos, vinham sendo crescentemente consumidos pela população europeia. Por outro lado, estas mesmas coisas, que atendiam a necessidades de consumo, podiam ser adquiridas para fazer parte de coleções ao lado de objetos aparentemente menos úteis, como pedras preciosas, espécimes naturais, animais empalhados ou pedaços de animais, conchas, armas e demais artefatos de populações não-europeias. Por isso, não é possível estabelecer uma separação radical entre os objetos que eram consumidos ou usados e aqueles que eram colecionados. Muitas vezes, os elementos trazidos de ultramar desempenhavam as duas funções. Bons exemplos disto são as espécies naturais que serviam como temperos mas também entravam nas coleções de botânicos e naturalistas como exemplos da diversidade do mundo vegetal e serviam como matéria de estudo; no mesmo sentido, o açúcar era consumido na alimentação, mas a cana de açúcar fazia parte de coleções de botânicos ao lado de outras espécies naturais vindas da Ásia e África.<sup>17</sup>

Com efeito, o interesse por objetos artificiais e elementos do mundo natural na Europa vinha desde a Alta Idade Média. Os primeiros tipos de coleção de que se tem registro eram as chamadas “câmara de tesouros” (*schatkamers*), mantidas normalmente por

---

<sup>17</sup> A fascinação por espécies naturais e produtos de além-mar aparecia também na pintura holandesa. Nas naturezas-mortas, por exemplo, não raro observam-se cachimbos e outras referências ao tabaco, açucareiros cheios deste produto e mesmo alguns confeitos de açúcar, saleiros, entre outros. Uma interessante análise de como as mercadorias estrangeiras aparecem nas telas holandesas do XVII pode ser encontrada em Hochstrasser, 2007.

instituições religiosas. A função destas câmaras era simplesmente guardar em segurança itens de valor, ao contrário das coleções de curiosidade do período moderno, cuja função era exibir o maior número possível de elementos deste mundo, naturais e artificiais. As Cruzadas contribuíram para a formação das câmaras de tesouro, levando no caminho de volta para a Europa toda a sorte de objetos e relíquias do Oriente. Neste sentido, é interessante apontar que as relíquias coletadas no caminho para a Terra Santa eram, majoritariamente, “relíquias de santos”, isto é, “pedaços de roupas ou objetos associados a certos santos durante suas vidas, partículas de poeira ou óleo coletadas em suas tumbas, ou mesmo pedaços de seus corpos” (Geary, 1986: 174). A partir do final do século XIV, as câmaras de tesouros começaram a se transformar em coleções mais amplas, incluindo objetos cujo valor poderia estar em sua forma artística ou função científica ou didática (Scheicher, 2005:15-16). Foi no século XVI, porém, graças à expansão ultramarina dos europeus, que o interesse por objetos tomou as dimensões de uma efetiva prática colecionista, difundida entre nobres e burgueses em diversas cidades da Europa. Daquele momento em diante estas coleções ficariam conhecidas como *Kunstkammers* ou *Wunderkammers*: coleções de arte, de maravilhas, de raridades ou curiosidades.

A multiplicação das coleções, dos colecionadores e dos objetos colecionados nos séculos XVI e XVII torna impossível uma definição dos *kunstkammers* no singular, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo quanto às motivações para sua formação. Um exemplo clássico desta diferença é a comparação entre as coleções de monarcas e nobres, como as da família Médici em Florença, do Imperador Rodolfo II (1552-1612) em Praga, do Arquiduque Ferdinand II (1578-1637) em Ambras, e do Czar Pedro I (1672-1725) em São Petersburgo, que descendiam diretamente das câmaras de tesouro medievais e incluíam grande número de peças em ouro e de obras de arte, com as coleções de estudiosos e

naturalistas como Ulisse Aldrovandi (1522-1605) em Bolonha, Ferrante Imperato (1550-1625) em Nápoles, Ole Worm (1588-1655) em Copenhague e da Universidade de Leiden, nos Países Baixos, cujos pertences eram majoritariamente espécies naturais.

De todo modo, tanto os nobres quanto os naturalistas faziam questão de exibir suas coleções a visitantes e surpreendê-los com objetos peculiares, inesperados ou assustadores (Daston & Park, 2001: 266-267). Assim, o que unia as *kunstkammers* em um termo comum era o desejo do colecionador de possuir e de exibir sua posse de uma vasta gama de objetos que, por sua vez, demonstrariam ao visitante algo importante sobre o colecionador em questão. Segundo Lorraine Daston, as coleções dos nobres e da realeza tinham como finalidade a exibição principesca de riqueza e esplendor, enquanto que as coleções da burguesia enriquecida serviam para elevar o status social dos colecionadores, colocando-os ao lado dos nobres através da comparação entre suas coleções (Daston, 1988: 459-460). Esta era, portanto, uma das principais características das coleções de curiosidades: embora privadas, só adquiriam significado na esfera pública, isto é, quando mostradas ou compartilhadas com outras pessoas além do colecionador. Entre os quatro motivos elencados pelo historiador Roelof van Gelder como as razões para se montar uma coleção, o aumento do status do colecionador é a primeira delas (R. van Gelder, 1992a: 34-35).<sup>18</sup> As coleções eram integravam e contribuía diretamente para o acúmulo de capital simbólico do colecionador. Neste sentido, é interessante o exemplo do médico holandês Bernard Paludanus (1550-1633), dono da maior e mais famosa coleção de raridades da Holanda moderna, que mantinha um *album amicorum*, ou seja, um caderno em que todos aqueles que visitavam a coleção deixavam seu nome e uma mensagem anotada (Jorink, 2006:277). Com efeito, a viagem era o elemento central da prática colecionista: era empreendida tanto

---

<sup>18</sup> As outras eram investimento financeiro, curiosidade científica e estética e, finalmente, religião, afinal “Não só a Bíblia, mas também a natureza é um livro que deveria ser lido” (R. van Gelder, 1992a: 35).



como meio para obter novos objetos, quanto para visitar e conhecer coleções famosas como as da Universidade de Leiden, a de Paludanus em Enkhuizen, a de Aldrovandi em Bolonha, a do mercador e diplomata Philipp Hainhofer (1578-1647) em Augsburgo, entre outras.

A América também teve o seu lugar dentro das coleções de curiosidades. O etnólogo Christian Feest identificou uma série de artefatos de origem americana em coleções européias dos séculos XVI e XVII: artefatos feitos de penas, mosaicos mexicanos, esculturas em pedra, objetos em cerâmica, cintos e colares, propulsores de flechas, bacias de madeira, bordunas, lanças, machados, instrumentos musicais, pentes, redes, cachimbos e bastões cerimoniais (Feest, 1985:237-244). Na Espanha, a coleção de Carlos V incluía: “objetos em ouro, dois sapatos das índias do Peru, uma coroa de algodão verde com plumas coloridas, uma tenda da Índia, colares, penas coloridas, pedras preciosas, jóias (...)” (Moran e Checa *apud* Mason, 1994: 8). O Brasil especificamente era representado em toda a Europa através de objetos trazidos, em sua maioria, por franceses e holandeses, tais como artefatos plumários de vários tipos, bastões, chacoalhos, botoques e redes (Feest, 1993: 4). Segundo Peter Mason, a atração especial destes objetos residia no princípio da *contigüidade*: os objetos reestabeleciam um contato tangível com uma realidade distante que, porém, era parte de uma mesma unidade – o globo terrestre. Tais objetos evocavam uma cultura exótica pelo princípio da parte pelo todo e, deste modo, a cultura material servia como índice da cultura humana (Mason, 1994: 6).

Os meios para montar e expandir uma coleção passavam pelas vias da viagem individual, da patronagem, do comércio e da troca de presentes. Colecionadores conseguiam seus objetos através de viagens que eles próprios empreendiam ou, no caso de não poderem viajar, através de terceiros que rumavam para lugares desconhecidos e lhes traziam de volta algumas “maravilhas” sob encomenda. Do mesmo modo, alguns poucos

coleccionadores tinham condições de contratar artistas e enviá-los junto de navios da WIC e da VOC para lugares distantes com a tarefa de produzirem desenhos e pinturas de espécies naturais exóticas (Veen, 1992a: 58). Estas imagens entrariam em suas coleções com o mesmo valor das espécies retratadas.

A partir de finais do século XVI, intensificou-se a possibilidade da compra direta, na Europa, destes objetos e espécimes exóticos. No caso dos Países Baixos, por exemplo, o movimento cada vez maior de navegações holandesas na costa do Brasil e na costa da Guiné a partir de 1580 garantia a oferta de elementos colecionáveis em terras neerlandesas (R. van Gelder, 1997: 40). Uma vez na Holanda, estes elementos poderiam ser adquiridos nos leilões das duas companhias, nos hortos botânicos das principais cidades, diretamente nas cidades portuárias ou mesmo em lojas especializadas na venda de raridades – na Amsterdã da segunda metade do século XVII, por exemplo, havia trinta destas lojas (Noordegraaf & Wijsenbeek-Olthuis, 1992: 48). É preciso destacar aqui a singularidade dos Países Baixos no cenário colecionista internacional. A crescente presença neerlandesa no Atlântico e no Índico impulsionou a entrada de raridades naquele país e assim também incentivou o colecionismo entre os holandeses, tornando aquele país famoso por suas coleções em toda a Europa. O clima intelectual nos Países Baixos, especialmente ao redor das universidades, estimulava as visitas e trocas de informação e de objetos entre colecionadores. Deste modo, entre 1600 e 1700, houve um “aumento explosivo” da importância das coleções holandeses no cenário internacional, a ponto de algumas delas atraírem visitantes ilustres, que viajavam aos Países Baixos unicamente para ver tais coleções: como mostra Eric Jorink, o príncipe florentino Cosimo III de Médici (1642-1723) esteve ali em 1667 e 1669 para ver as coleções de Jan Swammerdam (1637-1680) e Frederick Ruysch (1638-1731) (Jorink, 2006:267); entre 1716 e 1717, o Czar Pedro I da

Rússia esteve na Holanda e ali comprou a coleção de Ruysch bem como a do apotecário de Amsterdã Albert Seba (1665-1736), entre outras (Neverov, 1985: 56; R. van Gelder, 1992a: 36).

De qualquer forma, não era unicamente nos Países Baixos que a venda de raridades prosperava. Como mostra Paula Findlen, por toda a Europa o ato de colecionar se tornara um negócio: o *scholar* inglês John Evelyn (1620-1706), em visita a Paris em fevereiro de 1644, não pôde deixar de notar, entre as muitas bancas de mercadores, uma loja chamada Arca de Noé que, muito propriamente, vendia “curiosidades naturais ou artificiais, indianas ou européias, para luxo ou para uso, como gabinetes, conchas, marfim, porcelana, peixes secos, insetos, pássaros, desenhos e milhares de extravagâncias exóticas” (Evelyn *apud* Findlen, 2002:299). Além das lojas especializadas, havia, ainda, a figura do mercador de curiosidades, do intermediário, que procurava e comprava os objetos para depois revendê-los aos colecionadores, que poderiam inclusive ter encomendado tal ou qual raridade específica. O caso mais paradigmático, neste sentido, é o da família de comerciantes e banqueiros Fugger, sediada em Augsburgo, na Bavária, que no século XVI montou a mais importante rede de compra e (re)venda de objetos para coleções de toda a Europa. Através dos portos de Veneza e Antuérpia, os Fugger traziam toda sorte de mercadorias da África, do Oriente Médio, da Ásia, e das colônias ibéricas do Novo Mundo: macacos, papagaios, pavões, laranjeiras, cânfora, pérolas, peles de leopardo, índigo, pedras preciosas, entre outros. Um aspecto digno de nota é que, muitas vezes, estes objetos não eram vendidos aos clientes no mesmo estado em que chegavam às mãos destes mercadores. Os Fugger empregavam artesãos para trabalhar na matéria prima chegada nos portos e transformá-la em produtos elaborados e únicos a serem vendidos aos clientes nobres (Meadow, 2002:183). As atividades da família Fugger permitem observar o entrelaçamento do

comércio ultramarino de grande escala (isto é, a importação e revenda de materiais como açúcar, madeira etc) e as redes de comércio de curiosidades, que andavam lado-a-lado: o capital financeiro era empregado também na produção das curiosidades que, or sua vez, se transformavam em capital simbólico dos colecionadores.

Se as viagens eram parte necessária e integrante da prática colecionista, permitindo a seleção, obtenção e cópia artística de diversos objetos, não eram menos importantes as trocas de presentes. A troca de artefatos, espécimes e imagens trazidas dos quatro cantos do mundo era uma constante entre colecionadores, especialmente os médicos, botânicos e demais estudiosos da natureza. Desde a metade do século XVI, a troca de correspondência bem como o envio de espécies naturais como presentes fazia parte da rotina de botânicos e naturalistas, formando uma rede internacional de discussão e colaboração, na qual um dos principais agentes era o botânico holandês Carolus Clusius (1525-1609).<sup>19</sup> No século XVII, esta prática se estendeu para os domínios de além-mar: o naturalista George Marcgraf enviava regularmente do Brasil espécies naturais para o humanista e diretor da WIC Johannes de Laet.<sup>20</sup>

Assim como no domínio científico, no período moderno a troca de presentes era também uma etapa importante nas negociações políticas e uma forma material de estabelecer reciprocidade entre as partes envolvidas. Nestes casos, o objetivo do ato de presentear não era tanto obter ou oferecer uma mercadoria, mas antes estabelecer laços entre o presenteador e o presenteado – laços que deveriam ser confirmados por um contrapresente. Assim, quando colecionadores trocavam objetos entre si, ou quando governadores e representantes de Estado ofereciam alguma preciosidade ou raridade ao governante de um

---

<sup>19</sup> Sobre a rede de trocas de Carolus Clusius e o círculo de naturalistas na Europa no século XVI, cf. Egmond, 2007.

<sup>20</sup> A importância da relação entre Marcgraf e De Laet será discutida no capítulo 3 desta tese.

segundo Estado, o que se passava era, de fato, um galanteio político e diplomático que tomava a forma material de um objeto.<sup>21</sup>

Com efeito, as cortes européias já desde o início do período moderno praticavam a troca de presentes entre si e com governadores de terras distantes. Neste sentido, vale lembrar o elefante Hanno, dado em 1514 pelo rei Dom Manuel I de Portugal (1495-1521) ao Papa Leão X (1475-1521), bem como o rinoceronte indiano que o mesmo rei enviou ao mesmo papa, tendo recebido-o de Afonso de Albuquerque (1453-1515), Vice-Rei da Índia, que por sua vez o havia ganhado do Sultão Muzafar II de Gujarat (reinou 1511-1526).<sup>22</sup> Para ficar com exemplos menos dramáticos, vale citar ainda as peles de oito aves-do-paraíso que os Estados-Gerais holandeses enviaram ao sultão da Turquia em 1612 (Noordegraaf & Wijzenbeek-Olthuis, 1992: 48).

A importância e o significado da oferta de um presente estavam claros para quem participava deste tipo de troca. Um exemplo interessante neste sentido é o presente oferecido ao shogun do Japão em 1656 pelos diretores da VOC: um par de globos (um terrestre, outro celeste) feitos a mão pelo famoso cartógrafo Joan Blaeu (1596-1673). O encarregado de entregar este presente era Zacharias Wagener, naquele período representante oficial dos interesses da Companhia das Índias Orientais no Japão. Uma carta endereçada a este funcionário é reveladora das intenções dos Estados-Gerais:

“Assim como seda e raridades, estamos mandando correntes, corais raros atraentes e dois grandes globos. Os globos foram encomendados há algum tempo, na República, para o Japão. Eles custam mil guilders. Estamos mandando também alguns instrumentos geométricos. Como partimos do princípio que os japoneses não saberão usá-los, estamos mandando Jan

---

<sup>21</sup> Nesta tese, toda a discussão sobre trocas, obrigação da reciprocidade do presente e o mecanismo social através do qual uma dádiva estabelece uma relação necessária entre presenteador e presenteado é derivada do estudo pioneiro de Marcel Mauss “Ensaio sobre a dádiva”, de 1924 (cf. Mauss, 2003 [1950]).

<sup>22</sup> Sobre o elefante Hanno, cf. Bedini, 1998.

Pieterszoon Verschuren no ‘Avondsterre’ (*Estrela da Noite*), um homem bem versado em geometria. Você pode levá-lo consigo, no lugar de outro, em sua viagem para Jedo. Caso necessário, poderemos instruir a corte quanto ao uso dos globos e dos instrumentos. Do nosso ponto de vista, isto será muito apreciado e elevará o efeito dos presentes.” (*apud Zandvliet*, 1987: 23).<sup>23</sup>

É importante notar a linguagem colonial destas trocas de presentes. Em todas elas, estavam envolvidos um representante de um Estado europeu e um representante de uma região colonizada – ou pelo menos explorada comercialmente por aqueles mesmos Estados europeus. O objeto ofertado como presente era, em todos os casos, de proveniência colonial: o elefante Hanno e o rinoceronte vinham da Índia, as peles de ave-do-paraíso, da região das Ilhas Molucas e os globos de Blaeu, ainda que manufacturados na Holanda, haviam sido construídos a partir do saber cartográfico que as navegações portuguesas e holandesas vinham criando e consolidando há mais de um século. Desta forma, observa-se que as mesmas “coisas” levadas pelos holandeses das Américas, África e Ásia em direção a Europa depois poderiam fazer o caminho de volta sob a forma de presentes para monarcas e governantes de outras regiões coloniais. O caso do rinoceronte é ainda mais interessante, pois foi primeiramente ofertado a um alto funcionário da hierarquia colonial portuguesa na Índia por um governante indiano, em seguida dado pelo governador da Índia Portuguesa ao Rei de Portugal que, finalmente, o ofereceu ao Papa. Em outras palavras, este exemplo mostra que as mercadorias, objetos e “coisas” em circulação entre colônias e metrópoles percorriam caminhos diversos a partir de múltiplos pontos de origem: não se tratava de um comércio, nem de alianças políticas bilaterais e sim de uma cadeia de relações. Nos séculos XVI e XVII, a Europa fazia parte de um circuito de dádivas que se atrelava a outros circuitos de troca no mundo em geral. O comércio no Atlântico e no Índico estava ligado a

---

<sup>23</sup> Segundo Zandvliet, os presentes não surtiram o efeito desejado (1987: 23-24).

circuitos de negociação política e diplomática e, portanto, a circuitos de dádiva. E as mercadorias e “coisas” deles derivadas acabavam por entrar, não raramente, nas coleções de curiosidade de aristocratas, príncipes, estudiosos e burgueses.

O comércio com as Índias Orientais e Ocidentais gerou um aumento do interesse por “coisas” bem como pelos lugares de onde elas vinham. A organização e propagação do conhecimento sobre estas novas terras é justamente o tema da próxima seção.

### ***Um mundo de saberes***

Ao lado da extraordinária ampliação das atividades comerciais europeias e da evidente expansão de poder das coroas ibéricas, os descobrimentos do século XV e XVI geraram também um rico e admirável conjunto de conhecimentos sobre mundos até então desconhecidos. Estes conhecimentos eram divulgados sob forma de relatos de viagem, narrativas históricas, mapas, gravuras, desenhos, objetos e mesmo pelos relatos orais dos diversos homens e mulheres – europeus, africanos, americanos – que atravessaram o Atlântico. Em pouco tempo, as notícias do *mundus novus* chegaram e se espalharam pelos países do norte da Europa e, naquele contexto, Amsterdã não era apenas o maior centro de distribuição de produtos, mas também de informações sobre os lugares de onde estes produtos provinham (Jardine, 2008: 334). Assim, como afirma o historiador Benjamin Schmidt, é preciso começar lembrando que “o Novo Mundo chegou aos Países Baixos muito antes de os Países Baixos chegarem ao Novo Mundo” (Schmidt, 2001:5). Fundamental neste sentido foi, evidentemente, a invenção da prensa móvel por Gutenberg por volta de 1440. Ademais, a recepção rápida e eficiente desta nova invenção nos Países Baixos teve conseqüências diretas na divulgação e circulação do conhecimento, da imagem e das idéias sobre a América naquelas províncias.

Os primeiros livros impressos nos Países Baixos datam de 1473. Um quarto de século depois, já estavam em operação, ali, vinte prensas. Entre 1500 e 1540, no período pós-incunábulo, a cidade de Antuérpia era sede das operações de sessenta e seis editores diferentes – quase a metade do total de impressores dos Países Baixos. No período citado, estes editores antuerpianos publicaram, juntos, nada menos que dois mil títulos, tanto em holandês quanto em latim, francês, espanhol e inglês. Depois da retomada da Antuérpia pelas forças espanholas, em 1585, algumas cidades das províncias rebeldes do norte – notadamente, Amsterdã e Leiden – tomaram a liderança da publicação de livros. Uma estimativa recente (e, segundo o historiador J. Lechner, conservadora) indica que, entre 1500 e 1610, 30 mil edições diferentes foram impressas nos Países Baixos, totalizando 30 milhões de exemplares (Lechner, 1993: 104). Outra modalidade de comunicação textual que se popularizou no século XVII holandês foi os panfletos: desde os primeiros anos da Revolta, havia uma ampla e crescente produção de folhetos que comentavam os eventos nacionais e estrangeiros correntes. Este material tomava várias formas: desde folhas soltas até publicações do tamanho de livros. Como afirma o historiador J.L. Price, estes panfletos não tinham pretensões literárias mas, antes, queriam atingir uma audiência ampla (Price, 1998:136). Eram, na verdade, um espaço através do qual as questões controversas eram expostas e discutidas pelo público. Mesmo a população que não sabia ler tinha acesso a seu conteúdo, já que eram lidos em voz alta em praça pública.<sup>24</sup> Como no caso dos livros, os Países Baixos produziram muito mais panfletos que qualquer outro país da Europa no século XVII.

Se havia tanto material escrito em circulação, é de se supor que havia, também, leitores. E, com efeito, os Países Baixos eram o país com maior nível de alfabetização da

---

<sup>24</sup> Matthijs van Otegem estima que cerca de 250 panfletos diferentes fossem publicados por ano, com tiragem variando entre mil e dois mil exemplares cada. O autor afirma, ainda, que cada panfleto era lido em média por cinco pessoas, já que quem os comprava logo passava o material adiante depois de lido (Otegem, 2001: 56).



Europa no século XVII, estabelecendo um patamar que outros países vizinhos só alcançariam séculos depois (Israel, 1995: 686): na Antuérpia no século XVI, 50% dos homens sabiam ler – o mesmo número vale para Amsterdã do início do século seguinte. Em 1630, 60% dos homens e 32% das mulheres que se casaram em Amsterdã sabiam assinar seu próprio nome (van der Woude *apud* Schmidt, 2001: 8). No mesmo período, a taxa de alfabetização no restante da Europa não passava de 30% para homens e 10% para mulheres.

Assim, no revolucionário impulso editorial do período moderno, a Antuérpia do século XVI e a Amsterdã e Leiden da primeira metade do XVII foram palco da proliferação da literatura produzida pelos descobrimentos, que trazia ao crescente público letrado as narrativas das maravilhas e peculiaridades de além-mar. Desde o início, o Novo Mundo encontrou uma audiência ampla e receptiva entre os leitores neerlandeses, que avidamente consumiam os trabalhos sobre a América. Edições das cartas de Colombo e Vespúcio, bem como de Hernan Cortés para Carlos V, foram publicadas na Antuérpia quase simultaneamente à sua publicação original (Schmidt, 2001:6). Caso exemplar é o do relato de Hans Staden, publicado em alemão em Marburg em 1557: foi traduzido para o holandês no ano seguinte e publicado dezessete vezes nos Países Baixos, em holandês ou em latim, entre 1595 e 1700 (Whitehead & Harbsmeier, 2008:xvi). Do mesmo modo, a narrativa de Agustín de Zárate *Historia del descubrimiento y conquista del Peru* foi publicada pela primeira vez na Antuérpia, em 1555, em espanhol, e teria mais edições em holandês do que na sua língua original.

Aqui é preciso destacar que o mercado editorial norte-europeu alimentava-se continuamente das fontes ibéricas. Uma série de textos de autores espanhóis e portugueses vinha sendo traduzida ou mesmo publicada no original nos Países Baixos e na Flandres desde a primeira metade do século XVI, incluindo narrativas de viagem, cartas e crônicas

sobre o Novo Mundo mas também peças de teatro e tratados de medicina. Com efeito, entre 1550 e 1650 nada menos que noventa e cinco obras espanholas foram traduzidas para o idioma holandês (Lechner, 1992:79). Entre elas, a crônica de Francisco López de Gómara, *Historia General de las Indias...*, teve quatro edições em espanhol feitas na Antuérpia nos dois anos que se seguiram à sua publicação original em Zaragoza, em 1552; a *Crónica del Perú* do conquistador Pedro Cieza de León foi publicada em holandês por três editores diferentes na Antuérpia em 1554, apenas um ano depois de sua primeira edição, feita em Sevilha.

Outro aspecto importante da revolução editorial do século XVI é o surgimento das coleções de relatos de viagem. A primeira delas veio a lume já em 1507, organizada pelo editor italiano Fracanzano da Montalboddo (fl. 1507-1522), trazendo relatos sobre a América, a África e a Ásia. Uma mudança significativa no formato destas coleções foi introduzida pelos volumes das *Navegações e Viagens* do veneziano Ramusio (1485-1557), publicados entre 1550 e 1559, que não só traziam mapas desenhados a partir das informações cartográficas mais recentes, como também incluíam, ao lado dos relatos de viagem contemporâneos, narrativas de viagem clássicas (Groesen, 2008:38-39). As *Navegações* de Ramusio foram lidas avidamente no norte da Europa, que seria palco da criação, poucas décadas depois, das duas mais famosas e mais lidas coleções de viagem do período moderno: a *Principal Navigations* do inglês Richard Hakluyt (1552-1616), publicada em três volumes entre 1589 e 1600, e finalmente aquela de Theodor de Bry (1527-1598) e seus filhos Johannes Theodor (1561-1623) e Johannes Israel de Bry (c.1570-1611), as séries *India Orientalis*, de doze volumes, e *India Occidentalis*, de treze.

Publicadas em latim, alemão, francês e inglês entre 1590 e 1634, sua característica mais distintiva eram as belas gravuras que ilustravam os relatos.<sup>25</sup>

A partir do final do século XVI, quando a presença neerlandesa no Atlântico se tornou mais constante, o influxo de informações sobre os mundos de além-mar foi reforçado pelos testemunhos que os próprios neerlandeses sabiam dar. A própria coleção dos De Bry é um testemunho disso: cerca de quarenta por cento dos relatos que a formavam eram de autoria de navegadores neerlandeses (Groesen, 208:47). Pode-se dizer, assim, que a crescente utilização das embarcações neerlandesas e dos serviços dos mercadores norte-europeus a partir da penúltima década do Quinhentos gerou um perigo iminente para as possessões lusitanas tanto no Novo Mundo quanto na África e na Ásia. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, os portugueses

“valiam-se não só de navios hanseáticos, mas também e principalmente das grandes urcas flamengas ou até holandesas e zelandesas, que depois de 1575 vão adquirir papel cada vez mais assinalado no comércio com o Brasil. *E não era provavelmente destituído de fundamento o temor de que, através destas viagens, o conhecimento das províncias ultramarinas de Portugal se divulgasse fora do reino, com sérios danos para a Coroa*”. (Holanda, 2003: 184 – ênfase minha).

Com efeito, a partir de 1600, os neerlandeses conseguiram reunir informações suficientes para empreender suas viagens de comércio e exploração por conta própria, seguindo rotas e planos desenvolvidos com base em todo o material que lhes era trazido de volta por seus compatriotas navegadores e marinheiros: descrições, mapas, plantas, vistas e informações sobre a história, os habitantes, a natureza, o clima e a situação militar de cada colônia que lhes interessava (Zandvliet, 1992:270). Estes “testemunhos” ou informações

---

<sup>25</sup> Para uma análise aprofundada da coleção De Bry, cf. Groesen, 2008.

advindas de experiência direta em ultramar circulavam de duas maneiras: primeiro, como documentos independentes, que chegavam até cartógrafos, mercadores e diretores da VOC – que, por sua vez, usavam-nos na elaboração de mapas, roteiros e planos para futuras viagens. Segundo, eram compilados e transformados em livros, que traziam também dados, relatos ou mesmo trechos inteiros de obras anteriores (e, freqüentemente, ibéricas) sobre as regiões em questão.

Neste sentido, exemplo clássico é o *Itinerário* do viajante holandês Jan Huygen van Linschoten (1563-1611).<sup>26</sup> Publicado em Amsterdã em 1596, o livro traz uma descrição das Índias Orientais portuguesas composta a partir da experiência do autor de seis anos em Goa a serviço do arcebispo dominicano Dom Vicente da Fonseca e dos quase três anos que passou na Ilha Terceira, nos Açores. As informações que Jan Huygen trouxera em suas anotações de viagem, contudo, diziam respeito apenas a uma parte do mundo: a Ásia Portuguesa. Então, e por sugestão de seu editor, Cornelis Claesz (1551-1609), Linschoten decidiu complementar o *Itinerário* com as informações então disponíveis sobre a América e a costa oeste da África. Este novo livro foi intitulado *Descrição de toda a costa da Guiné, Manicongo etc. seguida da descrição das Índias Ocidentais*. O *Itinerário* foi a primeira compilação neerlandesa que uniu praticamente todas as fontes disponíveis sobre navegação em um só conjunto (Zandvliet, 1992: 266).<sup>27</sup> Do mesmo modo, Linschoten elaborou também um manual prático para os navegadores holandeses, para os quais o conteúdo do *Itinerário* não era suficientemente detalhado: o *Reys-gheschrift*, que serviria de guia para navegação da carreira da Índia.

---

<sup>26</sup> Sobre Linschoten, cf. Burger (1934), a extensa biografia escrita por Charles Parr (1964) bem como os recentes trabalhos de Gelder, Parmentier e Roeper (1998) e Boogaart (2003). Sobre a composição do *Itinerário*, cf. Pos 1997 e 1998.

<sup>27</sup> Arie Pos identificou algumas das fontes textuais utilizadas por Linschoten no *Itinerário*: o canto X de *Os Lusíadas*, de Camões; os *Colóquios dos Simples e drogas e coisas medicinais da Índia*, de Garcia da Orta; o *Tratado de las drogas y medecinas de las Índias Orientales*, de Cristóvão da Costa e a *Historia del gran Reyno de la China*, de Juan Gonzáles Mendoza (Pos, 1997: 32-33).

Jan van Linschoten e suas publicações tiveram, portanto, um papel fundamental no desenvolvimento das navegações neerlandesas do início do XVII: eles revelaram “aos estrangeiros os ‘segredos’ das Índias, zelosamente preservados nos reinos ibéricos” (Holanda, 2003:187). E estes segredos foram revelados não só em forma textual, através de relatos, mas também – e necessariamente – através de ilustrações e mapas.<sup>28</sup> No caso do *Itinerário* e do *Reys-gheschrift*, os mapas e cartas náuticas neles inseridos eram cópias da produção cartográfica ibérica mais atual. Desta forma, com seus relatos e seus mapas atualizadíssimos, o *Itinerário* é um dos melhores exemplos da velocidade, eficácia e amplitude da circulação de informações e conhecimento sobre o mundo não-Europeu nos Países Baixos do início do Seiscentos. Neste sentido, aliás, Kees Zandvliet revela que Cornelis Claesz, editor dos dois livros de Linschoten, gostava de informar seus compradores que os mapas que ilustravam os livros haviam sido adquiridos na Espanha “por conta própria” (Zandvliet, 1992:268), revelando assim a dinâmica ocasionalmente tortuosa sobre a qual se assentava o conhecimento marítimo neerlandês. A partir de 1600, o saber cartográfico estrangeiro seria rapidamente substituído pelos conhecimentos e descobertas náuticas dos neerlandeses, amplamente divulgadas pelos editores da província de Holanda através de guias de navegação, mapas e cartas náuticas.<sup>29</sup>

### ***O Brasil, os brasileiros e a conquista holandesa***

O conhecimento sobre o Brasil teve um lugar particularmente destacado na produção e reprodução de saberes sobre a América que tanto se expandiu na Holanda no

---

<sup>28</sup> Sobre o papel e o desenvolvimento da cartografia nos Países Baixos no século XVII, ver o Zandvliet, 2002.

<sup>29</sup> Exemplos destas descobertas geográficas neerlandesas do início do século XVII são os rios, ilhas e portos da região da Guiana, também chamada de “Costa Selvagem”, no norte da América do Sul, por armadores neerlandeses em 1598; as explorações na região do rio que mais tarde levaria seu nome por Henry Hudson, em 1609, na América do Norte e, finalmente, a descoberta da passagem do Oceano Atlântico para o Pacífico através do extremo sul da América pelo estreito de Le Maire em 1616.

início do XVII. A presença neerlandesa nas águas do Atlântico e o papel dos mercadores holandeses no comércio de açúcar faziam crescer tanto o interesse quanto o volume de notícias sobre a colônia portuguesa. Aos poucos, entre os primeiros anos do Seiscentos e a terceira década daquele século, uma quantidade considerável de informações sobre o Brasil havia sido acumulada não só através das narrativas de viagem publicadas como livros, mas também na forma de relatórios de pilotos, almirantes e capitães que viajaram pelo Atlântico; interrogatórios, conduzidos pelos Estados-Gerais ou pela própria WIC, de holandeses e brasileiros com conhecimento das costas e do interior do Brasil; e finalmente documentos portugueses interceptados por navios holandeses. A transformação de todo este material em um conjunto unificado que auxiliaria na efetiva conquista da capitania de Pernambuco e arredores em 1630 deveu-se ao humanista Johannes de Laet, um dos principais diretores da WIC e ativo defensor do plano de ocupação holandesa na América do Sul.

Johannes de Laet nasceu na Antuérpia, em 1581, filho de um rico mercador de têxteis. Por ocasião da queda daquela cidade para as forças do Império Espanhol em 1585, sua família, de fé protestante, refugiou-se em Amsterdã, onde o jovem Johannes frequentou a escola latina. De Laet estudou Letras Clássicas e Filosofia na Universidade de Leiden entre 1597 e 1602 e, ao término dos estudos, como tantos naquele tempo, partiu para uma viagem formativa que o levaria a Londres e Paris. Em 1605, matriculou-se como estudante de Teologia em Leiden e voltou a residir naquela cidade dois anos mais tarde. Trabalhou no comércio de bens de ultramar e como investidor na drenagem de terras nas regiões de lagos da Holanda. Seu sucesso nestas atividades fez com que a Câmara de cidade de Leiden o escolhesse para comandar a participação desta cidade na fundação da WIC (Bremmer Jr.,

1998: 149-150). Desta forma, em 1621 tornou-se um dos principais diretores da recém-fundada Companhia.<sup>30</sup>

Se foi através do comércio exterior e investimentos financeiros que De Laet fez sua pequena fortuna, era ao estudo que este humanista gostava de dedicar a maior parte de seu tempo. Escritor prolífico, publicou mais de vinte livros sobre teologia, filologia clássica, filologia comparada e – mais relevante para o presente estudo – história e geografia, incluindo do Novo Mundo. Com efeito, de Laet foi um dos maiores divulgadores dos conhecimentos geográficos, etnográficos e históricos das regiões compreendidas pelo monopólio da WIC. Ele colecionava estes conhecimentos não só através de sua ampla e rica biblioteca e dos relatos de viagem que lhe eram disponibilizados, como também através dos objetos do Novo Mundo (plantas, animais, artefatos) que recebeu de presente de viajantes e altos funcionários da WIC – como Johan Maurits van Nassau, por exemplo (Jorink, 2006:307-308): Johannes de Laet, como bom humanista, era também um colecionador.

As atividades de De Laet como diretor da WIC e como humanista entrelaçavam-se: como afirma José Antonio Gonsalves de Mello, “De Laet contribuía com seu pecúlio para a formação do capital da empresa e fornecia os elementos básicos para o conhecimento da sua área de ação, o Novo Mundo” (Gonsalves de Mello, 1986: 81). Ele trabalhou na formação de um conjunto de saberes empíricos e aplicáveis que ajudariam a consolidar a conquista das capitâneas açucareiras na América Portuguesa. Assim, De Laet organizou duas compilações de relatos sobre a América cuja finalidade era adicionar informações estratégicas para a conquista das terras do oeste. A primeira delas, datada de cerca de 1620, contém fragmentos, traduzidos para o holandês, de autores ingleses, portugueses e

---

<sup>30</sup> Sobre a vida e a obra de De Laet, cf. a introdução de S.P.L'Honoré Naber à edição neerlandesa moderna do *Iaerlijk Verhael* (Laet, 1931-1937) bem como a edição especial da revista *Lias: The Journal of Early Modern History of Ideas* (1998, vol. 25).

espanhóis sobre a América Central e do Norte (Teensma, 2007:43).<sup>31</sup> A segunda é uma compilação de fragmentos de textos escritos entre 1624 e 1637 contendo informações estratégicas sobre a costa brasileira.<sup>32</sup> Trata-se de um manuscrito de cerca de duzentas páginas, redigidas por um amanuense sob as ordens de De Laet, que selecionou trinta e seis fragmentos de três tipos de textos: documentos portugueses capturados pela WIC, relatórios de marinheiros endereçados aos diretores da Companhia e, finalmente, interrogatórios – de portugueses aprisionados pelos holandeses, holandeses aprisionados pelos portugueses bem como de treze índios potiguar que haviam sido levados para a Holanda em 1625 para tronarem-se intérpretes e assistentes no planejamento e invasão do Brasil. As informações contidas nos textos versam sobre o clima e a geografia do Brasil e as possibilidades e empecilhos para navegação na região; incluem descrições das costas do país e de rotas internas, além de um último texto que trata das capitânicas de São Vicente, Rio de Janeiro e da cidade de Buenos Aires. O *Roteiro* nunca chegou a ser publicado. Benjamin Teensma sugere, porém, que Johan Maurits van Nassau pode ter recebido um exemplar deste manuscrito, com todos os conselhos sobre conquista e ocupação nele formulados, poucos meses depois de chegar ao Brasil (Teensma, 2007:70). De qualquer forma, o *Roteiro* é uma prova do lugar fundamental que ocupavam os saberes adquiridos através da experiência *in loco* dentro do *corpus* de conhecimento gestado nos Países Baixos sobre o Brasil – e o mesmo se pode afirmar sobre a compilação de textos sobre o Caribe e América do Norte.

Além das informações destas duas compilações, que provavelmente só foram lidas por poucas pessoas dentro da própria WIC, De Laet também logrou fazer chegar a um público amplo o conhecimento que continuamente colecionava sobre a América. Neste

---

<sup>31</sup> Atualmente, este manuscrito, de nome *Navigatiën naer West-Indiën (Navegações às Índias Ocidentais)*, encontra-se na biblioteca pública de Nova York.

<sup>32</sup> Este manuscrito encontra-se atualmente na Biblioteca John Carter Brown, em Providence, Estados Unidos, e foi recentemente traduzido para o português e publicado no Brasil (ver Laet, 2007 [c.1637]). Sobre a trajetória do manuscrito até esta biblioteca, cf. Teensma, 2007.



sentido, a primeira publicação de De Laet em que o Brasil é estudado amplamente é o *De Nieuwe Wereld ofte beschrijvinghe van West-Indien (O Novo Mundo ou Descrição das Índias Ocidentais)*, de 1625, publicado pelos editores Elzevier em Leiden. Assim como fizera Jan Huygen van Linschoten, de Laet utilizou-se amplamente de fontes ibéricas para compor seu relato, uma vez que ele mesmo jamais viajara até as Índias. Na introdução à obra, ele elenca os principais autores que lhe serviram de fonte: o italiano Pedro Martyr, os espanhóis Lopes de Gómara, Cieza de León, José de Acosta, Alonso de Ercilla, Antonio de Herrera, os franceses Andre Thevet, Jean de Léry e Claude d'Abbeville, as coleções de viagem de Ramusio e Hakluyt e, finalmente, o próprio Linschoten.<sup>33</sup> Contudo, na mesma lista figuram também os relatos das viagens ao novo continente feitas por neerlandeses antes de 1625: Olivier van Noort, Joris van Spilbergen e Cornelis Schouten van Hoorn, que estiveram no extremo sul da América, fazendo a passagem do Atlântico para o Pacífico respectivamente em 1600, 1614 e 1616, bem com o *Toortse der Zeevaart*, do navegador Dierick Ruiters.<sup>34</sup> Finalmente, ele utilizou também os diários de bordo e apontamentos dos diversos marinheiros e navegadores holandeses que haviam viajado a América a serviço da WIC bem como alguns diários de bordo pertencentes a VOC (Zandvliet, 1992: 275).<sup>35</sup> Por conta desta sua composição singular, o *Nieuwe Wereld* é a primeira obra em que se

---

<sup>33</sup> Ausência notável é a do relato de Hans Staden.

<sup>34</sup> Publicado em Vlissingen em 1623, o livro de Ruiters continha uma descrição de como chegar à África e à América baseada no livro do cosmógrafo-mor português Manoel de Figueiredo, *Roteiro e Navegação das Índias Ocidentais*, de 1609, bem como uma série de descrições do próprio Ruiters sobre suas viagens no Atlântico Sul. Ele navegou pela costa ocidental da África entre Senegal e Angola, e em seguida viajou ao Brasil, onde aportou, em 1617, em Sergipe. De lá, foi para o Rio de Janeiro, onde foi logo preso pelos portugueses e levado a Pernambuco, passando pela Bahia. Depois de dois anos e meio, fugiu de volta para os Países Baixos e escreveu a *Tocha da Navegação*, que serviu de guia para o ataque e invasão de Salvador da Bahia de Piet Heyn em 1624, da qual, aliás, o próprio Ruiters também participou (*Holandeses no Brasil...*, 1968:129; Behrens, 2004:52-53).

<sup>35</sup> Com efeito, desde sua fundação, a Companhia das Índias Ocidentais exigia que pilotos e patronos a seu serviço mantivessem anotações e desenhassem mapas das diferentes costas e portos que visitassem e, uma vez de volta, entregassem-nas aos diretores da companhia, que por sua vez forneceriam todo o material ao cartógrafo oficial da WIC (e da VOC), Hessel Gerritsz (1581-1632). A pena para aqueles funcionários que não entregassem seus diários de bordo era a retenção de salário durante três meses (Zandvliet, 1992:272).

descreve em detalhe e extensão as atividades neerlandesas no Novo Mundo (Bremmer Jr., 1998: 150).

A intenção por trás da compilação de tantas e tão diversas fontes era relativamente simples: as informações sobre as Américas estavam dispersas e, por isso, fazia-se necessário compendiar-las e colocá-las ao alcance dos acionistas e diretores da WIC. Na dedicatória do livro, De Laet escreveu que sua intenção era fornecer “o conhecimento correto das ditas regiões [que estão compreendidas no privilégio da WIC] e seus povos, não só para a informação de quem exerça a direção desta Companhia das Índias Ocidentais, como de quem tenha o encargo da execução ali das resoluções aqui tomadas.” (Laet 1625: s/p). Do mesmo modo, aquela compilação deveria também servir como estímulo para que se continuasse explorando – física e intelectualmente – as terras do Novo Mundo: no prefácio ao leitor, explica que decidiu redigir o livro “para serviço e utilidade de nossa pátria, para oferecer a nossa gente um conhecimento geral das terras das Índias Ocidentais e para despertar nela o desejo de realizar ali novas indagações.” (Laet, 1625: s/p).

No *Novo Mundo*... há um livro inteiro, composto de vinte e oito capítulos, dedicado ao Brasil. O primeiro capítulo descreve a localização geográfica e o clima sempre quente do país, comparando-o com o do Peru segundo o relato de Acosta. Indica o tipo de exploração econômica que pode ser feita no Brasil, afirmando que parecem existir, ali, minas de ouro e prata que ainda não haviam sido exploradas pelos portugueses, além da madeira pau-brasil, que os índios cortavam e transportavam para os navios estrangeiros em troca de “espelinhos, facas e outras bugigangas” (De Laet, 1625: 414). Observa-se, assim, o caráter prático e objetivo do livro de De Laet, que procura identificar as possibilidades de exploração da colônia e explicá-las a seus leitores. O mesmo pode se depreender dos capítulos terceiro e décimo sexto, em que o autor trata dos habitantes do Brasil – o

primeiro, baseado no relato de Léry e de “alguns jesuítas que estiveram no Brasil”; o segundo, baseado no então recém-publicado texto de Anthony Knivet.<sup>36</sup> De Laet não faz uma digressão muito longa sobre os nativos brasileiros, mas limita-se a repetir informações sobre o nome dos diferentes grupos indígenas, onde vivem, que língua falam e, evidentemente, ressalta a prática da antropofagia entre eles, sem, contudo, aprofundar-se em uma reflexão sobre a natureza, a origem ou os costumes destes nativos. Estes capítulos têm o objetivo claro de indicar ao possível viajante o que ele deverá encontrar quando no Brasil.

Os capítulos seguintes são dedicados a descrições geográficas de cada capitania do Brasil, bem como explicações detalhadas sobre cada trecho da costa do país, de São Vicente até Paraíba e Rio Grande. No capítulo sobre Pernambuco – ou melhor, Olinda, onde há “mil casas e setenta engenhos de açúcar” –, De Laet faz questão de indicar a recente construção de um segundo forte no porto de Recife, motivada pelo episódio da presença do pirata inglês James Lancaster (1554-1618) em Recife em 1595, que passou um mês saqueando a região (De Laet, 1625: 426). Desta forma, De Laet sutilmente indica que, apesar da presença do segundo forte, não seria impossível para uma esquadra de navios estrangeiros entrar ali e invadir aquele porto. No décimo oitavo capítulo, o livro sobre o Brasil transforma-se em um livro sobre o Maranhão baseado no relato do capuchinho francês Claude d’Abbeville. Tem-se então sete capítulos dedicados ao ar e fertilidade daquela terra, às suas árvores frutíferas, às suas ervas, raízes e pássaros, aos seus peixes e seus quadrúpedes, além de um capítulo dedicado aos habitantes do Maranhão. Finalmente,

---

<sup>36</sup> Anthony Knivet (?-1649) participou da expedição de Thomas Cavendish (1560-c.1592) ao Mar do Sul em 1591 mas, doente, foi abandonado no litoral de São Vicente, de onde partiu para uma série de expedições dentro do Brasil após recuperar-se. Seu relato foi publicado pelo inglês Samuel Purchas (1577-1626) no seu compêndio de viagens *Pilgrimes* naquele mesmo ano de 1625. Isto indica a rapidez com que De Laet – e o mercado neerlandês em geral – adquirira, lia e fazia uso prático das narrativas de viagem estrangeiras. Para uma versão em português do texto de Knivet, cf. a recente edição trazida ao público pela editora Jorge Zahar, que conta com tradução do original de 1625 bem como ilustrações da edição neerlandesa de 1704 (Knivet, 2007).

há um capítulo sobre Fernando de Noronha “de acordo com a descrição dos franceses” e um último capítulo contendo “um breve relato de quando os franceses estiveram nesta região e sobre o monte Ibiapaba”.

De modo geral, o *Novo Mundo* de De Laet funciona como um guia para o viajante que vai para o Brasil, mostrando a ele o que poderá encontrar em cada lugar. O livro teve quatro edições diferentes num período de apenas quinze anos. Nelas, o autor não se limitou a mandar reimprimir seu texto, mas reescreveu e adicionou a cada uma das edições as informações e ilustrações mais recentes sobre as regiões que nelas descrevia.<sup>37</sup> Isto mostra como este livro era, em essência, um projeto de conhecimento em andamento: De Laet seguia à risca aquilo que sugerira aos leitores na nota da primeira edição, realizando novas indagações sobre o Novo Mundo e fornecendo as respostas mais atualizadas disponíveis a cada nova edição. A segunda edição do livro saiu em 1630, pela mesma casa editorial Elzevier, de Leiden. Com relação aos trechos sobre o Brasil, o autor acrescentou uma série de novos capítulos sobre botânica e zoologia, ilustrando-os com gravuras tiradas de tratados de história natural, como o *Exoticorum Libri Decem* do naturalista Carolus Clusius (ou Charles L'Ecluse), publicado em 1605. A terceira edição, que veio a lume em 1633, novamente pelos editores Elzevier, foi publicada em latim, com tradução do próprio De Laet. Nela, ele incluiu um capítulo extra sobre “diversas nações de brasilienses e sua natureza e costumes, segundo comentário de novos autores portugueses”, bem como um capítulo final sobre “como Olinda foi tomada pelos holandeses e como a conservam ainda hoje”. A quarta edição, publicada em francês em 1640 ainda pela casa Elzevier, difere pouco da terceira em termos do texto. Vale notar, contudo, que as informações adicionais presentes nesta última edição foram transmitidas oralmente a De Laet por informantes que

---

<sup>37</sup> Uma análise pormenorizada das diferenças entre as quatro edições, especialmente das imagens nela inseridas, encontra-se em Gonsalves de Mello, 1986.

conheciam bem a situação geográfica, militar e histórica do nordeste do Brasil: eram eles os treze índios potiguar que haviam embarcado no navio comandado por Boudewijn Hendricxsz em 1625, quando este parou na Baía da Traição no caminho de volta de Salvador a Amsterdã. Em mais de um momento no texto, De Laet se refere a notícias que lhe foram dadas “pelos nossos selvagens”. Outro de seus informantes parece ter sido o então ex-jesuíta Manoel de Moraes (1596?-1651?).<sup>38</sup> O aumento do uso de fontes orais, especialmente de informantes brasileiros, na quarta edição do livro é um reflexo evidente da crescente presença neerlandesa no Brasil desde a primeira edição em 1625 bem como do investimento da WIC no domínio das terras recém-conquistadas.

O frontispício que aparece a partir da segunda edição do *Nieuwe Wereld* [figura 4] retrata muito bem esta mudança de posicionamento dos Países Baixos com relação ao Brasil. Em 1630, coincidentemente a mesma data da publicação da segunda edição, os neerlandeses lograram conquistar Olinda e aos poucos foram estabelecendo sua colônia na capitania de Pernambuco e arredores. Desta forma, não só tinham acesso a muito mais informações sobre a terra do Brasil como a própria maneira de retratar aquela porção do Novo Mundo passou por uma transformação: o Brasil era agora um rico fornecedor de bens e capital para a Holanda. Na folha de rosto do *Nieuwe Wereld* de 1630, gravada pelo editor e gravurista Cornelis Claesz, vê-se duas colunas: a da esquerda traz um medalhão com o busto do almirante holandês Piet Heyn (1577-1629), autor da façanha marítima que finalmente trouxe à Holanda o capital necessário para a investida da WIC no Brasil: em 1628, Heyn logrou capturar a frota anual de prata da Armada Espanhola, que saía do México a caminho da Espanha, na altura da Baía de Matanzas, em Cuba, cujo mapa, neste frontispício, está devidamente colocado abaixo do busto do herói. No lado direito da gravura, vê-se outra coluna, esta com o busto do capitão Hendrick Lonck (1568-1634),

---

<sup>38</sup> A relação intelectual que se estabeleceu entre De Laet e Moraes será discutida no capítulo 3 desta tese.

abaixo do qual há um mapa de Olinda incluindo o Recife. Lonck comandou a frota de vinte navios que, em 1630, tomou Olinda dos portugueses. Entre as duas colunas e bustos, na parte inferior da gravura, vê-se uma figura de mulher sentada, representando a Holanda, para a qual três indígenas vestidos com penas oferecem frutos e jóias; ao lado de um dos indígenas vê-se um tatu, símbolo do Novo Mundo [figura 5].

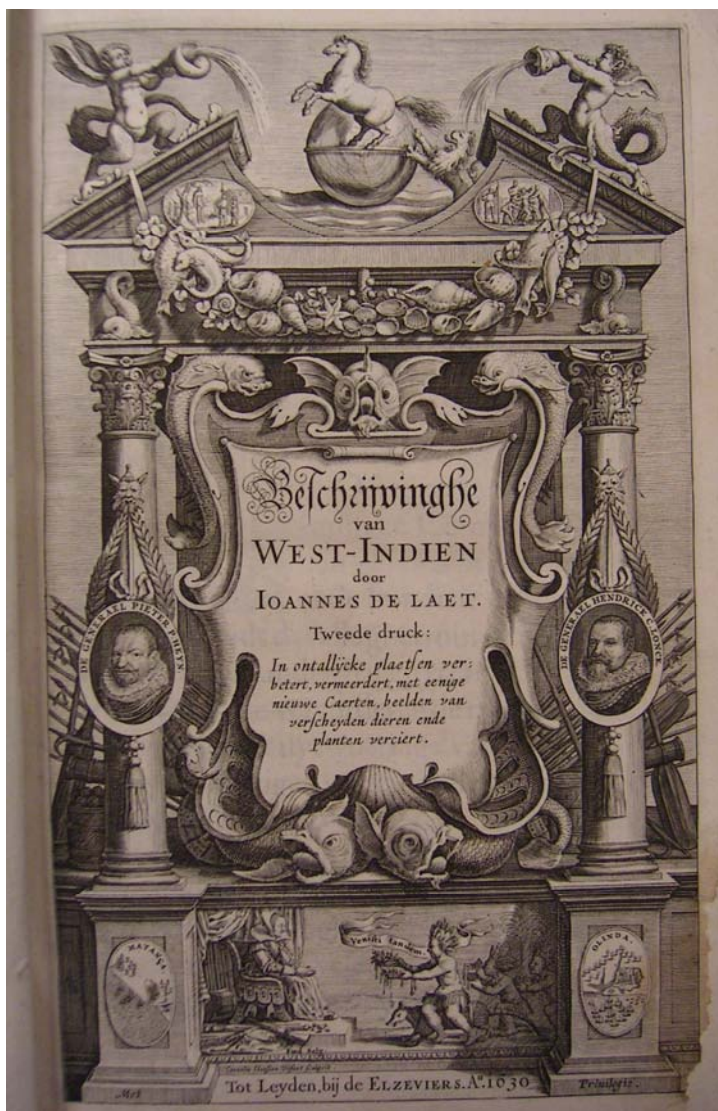


Figura 4. Frontispício de Johannes de Laet. *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*. Leiden: Elzevier. 2a edição, 1630.



Figura 5: Detalhe do frontispício de Johannes de Laet. *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*. Leiden: Elzevier. 2ª edição, 1630.

Esta pequena imagem convida a pensar sobre a relação que se estabeleceu entre alguns grupos indígenas no Brasil e a Companhia das Índias Ocidentais. Para tanto, porém, é preciso antes ter esclarecida uma questão fundamental, qual seja, a do discurso político sobre os nativos da América do Sul nos Países Baixos durante os séculos XVI e XVII. Neste sentido, o estudo recente e pioneiro de Benjamin Schmidt (2001) demonstrou que os povos indígenas do Novo Mundo não eram vistos como inimigos selvagens – ou, pelo menos, não apenas como inimigos selvagens, mas antes como possíveis aliados. Schmidt analisou livros e panfletos publicados entre 1570 e 1670 e identificou neles um discurso relativamente uníssono que projetava a imagem não de um “Outro selvagem”, mas de um aliado em potencial (Schmidt, 2001: xxii). A chave para tal interpretação, bem como para a raiz deste discurso, está no conflito que os Países Baixos vinham travando com a Espanha dos Habsburgos. Na luta pela sua independência do Império Espanhol, os neerlandeses identificavam os indígenas como semelhantes que sofriam a tirania e os abusos do mesmo governo de Felipe II contra o qual lutavam. Assim, define Schmidt, o outro, na República Holandesa, era o espanhol, não o indígena. Definir a América em contraste com este outro era definir a própria Holanda.

Do ponto de vista prático, um dos efeitos deste discurso foi estimular os planos de ataque e colonização de pontos estratégicos da América do Sul. Com efeito, a idéia de uma aliança com nativos sul-americanos esteve na base da fundação da WIC. Willem Usselinx (1567-1647), mercador e diplomata flamengo que foi o primeiro a propor a criação de uma companhia de comércio voltada para o Ocidente, defendia que uma invasão holandesa na América do Sul seria apoiada pelos ameríndios, que voltar-se-iam para o lado dos holandeses “tanto mais quanto muitos deles se sentiam desassossegados sob o jugo dos espanhóis, e outros não tinham ainda a estes se submetido” (Boxer, 2004 [1957]: 4).<sup>39</sup> No evento da invasão de Olinda e Recife em 1630, o papel dos indígenas foi absolutamente fundamental. Conforme já mencionado, em 1625 treze índios potiguar foram levados até a Holanda pela frota de Boudewijn Hendrickxsz., que havia aportado na Baía da Traição em julho de 1625 depois de ter passado pela Bahia, cuja capital planejava atacar – a presença, ali, da armada espanhola fizera o almirante desistir da empreitada.<sup>40</sup> Não se tem certeza de quem eram exatamente os treze indígenas, mas três nomes podem ser confirmados: Antônio Paraupaba, seu pai Gaspar Paraupaba e Pedro Poti (Hulsman, 2006:42). A WIC se encarregou de cuidar da estadia destes índios na Holanda e alocou-os em Amsterdã e Groningen, onde foram educados na língua e cultura holandesas bem como na religião protestante (Gonsalves de Mello, 2001a:208-209). Em 1631, pelo menos três destes índios – os dois Paraupaba e Pedro Poti – retornaram ao Brasil, desembarcando no Recife para servir como negociadores ou intermediários culturais, recrutando demais indígenas para lutar ao lado dos holandeses e, no caso de Antônio Paraupaba, trabalhando como

---

<sup>39</sup> Sobre Willem Usselinx e seu papel no debate sobre a criação da WIC, cf. Schmidt, 2001: 176-184.

<sup>40</sup> Sobre a viagem de Hendrickxsz e seus feitos, cf. Laet, 1916 [1644], capítulo II.



representante da WIC e dos interesses holandeses junto aos Tarairiu em 1634 (Meuwese, 2003:152).<sup>41</sup>

Em função do alto valor do seu conhecimento sobre as capitanias do nordeste do Brasil, estes índios foram interrogados em duas ocasiões: em 1628, ainda na Holanda, por Kiliaan van Rensselaer (1595-1644), diretor da WIC e, logo depois de voltarem ao Brasil, pelo conselheiro político da WIC em Recife, Johan van Walbeeck (1602-1649). Os textos destes interrogatórios aparecem no *Roteiro* compilado por Johannes de Laet em 1637 na forma de um texto único, sem identificação da autoria dos trechos ou das fontes de informação.<sup>42</sup> Apesar das interferências que Walbeeck fez nas anotações de Rensselaer, segundo Benjamin Teensma o conteúdo do texto foi mantido, pois as idéias políticas destes índios eram violentamente antiportuguesas e assim “se enquadravam perfeitamente no programa colonial neerlandês(...)” (Teensma, 2007: 56). Na realidade, o interrogatório dos brasileiros revela não só idéias antiportuguesas que se encaixariam no programa colonial holandês, mas sobretudo um projeto político e militar indígena. Assim, lê-se: “Estes brasileiros julgam que é possível conquistar o Rio Grande com seis a oito navios e iates, uma vez que os portugueses não contam com amigos entre os brasileiros mais ao norte; cujos brasileiros de várias regiões logo se associariam conosco: a saber duas espécies de tapuias com muita gente e de grande estatura.” (Laet, 2007 [c.1637]:138). Os quatro brasileiros na Holanda também mencionaram a possibilidade de estabelecerem aliança com escravos fugidos: “Também dizem que nos matos vivem muitos negros da Guiné e de

---

<sup>41</sup> Um dos eventos mais interessantes neste sentido foi a troca de cartas entre Pedro Poti, que se aliara aos holandeses, e seu primo Filipe Camarão (?-1648), um dos principais líderes da resistência e conseqüente revolta luso-brasileira. Para uma análise pormenorizada destas cartas bem como do contexto da aliança dos potiguar com os holandeses, cf. Pompa (2003: 207-218). Para uma discussão dos indígenas como mediadores culturais, cf. Meuwese, 2003. Para uma biografia de Filipe Camarão, cf. Gonsalves de Mello, 1954.

<sup>42</sup> No manuscrito de De Laet, o título deste trecho permite identificar quatro informantes indígenas: “Descrição da costa noroeste do Brasil entre Pernambuco e Rio Camocipe, do Relatório dos brasileiros seguintes: Gaspar Paraupaba do Ceará, de idade de 60 anos; Andrés Francisco do Ceará, de idade de 50 anos; Antônio Paraupaba de Tabussuram, que fica na distância de 2 dias no interior da Paraíba, da idade de 30 anos; Pedro Poti, da idade de 20 anos”.

Angola – antigos escravos que fugiram dos portugueses – em grandes quantidades; os quais, vendo a ocasião, atacariam os portugueses, e são grandes inimigos deles; e eles pensam que poderiam movê-los logo a socorrer-nos” (Laet, 2007 [c.1637]:138).

Seguem-se a estas afirmações uma série de recomendações sobre a quantidade de tropas, navios, carregações e mantimentos a serem enviados a diferentes regiões da Paraíba, Rio Grande e Ceará, assim como indicações de que outros grupos de brasileiros ou tapuias poderiam vir a se aliar aos holandeses. Finalmente, há menção aos objetos que os holandeses deveriam oferecer aos brasileiros do Ceará para que estes indicassem aos europeus os caminhos para uma mina de prata: vestidos para homens e mulheres “de tecidos ligeiros, segundo o modelo do nosso povo”, camisas, chapéus cinzentos, pentes de marfim, facas diversas, tesouras de barbeiro, navalhas de barbear, contas diversas, facões grandes e pequenos, machados, espelhos, anzóis, potes de ferro e fio e agulha (Laet, 2007 [c.1637]: 145-146). A especificação do tipo de vestido a ser dado é reveladora: não devem ser quaisquer vestidos, mas aqueles feitos do tecido e segundo o modelo usado pelo “nosso” povo, isto é, pelos holandeses (afinal, foram os holandeses Rensselaer e Walbeek que redigiram o texto em sua forma final). Completava-se, assim, o ciclo de troca de presentes entre as partes aliadas, cada qual recebendo da outra produtos e espécies “estrangeiras”.

O texto dos interrogatórios dos brasileiros expõe uma das facetas mais importantes da circulação de saberes durante a experiência colonial holandesa na América do Sul. Na busca de informações e montagem de estratégias para o sucesso da colonização, tinha papel fundamental o conhecimento nativo que, por sua vez, chegava aos holandeses carregado de sentidos e projetos próprios dos grupos indígenas. Desta forma, se o discurso político holandês dos séculos XVI e XVII via os indígenas americanos como possíveis aliados, as

ações destes mesmos indígenas mostram que eles viam os holandeses, do mesmo modo, como aliados estratégicos.

Aquele que melhor soube fazer uso da aliança estratégica com grupos indígenas no Brasil foi justamente o conde Johan Maurits van Nassau, que governou a colônia neerlandesa no Brasil entre 1637 e 1644. Antes de tratar de sua atuação no Brasil e sua relação com os indígenas, é preciso situar brevemente sua biografia. Vamos a ela.

### ***O Conde de Nassau***

Johan Maurits van Nassau-Siegen nasceu em 17 ou 18 de junho de 1604 no castelo da família Nassau na cidade de Dillenburg, localizada na região oeste da atual Alemanha. Filho mais velho do casamento entre Jan VII van Nassau (1561-1623) e Margaretha von Schleswig-Holstein-Sonderburg (1583-1638), Johan Maurits teve doze irmãos mais velhos, frutos do casamento de Jan van Nassau com Magdalena von Waldeck-Wildungen (1558-1599), e doze irmãos mais jovens, filhos de Jan e Margaretha. Seu pai, um “homem fidalgo e calvinista zeloso” (Boxer, 2004: 94), escolheu seu nome a partir dos nomes de seus três padrinhos: o Duque Johann von Holstein-Sonderburg (1545-1622), irmão mais velho de Margaretha, o Conde Maurits van Hesse-Kassel (1572-1627), casado com Juliana van Nassau (1587-1643), filha do primeiro casamento de Jan VII, e finalmente o *stadhouder* das Províncias Unidas dos Países Baixos, Maurits van Oranje (1567-1625). Nenhum dos três padrinhos pôde estar presente na cerimônia de batismo; entretanto, todos eles se fizeram presentes no decorrer da vida do jovem Nassau oferecendo a ele apoio financeiro e político (Tekath, 2005: 33). Além disso, os dois últimos padrinhos viriam a ter um papel fundamental na formação de Johan Maurits e na sua futura carreira militar.

A educação do jovem conde seguiu o modelo recomendado e efetivamente colocado em prática pelos jovens cavalheiros da aristocracia. Até os dez anos de idade, Nassau viveu

no castelo da família em Siegen, que comportava uma pequena corte dentro de uma pequena cidade alemã. Sabe-se que ali, junto de dois irmãos mais novos, ele recebeu lições de dois instrutores, Wolfgang Störver e Heinrich Hatzfeld, ambos nascidos no condado de Nassau-Siegen e formados na Universidade de Herborn. Diferentemente dos tutores de outros jovens nobres daquele período, Störver e Hatzfeld não eram então – e nem viriam a se tornar – estudiosos de destaque no contexto humanista protestante. Isso poderia sugerir uma relativa modéstia da parte de Jan VII na educação de seus filhos. Cabe aqui lembrar, porém, que ele próprio se envolveu na formação de seus herdeiros destinando a eles uma versão em latim do livro do espanhol Antonio de Guevara, *Relej de princeps*, de 1529, uma publicação então amplamente usada para ensinar aos jovens nobres as virtudes necessárias para se tornarem bons líderes. O exemplar de Johan Maurits continha uma anotação na margem indicando que aquele livro fora copiado à mão por seu pai e entregue a ele no ano de 1610 (Mout, 1979: 19). Ademais, Jan VII fundara uma escola militar em Siegen, destinada aos filhos da aristocracia e baseada em uma disciplina militar rígida. Não há prova específica de que Nassau tenha freqüentado esta escola, mas certamente recebeu do pai lições sobre a conduta correta de um oficial do exército.

A formação fora do âmbito doméstico iniciou-se em 1614, quando Nassau, acompanhado do tutor Hatzfeld, viajou até a cidade de Kassel, onde viviam sua irmã Juliana e seu padrinho, o conde Moritz von Hesse-Kassel. Lá, Nassau juntou-se a dois filhos deste casal e os três seguiram viagem até Basel, em cuja escola estudariam por um ano. Além dos estudos em Basel, os três jovens nobres também compartilharam de uma viagem formativa pelas cidades de Genebra, Estrasburgo, Bern, Lausanne e Zurique – todas elas redutos do calvinismo não-ortodoxo que as famílias Nassau e Hesse-Kassel praticavam. Esta viagem correspondeu a uma *kavalierstour*, isto é, uma longa viagem por

países distantes empreendida por jovens nobres, desde o século XVI, como parte integrante de sua formação como nobres cortesãos: conhecendo cidades distantes, línguas diferentes e costumes incomuns, os jovens cavalheiros aprenderiam sobre o mundo e a natureza humana e aperfeiçoariam suas maneiras e suas habilidades (Mout, 1979: 17). No caso da viagem formativa de Nassau, a escolha de permanecer em ambientes de confissão protestante, mas moderada, reflete os cuidados de seu pai e de seu padrinho, cujos territórios seriam logo mais assolados pela Guerra dos Trinta Anos.

A estadia em Basel durou apenas um ano, ao final do qual os três jovens retornaram a Kassel, onde foram matriculados no *Colegium Mauritianum*, escola fundada pelo conde de Hesse-Kassel que ocupava uma das alas de seu castelo na cidade (Tekath, 2005: 34). Ali, Nassau estudou Grego, Latim, Francês, Inglês, Italiano, Espanhol, Teologia, Filosofia, Matemática, Ciências Militares, Medicina, Retórica, História, Música, Dança e Combates, matérias imprescindíveis para a formação humanística abrangente que Moritz van Hesse-Kassel – assim como grande parte da nobreza renascentista alemã e neerlandesa – considerava fundamental para um jovem nobre. No *Colegium* Nassau estudou por quatro anos, até que, em 1618, o conde de Hesse-Kassel introduziu uma série de reformas na escola que acarretaram o aumento dos custos da educação dos alunos (Mout, 1979: 31). Àquela altura, Jan VII já havia tido mais quatro filhos homens e, portanto, não poderia arcar com as despesas de manter Nassau em Kassel. Assim o jovem Johan Maurits retornou à sua cidade natal já contando com uma boa base de formação humanista.

Neste sentido, aliás, convém aqui lembrar uma das características mais importantes da corte de Moritz von Hesse-Kassel: seu envolvimento e patrocínio direto das ciências e das artes. Também conhecido como “Moritz, o Erudito”, o conde alemão era um homem versátil: tocava uma série de instrumentos de corda, compunha músicas, atuava e falava dez

línguas fluentemente. Organizava grandes festas que contavam com peças teatrais, dança, poesia e competições de cavalaria; chegou a trazer atores ingleses para apresentarem-se no teatro que construía em Kassel em homenagem a seu filho Otto (Dreier, 1985: 104). Seu interesse em ciências manifestava-se particularmente nas áreas da alquimia, matemática e astrologia: sob seu patrocínio foi criada a primeira cátedra de química da Europa, na Universidade de Marburg (Cabral de Mello, 2006:30). O modelo da corte de Hesse-Kassel vinha da então extinta corte do Imperador Romano-Germânico Rudolf II, em Praga, cujos mais importantes alquimistas, aliás, foram recrutados para trabalhar para o conde alemão depois da morte do Imperador (Mout, 1979: 25; Cabral de Mello, 2006:30).<sup>43</sup> Além do patrocínio das ciências e artes, Moritz também aumentou a coleção de curiosidades montada por seu pai. De acordo com um inventário de 1612, o castelo de Kassel continha uma sala para costura e alfaiataria, uma sala para armazenar os apetrechos usados nas apresentações teatrais, uma sala com roupas de várias regiões do mundo, um quarto com armas e um gabinete de curiosidades com “muitas coisas estranhas, que ele obteve do além-mar”, incluindo objetos de arte e de história natural, bem como instrumentos científicos (Dreier, 1985: 105). Neste sentido, aliás, em 1615, Moritz chegou a receber uma oferta do colecionador Bernadus Paludanus, que queria lhe vender parte de sua coleção – o conde alemão, contudo, nunca chegou a concretizar a compra (Hunger, 1934:262-263).

Assim, Johan Maurits viveu intensamente dentro de um modelo de corte muito diferente daquela mais modesta de seu pai, bem como daquelas que encontraria futuramente nas cidades neerlandesas de Leeuwarden e Haia: em Kassel ele conviveu com a prática e mecenato das ciências e das artes numa escala ainda não conhecida nos Países Baixos e que ele tentaria reproduzir mais tarde em sua própria corte no Brasil. Como afirma

---

<sup>43</sup> Rudolf II era especialmente interessado nas “ciências ocultas” como alquimia e astrologia e fazia ele mesmo experimentos alquímicos. Foi patrono de Charles L’Ecluse, Tycho Brahe e Johannes Kepler. Para um estudo abrangente do reinado de Rudolf II, cf. Evans, 1984.

Evaldo Cabral de Mello, “foi Kassel (...) que despertou sua curiosidade científica e artística” (2006:31).

De qualquer forma, uma vez de volta a Siegen e com a tenra idade de 15 anos, ainda era preciso dar continuidade à formação de Nassau. A melhor opção seria recorrer a seu outro padrinho, Maurits van Oranje, e conseguir uma posição na cidade de Haia dentro do exército da República, que o então *stadhouder* liderava com habilidade. Para isso, porém, Johan Maurits era muito jovem. Assim, decidiu-se que ele partiria rumo ao norte, para a cidade de Leeuwarden, em Friesland, para fazer seu treinamento militar junto a seu tio, *stadhouder* daquela província, o conde Willem Lodewijk van Nassau (1560-1620). Ingressou no exército, então, como alferes, no ano de 1620, e em Leeuwarden permaneceu por cerca de dois anos, mesmo após o falecimento de Willem Lodewijk. Ali Nassau entrou em contato pela primeira vez com a corte neerlandesa, muito menos ligada às ciências do que aquela que freqüentara em Kassel.

Depois deste curto mas intenso aprendizado em Friesland, Johan Maurits estava pronto para seguir em direção à principal corte neerlandesa, aquela em que se concentrava o poder que comandava as Províncias Unidas: Haia. Ali, nos meses de inverno ele freqüentava os eventos promovidos pela corte de Elizabeth da Boêmia e, a partir de 1625, pela corte de Frederik Hendrik (1584-1647) e Amalia van Solms (1602-1675). Além de refinar seus modos e habilidades de cortesão, nos quinze anos que se seguiram o conde de Nassau-Siegen logrou ascender na hierarquia do exército graças a seus feitos: em 1626, foi promovido a capitão; três anos mais tarde, tornou-se coronel. Durante todos aqueles anos, lutou contra os espanhóis na fronteira leste da República, cujas cidades alemãs os católicos tentavam conquistar como forma de entrar nos Países Baixos. Foi em 1636, na luta pela última cidade alemã nesta fronteira, que Nassau alcançou fama nacional. A cidade de

Schenkenschans havia sido conquistada pelo Império Espanhol um ano antes, em uma disputa que contou com a participação de um meio-irmão mais velho de Nassau, o conde Johan VIII van Nassau (1583-1638), então convertido ao catolicismo e líder, ali, das tropas de Felipe II. O *stadhouder* das Províncias Unidas, Frederik Hendrik, incumbiu Johan Maurits e seu outro meio-irmão, o marechal Willem van Nassau-Siegen (1592-1642), de recuperar a cidade, fato que foi heroicamente cumprido pelos dois líderes e suas tropas, das quais fazia parte também Friederich Wilhelm von Hohenzollern, futuro Grande Eleitor de Brandenburgo, então com dezesseis anos de idade.

No ano de 1636, portanto, Johan Maurits van Nassau-Siegen contava com trinta e dois anos de idade, uma sólida formação humanista, ampla experiência, reconhecimento e fama pelos seus feitos militares e, finalmente, algum capital que recebera de herança quando do falecimento de seu pai, em 1623,<sup>44</sup> parte do qual usara para comprar um terreno e construir sua casa em Haia. Neste contexto de possibilidades em aberto, a oferta que lhe faria a Companhia das Índias Ocidentais, naquele ano de 1636, seria irrecusável: além de ser uma posição de destaque e muito bem recompensada do ponto de vista econômico, como governador-geral da colônia neerlandesa na América do Sul, Nassau poderia colocar em prática os saberes militares e políticos, bem como todo seu treinamento como nobre cortesão, que havia acumulado até então.

---

<sup>44</sup> Conforme aponta M. Mout, Johan Maurits ficou com o território de Siegen, o domínio de Füsselbach e algumas propriedades no Baixo Palatinado, mas teve de dividir o governo da cidade de Siegen com seus irmãos Jan VIII e Willem (Mout, 1979: 36).



## Capítulo 2

### NASSAU NO BRASIL: CRIANDO UMA COLEÇÃO (1637-1644)

#### *A comitiva de Nassau*

Johan Maurits van Nassau-Siegen chegou em Pernambuco em 23 de janeiro de 1637. Em doze navios, acompanhavam-no 2700 soldados, numerosos funcionários da WIC bem como um pequeno grupo de artistas e cientistas que viriam a criar os mais eloqüentes registros textuais e visuais sobre a experiência neerlandesa na América do Sul. Ademais, e de acordo com o historiador Rüdger Joppien, graças aos resultados que produziu nos âmbitos da história natural, medicina, astronomia e arte, a “expedição” de Nassau tornou-se um episódio único e legendário no contexto dos encontros entre a Europa e o mundo não europeu (Joppien, 1979: 297).

É bem verdade que, nos anos anteriores à chegada do conde, já se havia elaborado relatos sobre a nova terra e sobre a presença, nela, das tropas e da companhia de comércio neerlandesas: o conselheiro político Servaes Carpentier (1599-1645) redigira, em 1635, um relatório sobre a capitania da Paraíba, descrevendo seus habitantes e sua natureza (Carpentier, 2004[1635]); o predicante calvinista Vincent Soler (1590-1665), que chegou ao Brasil em 1636 para ser o pastor da comunidade francófona em Pernambuco, escreveu uma série de cartas para a Câmara da Zelândia e para seu superior André Rivet (1572-1651) em que denunciava os malfeitos dos funcionários e soldados da WIC na colônia (Soler, 1999 [1636-1643]);<sup>45</sup> o viajante inglês Cuthbert Pudsey esteve no Brasil entre 1629 e 1640 e elaborou um diário em que descreve o país e seus habitantes, bem como as batalhas que

---

<sup>45</sup> Para uma análise das cartas do pastor Soler, bem como de um panfleto de sua autoria, cf. Gonsalves de Mello, 1979.

presenciou (Pudsey, 2000).<sup>46</sup> Entretanto, estes são registros esparsos, escritos segundo as motivações individuais de cada autor e sem a pretensão de formar um *corpus* sistemático de conhecimento. Foi apenas com a chegada de Nassau que começou a se constituir um conjunto de textos e imagens com a finalidade específica de descrever e registrar os habitantes, a fauna e a flora do colônia holandesa. Dentro dos vitne e quatro anos da ocupação holandesa do Brasil, os sete anos anteriores e os dez anos posteriores ao período nassoviano não produziram contribuições artísticas ou científicas que não fossem meras repetições (Whitehead & Boeseman, 1989:19). Mais importante, este conjunto só foi criado graças à patronagem de Nassau, que concebeu este projeto, organizou-o e pessoalmente financiou a viagem e trabalho, no Brasil, de pelo menos dois daqueles estudiosos e artistas: Albert Eckhout e Frans Post. Como veremos, as obras dos integrantes deste grupo viriam a constituir parte importante da coleção nassoviana.

O tamanho exato deste *entourage* de Nassau não é conhecido, assim como há divergências sobre exatamente quem fazia parte do grupo. Caspar Barleus, em seu tom encomiástico, pouco ajuda na solução do problema, registrando que Nassau “teve consigo e favoreceu, na paz e na guerra, os mais eminentes artistas: arquitetos, geógrafos, pintores, escultores (...)” (Barleus, 1974 [1647]: 346). Um documento assinado pelo conde em 1º. de março de 1643, contudo, lança luz sobre a questão. Trata-se de uma lista dos membros da corte que dividiam a mesa com Nassau.<sup>47</sup> Nela, lê-se os nomes de Albert Eckhout, Frans Post, Willem Piso e Georg Marcgraf, além de “um predicante”, referência a Franciscus Plante (1613-1690), capelão de Nassau que o acompanhou durante seus oito anos no Brasil

---

<sup>46</sup> Deve-se ressaltar, entretanto, que não há certeza sobre a data em que o diário foi escrito. Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira defendem que Pudsey elaborou o relato a partir de suas memórias, anos após ter deixado o Brasil (Papavero & Teixeira, 2000: 8-9).

<sup>47</sup> NA – OWIC OBP 58 – 206. O documento está reproduzido em *De Navorscher* (1898) e também em Larsen, de forma incompleta (1962:245).

e que depois escreveu um longo poema épico em sua homenagem, chamado “Mauritias”.<sup>48</sup> Assim, como defende Brienem (2006:16), quando se trata dos artistas e cientistas de Nassau, só é possível ter certeza da presença, no Brasil, dos quatro homens mencionados na lista da *vrije tafel* (mesa livre). Vale ressaltar que este mesmo documento elenca um jovem ao lado de cada um destes artistas. Deste modo, Eckhout, Post, Piso, Marcgraf e também o predicante, o secretário, o capitão da guarda e mais onze homens eram acompanhados de “*sijn jonge*”, isto é, “seu jovem” – jovem ajudante e aprendiz, certamente.

Pouco se sabe sobre a vida de Albert Eckhout antes de sua viagem ao Recife. Não há registro exato de seu nascimento, tampouco material sobre seu aprendizado como pintor e absolutamente nenhum trabalho seu do período anterior ao Brasil é conhecido. Apesar da falta de fontes, pesquisas recentes estabeleceram alguns fatos sobre o pintor: nasceu em Groningen, no norte dos Países Baixos, por volta de 1610; mudou-se ainda na juventude para a cidade de Amersfoort, onde foi aluno do pintor e arquiteto Jacob van Campen (1595-1657), que o teria apresentado ao conde Johan Maurits (Egmond & Mason, 2004: 114-115; Brienem, 2006: 30). Uma vez trazido ao Brasil, Eckhout ficou responsável pela pintura de retratos dos habitantes da nova colônia neerlandesa.

Frans Post tem uma biografia um pouco menos obscura: nasceu em Haarlem, cidade próxima a Amsterdã, em 1612, filho de um pintor em vidro. Assim como no caso de Eckhout, não há registros sobre seu treinamento como artista. Possivelmente, a indicação de seu nome para compor a comitiva de Nassau tenha sido feita por seu irmão mais velho Pieter, arquiteto bem conhecido do conde (Larsen, 1962: 48; Côrrea do Lago, 2006: 23). No Brasil, Post pintou dezoito paisagens retratando o nordeste dominado pelos holandeses:

---

<sup>48</sup> O poema, publicado em Amsterdã em 1647, foi analisado por R. A. Eckhout (1979) e José van den Besselaar (1979).

seus engenhos, seus fortes, sua população (ainda que em escala diminuta). Eckhout e Post embarcaram em 1637 junto do governador do Brasil Holandês rumo à colônia.

No ano seguinte, foi a vez de Georg Marcgraf e Willem Piso partirem rumo à América do Sul. Piso, filho de um músico alemão, nasceu em Leiden em 1611. Formou-se em medicina em Caen, na França, em 1633, e em seguida retornou à Holanda. Ali, residiu e praticou seu ofício em Amsterdã até ser convidado pela WIC para ir ao Brasil, com o intuito de substituir o falecido doutor Willem van Milaenen (?-1637) como médico do conde.<sup>49</sup> Milaenen havia morrido poucos meses após chegar a Pernambuco e não havia outro médico neerlandês na colônia, razão pela qual Nassau era obrigado a recorrer a um médico português para cuidar de suas fortes febres, mais tarde atribuídas a malária. A escolha de Piso deveu-se não só à sua formação como médico mas também ao seu conhecimento humanista e ao seu “trânsito pelos círculos letrados” de Amsterdã. Com efeito, ele era próximo de Johanes de Laet, diretor da WIC, e aceitou o posto no Brasil ressaltando que gostaria de usar suas horas livres para fazer pesquisas sobre a história natural do país. Escolha feita, o doutor ainda contou com a nomeação de dois ajudantes, ambos alemães matriculados na Universidade de Leiden: o estudante de medicina Heinrich Cralitz (?-1637), que faleceu pouco depois de chegar à colônia, e o naturalista George Marcgraf (Pies, 1981: 38-41).

Marcgraf, nascido em 1610 em Liebstadt, na Saxônia, estudou botânica, matemática, medicina e astronomia em dez universidades diferentes, sendo Leiden a última delas. Lá, trabalhava no jardim botânico durante o dia e fazia observações astronômicas durante a noite no recém-construído observatório da universidade. Com treinamento de naturalista, astrônomo e cartógrafo, rumou ao Brasil em 1º de janeiro de 1638 e trabalhou sob supervisão de Piso até 1641. Depois daquele ano, possivelmente por conta de

---

<sup>49</sup> A mais completa biografia de Piso é de autoria de Eike Pies (1981).

desavenças com Piso e por ter atraído a atenção do conde de Nassau, Marcgraf passou a fazer seus trabalhos sozinho (Brienen, 2001: 93). Participou de cinco expedições ao interior da colônia, durante as quais fez observações e anotações de história natural, astronomia e cartografia.<sup>50</sup> A importância de seu trabalho era tal que Johan Maurits mandou construir um observatório para ele – o primeiro observatório astronômico do Novo Mundo – e forneceu, ainda, uma guarda militar que acompanhava o estudioso onde quer que estivesse (Boogaart & Brienen, 2002:21). Georg Marcgraf foi o primeiro europeu a fazer observações astronômicas sistemáticas no hemisfério sul (North, 1979: 394) e co-autor, junto com Willem Piso, da primeira publicação sobre história natural do Brasil, a *Historia Naturalis Brasiliae*, de 1648. Ademais, em 1643 elaborou um mapa da colônia neerlandesa mostrando informações topográficas inéditas coletadas durante suas expedições ao sertão. Este trabalho permaneceria sendo o mapa mais detalhado e atualizado sobre a região até o século XIX (Zandvliet, 2002:206). O mapa foi publicado em 1646 como mapa de parede pelo cartógrafo neerlandês Joan Blaeu. Em 1644, Marcgraf viajou a Angola com a incumbência de desenhar um mapa do domínio holandês na África ocidental, porém faleceu antes de conseguir cumprir a tarefa.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Pelo menos três destas expedições não foram organizadas como viagens de estudo. Como mostram Boogaart e Brienen (2002:21), as expedições eram organizadas com o objetivo de capturar índios para escravizá-los ou explorar as terras ocidentais do Brasil em busca de riquezas (como minas de prata, por exemplo). Um excerto do diário da primeira destas expedições – que durou cerca de dois meses entre junho e agosto de 1639 e explorou as terras do Ceará – foi recentemente publicado em língua portuguesa pela editora Índex (cf. Boogaart & Brienen, 2002).

<sup>51</sup> É importante ressaltar, aqui, que a possível presença de demais artistas e artesãos entre o grupo de Nassau não está descartada. Neste sentido, e a partir dos achados de José Antonio Gonsalves de Mello (1959) e Erik Larsen (1962), Whitehead e Boeseman apontam o arquiteto Pieter Post (1608-1669), o pintor Abraham Willaerts (c.1603-1669), os cartógrafos Cornelis Goliath (c.1610-1661) e Johannes Vingboons (1617-1670), os fabricantes e gravadores de vidro Pieter Coninxloo (1604-1648), Anthony de Later, Jacob Pauwelsen e Paulus Auwaarts, bem como o escultor Jacob Jensen Nordmand (1614-1695) como possíveis membros do grupo (Whitehead & Boeseman, 1989: 194-195). A relevância destes desconhecidos não pode ser diminuída, pois a presença de um ou mais artistas – ainda que aprendizes – explicaria as diferenças estilísticas das imagens que hoje são atribuídas unicamente a Eckhout, Post ou Marcgraf (Leite, 1967: 105; Teixeira, 1995: 97,102,105; Brienen, 2007: 277).

O contexto criado pelo mecenato de Nassau no Brasil bem como pela própria abundância de elementos novos ou exóticos criou o ensejo para que outros funcionários da WIC também retratassem com suas palavras e sua habilidade artística as experiências e novidades do Brasil Holandês. Assim, tem-se uma série de registros que não podem ser atribuídos diretamente ao projeto de conhecimento nassoviano mas que, sem sombra de dúvida, contribuíram para a formação de um *corpus* de saberes e de imagens sobre a América do Sul. Além de alguns registros de soldados, os escritos e desenhos de dois homens em particular sobressaem neste conjunto. Trata-se dos trabalhos dos alemães Zacharias Wagener e Caspar Schmalkalden.

Nascido de Dresden, filho de um pintor de mesmo nome, Wagener teve seu aprendizado artístico em Amsterdã, entre junho de 1633 e julho de 1634, com Willem Blaeu (1571-1638), um dos maiores cartógrafos holandeses do século XVII (Whitehead & Boeseman, 1989:48). Desembarcou no Recife com vinte anos, em 1634, como empregado da WIC, para trabalhar na função de escrivão. Quando Nassau chegou a Pernambuco, foi nomeado como despenseiro da cozinha do conde e, ao mesmo tempo, passou a fazer desenhos da fauna e dos habitantes do Brasil, que mais tarde comporiam seu livro *Thierbuch* – um volume de 110 pranchas com desenhos de peixes, crustáceos, aves, animais terrestres, frutos e figuras humanas, elaborado durante os sete anos de estadia de Wagener no Brasil. Cada desenho conta também com um pequeno comentário detalhando aspectos interessantes ou desconhecidos do elemento figurado. Segundo o próprio autor, na nota ao leitor, ao viajar ao Brasil não tinha a intenção de fazer estudos de história natural, deixando a tarefa aos “naturalistas competentes”. Porém, continua,

“visto que por diversas vezes aconteceu-me ler descrições sobre estas coisas estranhas, feitas pelos holandeses, sem encontrar figuras fiéis que as

esclarecessem, decidi-me finalmente, tanto quanto me permitisse o tempo vago deixado por minhas obrigações, fornecer aqui ilustrações tão cuidadosas quanto possível dessas curiosidades, que na maioria das vezes foram recebidas como presentes dos selvagens [locais], pintando-as com as cores que lhes são próprias e fornecendo uma descrição curta, embora fidedigna, a fim de mostrar algo novo e digno de admiração aos meus patrícios...” (Wagener, 1997: 26).

Isto torna o *Thierbuch* uma valiosa fonte de informações, especialmente quando colocado ao lado da produção sobre mesmo tema feita por Eckhout e Marcgraf. Afinal, Wagener não estava sob o mecenato de Nassau mas mesmo assim pôde observar as mesmas espécies que os artistas do conde. Além disso, ele produziu imagens únicas, como os desenhos de uma aldeia brasileira, de um engenho, de uma dança tapuia, de uma dança dos escravos, do comércio e do trabalho escravos, bem como da primeira residência de Nassau. Estas imagens representam o transcorrer de algumas atividades cotidianas na colônia que jamais seriam capturadas pelo olhar oficial da patronagem nassoviana. Wagener retornou aos Países Baixos em 1641.<sup>52</sup>

Caspar Schmalkalden, natural da região da Turíngia, na Alemanha, tem uma biografia relativamente pouco conhecida. Sabe-se que foi treinado para fazer levantamento topográfico quando jovem, pouco antes de iniciar os estudos de astronomia na Universidade de Groningen, norte dos Países Baixos. Após a conclusão dos estudos, foi empregado pela Companhia das Índias Ocidentais holandesa. Assim, em 1642 partiu para o Brasil a serviço da WIC. Durante três anos, serviu como soldado na colônia neerlandesa bem como numa expedição ao Chile. Em 1645 regressou a Holanda para logo em seguida embarcar para as Índias Orientais, Formosa e Japão com a VOC, de onde retornou apenas em 1653 (Joost, 1983: 165). De suas viagens, resultou um relato, elaborado provavelmente após seu

---

<sup>52</sup> Este material encontra-se atualmente no Kupferstichkabinett de Dresden. Uma edição recente do livro, bem como da autobiografia de Wagener, pode ser encontrada em Wagener, 1997. Para uma biografia completa de Wagener, cf. Pfaff, 2001.

retorno a Gotha, com descrições de parte de suas expedições, da fauna, flora e peculiaridades dos habitantes das terras visitadas, mas quase nenhuma informação pessoal sobre suas atividades ali. Assim, é menos um diário que uma descrição das Índias Ocidentais e Orientais. Vale ressaltar que grande parte do interesse neste documento está nos desenhos elaborados por Schmalkalden, que incluem vistas marítimas, mapas, desenhos de animais e plantas, e retratos detalhados dos habitantes do Brasil e do Chile, bem como dos Hotentotes, dos habitantes de Batávia (escravos e mestiços), de Java, de Malaca, da China, de Formosa e do Japão.<sup>53</sup> Assim como no caso de Wagener, apesar de não ter sido trazido por Nassau e nem comissionado por ele, Schmalkalden produziu desenhos e relatos que estão em íntima relação com aqueles elaborados pelos artistas do conde, como veremos.

### ***O palácio e o jardim de Vrijburg***

Nos seus primeiros anos no Recife, Nassau habitou um prédio de construção portuguesa na ilha de Antonio Vaz pertencente à WIC que era destinado a ser a residência do governador (Gonsalves de Mello, 2001: 75). Zacharias Wagener desenhou o casarão em seu *Thierbuch* [figura 6]. Ele contava com “dois andares, escada externa, varandas, pátio interno e pequena senzala, além de miradouro, adição nassoviana destinada a funcionar como observatório” (Cabral de Mello, 2006: 94-95). Esta adição foi motivada pela presença e pelos interesses de Marcgraf que, com efeito, fez uma série de estudos astronômicos a partir deste observatório entre junho de 1638 e março de 1640 (North, 1979: 402-404).

---

<sup>53</sup> O relato de Schmalkalden foi publicado por Wolfgang Joost em 1983 (com uma segunda edição em 1989) e pelo projeto Brasil Holandês, da editora Index, em 1998 (Cf. Schmalkalden 1983 e 1998). Ambas publicações tomaram como base somente um manuscrito hoje guardado na biblioteca de Gotha. Contudo, como será discutido no capítulo 3 desta tese, existem mais duas versões deste manuscrito, guardadas respectivamente nas bibliotecas de Copenhague, na Dinamarca, e Göttingen, na Alemanha.



Além destas construções, o desenho de Wagener permite observar, nos arredores do casarão, um início de organização espacial da ilha: uma pequena rua separa a morada de Nassau de uma série de pequenas casas no lado direito do desenho; no lado esquerdo do casarão, há outras casas, separadas por cercas, sendo que uma delas apresenta um jardim com um viveiro para pássaros. Dentro do casarão, na janela acima da escada externa, há um homem de chapéu com uma luneta a observar o que se passa na rua.



Figura 6: Zacharias Wagener, prancha anônima n.107 do *Thierbuch*. Aquarela sobre papel, ca.1640. Kupferstich-Kabinett, Dresden, Alemanha.

Fonte: Zacharias Wagener. *O Thierbuch e a autobiografia de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1997, p. 199.

O desenho é uma representação bastante perspicaz das mudanças que se iniciaram com a chegada de Nassau. O homem com a luneta, talvez a figura mais intrigante desta prancha, revela o lugar de observador do próprio artista, mas também de toda a comitiva de Nassau e dele mesmo: aquela porção do Novo Mundo estava por ser observada, estudada, descrita, representada, colecionada. As árvores plantadas no pátio interno do casarão e o

jardim da casa ao lado anunciam o grande jardim e a *ménagerie* que o conde logo formaria; a rua entre os dois blocos de casas, contrastando com a parte superior do desenho – em que há algumas árvores adultas e vegetação rasteira – indica que havia ainda muitos espaços a conquistar e nos quais construir.

Com efeito, a arquitetura da ilha não seria a mesma depois da chegada de Nassau. Ele mandou projetar e construir ruas, praças e canais; recuperar terra para aumentar as dimensões do local e erguer duas pontes que ligassem o continente e Recife à ilha, agora chamada Mauritsstad (Terwen, 1979: 87-88). A necessidade de defesa da ilha perante a ameaça luso-brasileira também foi levada em conta neste projeto de ocupação, conforme mostra o historiador Bruno Miranda (2006:60). Sobre a construção da Cidade Maurícia, afirma o Frei Manuel Calado, possivelmente com algum exagero:

“Andava o Príncipe Conde de Nassau tão ocupado em fabricar a sua nova cidade, que para afervorar os moradores a fazerem casas, ele mesmo, com muita curiosidade, lhe anelava deitando as medidas, e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa...” (Calado, 2004 [1648], v.I:111).

Zacharias Wagener desenhou, na última prancha do *Thierbuch*, uma planta da Mauritsstad e da ilha do Recife [figura 7]. Nesta representação, pode-se observar a divisão geométrica meticulosa da parte sul da ilha de Antônio Vaz em ruas e blocos, a localização estratégica dos fortes (E, H, I, K), a ligação entre esta ilha e a de Recife, a primeira residência em que o conde viveu (M) e, na extremidade direita da ilha, o grande jardim de Nassau (N).

Figura 7. Zacharias Wagener. Prancha anônima n.110 do *Thierbuch*. Aquarela sobre papel, ca. 1640. Kupferstich-Kabinett, Dresden, Alemanha.

Fonte: Zacharias Wagener. *O Thierbuch e a autobiografia de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1997, p. 207.



Legenda:

- A – Recife
- B – Mauritsstad (Cidade Maurícia)
- C – Castelo na terra
- D – Castelo n'água
- E – Fortim de Bruyn
- F – Virgem de Bruyn
- G – Terra pantanosa
- H – Forte Frederick Hendrick
- J – Forte Ernestus
- K – Forte Wardenburgh
- L – Reduto
- M – Palacete de S. Excia.
- N – Jardim e salinas de S. Excia.
- O – Recifes de pedra
- P – Bancos de Areia
- Q - Pesqueiros

Além da urbanização da ilha, Nassau foi responsável também pela construção, ali, de dois palácios: o de Vrijburg, localizado no centro do grande jardim, em que vivia, recebia convidados e de onde administrava as conquistas holandesas, e Boa Vista, sua casa de descanso. O terreno para construção de Vrijburg havia sido comprado logo em 1639 de um português chamado Manoel Francisco (Meerkerk, 1989: 147). Neste mesmo terreno, efetuou-se primeiro a construção do jardim do conde e, em seguida, a do palácio, que ficou pronto no ano de 1642 (Gonsalves de Mello, 2001: 107). Apesar de não terem sido encontrados documentos que comprovem a autoria do projeto do palácio, ela tem sido atribuída a Pieter Post, irmão do pintor Frans Post, que teria estado no Recife por alguns meses e depois acompanhado a obra à distância (Terwen, 1979: 88; Brienen, 2006: 174).<sup>54</sup>

A prestação de contas de Nassau à WIC referente ao ano de 1643 indica a data a partir da qual o edifício passou a ser habitado pelo conde e sua corte: 1º de julho de 1642. Neste documento, o governador demanda da Companhia o pagamento de 18 mil florins pelo aluguel da casa onde estava morando, “pois ele teve de se mudar da casa oferecida pela Companhia, e se mudou para sua própria casa, a partir de primeiro de julho de 1642, até o final de dezembro de 1643, sendo 18 meses por 1000 florins cada, porque alguns anos antes a parte da casa em que Sua Excelência habitava desmoronou...”<sup>55</sup>. Como bem interpretou Gonsalves de Mello, por ter passado a residir em casa própria, que construíra a seu próprio custo, Nassau achava-se no direito de cobrar aluguel da WIC (2001: 107, nota 230).

Segundo o alemão Johan Nieuhof, funcionário da WIC no Brasil, o palácio de Vrijburg era digno de nota: “Edifício de aspecto nobre que, ao que se diz, custou 600.000 florins. Oferecia uma perspectiva admirável, tanto do mar como da terra e suas duas torres

---

<sup>54</sup> Ainda de acordo com Terwen, Pieter Post teria assinado também o projeto urbanístico da Cidade Maurícia.

<sup>55</sup> NA – OWIC OBP 58 – 205. Agradeço a Michael Pye por ter me chamado a atenção para este documento.

eram tão altas que podiam ser vistas do mar a 5 ou 6 milhas de distância, servindo mesmo de baliza aos marinheiros.” (Nieuhof, 1942 [1682]:24). Frans Post elaborou um desenho do palácio que, tendo sido incluído como gravura no livro de Caspar Barleus em 1647, ficaria sendo a imagem por excelência desta construção de Nassau [figura 8]. Possivelmente o artista também executou uma pintura do palácio, mas não há nenhum registro de sua existência hoje em dia (Correa do Lago, 2006: 63).

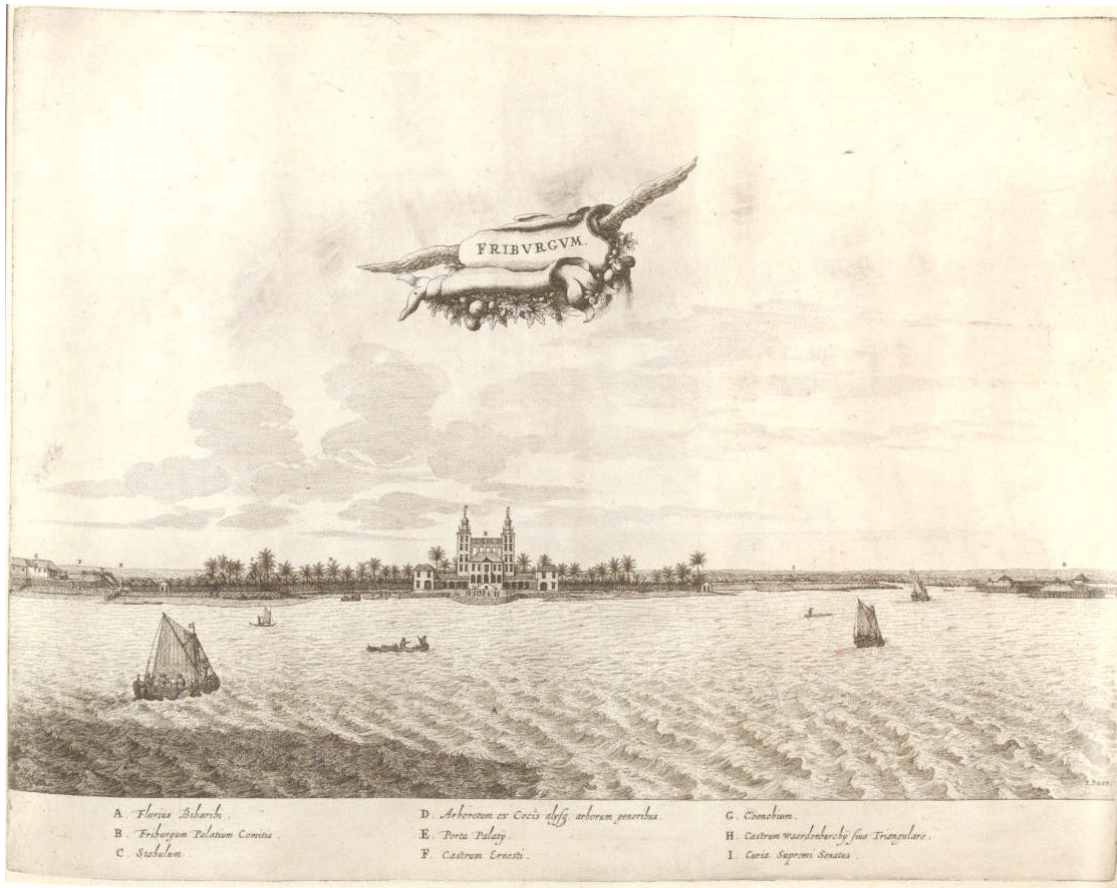


Figura 8. Frans Post. *Castelo de Vrijburg*. Gravura. Fonte: Caspar Barleus. *Rerum per Octenivm in Brasiliae*, 1647, s/p.

Recentemente foi encontrado no acervo do Rijksmuseum, em Amsterdã, outra imagem de Vrijburg, semelhante ao desenho de Post, recortada em pergaminho e aplicada num pedaço de seda preta [figura 9].

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 9.

*Vrijburg*. Autor desconhecido.

Recorte de pergaminho aplicado em seda preta. 19 x 62,5 cm.  
c. 1645.

Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Fonte: Eveline Sint Nicolaas, *Vrijburg*, getekend en gesneden. *Bulletin van het Rijksmuseum*, 2008, vol. 56, n. 1-2, pp. 204.

Esta imagem permite que nos aproximemos melhor desta construção, das partes que a compunham e das pessoas em seu entorno. O trabalho (desenhado ou pintado) de Post teria servido de guia para este artista desconhecido que, contudo, incluiu em sua obra mais detalhes do que o pintor. À primeira vista, salta aos olhos uma construção ao lado esquerdo de Vrijburg, que Eveline Sint Nicolaas define como sendo o estábulo, o viveiro de pombos e a senzala [figura 10] (Sint Nicolaas, 2008: 205).

Figura 10: Detalhe do recorte *Vrijburg*. [figura 9]. [Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

A construção ampla, com janelas e protegida por uma cerca pode bem ser um viveiro de animais. A figura de um bode em uma das portas e de diversos pássaros no telhado confirmam a hipótese. A imagem conta ainda com a cena de um escravo segurando um quadrúpede pelo rabo – provavelmente um animal que seria morto para ser cozido – e de um escravo criança entregando um jarro de água a uma senhora, que teria ido visitar o viveiro de pássaros do conde. Diferente do que afirma Sint Nicolaas, porém, a imagem não corresponde exatamente à de uma senzala: há muitas janelas e três torres, mas normalmente

as senzalas eram longos pavilhões ou conjuntos de barracos, ambos sem janelas, muito próximos à casa-grande, para aumentar o controle dos escravos.<sup>56</sup> É mais provável que, neste recorte, as senzalas sejam os dois prédios laterais construídos como extensão do palácio e formando um pátio ao centro.<sup>57</sup> Nele, como se observa, há dois guardas com alabardas na frente e ao lado da senzala direita; ao lado da senzala esquerda, um escravo carrega um saco na cabeça.

Outros detalhes que diferenciam este pergaminho da imagem de Post são, na parte direita do palácio, duas chaminés no local onde ficava a cozinha; no jardim, as árvores são mais claramente identificáveis como coqueiros e mamoeiros. Finalmente, acima do palácio, um anjo carrega o brasão de Nassau, o que não consta da imagem de Post. Isto indica que o pergaminho deve ter sido encomendado por Nassau como registro visual de sua morada em Recife ou oferecido, como tal, de presente ao conde. Sint Nicolaas defende que esta pequena obra de arte foi feita no Brasil, no período nassoviano, por alguém que ali viveu e conheceu o palácio com alguma intimidade, dado o nível de detalhamento da imagem. Ademais, a relativa maior disponibilidade de pergaminho no Recife de Nassau do que nos Países Baixos é um indicador de que o recorte foi feito na colônia (Sint Nicolaas, 2008: 208).

De qualquer forma, e independentemente do local em que tenha sido executado, este objeto mostra com mais clareza não só a forma do palácio e seus arredores mas também as atividades que ali cotidianamente se passavam: os escravos cuidando de levar comida ao palácio, os guardas tratando de vigiar os escravos, uma mulher visitando a *ménagerie* do conde e sendo devidamente servida por um escravo. Vrijburg era, assim, o lugar de onde

---

<sup>56</sup> Sobre a arquitetura das senzalas, especialmente no século XIX, cf. Slenes, 1999:149-180.

<sup>57</sup> Uma tela de Frans Post contém uma imagem de uma senzala do tipo “pavilhão” em forma de U: é a tela “Paisagem de várzea com engenho”, de 1652, hoje pertencente ao Rijksmuseum em Amsterdã. A senzala pode ser vista no segundo plano, à direita, logo abaixo da casa-grande e do engenho. Cf. Corrêa do Lago, 2006: 138-139.



Johan Maurits exercia seus poderes de governador do Brasil Holandês recebendo convidados, exibindo seus pertences, reforçando seu prestígio através dos atributos e atividades naquela sua construção. O palácio e o jardim ao seu redor funcionavam de modo complementar e unificado, uma vez que em ambos Nassau exibia sua coleção: os artefatos e obras de arte ficavam dentro do palácio e os elementos do mundo natural, expostos no jardim. Nas palavras de Manoel Calado,

“... o gosto do príncipe era que todos fossem ver suas curiosidades, e ele mesmo por regalo as andava mostrando, e para viver com mais alegria deixou as casas onde morava, e se mudou para o seu jardim com a maior parte dos seus criados.” (Calado, 2004, v. I: 111).

Com efeito, a imponência do palácio de Vrijburg se estendida ao seu entorno. Segundo Nieuhof, no jardim e na *ménagerie* do conde podia-se encontrar “todas as variedades de plantas, frutas, flores e verduras que a Europa, a África ou ambas as Índias podem proporcionar.” (Nieuhof, 1942 [1682]:24). Em outras palavras, o jardim, assim como a coleção de objetos, apresentava também elementos provenientes dos vários outros locais onde as companhias de comércio holandesas haviam instalado colônias ou entrepostos comerciais, como o Cabo da Boa Esperança, Malabar, Ceilão, Bengal, Sião, Malaca, Sumatra, Batávia, Ilhas Molucas, Formosa e Japão.<sup>58</sup> Evidentemente, porém, a maioria dos espécimes ali presentes provinha da América do Sul e da costa oeste da África, ou, melhor dizendo, das áreas em que a WIC tinha colônias e comerciava. De acordo com Brienen, deste modo Nassau reforçava sua posição como governador-geral da colônia

---

<sup>58</sup> Atualmente, Malabar corresponde à parte sul da costa ocidental da Índia, incluindo Cochin; Ceilão é o atual Sri-Lanka; Bengal é a região da costa leste da Índia onde hoje se situa Calcutá; Sião é a atual Tailândia; Malaca é a cidade de Melaka na atual Malásia; Sumatra, Batávia (hoje chamada Jacarta) e as Ilhas Molucas fazem parte do arquipélago da Indonésia; Formosa é atualmente Taiwan. Sobre a história do comércio e conquistas da VOC, cf. Gaastra, 2002.

neerlandesa, criando ao seu redor um microcosmo dos territórios sobre os quais exercia poder (2006:56).

Assim, o jardim do conde, considerado o primeiro jardim botânico das Américas (Whitehead & Boeseman, 1989: 20), foi formado por espécies naturais transplantadas de continentes distantes e de regiões vizinhas. Maior e mais impressionante exemplo desse transplante de espécies foi a construção das alamedas de coqueirais, feitas com cerca de duas mil dessas árvores, trazidas provavelmente do litoral de Olinda. Segundo Evaldo Cabral de Mello, muitos destes coqueiros eram “septuagenários e octogenários, tendo sido assim originalmente plantados nos anos 60 e 70 do século XVI, procedentes do Cabo Verde.” (Cabral de Mello, 2006: 96).

Outras espécies de árvores enfeitavam o jardim de Nassau:

“Depois do coqueiral, havia um lugar destinado a 252 laranjeiras, além de 600, que, reunidas graciosamente umas às outras, serviam de cerca e deliciavam os sentidos com a cor, o sabor e o perfume dos frutos. Havia 58 pés de limões grandes, 80 de limões doces, 80 romãzeiras e 66 figueiras. Além destas, viam-se árvores desconhecidas em nossa terra: mamoeiros, jenipapeiros, mangabeiras, cabaceiras, cajueiros, uvaieiras, palmeiras, pitangueiras, romeiras, araticuns jamacarus, pacobeiras ou bananeiras. Viam-se ainda tamarindeiros, castanheiros, tamareiras ou cariotas, vinhas carregadas de três em três meses, ervas, arbustos, legumes, plantas rasteiras, ornamentais e medicinais.” (Barleus, 1974 [1647]: 151).

É possível supor que Barleus estivesse exagerando as proporções do jardim, mas o frei Calado por sua vez, registrou abundância similar, mencionando a presença de dois mil coqueiros no jardim de Nassau (Calado, 2004 [1648], vol. I: 111). Qualquer que tenha sido o tamanho do jardim, interessam de fato o conteúdo e a dinâmica de sua composição. É importante notar a distinção que Barleus faz entre as espécies conhecidas e desconhecidas

“em nossa terra”. O jardim do conde não tinha apenas a função de simbolizar o alcance dos poderes do conde – ou mesmo, em menor escala, de embelezar os arredores de sua morada – mas, sobretudo, como argumenta Heloisa Gesteira, era um “local de coleta de informações e espécies da natureza americana – muitas delas remetidas para a Europa para enriquecer os jardins botânicos e outras coleções – e em ponto de recepção e adaptação de espécies estrangeiras.” (Gesteira, 2004: 9). De acordo com Pamela Smith e Paula Findlen,

“Os jardins, lagos, *ménageries*, ateliês, observatórios e bibliotecas eram usados por artífices, artistas, humanistas e filósofos naturais como modelos, como a matéria prima do conhecimento e das teorias, e como parte de um esforço de classificar e categorizar.” (Smith & Findlen, 2002:6).

Com efeito, Nassau estava em sintonia com os demais colecionadores neerlandeses, que também possuíam jardins. Neste sentido, Claudia Swan argumenta que especialmente os colecionadores médicos, farmacêuticos e boticários tinham em um jardim uma repositório magnífico de espécies a serem usadas para produzir novos medicamentos. Do mesmo modo, para o estudioso da história natural, ter um jardim era cultivar uma coleção viva e poder estudá-la mais de perto. Era o que faziam o médico Bernard Paludanus e o botânico Christian Porret, famosos colecionadores neerlandeses da primeira metade do século XVII (Swan, 2007: 210). Era o que fazia, também, Marcgraf no jardim de Vrijburg em Recife. Por outro lado, a construção de grandes jardins planejados e simétricos foi uma prática holandesa muito valorizada pela corte e pela burguesia mais abastada durante todo o século XVII. Além de embelezar propriedades, os jardins planejados serviam para organizar o escoamento de água em um país onde a recuperação de terras de regiões alagadiças era uma prática freqüente e as inundações, um perigo constante. Assim, o planejamento urbano do Recife e a criação do jardim de Vrijburg remetem diretamente ao

modo holandês de lidar com os recursos do solo e recursos hídricos no período em questão.<sup>59</sup> Até mesmo a grande avenida de laranjeiras de Nassau parece uma criação menos excêntrica quando entra em cena o conselho do francês André Mollet (?-1665), designer de jardins que serviu Charles I e II na Inglaterra e o *stadhouder* Frederik Hendrik na Holanda: o primeiro requerimento de qualquer jardim real é que sua casa principal esteja situada numa “localização avantajada”, com “uma grande avenida dupla ou triple de árvores (...)” alinhada em ângulos retos em frente da casa (Mollet *apud* Jardine, 2008: 222).

Quanto à proveniência das espécies animais da *ménagerie*, Frei Manoel Calado relata que muitas foram dadas a Johan Maurits como presente por moradores portugueses do Brasil Holandês: “Como os moradores da terra lhe conheciam a condição e o apetite, cada um lhe trazia a ave, ou animal esquisito que podia achar no sertão.” (Calado, 2004 [1648]: 111-112). Eram papagaios, araras, jacis, canindês, jabutis, mutuns, galinhas da Guiné, patos, cisnes, pavões, perus, galinhas, pombas, tigres, onças, tamanduás, quatis, sagüins, cabras do Cabo Verde, carneiros de Angola, cutias, pacas, antas, javalis, coelhos – “não havia coisa curiosa no Brasil que ali não tivesse, porque os moradores lhes mandavam de boa-vontade.” (Calado, 2004 [1648]: 112). Zacharias Wagner, em seu *Thierbuch*, afirma que era dos grupos indígenas que Nassau recebeu a maior parte de suas “coisas estranhas” (Wagner, 1997 [c.1640]: 26). Sabe-se que o Provincial dos Jesuítas mandou de presente a Nassau três papagaios, um tuim e dois bugios.<sup>60</sup>

Alguns destes animais foram mandados para a Europa durante a estadia do conde no Brasil. Esta exportação de espécies foi registrada por Wagner: do pequeno macaco que chamou de Maquáquá, diz que era trazido da Guiné para o Brasil e depois vendido por baixo preço, “mas não podem ser mantidos por muito tempo nos Países Baixos ou alhures,

---

<sup>59</sup> Sobre os jardins holandeses do século XVII, cf. Jardine, 2008, capítulos 8 e 9.

<sup>60</sup> KHA-A4-1454-f.343, sem data.

morrendo a caminho por causa do frio” (Wagener, 1997 [c.1640]: 124); do porco-montês, trazido das matas ao litoral, afirma que três ou quatro foram enviados à Holanda e lá chegaram com vida, onde “foram vistos e tocados por muitas pessoas” (Wagener, 1997 [c.1640]: 134). Sobre uma espécie de coral, comenta que era remetida para a Europa em grande quantidade e com ela se faziam “lindas e artísticas fontes” (Wagener, 1997 [c.1640]: 49). Menciona, ainda, que muitos sagüis eram enviados todos os anos para a Holanda, “a fim de que com eles brinquem as moças ociosas”, mas a maioria deles morria durante a viagem (Wagener, 1997 [c.1640]:140).

Uma declaração de Nassau sugere que o jardim também fora pensado como reserva de alimentos para a população local. Pouco antes de seu retorno à Europa, em uma carta para o Conselho que o sucederia no governo do Brasil Holandês, Johan Maurits escreveu:

“Entre outras cousas recomendarei a Vossas Nobrezas o jardim de Vrijburg e os viveiros situados nas proximidades, não por causa do meu particular interesse, mas porque em tempo de penúria se pode tirar daí uma notável quantidade de provisões, ao passo que em outras ocasiões foi necessário procurá-las alhures com grande perigo e perda de gente.” (“Memória e Instrução de João Maurício...”, 2004 [1644]: 399).

Esta proposição de Nassau parece pouco verossímil. É verdade que o abastecimento alimentício da colônia sempre foi um assunto difícil. Contudo, em primeiro lugar, a alimentação da população era baseada no consumo da mandioca – fato, aliás, comprovado pelos editais do governo do Brasil Holandês que obrigavam todos os proprietários de engenho a plantarem raiz de mandioca duas vezes por ano de acordo com o número de escravos que possuíam (Gonsalves de Mello, 2001a: 156-161). Além disso, nenhum jardim do período moderno era destinado a suprir as demandas alimentícias dos grupos humanos ao seu redor; ao contrário, eram locais de estudo e de admiração das espécies naturais.

É bem provável, assim, que esta declaração do conde tenha tido um fundo irônico. Sua demissão do cargo de governador-geral e conseqüente partida do Brasil não foram eventos simples ou mesmo de iniciativa própria. É verdade que ele mesmo havia manifestado seu desejo de demitir-se já em 1642, desejo este que tomou as formas de um pedido oficial no ano seguinte. Contudo, este ato foi motivado por seus desentendimentos com os Senhores XIX, diretores da WIC, que não atendiam às suas demandas de mais tropas, suprimentos e capital para o governo da colônia, considerando abusivos os gastos do conde com a construção de seus dois palácios e do jardim.<sup>61</sup> Assim, quando Nassau escreveu que era preciso manter intacto seu jardim para o caso da escassez de alimentos, ele na verdade estava indicando que, sem ele no governo, a colônia neerlandesa no Brasil não seria bem administrada e fatalmente viria a desmoronar – um claro prenúncio dos anos que viriam, com certeza.

Não foi com pouco pesar que o conde, então, foi embora. Como descreve Nieuhof, no caminho para embarcar “o Conde parou várias vezes e contemplava o seu famoso palácio, que ele próprio mandara construir, belo e agradável e que, então, abandonava; enquanto isso, os seus corneteiros tocavam, contentes, *Wilhelmus van Nassau* [<sup>62</sup>]” (Nieuhof, 1942 [1682]:95). Apesar de tentativas em contrário, Nassau nunca mais voltaria ao Brasil.

De pouco adiantou o pedido do ex-governador para que suas criações fossem preservadas. Logo no primeiro ano da rebelião dos luso-brasileiros contra o domínio neerlandês, em 1646, o jardim e os arredores do palácio de Vrijburg foram postos abaixo pelas próprias tropas holandesas, pois os estábulos, as senzalas e o jardim do conde

---

<sup>61</sup> Para detalhes dos desentendimentos entre Nassau e a WIC, cf. Cabral de Mello, 2006, capítulo 8.

<sup>62</sup> *Wilhelmus van Nassau* é o título do hino nacional holandês. Criado por volta de 1568, por ocasião do início da revolta neerlandesa contra o Império Espanhol, conta os feitos de Willem I van Nassau (1533-1584), também conhecido como Willem, o Taciturno, então Príncipe de Oranje, que liderou a revolta. A música foi declarada oficialmente hino dos Países Baixos em 1932.

localizavam-se justamente na linha de tiro do Forte Ernesto. De acordo com Nieuhof, eles atrapalhavam a defesa da Mauritsstad dos ataques dos portugueses. Tomou-se cuidado, porém, de se estragar “o menor possível o prédio residencial” (Nieuhof, 1942 [1682]: 209), preservando-se, assim, o palácio.<sup>63</sup>

### *Papagaios, penas e plumas*

Dentre os diversos animais colecionados pelo conde, uma curiosidade especialmente cobiçada era o papagaio. Ave presente nas representações edênicas do Paraíso, despertou a atenção e o interesse de viajantes europeus na América desde os primeiros momentos da colonização. Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao Rei Dom Manuel, menciona que seriam enviados ao monarca “papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninhos” (Caminha *apud* Cortesão, 1967:225). De acordo com Sergio Buarque de Holanda, Cristóvão Colombo levou consigo de volta a Espanha quarenta desses animais; uma embarcação francesa em 1538 teria carregado seiscentos papagaios (Holanda, 2000 [1959]: 255-256). Durante os séculos XVI e XVII, as naus que deixaram a América do Sul rumo à Europa transportaram carga considerável deste animal, especialmente do papagaio d’Angola, espécie trazida em grande quantidade de Angola, Guiné e Cabo Verde para o Brasil, que “era um xerimbabo dos mais apreciados pelos europeus” (Teixeira, 1997: 211, nota 82).

O papagaio teve também seu lugar nas coleções de raridades da Holanda seiscentista. Eram transportados pelos navios holandeses junto de carregamentos de açúcar, pau-Brasil e outros produtos americanos. Quando não sobreviviam à viagem, eram

---

<sup>63</sup> Mesmo após a retirada completa dos holandeses de Pernambuco em 1654, Vrijburg continuou de pé e foi usado como residência dos governadores portugueses pelo menos até a primeira metade do século XVIII. Num documento de 1759, entretanto, o palácio é descrito como já em ruínas (Smith, 1954: 403-406). Data de 1820 o último registro da existência física de Vrijburg (Terwen, 1979: 92).

empalhados ou mesmo cortados em pedaços, mas nem por isso perdiam seu valor: os gabinetes de curiosidades eram repletos de partes de corpos de animais.

O colecionador Johan Swammerdam, apotecário e anatomista na cidade de Amsterdã, possuía um papagaio bem como um ovo de papagaio. Tinha, também, o bico e o tórax de um pelicano, a pele de um martim-pescador brasileiro e dois ninhos (*Catálogo Johan Swammerdam*, 1679: 24-26). O almirante holandês Michiel de Ruyter (1607-1676), quando faleceu, deixou para seus filhos, além de um baú com mapas, móveis, roupas de cama, panos das Índias Orientais e tapetes turcos, também um papagaio – não se sabe se vivo ou empalhado (*Inventaris van de Ruyter's inboedel*, 1928 [1677]: 193-197). No mesmo período, havia ainda esculturas de papagaios que serviam de objeto de decoração no interior de casas burguesas na região de Groningen, no norte da Holanda (Haan, 2005: 152-153).

Johan Maurits van Nassau também teve um papagaio. Não era uma ave qualquer, mas um papagaio falante, que pertencera originalmente a um português. O conde teria ouvido falar do animal por volta de 1642, quando da conquista do Maranhão. O embaixador inglês nos Países Baixos na década de 1660, William Temple (1628-1699), relatou que o papagaio foi levado a Nassau, em Recife, e ali conversou em língua-geral com dois intérpretes do governador. Ao entrar na sala em que estavam os holandeses,

“(...)o animal exclamou: ‘Que quantidade de homens brancos por aqui!’. Apontando o príncipe, eles lhe perguntaram quem era aquele homem. O papagaio redarguiu: ‘Algum general ou algo assim’. Quando o trouxeram para perto do príncipe, este indagou: ‘A quem pertences?’. O papagaio: ‘A um português’. O príncipe: ‘Que fazer ali?’. O papagaio: ‘Vigio as galinhas’. O príncipe riu-se: ‘Guardas as galinhas?’. O papagaio: ‘Sim, guardo, e muito bem’; e quatro ou cinco vezes fez o xô, xô, que se usa para chamá-las.” (Temple *apud* Cabral de Mello, 2006: 157)



George Marcgraf elaborou desenhos de diferentes tipos de araras e papagaios durante sua estadia no Brasil. Em um destes desenhos [figura 11], Nassau anotou à mão: “Este é o papagaio, que tão habilmente responde e formula perguntas que as muitas centenas de pessoas que o ouviram nada mais puderam concluir senão que era o demônio que falava através dele. Comigo não viveu mais que 14 dias. Quando morreu, estava tão duro como um pedaço de madeira.” (*Libri Principis*, 1995, vol. I: 69).

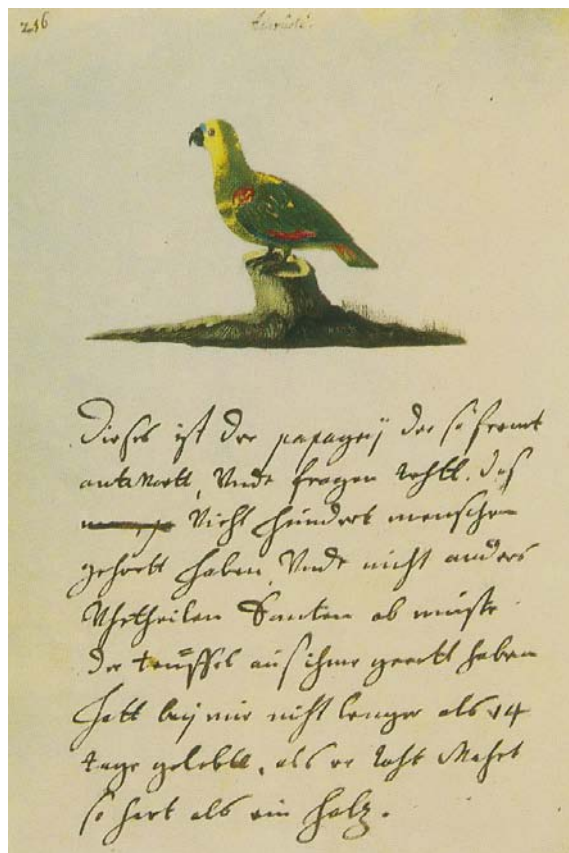


Figura 11. George Marcgraf. *Papagaio*. Aquarela sobre papel. Biblioteca Jaguelônica, Cracóvia, Polônia.

Fonte: *Libri Principis*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1995, vol. I, p. 69.

Sabendo do valor desta ave exótica, o governador do Brasil Holandês mandou alguns exemplares dela como presente a amigos no ano de 1641, por intermédio de Zacharias Wagener, que regressava aos Países Baixos. Após desembarcar na ilha de Texel em 17 de junho daquele ano, Wagener registrou em seu diário: “No dia 20, segui viagem com tempo bom, passando por Haarlem até Haia, Delft, Rotterdã e Leiden, para entregar

aquilo que me fora confiado pelo Senhor Conde: cartas, desenhos e papagaios.” (Wagener, 1997 [c.1640]: 222).

O interesse europeu pelo psitacídeo, como mostra Buarque de Holanda, residia em saberem imitar a voz humana, na formosura de sua plumagem e por sua procedência de países remotos (Holanda, 2000 [1959]: 256). No caso dos holandeses na América do Sul, encontra-se testemunhos de estarem maravilhados com sua capacidade de falar.<sup>64</sup> O naturalista Georg Marcgraf relata que seu papagaio de estimação, ao qual chamava de Lauro, “muitas vezes despertando à noite, meio sonolento, falava” (Piso & Marcgraf, 1942 [1648]: 205). No mesmo sentido, o soldado Johan Nieuhof comentou:

“Há ainda, no Brasil, em grande abundância, papagaios pequenos, chamados periquitos, que nunca chegam a falar. Os papagaios propriamente ditos são, porém, lindíssimos e grandes; alguns deles conseguem falar tão claramente quanto o homem. Vi alguns desses papagaios repetir nitidamente quanto ouviam apregoado pelas ruas. Dentre eles lembro-me de um que, encerrado numa cesta, conseguia fazer que um cachorro, da mesma casa, fosse sentar-se junto a ele. Para isso gritava incessantemente até que o cão obedecesse: ‘Sente-se aqui, sente-se aqui, seu sapo imundo’. Esse papagaio foi depois oferecido à rainha da Suécia.” (Nieuhof, 1642 [1682]: 43-44).

Além disso, outra parte da admiração dos holandeses pelo papagaio – e também pelas araras, guarás e emas – estava nas suas penas coloridas. Sobre a arara, Zacharias Wagener escreveu que “só por causa de suas lindas penas são apreciadas pelos poderosos. De resto, não têm serventia.” (Wagener, 1997 [c.1640]: 68). Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da Capitania da Paraíba, notou:

---

<sup>64</sup> No século XVI, o francês Jean de Léry já registrara esta qualidade dos papagaios: “Com efeito, um intérprete presenteou-me com uma dessas aves que há três anos conservava em seu poder. Pronunciava ela tão perfeitamente as palavras da língua selvagem e da francesa, que não era possível distinguir a sua voz da de um homem.” (Léry, 2007 [1578]:150).

“Há, também, no mato muitas espécies de pássaros, alguns com linda plumagem, outros bons par se comer. Pela beleza de suas penas notam-se as araras, três espécies de papagaios e muitas de periquitos, que não somente são de belas plumagens, mas também aprendem a falar; é verdade que atiram nos papagaios e os comem, pois voam em bandos tão grandes que parecem escurecer o ar.” (Carpentier, 2004 [1635]: 44-45).

O interesse dos holandeses por papagaios era conhecido dos grupos indígenas no Brasil. O soldado dinamarquês Peter Hansen Hajstrup (1624-1672), que serviu a WIC no Brasil entre 1643 e 1654, foi enviado em setembro de 1648 pelo Alto Conselho ao chefe tapuia Janduí para negociar com ele e expor o conteúdo de uma carta em que o governo do Brasil Holandês os proibia de fazer ataques às aldeias dos índios brasileiros. Temendo ser morto pelos tapuia, já que trazia consigo uma má notícia, Hajstrup se surpreendeu quando, depois de conversar com eles e de receber um pedaço de carne assada e uma mistura de mel com água, ganhou ainda, de Janduí, “um belo papagaio, como sinal de amizade” (Hajstrup, 1995 [1662]: 82). Foi através dos indígenas que os neerlandeses conseguiram adquirir exemplares deste animal e de suas penas. Zacharias Wagener anotou no desenho do papagaio de seu *Thierbuch*: “Os brasileiros [brasilianos] conhecem um modo particular de atirar-lhes com setas leves, que não os machucam, e vendem-nos em quantidade por baixo preço.” (Wagener, 1997 [c.1640]: 62).

A presença e domesticação de papagaios por grupos indígenas sul-americanos não era um tema desconhecido dos neerlandeses. Com efeito, a existência abundante de aves com penas coloridas, bem como o uso que delas faziam os habitantes do Novo Mundo, chamaram particular atenção dos viajantes europeus desde as descobertas, tendo sido objeto de descrição nos relatos de viagem que circulavam pela Europa desde a segunda metade do século XVI. Três dos principais cronistas quinhentistas tratam do tema. Hans Staden, André

Thevet e Jean de Léry – cujos livros foram publicados na Antuérpia e em Amsterdã, em tradução ou no original, imediatamente após sua primeira aparição – <sup>65</sup> registraram amplamente o uso das aves e suas penas pelos indígenas tupi. Hans Staden observou que “seu tesouro são penas dos pássaros. Quem as tem muita, é rico (...)” (Staden, 1974 [1557]:172). Thevet descreveu as pinturas corporais dos americanos, feitas do suco de jenipapo, adicionando que “Já outros, ao invés disso, fixam no corpo inúmeras peninhas de todas as cores, umas vermelhas como escarlata fina, outras de cores variadas, cobrindo a cabeça com penachos verdadeiramente deslumbrantes.” (Thevet, 1978 [1557]: 109). Também segundo Jean de Léry, os tupinambá usavam as penas da ave canindé para fazer ornamentos: “[eles] as deparam cuidadosamente três a quatro vezes ao ano e fazem com as penas cocares, braceletes, guarnições de clavas e outros enfeites com que adornam o corpo.” (Léry, 2007 [1578]: 150).

Assim, quase um século antes de Wagener ter feito aquela observação, já se propagara na Europa a informação que ligava os indígenas americanos ao uso das penas. Notadamente, circulava também uma imagem em particular que associava a venda de papagaios às mulheres tupi. Em 1562, o livreiro e escritor francês François Deserps publicou em Paris seu livro sobre os modos de vestir na Europa, Ásia, África e “ilhas selvagens” – o primeiro volume sobre vestimentas publicado na Europa moderna (Ilg, 2004: 29-30; Jones, 2006: 95). Nele, apresentou o desenho de uma mulher brasileira acompanhado de um versinho que dizia: “Lá macacos e papagaios (...) aos estrangeiros elas vendem” (Deserps, 1562: s/p) [figura 12]. No desenho do homem brasileiro [figura 13], a

---

<sup>65</sup> O relato de André Thevet, publicado originalmente em 1557 em Paris, saiu numa edição em francês na Antuérpia em 1558; Hans Staden teve seu livro publicado em alemão em 1557 em Marburg, e em holandês, na Antuérpia, em 1558. O texto de Léry, que saía em francês em La Rochelle em 1578, foi traduzido para o holandês e publicado em Amsterdã em 1597.

figura aparece usando um adereço plumário às costas e o versinho adicionado explica que estes índios cortam e vendem pau-Brasil.<sup>66</sup>



Figura 12. Autor desconhecido. *A Brasileira*. Xilogravura. Fonte: François Deserps. *Recueil de La diversité dès habits...*, 1562, s/p.

<sup>66</sup> O livro de Deserps foi recentemente publicado em edição fac-similar com tradução para o inglês. Para os desenhos dos brasileiros, cf. Deserps, 2001 [1562]: 138-139.



Figura 13. Autor desconhecido. *O Brasileiro*. Xilogravura.

Fonte: François Deserps. *Recueil de La diversité dès habits...*, 1562, s/p.

É preciso levar em conta que as imagens do livro de Deserps não são de autoria própria. Ele as elaborou baseado nos desenhos do soldado Jean François de La Rocque (c.1500-1560), que esteve no Canadá em 1542-1543, bem como nos desenhos de um certo português que viajara à África e ao Brasil (Leite, 1996: 40; Jones, 2006: 96). A imagem do

brasileiro vestindo o *enduape* foi tomada de empréstimo a Staden ou a Thevet.<sup>67</sup> Ademais, quanto ao conteúdo dos versinhos, a autoria é também secundária. François Deserps, que nunca havia viajado a América, possivelmente inspirou-se no livreto publicado em 1551 por ocasião daquela que ficou conhecida como a “festa brasileira em Rouen”: a Entrada Real de Henrique II em Rouen, em 1550, um espetáculo que “simulava a vida selvagem nas florestas tropicais, com a presença de cinquenta índios trazidos para a cerimônia” (Daher, 2007:158).<sup>68</sup> No livreto, as xilogravuras são acompanhadas de um texto em que se explica o comércio corrente entre Brasil e França, em que a monarquia européia comprava pau-Brasil, macacos, araras e papagaios vendidos pelos indígenas tupi. Outra fonte para os versinhos de Deserps pode ter sido o relato de Thevet que, no capítulo sobre o comércio dos indígenas, afirma: “O tráfico dos cristãos com os americanos consiste em macacos, pau-Brasil, papagaios, algodão e outras coisas mais...” (Thevet, 1978 [1557]: 154).

Dez anos após a publicação do livro de Deserps na França, o poeta flamengo Jacobus Sluperius (1532-1602) publicou um livro de mesmo tema – as vestimentas e costumes de habitantes dos vários lugares do mundo – em que as entradas sobre o homem e a mulher brasileiros são copiadas de Deserps.<sup>69</sup> Chegava assim aos Países Baixos mais uma referência ao comércio indígena de espécies exóticas, complementando as informações dos relatos de Hans Staden e André Thevet.

Deste modo, quando chegaram em Pernambuco, os neerlandeses já sabiam que iriam encontrar ali aves coloridas e indígenas usando adereços plumários. Nem por isso, porém, deixaram de ficar fascinados pelo modo como aqueles grupos nativos usavam as

---

<sup>67</sup> Há várias representações do *enduape* no livro de Staden. Uma das mais interessantes delas – pois mostra o uso ritual do artefato – é a xilogravura em que o autor aparece amarrado, no centro da aldeia, sendo inquirido pelo principal Cunhambebe, que traz o artefato às costas (Staden, 1974 [1557]: 99). Na edição de 1557 do relato de André Thevet, o *enduape* aparece sendo usado durante uma cena de guerra bem como numa imagem em que índios fazem fogo (Thevet, 1557: 72 e 101).

<sup>68</sup> Sobre a festa brasileira em Rouen, cf. Denis, 2007.

<sup>69</sup> Cf. Sluperius, 1572: 35 -37.

penas e transformavam-nas em adereços corporais. Tanto os pintores Eckhout e Post quanto soldados e funcionários da WIC registraram o uso dos artefatos de penas. Eckhout os incluiu no retrato do homem tapuia, que usa um cocar de penas e carrega uma borduna enfeitada com penas, bem como na tela *A Dança dos Tapuia* [figura 14], em que três homens têm penas a enfeitar suas cabeças e as bordunas que trazem às mãos. Já nas telas de Frans Post a presença de artefatos plumários é mais discreta. Pintor de paisagens, Post não deixou, contudo, de retratar também algumas cenas da vida cotidiana na colônia. Em duas delas, aparecem pequenos homens indígenas usando um manto de penas vermelhas: *Festejo no Arraial*, de 1652, em que se vê uma cena de feira ou comércio na rua, atrás da qual um grupo de índios parecem fazer uma dança circular. A maioria deles está nu, mas três usam um ornamento de penas vermelho que vai da cabeça às costas; esta cena remete à *Dança dos Tapuia* de Eckhout. O segundo quadro de Post é *Índios na Floresta*, pintado em 1669. Nele, tem-se no primeiro plano um grupo de índios tupi, dois negros e um casal holandês, que observam um grupo de indígenas dançando em círculo, sendo que dois deles usam um manto de penas amarelas do mesmo modo que no quadro anterior.



[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 14. Albert Eckhout. *Dança dos Tapuia*, s/d. Óleo sobre tela, 172 x 295 cm. Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

Nos registros escritos, há três menções a este artefato em particular: o manto de penas. O soldado Caspar Schmalkalden notou que os tupi “...fazem para si próprios belas perucas de penas ou toucas de toda espécie de cores, casacos para chuva, fitas nos braços e nos joelhos, à guisa de ornamento para utilizarem em suas danças” (Schmalkalden, 1998, vol. I:36). É bem possível que os citados “casacos para chuva” sejam os mantos, afinal a idéia de que eles serviam para proteger da água aparece também na segunda menção aos mantos, esta escrita por George Marcgraf. Segundo o naturalista, os brasileiros

“Fazem também as roupas com fios grossos de algodão semelhantes a redes unidas, e com qualquer nó é atada a pena, assim como é feita coberta de penas toda a roupa, e quase deste modo e com gosto as penas se dispõem em ordem alternadamente, como as escamas dos peixes. Porém esta capa tem na parte superior um capuz de sorte que pode cobrir toda a cabeça, os ombros, e as

coxas até o anus. Usam nesta capa ornatos e segundo a necessidade, porquanto o ornato na verdade é feito de elegantíssimas penas vermelhas da ave Guará, ou também com penas misturadas negras, verdes, cor de ouro, variadas, das aves *Aracucarú, Carinde, Arara* etc. Por necessidade porém porque a chuva não penetra esta capa, mas esse ornato cai com a água. Estas roupas chamam *Guara abucu*.” (Piso & Marcgraf, 1942 [1648]:271).

O grau de detalhamento da descrição indica que Marcgraf viu um destes mantos de perto, certamente o pegou nas mãos e analisou como fora fabricado. Infelizmente, o naturalista não registrou tantos detalhes quanto ao uso do artefato, limitando-se a escrever que eram usados “segundo a necessidade”. Como veremos logo adiante, estes adereços tinham um uso ritual importante, ultrapassando a mera “necessidade”.

A terceira menção ao manto encontra-se no livro de Joan Nieuhof, a *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Ocorre que esta descrição é muito semelhante à de Marcgraf, assim como outros trechos do livro do soldado da WIC se assemelham ora aos textos de George Marcgraf, ora ao de Elias Herckmans (1596-1644), que foi diretor da capitania da Paraíba. Assim, conforme apontou José Honório Rodrigues (*apud* Nieuhof, 1682 [1948]: 317, nota 450), todo o trecho sobre as vestimentas dos tapuia é tirado de Marcgraf.<sup>70</sup> É interessante e peculiar que Nieuhof tenha atribuído o uso dos mantos aos indígenas tapuia: todas as outras fontes holandesas os remetem aos tupi, o que reforça a hipótese de Nieuhof – ou, mais provavelmente, de seu irmão, que ficou responsável pela publicação do manuscrito após a morte de Joan – ter simplesmente copiado informações

---

<sup>70</sup> Com efeito, à exceção de uma ou outra palavra ou construção gramatical – que podem ser atribuídas à tradução dos textos –, a semelhança entre o trecho de Nieuhof e o de Marcgraf é enorme. Compare-se o trecho da *Historia Natural do Brasil* acima citado com o seguinte: “Os aborígenes têm também mantos tecidos com fios de algodão, como rede. Em cada furo enfiam uma pena vermelha de Guara, acompanhada de penas pretas, verdes e amarelas de *Aakukaru, Kazinde* e *Arara*, arrumando-as de maneira semelhante às escamas de peixe. Dentro desta capa existe uma espécie de boné que cobre a cabeça, deixando que o manto caia sobre os ombros e corpo, de forma a cobri-lo mais ou menos o meio. Assim é que esse abrigo pode ser usado tanto para ornamentar como para agasalhar, pois a chuva não o atravessa. Tal capa é conhecida na língua dos selvagens pelo nome de *Guara Abuku*.” (Nieuhof, 1942 [1682]: 319).

sem atenção às diferenças entre os grupos indígenas no Brasil. Isto coloca em questão a “veracidade etnográfica” dos comentários do soldado: sem dúvida, pode-se ler o relato de Nieuhof como uma fonte de informações sobre os acontecimentos na colônia do Brasil, afinal este soldado de fato teve uma experiência de vários anos no Brasil Holandês e escreveu sobre ela. Contudo, é preciso considerá-la uma fonte construída por mais de duas mãos, ou seja, uma fonte que contém mediações e interesses que vão além da mera descrição linear de fatos observados pelo narrador.<sup>71</sup>

Vale ressaltar aqui que, diferentemente dos seus antecessores quinhentistas, que tiveram contato majoritariamente com grupos tupi, os neerlandeses interagiram constantemente com grupos tapuia, que foram importantes aliados seus na guerra contra os portugueses.<sup>72</sup> Assim, nos relatos sobre os tapuia, aparece também o uso das penas como ornamentos corporais. Elias Herckmans, por exemplo, não fala em mantos, mas afirma que os tapuia “em algumas ocasiões de festa, ou quando vão à guerra (...) cobrem o corpo de penas de arara (que são os corvos das Índias Ocidentais), de maracanãs, papagaios e periquitos, que entre eles são muito formosos.” (Herckmans, 2004 [1639]:103). O mesmo autor notou que, nas cerimônias de casamento, os tapuia “enfeitam-se de toda a sorte de penas vistosas, com o que parecem mais um pássaro ou um monstro do que um ser humano.” (Herckmans, 2004 [1639]: 105).

Um aspecto importante das observações sobre o uso de mantos de penas, ou de outros tipos de ornamentos plumários, diz respeito ao seu uso ritual pelos indígenas. Staden, Thevet e Léry já haviam notado que as penas eram usadas para enfeitar o corpo e as armas dos tupinambá em ocasiões de rituais guerreiros e festivos. Os registros produzidos pelos neerlandeses chamam a atenção para o

---

<sup>71</sup> Maiores considerações sobre o caráter “construído” do texto de Nieuhof – assim como do de Schmalkalden – serão encontradas no capítulo 3 desta tese.

<sup>72</sup> Sobre a relação entre os neerlandeses e os tapuia, cf. Boogaart, 1979b.

uso das penas também pelos tapuia. Neste sentido, uma das descrições mais interessantes é a do alemão Jacob Rabbi, que chegou ao Brasil com Nassau em 1637 e viveu quatro anos entre o grupo tapuia tarairiu, tendo antes disso se casado com uma indígena (de outro grupo). Era empregado pela WIC para ser “supervisor” dos tapuia, mas sua íntima relação com eles lhe conferia uma posição ambígua (e talvez perigosa) aos olhos da Companhia (Boogaart, 1979b: 528-529). Foi assassinado em 1646, mas suas antoações sobre os tapuia sobreviveram: Marcgraf reproduziu-nas no seu *História Natural do Brasil*.<sup>73</sup> Sobre o uso ritual das penas, o alemão anotou que, quando os jovens homens vão se inciar nas artes da guerra,

“...primeiramente atam as pernas com certo vime flexível, e sapatos feitos do qual vestem; depois untam as cabeças com mel, amarram os cabelos na parte posterior, e os prendem com uma pena de ave mais longa e levantada, depois com o pó vermelho aspergem a cabeleira, na frente porém aplicam penas brancas; finalmente pintam a face com várias cores assim como o resto do corpo; mas nas costas atam uma faixa feita de folhas semelhante a cauda e nos braços asas de um pássaro que chamam *Kosetug*, e do mesmo modo amarram em volta da cabeça penas vermelhas. Assim ornados pelejam por três dias e os vitoriosos cantando saltam.” (Rabbi *apud* Piso & Marcgraf, 1942 [1648]: 282).

A literatura etnológica do século XX tratou da importância dos artefatos de penas nos rituais guerreiros tupi. O antropólogo Alfred Métraux refere que os prisioneiros capturados em expedições guerreiras, ao chegarem à aldeia, eram paramentados com ornamentos plumários, os mesmos usados pelos próprios guerreiros do grupo, e em certas ocasiões obrigava-se o cativo a passear pela aldeia vestindo “ornamentos plumários peculiares às grandes cerimônias tribais, inclusive com o maravilhoso manto da ibis

---

<sup>73</sup> Como demonstra Cristina Pompa, por ter convivido com os tarairiu, em seu relato Rabbi não usou elementos fantásticos para descrevê-los, mas os retratou como “uma sociedade com suas próprias regras” (Pompa, 2003: 256).

rubra...”(1979 [1928]: 120). Florestan Fernandes, em seu trabalho magistral sobre a guerra na sociedade tupinambá, explica que estes ornatos, bem como as incisões e pintura no corpo, “traduziam, de maneira simbólica, o valor pessoal e os poderes carismáticos” dos guerreiros, funcionando como reconhecimento público das capacidades destes homens (Fernandes, 1970: 36).

A partir dos relatos neerlandeses da primeira metade do século XVII, é possível dizer que os tapuia – ao menos os da região ao redor da província de Pernambuco – também faziam uso ritual das penas de pássaros. Elas eram destinadas aos guerreiros do grupo mas não aos prisioneiros, como parece ter sido o caso entre os tupinambá. Segundo as imagens de Eckhout e Post, elas eram usadas pelos tapuia como ornamentos para o corpo em ocasiões de danças circulares bem como ornamentos para as suas armas de guerra. Nas fontes escritas, as penas são também repetidamente associadas aos tapuia, que se adornam com elas quando vão à guerra, conforme os escritos de Elias Herckmans e Jacob Rabbi, e mesmo em cerimônias após a plantação e sementeira, segundo Barleus, que afirma que eles “se pintam de formosíssimas cores e se enfeitam com as penas mais elegantes (...). Alguns há que trazem pendurado às costas um feixe de plumas de ema, o qual aberto tem a circunferência de uma roda de carro.” (Barleus, 1974 [1647]: 265).<sup>74</sup>

Além de registrar a venda de aves e penas pelos tupi, bem como o uso ritual dos ornamentos plumários pelos tapuia, os relatos holandeses também deixam claro que estes indígenas sabiam do valor de tais objetos para os europeus e, mais importante, sabiam explorar este interesse europeu para seu próprio proveito. Como veremos a seguir, a doação de artefatos plumários e de penas fez parte de uma estratégia indígena de aliança com os holandeses no nordeste da colônia. Uma vez em mãos dos neerlandeses, estes objetos

---

<sup>74</sup> O feixe de plumas de ema mencionado por Barleus deve corresponder, por sua descrição, ao *enduape* de Staden.

teriam novamente um uso ritual, porém bastante diferenciado daquele que deles faziam os ameríndios.

### ***Sobre a dádiva, parte I***

Em seu *Singularidades da França Antártica*, André Thevet dedicou um capítulo inteiro ao modo de comerciar dos indígenas. Escreveu que os produtos normalmente oferecidos pelos habitantes da terra aos europeus eram: macacos, pau-brasil, papagaios e algodão, que eram trocados por “machados, facas, adagas, espadas, ferramentas, contas de vidro, pentes, espelhos e outras quinquilharias” (Thevet, 1978 [1557]: 153). O principal produto do comércio, entretanto, eram aves e suas penas:

“Conquanto haja na América grande diversidade de povos selvagens divididos em tribos e facções que estão habitualmente em guerra, não deixam eles, mesmo assim sendo, de comerciar seus produtos tanto entre si quanto com os estrangeiros – destacando-se neste particular os que vivem à beira-mar. O tráfico mais ponderável é o de plumas de avestruz, bainhas de espada feitas de penas desta e de outras aves de deslumbrante plumagem etc. Estes artigos são trazidos do interior, de mais ou menos 100 ou 120 léguas de distância (...). No litoral propriamente dito, a mercadoria mais comum são as penas de uma ave chamada tucano.” (Thevet, 1978 [1557]: 153).

É importante ressaltar aqui a observação de que os grupos indígenas trocavam estes produtos não só com estrangeiros, mas também *entre si*. Quase um século antes da chegada dos holandeses na América Portuguesa, já se havia estabelecido uma importante rede de trocas interindígena, na qual as aves e suas penas figuravam como principal produto. Este circuito de trocas de penas alcançaria os holandeses logo que eles aportassem no Novo Mundo.

Neste sentido, é muito significativo que, no primeiro encontro entre o recém-nomeado governador do Brasil Holandês e um grupo indígena, artefatos plumários tenham sido ofertados ao conde como sinal de amizade. Em sua primeira expedição pelas capitanias da Paraíba e do Rio Grande, no ano de 1638, Nassau recebeu um importante presente. Às margens do rio São Francisco, “vieram ter com ele emissários do rei dos tapuias, com presentes, arcos, flechas, lindíssimas penas de ema, com as quais se enfeitam indo para a guerra.” (Barleus, 1974 [1647]: 76). Tratava-se dos tapuia do grupo de Janduí, que viria a ser um aliado importante dos holandeses. Entendendo a iniciativa como oportunidade de aumentar e estreitar as relações com um grupo indígena estrategicamente importante, Nassau também ofereceu presentes aos tapuia e a seu chefe:

“Com a devida cortesia, aceitou-os como dádivas de paz e um começo de concórdia e penhores de benquerença, e, tratando digna e magnificamente aos embaixadores, retribuiu os mimos, mandando-lhe vestimentas de linho, camisas de mulher, facas, chocalhos, miçangas, corais, anzóis, pregos, objetos para eles desconhecidos ou pelo menos raros. Sobremodo contentes com isso, retiraram-se, prometendo persuadir seu rei de aproximar-se do Conde e vir saudá-lo.” (Barleus, 1974 [1647]: 76).

A estratégia da generosidade funcionou e o governador rapidamente passou a usá-la com outros grupos com os quais precisava se aliar. Em 1639, por ocasião da iminente chegada da armada espanhola liderada pelo Conde da Torre, cujo objetivo era expulsar os neerlandeses da colônia, Nassau discursou a diversos chefes indígenas, lembrando as conquistas dos fortes de Porto Calvo e do Ceará – ocorridas graças ao apoio e luta deles – e chamando-os a lutarem contra os espanhóis, inimigo comum.<sup>75</sup> Uma vez aceito o chamado,

---

<sup>75</sup> Segundo o discurso do conde, os espanhóis vingar-se-iam dos holandeses “por causa de velhas inimizades” – referência a Guerra dos 80 anos, que culminou com a independência das províncias do norte dos Países Baixos do Império Espanhol – e também vingar-se-iam dos indígenas por terem se aliado aos holandeses (Barleus, 1974 [1647]: 160). A idéia de que holandeses e indígenas combatiam um inimigo comum – os

o conde retribuiu distribuindo presentes a cada um dos chefes (Barleus, 1974 [1647]: 160). Nassau continuou também a receber presentes: no quesito dos adereços plumários, por exemplo, ganhou do Provincial dos Jesuítas um fecho de varias penas;<sup>76</sup> como vimos acima, de moradores de Pernambuco e arredores ganhou animais e plantas para seu jardim.

Johan Maurits van Nassau fez dessa troca a maneira por excelência de conquistar e manter aliados políticos durante todo o seu período como governador do Brasil Holandês, oferecendo e recebendo presentes nas negociações com grupos indígenas e com enviados de governos africanos. Como demonstrou Boogaart, a dádiva era também importante nas relações comerciais, já que política e comércio eram dois aspectos de uma mesma relação (Boogaart, 1992:84-85). Agindo desta forma, o conde garantiu também a constante entrada de elementos exóticos e inusitados em sua coleção.

O episódio da visita de duas embaixadas africanas ao Recife em 1643 merece ser tratado aqui com detalhe: ele não só serve de ponto de entrada para entender as complexas relações entre os governos do Brasil Holandês e das regiões exportadoras de escravos na África Ocidental, como as trajetórias dos presentes então trocados carregam em si as conexões ente os mais diversos agentes no espaço colonial das Américas no século XVII.

Desde a invasão e conquista de Olinda e Recife em 1630, estava claro para os holandeses que o funcionamento da colônia dependia do trabalho escravo e, este, do comércio regular com a África. É verdade que os neerlandeses, desde o final do século XVI, participavam do comércio de escravos, porém o faziam de forma eventual, não-sistemática (especialmente se comparado ao comércio português) e, ainda por cima, sujeito ao debate, nos Países Baixos, sobre a moralidade e até a produtividade do trabalho

---

espanhóis –, e a conseqüente aliança necessária entre os dois povos, era um tópico recorrente do discurso político neerlandês durante o século XVII. Sobre o assunto, cf. Schmidt, 2001.

<sup>76</sup> KHA-A4-1454-f.343, sem data.



escravo.<sup>77</sup> Foi só com a conquista da feitoria de São Jorge da Mina, na Guiné, em 1637, que se iniciou um comércio regular de escravos organizado pelos holandeses. O ataque e conquista de Mina foi planejado e ordenado por Nassau que, recém-chegado à colônia, precisava restabelecer o sistema produtivo do açúcar – era para isso, afinal, que a WIC o havia designado como governador-geral. Com a conquista da feitoria na Guiné, Nassau garantiu o controle deste sistema produtivo em seus dois eixos fundamentais: a África lhe fornecia os escravos que, uma vez no Brasil, fariam o duro trabalho nos engenhos. No ano de 1641, uma frota saída do Brasil Holandês conquistou também a feitoria de São Paulo de Luanda, em Angola, resolvendo temporariamente o problema do abastecimento de mão-de-obra para os engenhos (Puntoni, 1999:135).

A conquista não era apenas feita através das armas: era preciso também garantir alianças com os governantes locais. Neste sentido, duas cartas que hoje se encontram entre os documentos de Johan Maurits van Nassau-Siegen no Arquivo da Casa Real em Haia são de especial interesse. Ambas tratam das relações com o rei do Congo e do que deveria ser feito por Nassau para manter boas relações com ele. A primeira, uma carta anônima em francês, destinada ao “Excelentíssimo Senhor”, explica os meios pelos quais a Companhia poderia atravessar o monopólio português do comércio de escravos para comprar diretamente da África. O autor do texto começa justificando suas proposições dizendo que as viagens que fez a Angola e o contato que tem com os habitantes da região permitem que ele fale com propriedade do que segue. Assim, indica que se deve enviar ao Rei de Angola algumas coisas “muito boas”, isto é, presentes para bajulá-lo e conseguir que ele despache alguns negros para carregarem as “mercadorias” para seu reino. Possivelmente trata-se aí

---

<sup>77</sup> Sobre o assunto, cf. Puntoni, 1999:103-122. Neste sentido é emblemática a afirmação que Nassau faria na carta que ficou conhecida como seu “testamento político”: “Sem tais escravos não é possível fazer coisa nenhuma no Brasil. Sem eles, os engenhos não podem moer, nem as terras ser cultivadas, pelo que necessariamente deve haver escravos no Brasil, e por nenhum modo podem ser dispensados; se alguém sentir-se agravado com isto, será um escrúpulo inútil.” (Nassau *apud* Cabral de Mello, 2006: 68).

da explicação de uma estratégia para iniciar os contatos e o comércio com o Rei de Angola, dado que o autor da missiva faz questão de frisar que estes negros não devem ser tratados como escravos – certamente supunha que os negociantes neerlandeses não saberiam diferenciar um negro cativo de um súdito do rei.<sup>78</sup> A segunda é de autoria de Pieter Montamer, diretor de Angola, que sugere a Nassau que dê presentes ao rei do Congo para firmar os laços de amizade com ele.<sup>79</sup> Com efeito, naquela região os holandeses contavam com o apoio político do Rei do Congo, Dom Garcia II, e do Conde do Sonho, Dom Daniel da Silva que, entretanto, habitualmente competiam ente si.

Em maio de 1643, duas embaixadas africanas foram enviadas a Recife para negociar com Nassau. A primeira delas consistia num grupo enviado justamente pelo Rei do Congo aos Países Baixos que, no caminho, deveriam parar no Recife e pedir o apoio do conde-governador. Levavam consigo alguns presentes para Johan Maurits: duzentos negros, um colar e uma bacia, que Barleus descreve como feita de ouro [figura 15] (Barleus, 1974 [1647]: 254). Como veremos, esta bacia ou pia batismal carrega uma história de circulação atlântica à qual o conde acrescentará interessantes capítulos. Junto dos presentes, Dom Garcia II enviou uma carta a Nassau, em que lhe apresentava desejava sorte na conquista contra os portugueses (*Zo Wijd de Wereld Stretkt*, 1979:147). Quanto aos presentes recebidos, Nassau retribuiu a dádiva ofertando ao rei “um manto comprido, todo de seda, com fímbrias de ouro e de prata, uma banda, um gibão de cetim, um chapéu de pele de castor, com um cordão entretecido de ouro e de prata. Acrescentou o Conde como dádiva sua um alfanje tauxiado de prata com o respectivo talim” (Barleus, 1974 [1647]: 255).

Em dezembro daquele mesmo ano, aportaram em Pernambuco três representantes do Conde do Sonho, que vinham pedir a Nassau que não intercedesse a favor de Dom

---

<sup>78</sup> KHA – A4 – 1454 – f.196, sem data.

<sup>79</sup> KHA – A4 – 1454 – f.203, 31 de outubro de 1642.

Garcia II na disputa que com ele travava Dom Daniel da Silva. O conde de Nassau decidiu não interferir na contenda dos dois políticos, pois era importante manter a aliança com ambos para garantir o fornecimento de escravos. Afinal de contas, segundo o conselheiro político Servaes Carpentier, eram justamente os escravos daquela região os melhores trabalhadores. Mais tarde, Barleus registraria a opinião de Carpentier de modo perspicaz: “Os do Congo e do Sonho são os mais aptos para os trabalhos, de sorte que é de interesse da Companhia tomar em conta o tráfico destes, unindo-se por laços de amizade os condes do Congo e do Sonho.” (Barleus, 1974 [1647]:133-134). Para manter os laços de amizade com o Conde do Sonho, e para mostrar que não havia diferença entre sua relação com ele e com o Rei do Congo, “ao Conde do Sonho foi oferecida uma cadeira estofada de cetim vermelho, com franjas de ouro e prata; um manto muito comprido de cetim variegado, uma túnica de veludo e também um chapéu de pele de castor” (Barleus, 1974 [1647]: 255).



Figura 15. Pia batismal de prata revestida em ouro, c.1600. 53 cm de diâmetro, 12,3 cm de altura. Igreja Evangélica de Siegen, Alemanha.

Fonte: Gerhard Brunn (org.). *Aufbruch in Neue Welten. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) der Brasilianer*. Catálogo de Exposição. Siegen: Siegerlandmuseum, 2004, p.4.

Dois dos presentes trocados são aqui de especial relevância, pois são exemplos contundentes de como os circuitos do comércio, da política e da dádiva estavam entrelaçados no século XVII. São eles a bacia de prata e os chapéus de pele de castor. A primeira, uma bacia de 12,3 cm de altura e 53,5 cm de diâmetro, com um pé de 24 cm de diâmetro, contém em seu centro um brasão, no seu reverso uma inscrição em latim e, em sua borda de 6,5 cm, uma série de gravuras com imagens de casas, animais, monstros e

quatro medalhões. A peça, que pesa cerca de 5 quilos, apesar de ter chegado às mãos de Nassau através de representantes congolezes, não tem sua origem no continente africano. Assunto de especulações desde o final do século XVII, a procedência peruana da bacia foi estabelecida pelo historiador Friedrich Muthmann em 1956. A hipótese havia sido levantada numa publicação de 1693, em que se chama a atenção para a imagem de um lhama na gravura, animal habitante daquela porção da América Espanhola, bem como para o ano 1586 inscrito em um dos medalhões ao lado de uma coroa. Comparando as imagens na borda da bacia com peças produzidas por artistas indígenas no vice-reinado do Peru entre o final do século XVI e o início do XVII – entre os quais a arte têxtil peruana guardada no Museu de Etnologia de Munique bem como os desenhos de Dom Felipe Guamán Poma de Ayala (c.1550-1616) –, Muthmann concluiu que a bacia fora originalmente produzida na região de Cuzco na penúltima década do Quinhentos (Muthmann, 1956:34). Àquela altura, a bacia ainda tinha a cor prateada, não tinha suporte e não contava com a inscrição em latim ou o brasão. Das terras altas peruanas foi levada por portugueses mercadores de escravos, detentores de contratos de *asiento* com a coroa espanhola, pela rota terrestre entre Potosí e Buenos Aires até o Rio da Prata.<sup>80</sup> Assim, é bem possível que a bacia tenha figurado como parte do pagamento por um lote de escravos. Uma vez do outro lado do Atlântico, estes mesmos mercadores portugueses devem ter usado a peça de prata como pagamento na compra de mais escravos. Assim a bacia chegou São Paulo de Luanda, então capital do domínio português em Angola, por volta da terceira década do século XVII. Pouco mais de vinte anos depois, atravessaria o Atlântico pela segunda vez, para ser presenteada a Nassau (Muthmann, 1956: 68).

---

<sup>80</sup> A rota terrestre era uma alternativa à rota marítima que saía da costa pacífica do Peru para o norte, pelo istmo do Panamá até o oceano Atlântico. Sobre os contratos de *asiento* e o lugar dos mercadores portugueses no comércio de escravos entre a África e a América Espanhola, cf. Alencastro, 2000, esp. capítulo 3.

As travessias da bacia não terminariam por aí. Em 1644, quando de seu retorno aos Países Baixos, Nassau evidentemente levou a peça de prata consigo. Manteve-a em sua coleção por quase quinze anos – não há registro, porém, de ter sido vista nas mãos do conde em Haia. Contudo, no ano de 1658, o ex-governador do Brasil Holandês viajou a Frankfurt a serviço do Grande Eleitor de Brandenburgo.<sup>81</sup> Na ocasião, levou a bacia consigo e a entregou ao ourives Hans Georg Bauch, que ficou encarregado de adicionar-lhe o pé, revesti-la de ouro e acrescentar a ela o brasão de Nassau bem como a inscrição “*Munus Hoc/Joh Mauritius Princeps/Nassaviae/Cum Brasiliae imperaret/ab Afrorum in Congo rege oblatum /ad sacri baptismus usum/ecclesiae remormat sigensi/consecrat/MDCLVIII*” (Molen, 1979: 258). Já pretendia Nassau, a esta altura, entregar a bacia de presente à Igreja Evangélica de Siegen, local, aliás, onde ela se encontra até os dias atuais.

Assim, num período de cerca de meio século, um mesmo objeto percorreu, em duas direções, os caminhos do comércio e das alianças coloniais no Atlântico Sul. Seu significado mudou também conforme os sentidos destes caminhos: se, em sua origem, fora gravado com imagens da paisagem (natural e política) do vice-reinado peruano, foi também feita do material mais valioso e mais explorado pelo Império Espanhol no primeiro século de colonização: a prata. Logo em seguida, passou pelas mãos de importantes agentes do comércio colonial, os portugueses assentistas que supriam a América Espanhola de escravos. Ao fazer a viagem de volta à América, a bacia continuou no circuito do comércio negreiro, mas agora não como pagamento – valor econômico – mas sim como presente – valor simbólico –, assegurando a aliança e a amizade do rei do Congo para com Nassau, que àquela altura certamente necessitava de garantias de que o suprimento de escravos para a região que governava não iria esvanecer. Foi também como presente que este objeto se movimentou pela última vez, indo para a igreja alemã de Siegen, mas não sem antes lhe ter

---

<sup>81</sup> As relações entre Nassau e o Brandenburgo serão tratadas no capítulo 4 desta tese.

sido acrescentado aquilo que a tornaria um presente de fato significativo neste novo lugar: o brasão de Nassau e a inscrição em latim, adições materiais que garantiriam, física e eternamente, para quem quer que a visse, a importância e o papel do Conde (já Príncipe) de Nassau no esforço norte-europeu de colonização da América.

O segundo objeto que aqui nos interessa, o chapéu de pele de castor, remete às alianças políticas e transações comerciais que se formaram no Atlântico Norte no século XVII. Com efeito, a pele de castor era usada na fabricação de chapéus na Europa desde o final do século XV: primeiro, eram utilizados os castores nativos do continente europeu; uma vez extintos, passou-se a caçar e usar peles dos castores da região escandinava que, a seu tempo, também se tornaram muito raros. Por volta do final século XVI, os fabricantes de chapéu receberam a boa notícia da descoberta de duas novas fontes de peles de castor: a Sibéria e o Canadá. A primeira tinha os inconvenientes da enorme distância a ser percorrida por terra e da inconstância do fornecimento regulado pelos caçadores russos (Brook, 2008:42-43). Já no Canadá, na região dos Grandes Lagos, além da grande quantidade de castores em habitat natural, havia um importante elemento facilitador do comércio: os grupos indígenas que se caçavam e vendiam os castores por preços relativamente bons. Assim, foi através do comércio com os grupos Huron e Iroquese que os viajantes e comerciantes franceses e holandeses conseguiam suprir a demanda por pele de castor, especialmente após 1600.<sup>82</sup> A esta altura, a moda dos chapéus feitos de pele de castor também alcançara os Países Baixos. Os adornos feitos inteiramente deste material eram os mais caros e mais valorizados, mas os cidadãos menos afortunados também tinham alternativas: poderiam comprar o que ficou conhecido como “demi-castor” ou “quarter-

---

<sup>82</sup> Sobre o comércio de pele de castor no início da colonização da América do Norte, cf. Innis, 1962, esp. capítulo 2.

castor”, chapéus feitos com uma parcela de pele de castor misturada com peles de animais como camelo, bode ou coelho (Mortier, 1997:13).

Não sabemos exatamente a quantidade de pele de castor nos chapéus ofertados por Nassau ao Rei do Congo e ao Conde do Sonho, e tampouco determinar a origem da manufatura do objeto – os altos funcionários da WIC, que certamente usavam eles mesmos estes tais chapéus, podem tê-los comprado diretamente de fabricantes neerlandeses, ou então de produtores franceses, ou mesmo tê-los ganho de presente nos Países Baixos. De qualquer forma, é certo que o presente agradou os governantes africanos: ter e usar um chapéu destes, ainda que num clima de intenso calor, era um sinal de distinção e de prestígio.

Certo é também que este adorno foi objeto de desejo de chefes indígenas na América do Sul. Com efeito, o chapéu de pele de castor reaparece em relatos posteriores ao período de Nassau no Brasil, evidenciando, ademais, que a troca de presentes – e de alguns presentes em especial – era uma estratégia fundamental para se estabelecer alianças e fidelidades no contexto colonial. Em outras palavras, não foi só o conde de Nassau que se envolveu em círculos de reciprocidade mediados por objetos. Ao contrário, como veremos, mesmo após sua partida a troca de presentes entre grupos indígenas e neerlandeses continuou sendo o primeiro e fundamental momento de todas as negociações que faziam.

O episódio da busca das minas de prata por Mathias Beck é um bom exemplo.<sup>83</sup> Em 1649, este funcionário da WIC foi enviado ao Ceará com a tarefa de comandar uma expedição que descobrisse a existência de minas de prata naquela região. A empreitada não alcançou o objetivo desejado. Durante as tentativas, Beck contou com o auxílio de dois grupos de índios brasileiros. Em seu diário, Beck relata ter conversado com o principal

---

<sup>83</sup> Sobre Mathias Beck e a busca das minas de prata no Ceará, conferir Xavier, 2007. Sobre sua atuação como vice-diretor de Curaçao, posto que assumiu após deixar o Brasil, cf. Schiltkamp, 1988.



Francisco Carajá em 10 de abril. O índio teria dito que conhecia as minas e que os levaria até lá, desde que o holandês lhe desse de presente “um vestido, *um chapéu*, uma camisa, meias, sapatos e uma espada.” Beck rapidamente atendeu o pedido: “...atendendo às recomendações do comissário H. van Ham, mandei sem demora entregar-lhe os objetos pedidos e ele, aceitando-os cheio de gratidão, em altas vozes declarou cumprir suas promessas.” (Beck, 1903 [1649]: 357 – ênfase minha). Em 19 de Abril, o Principal Amunijupitanga procurou Beck e disse que seu povo poderia achar as minas e até mais rápido que os de Carajá, mas que queria algumas coisas de presente caso a mina fosse julgada de boa qualidade. A lista, escrita em língua brasiliana, continha os seguintes elementos:

“Para cada principal um bom vestido com todo o ornato necessário da cabeça aos pés, um mosquete, uma espada e um tambor grande, bem como alguns machados e facões e um pouco de munições de guerra.” (Beck, 1903 [1649]: 369).

No dia seguinte, em nova conversa com Amunijupitanga, Beck expressou seu descontentamento com o principal Carajá, por este ter lhe enganado e não ter levado seus homens, de fato, até a mina de prata. Seu novo aliado disse, então, que o faria em troca dos presentes pedidos – e Beck, para não deixar dúvidas quanto às suas intenções, abriu seu baú e mostrou a Amunijupitanga

“um gibão de *drap d’or*, um vestido de pano fino forrado de veludo e com os botões de prata, *um chapéu de [pele de] castor preto com duas penas brancas* bem como um estandarte de tafetá verde acarelado de prata.” (Beck, 1903 [1649]: 370 – ênfase minha).

O comandante holandês ainda prometeu que seriam mandados, do Recife, um bom vestido para cada um dos outros principais. Para conquistar a simpatia de Amunijupitanga, mandou dar a ele um vestido com uma espada e punhal, iguais aos que ele havia dado anteriormente a Carajá, além de algumas “bagatelas” para os oficiais que o acompanhavam (Beck, 1903 [1649]:370).

Assim como no caso da bacia de prata peruana, temos aqui novamente caso de um objeto – ou melhor, de um tipo de objeto – que atravessou o oceano mais de uma vez, acompanhando os movimentos (econômicos, políticos, materiais, culturais) engendrados pelos contatos coloniais no período moderno. A partir de matéria-prima vinda da América do Norte e conseguida através do comércio com os indígenas da região dos Grandes Lagos, comerciantes de pele europeus levavam a pele de castor até França e Países Baixos, que produziam os cobiçados chapéus. Prontos, estes adereços acompanharam o fluxo Atlântico nas cabeças e nas mãos dos funcionários da administração colonial neerlandesa no Brasil e, ali, muito além de servir à sua utilidade original de proteção, figuraram como elementos que simbolizavam distinção e elevado *status* numa sociedade altamente hierarquizada. Por isso foram objetos importantes no circuito colonial de troca de presentes.

Finalmente, um último episódio deste circuito de trocas merece aqui ser citado pela clareza com que seus protagonistas o interpretaram. No ano de 1647, Roulox Baro foi mandado como substituto de Jacob Rabbi como intérprete e embaixador dos holandeses junto aos tapuia de Janduí, no Rio Grande. Os presentes trazidos por ele não agradaram a Janduí, que teria dito:

“Não valia a pena trazer-me tais coisas de tão longe. Os portugueses têm razão de dizer que o ferro dos holandeses não vale nada e menos ainda seus espelhos e pentes; nunca vi coisas tão desprezíveis. Eu estava acostumado a receber antigamente de vossa gente belas trombetas, grandes alabardas, belos espelhos,

lindos copos e belas taças bem trabalhadas, que guardo em minha taba para mostrá-los aos outros tapuias que me vêm visitar, dizendo-lhes: um certo senhor holandês me enviou isto, outro aquilo. Conservo ainda o que Schkoppe, Arciszewski, Sua Excelência [Nassau] e vossos generais me mandaram; nada sofreu alteração com o tempo e uso, com exceção de algumas trombetas que se quebraram, das quais mandei que se fizessem flautas.” (Baro, 1979: 98 – acréscimo meu).

Seguiu-se a isso uma discussão sobre a qualidade dos presentes que Baro trouxera, este explicando a Janduí que nada de melhor tinha vindo da Holanda nos últimos tempos e o segundo afirmando que ainda assim não eram suficientes. Alguns dias depois, o chefe tapuia mostrou a razão de seu descontentamento. Um outro chefe tapuia, chamado Vvariju, foi visitar Janduí. Na ocasião, o segundo deu ao primeiro parte do que havia ganhado de Baro e, depois da partida de Vvariju, explicou ao holandês: “Vês, meu filho, como é necessário que eu dê aos tapuias parte do que me oferecete? Pois, de outro modo, eu ficaria só: não tenho o suficiente para distribuir aos outros chefes.” (Baro, 1979: 101).

Nesta única frase, o chefe tapuia resumiu a importância da troca de presentes: sem ela, ele ficaria só. Era a obrigatoriedade da retribuição do presente que garantia a continuidade das relações políticas e das negociações entre os envolvidos. Como mostrou Cristina Pompa acerca deste mesmo evento, havia “uma evidente tradição ‘tapuia’ de troca de dons e de alimentos” em que os neerlandeses procuraram se encaixar e da qual, sem sombra de dúvida, precisavam participar para garantir o funcionamento das alianças políticas, imprescindíveis para o sucesso da colônia (Pompa, 2003: 255). Assim, a emblemática frase de Janduí serve também para explicar a dinâmica das trocas materiais conduzidas pelo governador do Brasil Holandês: sem os presentes, Johan Maurits van Nassau ficaria só.

### Capítulo 3

#### ENTRE O BRASIL E A EUROPA: CIRCULAÇÃO DE SABERES

As obras desenvolvidas pelo *entourage* de Johan Maurits van Nassau no Brasil têm hoje um papel fundamental na representação da colônia holandesa na América do Sul especificamente e mesmo na representação mais genérica sobre o Brasil colonial. Os textos e imagens fruto desta experiência neerlandesa nos trópicos ocupam um lugar de transição entre os registros do século XVI – focados nas “maravilhas” e excepcionalidades e em busca de confirmação para os saberes clássicos – e os registros mais exploratórios e científicos do século XVIII. Um aspecto específico das obras destes artistas merece especial atenção: todos estes elementos faziam parte da coleção do conde e foram exibidas por Nassau a um seletto público uma vez de volta a Europa. Foram produzidos, alguns no Brasil, outros já nos Países Baixos, por mãos e olhos europeus para um público também europeu. Tratava-se da representação do Brasil a partir de observações *in loco* e acuradas, mas que foram registradas e orquestradas para compor uma descrição para um público estrangeiro.

É disto que trata o presente capítulo: o conhecimento, as idéias e situações que formaram (e informaram) o conjunto do material textual e pictórico hoje entendido como registro direto e imediato da experiência neerlandesa no Brasil. Em outras palavras, procuraremos identificar a que lógica e intenção obedeciam as imagens e as descrições textuais presentes nas seguintes obras, frutos diretos do mecenato do conde: os códices *Theatrum Rerum Naturalium Basiliae*, *Libri Principis* e *Miscelanea Cleyerii* e o livro *História Natural do Brasil*. Assim, a intenção aqui é mostrar o processo de produção destas

obras e contextualizá-las no cenário mais amplo da produção de saberes sobre a América nos Países Baixos do século XVII. Neste sentido, será importante a comparação do material acima elencado com dois documentos que vêm sendo considerados como contraponto deles: o manuscrito *Thierbuch* de Zacharias Wagener e o relato do soldado alemão Caspar Schmalkalden. Mais do que um testemunho ou documento do que era a colônia neerlandesa no Brasil, o conjunto destas obras – encomendadas por Nassau ou não – é produto do complexo processo de construção de saberes sobre uma região dos trópicos com a qual os europeus vinham se familiarizando há mais de um século.

### ***Representações da natureza***

Começemos pelos códices *Theatrum Rerum Naturalium Basiliae, Libri Principis e Miscelanea Cleyerii* que, juntos, contêm pouco mais de novecentos desenhos de história natural em diversas técnicas, produzidos pelos artistas do conde no Brasil. Como mostrou a historiadora da arte Rebecca Parker Brienem, pode-se identificar o trabalho de cinco artistas diferentes nestes desenhos; só se tem certeza, contudo, da parte que coube a Eckhout e Marcgraf (Brienem, 2007:279), sendo desconhecidos os nomes dos demais três autores. Estes desenhos foram dados por Nassau ao Grande Eleitor de Brandenburgo em 1652.<sup>84</sup> Em 1666, Christian Mentzel (1622-1701), médico do Grande Eleitor, organizou os papéis (que até então estavam, em sua maior parte, avulsos) em três conjuntos, totalizando sete volumes. O primeiro conjunto, o *Theatrum...* é dividido em quatro volumes e é composto de 417 óleos sobre papel e alguns guaches e desenhos em pincel e giz. Sua autoria é atribuída a Albert Eckhout. O segundo conjunto, *Libri Principis*, contém cerca de 450 aquarelas divididas em dois volumes, sendo que o primeiro é de autoria de Georg Marcgraf e o segundo, Marcgraf e mais três artistas (Brienem, 2001:106) – vale notar aqui que,

---

<sup>84</sup> O motivo, ocasião e demais itens que compunham este presente serão discutidos no capítulo 4 desta tese.

quando dados ao Eleitor, estas aquarelas já se encontravam encadernadas em dois volumes. O terceiro conjunto, *Miscellanea Cleyeri*, é um volume composto de uma mistura de imagens de animais, pessoas e plantas das Índias Orientais, de plantas do Cabo da Boa Esperança, bem como 35 desenhos (em giz e a óleo) do Brasil, todos de autoria diversa e ainda incerta (Whitehead & Boeseman, 1989: 42). Atualmente, este material encontra-se na Biblioteca Jaguelônica de Cracóvia, na Polônia.

Qual a razão da existência destas imagens? A princípio, elas são o produto dos estudos empreendidos por Eckhout e Marcgraf (e mais três artistas) no jardim do conde, nos arredores de Recife e durante as expedições de Marcgraf ao interior. Assim, são matéria de ciência e de produção do conhecimento. Ao mesmo tempo, estes novecentos papéis eram também parte integrante da coleção de Nassau. No contexto do colecionismo do período moderno, não era incomum que os colecionadores tivessem também representações visuais de espécies naturais. Por exemplo, o catálogo do leilão da coleção de Christian Porret elenca um conjunto de mais de setecentas aquarelas com desenhos de diversos animais, plantas e flores (Swan, 2007: 204). A motivação para isso estava na maior durabilidade e maior facilidade de acesso ao material colecionado, afinal, uma série de imagens criava um arquivo do mundo esteticamente agradável e bem mais durável que as espécies naturais: “Nos séculos XVI e XVII (...) objetos e imagens que retratavam e descreviam a natureza viraram uma moda desejada, difícil de ser obtida, e procurada por príncipes e *scholars* para seus gabinetes de curiosidades” (Smith e Findlen, 2002:9).

Havia um segundo motivo para a elaboração de desenhos que integrassem coleções nos Países Baixos do século XVII – e este outro motivo pode ser identificado também nestas imagens feitas por encomenda de Nassau. Trata-se de um fenômeno importante e abrangente do desenvolvimento da cultura visual neerlandesa no período moderno, que

Svetlana Alpers apropriadamente chamou de “a arte de descrever”. Através do olhar atento do artista e de sua habilidade, todo o mundo visível era registrado, de forma que as artes visuais, e em especial a pintura, formavam o meio por excelência para conhecer e compreender o mundo (Alpers, 1999: 159). O objetivo era capturar o maior número possível de detalhes numa mesma superfície, no estilo de pintura “a partir do natural”.<sup>85</sup> Em um contexto cultural em que o interesse pelo conhecimento empírico do mundo crescia vigorosamente, Eckhout e Marcgraf foram treinados para transformar sua observação do mundo em registros visuais eloqüentes. Rebecca Brienen corretamente argumenta que as imagens criadas por estes dois artistas no material depois dado ao Grande Eleitor são exemplo de como, naquele período, artistas e cientistas estavam tentando criar uma linguagem visual apropriada para a representação da natureza (Brienen, 2007:312). Assim, os desenhos dos *Theatri...* e *Libri Principis* devem ser entendidos dentro do movimento da arte e da ciência neerlandesas modernas que buscavam construir o conhecimento das coisas da natureza a partir de observação e registros empíricos e meticulosos.

Ademais, uma vez colocados à mostra na Europa, estes desenhos não só serviriam para atiçar curiosidades e ampliar o conhecimento empírico sobre o Novo Mundo, como também sublinhariam a habilidade de Nassau em formar uma coleção com seres provenientes de lugares longínquos, representando assim a extensão de seu conhecimento e de seu poder enquanto governador-geral da colônia no Brasil. Nestas imagens, estão intimamente ligados o estudo da natureza e a representação do status do soberano: saber e poder aliados, conforme o código aristocrático que Johan Maurits tão bem aprendera com seu cunhado, Mortiz von Hesse-Kassel. É certo que o nobre conde de Nassau não buscava formar uma coleção enciclopédica e nem dar conta de todas as espécies disponíveis no

---

<sup>85</sup> A expressão em holandês é “naer het leven”. Nesta tese, este conceito é utilizado conforme discutido por Svetlana Alpers (1999:106-107).

mundo. Johan Maurits estava formando um *corpus* material que representasse sua soberania e seu domínio da América. Para isso, era necessário conhecer e classificar as particularidades e especialidades deste seu domínio.

Neste sentido, não é à toa que uma parte significativa das imagens do conjunto contenha anotações de próprio punho de Nassau. É na segunda parte do material organizado por Mentzel para o Grande Eleitor, apropriadamente chamada de “livro do príncipe”, que se encontram as anotações do conde. Em cada folha, há uma representação visual de um animal, ave ou planta do Brasil ou da África, acompanhada do nome, em língua brasiliana, da respectiva espécie. A maioria dos desenhos e seus títulos – notadamente, os do volume I – são atribuídos a Marcgraf, que apenas nomeou as espécies brasileiras, deixando as africanas sem título (Brienen, 2001: 101-103). Segundo Dante Martins Teixeira, os dois volumes do *Libri Principis* “parecem ter sido desenvolvidos como cartilhas ou ‘manuais’ destinados a educação e o recreio de Maurício de Nassau, que assim poderia melhor conhecer os animais e plantas de seus vastos domínios no Novo Mundo” (Teixeira, 1995: 102). Esta proposição é bastante verossímil, ainda mais se levarmos em conta que, diferentemente dos desenhos a óleo e demais que compõem o *Theatrum Rerum...* e a *Miscellanea...*, as imagens dos *Libri* já estavam encadernadas como dois volumes distintos quando Nassau se desfez delas.<sup>86</sup> Entretanto, Teixeira apresenta duas afirmações problemáticas: primeiro, a de que as anotações do conde tenham sido motivadas por seu desejo de engrandecer-se – afinal, “...cada potentado da época almejava ser considerado um filósofo...” – e, segundo, de que as notas não possuem grande valor informativo (Teixeira, 1995:102 e 103). Estes dois argumentos não fazem juz àquilo que as anotações do conde representam no contexto da produção de saberes no período moderno. Elas são um testemunho importante das categorias através das quais as novidades da América eram

---

<sup>86</sup> Cf. Inventário do presente ao Grande Eleitor de Brandenburgo, reproduzido em Larsen, 1967: 253.



entendidas e incorporadas pelo pensamento europeu – assim como também o são os desenhos e anotações de Zacharias Wagener sobre os animais que viu na Mauritsstad.

Os comentários de Nassau se referem, via de regra, aos aspectos físicos do animal desenhado, começando pelo seu tamanho e seu porte em termos comparativos: o sagüi “não é maior que o pulso de uma senhora” (*LP*, 1995, vol.I:19); a galinha d’água “é tão grande quanto as européias” (*LP*, 1995, vol.I:94). Aparecem também comentários sobre os atributos do animal: o aguti “vive no solo, é muito rápido e corre muito depressa” (*LP*, 1995, vol.I: 26); o cachorro brasileiro é “indolente e mal conformado” (*LP*, 1995, vol.I:29). Seguem-se, em alguns casos, anotações sobre seu uso ou sua produtividade: as vacas são vistosas, mas “6 delas não produzem mais leite que uma vaca holandesa” (*LP*, 1995, vol.I:13), o pêlo da raposa “pode ser utilizado para forrar os trajes de caça” (*LP*, 1995, vol.I:35). Finalmente, alguns animais são descritos como comestíveis: o preá, que tem o tamanho de um leitão, é muito bom de comer (*LP*, 1995, vol.I:30); igualmente, o tatu “é muito bom de comer e tem o gosto similar ao de uma galinha” (*LP*, 1995, vol.I: 32;38); o caranguejo “mesmo cru é saboroso” (*LP*, 1995, vol.I:117).

O *Thierbuch* de Zacharias Wagener também oferece muitos exemplos do uso alimentício dos animais do Novo Mundo. Segundo Hochstrasser (2008:169), boa parte dos desenhos de Wagener são cópias dos animais que aparecem no *Libri Principis*. Apesar disso, o funcionário da WIC teria se sobressaído ao ressaltar, em seus desenhos e notas, as possibilidades culinárias que os animais tropicais ofereciam – afinal, isto era parte de seu trabalho como despenseiro do conde. Um exemplo é a descrição do peixe-gato: “são diariamente apanhados em grande quantidade e trazidos para venda. (...) Têm um sabor delicioso, agradável e adocicado, motivo pelo qual todas as tardes mando levá-los para Sua Excelência.” (Wagener, 1997: 41). Sobre as galinhas africanas, relata: “estas galinhas são

trazidas em grande quantidade da África para o Brasil, onde procriam e se multiplicam à larga e podem ser criadas com pouca coisa. Depois de bem preparadas, pode-se muito bem apresentá-las a mesa dos reis e dos príncipes por causa de sua carne delicada.” (Wagener, 1997: 72). Com alguma ironia, comenta sobre os iguanas: “algumas pessoas de berço (...) tiram-lhes o couro e comem-nos bem preparados, dizendo que são mais gostosos que um frango assado” (Wagener, 1997: 132). Este modo “pragmático” de descrever os animais, que aparece tanto no *Libri Principis* quanto no livro de Wagener, obedece, de forma geral, aos critérios de análise e classificação zoológicas vigentes desde o início do período moderno, em que os naturalistas descreviam os novos animais segundo três critérios: se eram comestíveis, se tinham uso na vida cotidiana dos homens (no transporte, trabalho ou vestuário) e, finalmente, se podiam ser domesticados (Groesen, 2008: 150). Este tipo de descrição prática servia de propaganda e guia para colonos neerlandeses que poderiam imigrar para o Novo Mundo.

Se a utilidade prática dos recém-descobertos animais era uma forma padrão de entendê-los, outra maneira pela qual os neerlandeses viam alguns destes espécimes era a categoria do maravilhoso ou monstruoso. Isto pode parecer estar em desacordo com o caráter “empírico” e “a partir do natural” da produção de conhecimento nos Países Baixos da era moderna conforme descrito acima. Contudo, conhecimento e surpresa eram os dois lados de uma mesma moeda: o interesse pelas curiosidades e raridades do Novo Mundo vinha justamente da admiração que eles podiam fazer surgir no observador. Assim, as representações visuais dos “monstros” ou “maravilhas” correspondem de fato à tradição da observação empírica e registro acurado, porém era nas narrativas sobre tais animais que apareciam suas características maravilhosas ou surpreendentes. Em outras palavras, era

preciso representar com exatidão e explicar claramente o que havia de raro ou admirável em cada elemento, numa “expressão articulada do maravilhoso” (Whitaker, 1996: 80).

Deste modo, no *Libri Principis*, há quatro animais que são descritos desta forma maravilhosa. O peixe voador, figura recorrente nos relatos europeus sobre o Novo Mundo, é assim descrito: “pode voar fora d’água enquanto as suas asas parecem molhadas. Possui o tamanho de um arenque. Voa para fora d’água em várias centenas, freqüentemente caindo dentro dos barcos” (LP, 1995, vol.I: 147). A parca, chamada “parequê” no *Libri*, é ressaltada pela sua capacidade alucinógena: “Quem come deste peixe fica alucinado e assim permanece até que o peixe seja todo consumido. Depois, volta ao normal.” (LP, 1995, vol.I: 149). De uma serpente cujo nome não é mencionado, diz: “Estas serpentes têm 24 pés renanos. Elas podem engolir um índio ou muito mais, uma vez que corpos completamente mastigados foram encontrados em serpentes. São muito temidas pelas pessoas. Enrolam-se em torno de um homem até que ele não possa mais mover-se e então o matam.” (LP, 1995, vol.I: 167).

Caso mais curioso é o de uma ave nascida com quatro patas e assim desenhada no segundo volume do *Libri Principis* [figura 16]: “Um pinto monstruoso que, no ano de 1640 no Brasil, saiu andando do ovo em quatro patas conforme se pode ver aqui. Foram observados mais desse tipo em vários outros lugares.” (LP, 1995, vol.II: 45).<sup>87</sup> É importante notar aqui que este comentário não foi escrito por Nassau: a caligrafia é diferente das demais anotações e, ademais, as frases estão escritas em neerlandês, sendo que o conde escrevia em alemão ou latim. Há mais seis imagens no segundo volume do *Libri Principis* que contêm anotações em holandês nesta mesma caligrafia. Isto quer dizer que alguma

---

<sup>87</sup> De acordo com Dante Martins Teixeira, o caso de uma ave nascer com quatro patas não era incomum e despertava muita atenção no período moderno (Teixeira *apud* LP, 1995, vol. II: 140, nota 6).

outra pessoa que esteve no Brasil – e que observou o monstruoso bichinho – fez a anotação no livro do príncipe.<sup>88</sup>



Figura 16. George Marcgraf. *Pinto de quatro patas*. Aquarela sobre papel. Biblioteca Jaguelônica, Cracóvia, Polônia. Fonte: *Libri Principis*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, 1995, vol. II, p. 45.

O mesmo desenho e descrição de “um pinto monstruoso” podem ser encontrados na *História Natural do Brasil*. Ali, Marcgraf descreve em detalhes a anatomia do pequeno animal, que não tinha peito, mas duas pernas em seu lugar; cada perna tinha “quatro dedos semelhantes ao da galinha”, com os pés em posição inversa (“a parte inferior se achava na superior e vice-versa”) e as unhas voltadas para cima. Conclui o cientista que este era, “em resumo, um pinto totalmente monstruoso” (*HNB*, 1942 [1648]: 219). Rebecca Brienem assinala que, diferentemente de viajantes anteriores como Thevet e Léry, Marcgraf não

---

<sup>88</sup> Segundo Teixeira (*apud LP*, 1995, vol. II: 140, nota 9), Marcgraf e Wagener estão descartados por terem uma caligrafia distinta desta e por escreverem em alemão – argumentação incorreta no caso de Wagener, que também escrevia em neerlandês (cf. Wagener, 1997: 26). Willem Piso também não é o autor destes comentários – a caligrafia do texto não corresponde à de suas cartas mantidas pelo Arquivo Real em Haia. Assim, e seguindo o argumento de Brienem de que foram cinco os autores deste amplo conjunto, o testemunho desta pequena monstruosidade aviária caberá a um dos (ainda) anônimos artistas que participaram da comitiva de Nassau.

incluiu “histórias fabulosas” nas suas descrições, que seriam baseadas estritamente naquilo que ele viu (Brienen, 2001: 99). Como entender então o registro – feito duas vezes, no *Libri Principis* e na *HNB* – de um pequeno “monstro”? Ora, justamente porque Marcgraf viu e observou este peculiar frango e porque sabia que incluí-lo em seus estudos fazia parte do seu trabalho de registrar e classificar a natureza do novo continente em todas as formas em que ela se manifestava. Não se tratava de contar a história fabulosa de um frango quadrúpede, mas de ressaltar a singularidade, a raridade – a maravilha – entre tantas espécies que se podia encontrar no Brasil. Com efeito, alocar um elemento ou espécime pouco usual ao lado de outras mais conhecidas na organização física das coleções era uma forma importante de ressaltar seu caráter peculiar, admirável ou maravilhoso (Whitaker, 1996: 87). Do mesmo modo, incluir um animal monstruoso no rol daqueles que podiam ser encontrados nas terras do conde era um modo de enfatizar a singularidade do que estava sendo descrito.

Zacharias Wagener também não deixou de anotar em seu livro os atributos monstruosos ou fatos estranhos relativos aos bichos que observou. Sobre o animal marinho que os holandeses chamaram de pescoço-comprido, uma “estranha criatura do Brasil”, diz: “Dentro d’água, seguram-se fortemente ao costado do navio por meio de seus protos azuis, ou seja, as extremidades dos tentáculos, abrem e perfuram grandes buracos ali, dando muito o que fazer aos marinheiros para retirá-las; cinco, dez, vinte ou mais penduram-se umas nas outras sem nenhum tronco, o que é muito de se admirar.” (Wagener, 1997: 54). Em detalhes descreve os perigos apresentados pela lagartixa:

“É certo, e muitos velhos portugueses também o contavam, que esse lagarto sabe aproximar-se da casa de uma grávida. No momento em que a mulher espera um parto feliz, o citado animalejo acerca-se o mais possível da parturiente, escondendo-se na cama ou debaixo dela, esperando o tempo e a

hora das dores do parto. Então, o tantas vezes citado verme dirige-se o mais próximo possível para a parturiente, corre sobre o seu ventre e – rapidamente e meio amedrontado – procura sugar-lhe o sangue. A mulher não sofre o menor mal caso seja mordida ou de qualquer modo ofendida por esse pernicioso verme, mas está fadada a morrer se apenas uma única gota de sangue for sugada.” (Wagener, 1997: 158).<sup>89</sup>

Além do aspecto maravilhoso ou monstruoso desta história, o trecho acima também revela uma característica singular do manuscrito de Wagener: freqüentemente ele incorporou ao seu relato as informações que obtinha da população local e, o que é mais relevante, ele assim discriminou a fonte de suas informações. Ele próprio provavelmente nunca viu uma lagartixa atacando uma pobre mãe, mas fez questão de contar o episódio e qualificá-lo como “certo”. Assim, o autor deixa clara sua posição de observador externo em um lugar que buscava conhecer através do contato próximo com habitantes locais. Isto aparece também na descrição da centopéia e do escorpião: “Como observei, não só pelos estrangeiros como pelos próprios nativos e habitantes da terra brasileira, são estes dois vermes mais temidos que o próprio diabo...” (Wagener, 1997: 145). Deste modo Wagener registra não só as características dos animais mas também as crenças e atitudes humanas perante eles, o que confere mais complexidade ao seu *Thierbuch*. Além disso, suas dúvidas e incompreensões aparecem no texto. Na descrição da cobra verde, afirma: “Ainda que aqui as serpentes sejam muitas e diversas, nenhuma é considerada tão perigosa e peçonhenta como esta verde (...). Quando os portugueses vêm uma e têm de passar por ela, fazem o sinal da cruz e cospem no chão três vezes; não posso saber para que fim fazem tal coisa.” (Wagener, 1997: 160). Há casos, porém, em que Wagener se apresenta não como um

---

<sup>89</sup> Lagartos – ou lagartixas – parecem ter causado peculiar medo nos viajantes pouco familiarizados com a fauna da América. Jean de Léry relata o episódio em que ele e dois franceses ficaram frente a frente com um “monstruoso e medonho lagarto”, que no final das contas acabou por não lhes causar nenhum mal (Léry, 2007 [1578]: 140).

estrangeiro que não compreende o que vê, mas como alguém que, justamente por estar entre um lugar e outro, consegue captar a ironia das situações. Assim, o autor conta que as pessoas em geral livram-se de um caranguejo dando-lhes uma simples paulada, “porém, aqueles que residem há pouco tempo no Brasil, recém-chegados da Europa e que não tiveram antes ocasião de ver estes repulsivos animais, chamam, gritam e correm, como se pensassem serem [estes bichos] o próprio diabo em pessoa. E contam tal caso a toda a gente, que se despedem com escárnio e risada.” (Wagener, 1997: 56). Não é difícil imaginar o próprio Wagener rindo de um holandês desavisado.

Quando comparados, o *Thierbuch* de Wagener e o material da Cracóvia, especialmente os dois primeiros conjuntos (*Theatrum rerum naturalium Brasiliae* e *Libri Principis*), guardam muitas semelhanças. Isto pode ser explicado pela hipótese plausível de Wagener ter copiado seus desenhos dos dois conjuntos elaborados respectivamente por Eckhout e Marcgraf. No título do manuscrito, hoje mantido pela Kupferstichkabinett de Dresden, na Alemanha, o autor declara que “Tudo foi desenhado conforme visto por mim, para agradar e obsequiar as mentes curiosas” (Wagener *apud* Whitehead & Boeseman, 1989: 49). Sem dúvida Wagener viu aquilo que desenhou, mas tomou como base os trabalhos daqueles dois artistas do conde. Exceção deve ser feita para as cenas “etnográficas” que só podem ser encontradas no *Thierbuch*: os escravos carregando uma mulher na liteira, a dança dos escravos, a aldeia tupi, a dança tapuia e o mercado de escravos. Isto mostra que Wagener tinha também ambições artísticas – ou mais possivelmente, ambições sociais, pois sabia do impacto e valor que estes desenhos poderiam adquirir quando mostrados a um público europeu, interessado não só na natureza mas também no modo de vida e nos costumes de povos distantes.

Apesar das inegáveis diferenças de estilo e habilidade entre os trabalhos de Wagener e os de Eckhout e Marcgraf, o que estes materiais têm em comum, além de representarem muitas vezes os mesmos animais e plantas, é o fato de terem sido feitos com a mesma intenção de conhecer, entender, classificar, ordenar e divulgar as especificidades e curiosidades do Novo Mundo. É verdade que os neerlandeses não foram os primeiros a fazê-lo – no século XVI, Francisco Hernández de Toledo (1514-1587) já havia elaborado uma história natural da Nova Espanha (México) e o padre jesuíta José de Acosta (1539-1600) escrevera sobre a natureza e população da porção sul da América Espanhola (Peru). O que Eckhout, Marcgraf e Wagener trazem de novo, porém, é derivado do contexto cultural e artístico dos Países Baixos seiscentistas: a observação empírica, a descrição detalhada e a preocupação em retratar tudo “a partir do natural” guiavam o trabalho destes homens. Ademais, diferentemente dos estudos prévios de história natural, aquilo que foi produzido por Eckhout e Marcgraf tinha o objetivo de conhecer os elementos naturais mas também representá-los para incluí-los em uma coleção de curiosidade – e, no fim das contas, seus estudos acabaram por fazer parte de duas coleções: primeiro a de Nassau e, em seguida, a do Grande Eleitor.

Até este ponto, tratamos da representação e descrição da flora e da fauna registradas majoritariamente em documentos manuscritos. Será interessante agora analisar como as mesmas espécies aparecem descritas em uma obra impressa e lançada ao público logo após o regresso de Nassau ao Velho Mundo.



## *A História Natural do Brasil*

A investida de Nassau na observação e estudo da natureza tropical rendeu mais do que este milhar de imagens e os comentários que o acompanharam. Por si só, o conjunto dos sete códices em Cracóvia já constitui o testemunho de um projeto de conhecimento do Novo Mundo em uma escala e de um modo anteriormente desconhecidos. Além disso, porém, o conde-mecenas tratou de divulgar os resultados de seu projeto da forma mais ampla possível. De volta aos Países Baixos, comissionou a publicação de um grande volume in-folio contendo o resultado do trabalho de Willem Piso e Georg Marcgraf no Brasil. Era a *Historia Naturalis Brasiliae*, lançada pela casa editorial Elsevier em Amsterdã, em 1648 [figura 17]. Com pouco mais de 400 páginas, a obra inclui uma primeira parte, dividida em quatro livros, sobre medicina tropical, de autoria de Piso, e uma segunda, dividida em oito livros, sobre botânica, zoologia, e também comentários astronômicos, geográficos e etnográficos, de autoria de Marcgraf.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> Uma tradução para o português foi publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em duas partes: data de 1942 a parte de autoria de Marcgraf e de 1948, a de autoria de Piso.

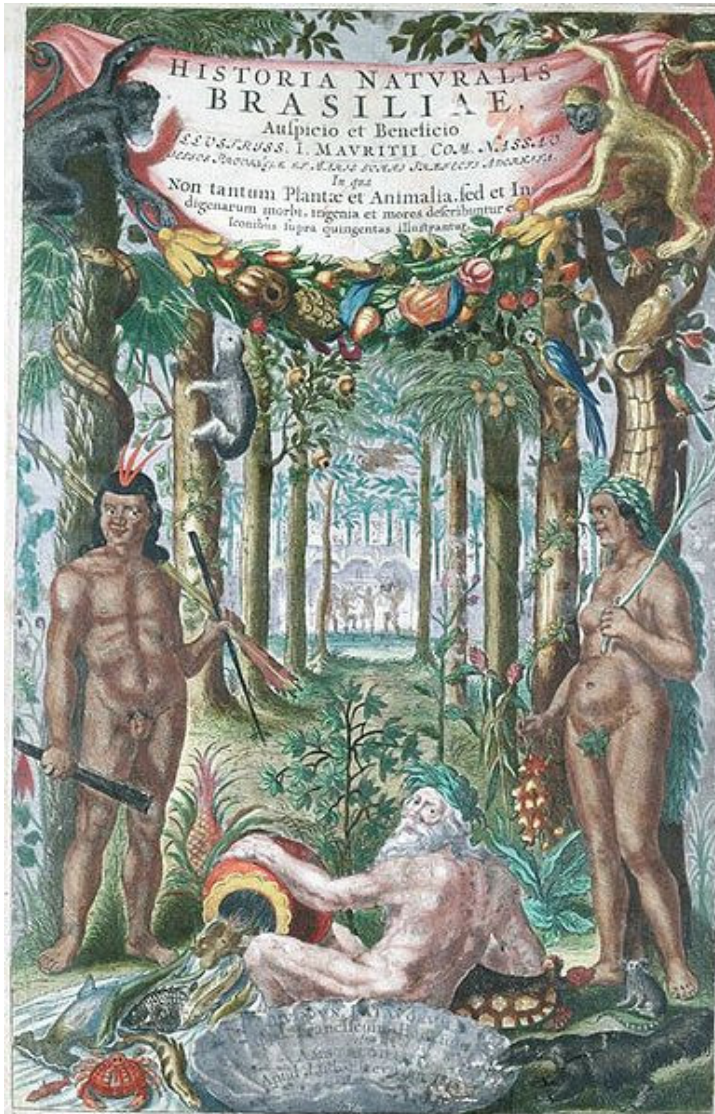


Figura 17. Frontispício colorido de Willem Piso e Georg Marcgraf. *Historia Naturalis Brasiliae*. Amsterdam: Elsevier, 1648.

Quando patrocinou a publicação do livro, o conde de Nassau não poderia imaginar o alcance e a importância que ele viria a ter – e, conseqüentemente, o feito ao qual seu nome seria associado. Por cerca de um século e meio depois de sua publicação, a *Historia...* ficou sendo a fonte de conhecimento por excelência sobre centenas de animais e plantas brasileiras, tendo sido suplantada apenas pelos trabalhos de Spix e Martius no século XIX. Ademais, foi a partir dos nomes usados neste livro para designar as espécies que o naturalista sueco Carl Lineu (1707-1778) baseou parte de sua taxonomia proposta na

segunda metade do século XVIII (Whitehead & Boeseman, 1989:27). Se o destino da *História Natural do Brasil* foi o de ser o predecessor de Lineu, e se isto é uma prova do valor informativo de seu conteúdo, é precisamente a história da sua edição, de sua construção, que revela o seu valor e o seu lugar dentro do campo dos saberes sobre o Novo Mundo no século XVII. Em outras palavras, em vez de admirar o livro pelo lugar que ele viria a ocupar com o decorrer do tempo, interessa aqui entender como ele pôde surgir e identificar o que ele mostra sobre a construção e a circulação do conhecimento e das representações sobre a fauna, a flora e as populações sul-americanas na Europa moderna.

É preciso começar afirmando que este é um livro póstumo – Marcgraf morreu em Angola por volta de 1644; a obra veio a lume quatro anos depois. Segundo Peter Whitehead, Marcgraf teria entregado a Nassau os seus manuscritos sobre o Brasil antes de partir para a África; além disso, quando faleceu, deixou um baú contendo “um livro; um dicionário de Árabe; um herbário; vários manuscritos – dois quais dois em português; desenhos e manuscritos de história natural; manuscritos astronômicos; espécies animais, incluindo dois cavalos marinhos; sementes, frutas e raízes secas e insetos” (Whitehead, 1979: 432-433). Estes elementos foram distribuídos entre a Universidade de Leiden, que ficou com o herbário; Jacob Gool (1596-1667), docente de astronomia e matemática em Leiden, que recebeu os manuscritos astronômicos, o livro e o dicionário; finalmente, Johannes de Laet, diretor da WIC, que recebeu os manuscritos e desenhos de história natural, uma vez que vinha se correspondendo com Marcgraf no Brasil precisamente sobre este assunto. Os insetos foram vendidos na cidade de Haarlem pela então valiosa quantia de 4 mil florins.

Foi justamente Johannes de Laet o responsável pela edição da *História Natural do Brasil*. Tendo recebido de Nassau os manuscritos brasileiros e, em seguida, os manuscritos

que estavam no baú de Marcgarf, de Laet lançou-se à tarefa de compor uma obra a partir destas anotações bem como daquelas redigidas por Willem Piso. O trabalho não foi pouco, dado que antes de tudo era necessário decodificar as informações compiladas pelo zoólogo.

Assim, o editor explica:

“Tendo-me sido entregues assim imperfeitos e desordenados os seus comentários, pelo ilustre conde João Maurício (com cujo auxílio, favor e gastos isto havia feito), de modo imediato surgiu não pequena dificuldade pois o autor, temendo que alguém lhe vindicasse os trabalhos, se por acaso algo lhe sucedesse antes de poder dá-los à luz pública, escreveu grande parte dos mesmos, e o que era de mais importância, com certos sinais por ele inventados, que primeiramente deveriam ser interpretados e transcritos, conforme um alfabeto deixado em segredo...”(Laet, 1942 [1648]: s/p).

Receoso de que seus estudos pudessem ser roubados, Marcgraf havia feito suas anotações no Brasil em um código criado por ele mesmo, cuja senha parece ter entregado ao conde Johan Maurits. Segundo Brienens (2001:93), o real medo do estudioso era que seu colega Piso fizesse uso de suas descobertas – os dois cientistas desfrutavam de uma relação pouco amigável, especialmente depois de 1641, quando Marcgraf passou a trabalhar diretamente para Nassau e não mais sob supervisão do médico.<sup>91</sup> A inimizade entre os dois autores explica em parte o motivo pelo qual de Laet, e não o próprio Piso, organizou a edição da obra conjunta. Neste sentido, aliás, dez anos depois da edição da *HNB*, Willem Piso lançou uma reedição, com novo título e conteúdo alterado. Era a *História natural e médica da Índia ocidental em cinco livros*, que trazia todo o conteúdo escrito por Piso mas apenas parte do oitavo livro de Marcgarf, sobre a topografia e o clima do Brasil e sobre os

---

<sup>91</sup> Atribui-se a Piso a pouca honrosa autoria de difamações contra Marcgraf – o primeiro teria escrito a Gool, em Leiden, e talvez até dito publicamente, que o segundo devia dinheiro na praça e que vivia embriagado no Brasil (Brienens, 2001:91).

habitantes do Brasil e do Chile. Piso publicou o livro apenas sob o seu nome, excluindo o crédito a Marcgraf.<sup>92</sup>

A escolha de De Laet para editar a obra deveu-se a uma série de fatores. De Laet era ele mesmo um estudioso de história natural: possuía um herbário que por volta de 1650 foi vendido para o célebre médico e colecionador dinamarquês Ole Worm. Sua biblioteca, que continha quase dois mil livros, incluía uma série de obras de medicina e história natural, abrangendo desde o tratado clássico de Hipócrates até o contemporâneo e revolucionário estudo de William Harvey sobre a circulação sangüínea, passando também, é claro, pelos trabalhos sobre a história natural do Novo Mundo de Garcia da Orta, Ferrente Imperato e Francisco Ximenez (Hoftijzer, 1998: 211). De Laet já havia escrito e publicado uma obra sobre o Novo Mundo, a *Niuewe Werelt ofte beschrijvinghe van West-Indien* (“Novo Mundo ou Descrição das Índias Ocidentais”, de 1625). Além disso, sua posição privilegiada como diretor da WIC poderia garantir a Nassau que a obra por ele comissionada sairia da oficina Elsevier – a mesma que produzira o *Novo Mundo ou Descrição...* – com a qualidade e requinte que o conde queria associar a seu nome. E, de fato, foi o que ocorreu. Prova disso são não só os belos volumes da *Historia* que ainda existem – alguns dos quais contendo as gravuras coloridas a mão –<sup>93</sup> mas também pela decisão de Ole Worm de ter o catálogo de sua coleção impresso na mesma oficina e seguindo o mesmo modelo tipográfico do livro de Piso e Marcgraf (Whitehead, 1979: 438).<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Cf. Piso 1658 e 1957 para a tradução brasileira. O “plágio” de Piso não passou despercebido. Carl Lineu adicionou o seguinte comentário a um prospecto do livro: “preguiça horrenda de Piso” (Whitehead, 1979: 444).

<sup>93</sup> Whitehead e Boeseman (1989:28) localizaram seis destas cópias: duas em Leiden, na biblioteca da Universidade e no Museu de História Natural; uma na Biblioteca do Congresso em Washington; uma na coleção de Joaquim de Sousa-Leão no Rio de Janeiro; uma na Biblioteca Real de Copenhague e uma na Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz em Berlim. Esta última contém anotações de Johan Maurits van Nassau na seção sobre pássaros, o que leva a crer que este tenha sido o exemplar pessoal do conde (Werd, 1979: 335). Há ainda uma cópia na coleção do Instituto Ricardo Brennand no Recife e uma na Biblioteca do Jardim Botânico do Missouri, disponível online: <http://www.botanicus.org/title/b12081164>.

<sup>94</sup> Trata-se aqui do *Museum Wormianum*, de 1655.

A tarefa de De Laet não foi apenas decifrar os códigos de Marcgraf, mas também organizar os assuntos tratados. Neste sentido, ele explica: “o Autor, não guardando ordem alguma, misturava entre si as árvores, frútices e ervas, conforme lhe vinham às mãos” (Laet, 1942 [1648]: s/p). Antes de sua divulgação pública, conhecimento sobre a natureza do Novo Mundo precisava ser ordenado e classificado. Portanto, a divisão da obra em oito livros (os três primeiros, sobre plantas, o quarto, sobre peixes, o quinto sobre aves, o sexto sobre quadrúpedes e serpentes, o sétimo sobre insetos, e o oitavo sobre a região e seus habitantes) deve ser creditada ao editor, ainda que seja pertinente supor que Marcgraf também o tivesse feito, se tivesse tido a chance.

A esta altura fica claro que a presença de De Laet no livro de Piso e Marcgraf é muito mais relevante do que o título do livro pode indicar. Com efeito, como alerta Whitehead, qualquer análise deste livro tem de levar em conta a especificidade desta sua composição (1979:434). Além de decodificar, transcrever e organizar anotações de dois autores diferentes, o editor também adicionou ao texto mais de cem notas de sua própria autoria, sendo a maioria sobre plantas: como ele mesmo adverte, sobre aquelas “que soube certamente nascerem na Nova Espanha, e cuja descrição tomei de Fr. Ximenes, cuja História (editada em castelhano no México no ano 1565) (...) há pouco tempo verti para a língua latina” (Laet, 1942 [1648]: s/p).

Esta breve passagem da nota ao leitor remete a um fenômeno fundamental no período e não menos importante para a compreensão da *HNB*. Conforme discutido anteriormente, a prática científica do período consistia justamente em confrontar o conhecimento vindo da tradição clássica com as informações que chegavam das novas terras descobertas. Aliados à alguma reflexão pessoal e, como neste caso, à observação dos objetos e plantas trazidos de além-mar, as informações de “fontes alheias” eram valioso

material de trabalho para o estudioso do período. Procurava-se, assim, apresentar ao leitor neerlandês moderno um panorama o mais completo possível das três grandes regiões do mundo que os europeus estavam sedentos por conhecer. Não se tratava de originalidade, mas antes de totalidade e de comparação.

De totalidade e comparação tratava também a *HNB*, e De Laet sabia disso. Por esta razão, incluiu comentários baseados em Ximenes e uma série de novas imagens, “figuras de algumas plantas que faltavam e que procurei fossem desenhadas conforme às ervas secas por ele [Marcgraf] conservadas”. Para completar as imagens de plantas não incluídas na coleção do autor, o editor pediu ainda “que me enviassem os amigos muitas plantas secas e dispostas em papel mata-borrão (charta bibula)” (Laet, 1942 [1648]: s/p). Esta é uma prova eloqüente do grande fluxo de espécies enviadas do Brasil para os Países Baixos e, conseqüentemente, para a comunidade científica do norte protestante. De Laet encontrou usos práticos para uma série delas, especialmente as plantas com as quais fazia experimentos: o pó do tronco da árvore Carnaúba fortificava o coração, seu óleo (cuja receita o autor fornece) era bom para curar feridas (*HNB*, 1942 [1648]: 130).

Assim, é preciso ter em mente que a adição de notas e imagens feitas por De Laet serviram para a finalidade prática de compor um livro o mais completo possível sobre a natureza do Brasil. A atividade editorial de De Laet também demonstra que a produção do conhecimento sobre o Novo Mundo era um processo coletivo e comparativo: os tratados publicados eram construídos através de compilações e comparações de diversas fontes. No caso da *HNB*, De Laet elaborou um compêndio com comparações entre a América Espanhola e a Portuguesa, e incluiu suas próprias opiniões e estudos da flora brasileira, sempre comparando o material de Marcgraf com o que ele mesmo lera e vira. A *História*

*Natural do Brasil* é, portanto, produto exemplar da ampla circulação de saberes sobre o Novo Mundo que transcorria nos Países Baixos do século XVII.

Três notas específicas revelam um aspecto importante, ainda que pouco discutido, da transmissão e circulação de conhecimento no período moderno: os relatos orais. Se, além da investigação empírica de própria autoria, boa parte do conteúdo dos livros de história natural era derivado de obras de autores anteriores, outra porção de informações vinha de conversas e diálogos com demais estudiosos ou mesmo com viajantes, cujos relatos às vezes chegavam aos Países Baixos antes do próprio retorno físico dos mesmos viajantes. Assim, por exemplo, na parte sobre a planta babosa, De Laet inclui uma discussão sobre as diferenças entre ela e a planta Aloe americana: a comparação é feita a partir dos escritos de Ximenez, de Clusius, de D. Joaquim Camerarius e, finalmente, de “informação dos nossos que vivem na África, principalmente em S. Paulo de Loanda”, os quais haviam mandado para o estudioso o suco líquido e o extrato da planta (*HNB*, 1942 [1648]: 38). Na descrição do papaia, acrescenta às considerações de Ximenes a informação “de um amigo que vivera outrora na ilha Tabago” de que a planta cresce e dá frutos dentro de no máximo um ano (*HNB*, 1942 [1648]: 104). Finalmente, quando faz comentários à descrição do peixe Muçu (ou peixe-cobra), remete à descrição do peixe Ubirre que fizera em sua *Descrição da América...*, acrescentando que, sobre ele, “Manoel de Moraes me avisou que seu verdadeiro nome é Muçu”, seguindo a isso uma comparação entre as duas espécies e a conclusão que Moraes errara em seu comentário (*HNB*, 1942 [1648]: 161).

Cabe aqui fazer uma pequena digressão sobre este último informante de De Laet. Figura tão controversa quanto intrigante, Moraes era filho de mameluco, nascido na província de São Vicente, que se tornou jesuíta na Bahia e depois foi trabalhar como missionário em Pernambuco, onde primeiro liderou tropas indígenas contra os neerlandeses



para depois, em 1634, trocar de lado e se aliar aos holandeses. No ano de 1635, mudou-se para os Países Baixos, onde viveu por oito anos. Lá, estudou Teologia em Leiden e colaborou com De Laet em seus estudos sobre o Novo Mundo, elaborando textos sobre o Brasil e sobre a língua brasiliana (ou língua-geral), todos encomendados por De Laet, que lhe conseguira também um salário pago pela WIC (Vainfas, 2008: 126).<sup>95</sup>

A ligação entre estes dois homens pode ser vislumbrada através de algumas entradas do *HNB*. Com efeito, o nome de Manoel de Moraes aparece três vezes na *História Natural do Brasil*: no comentário sobre o peixe Muçu, acima citado; na descrição das árvores Ibirabi, Ibacamuci e Jabuticaba, cujos exemplares De Laet afirma ter ganhado deste ex-jesuíta (*HNB*, 1942 [1648]: 141) e, finalmente, no livro oitavo da *HNB*, na seção sobre os habitantes do Brasil (*HNB*, 1942 [1648]: 275), em que o editor do livro incluiu um dicionário da língua-geral fornecido a ele por Moraes. De fato, o filho de mameluco era um exímio conhecedor da língua-geral, aprendida pela gramática de Anchieta mas sobretudo antes mesmo do Colégio Jesuíta, durante sua infância em São Vicente (Vainfas, 2008: 28). Prova deste conhecimento, bem como da importância que lhe era dada pelos estudiosos neerlandeses, pode ser encontrada em um pequeno caderno de cerca de 10 cm por 15 cm, contendo 271 folhas encadernadas em couro marrom e com estampas em dourado, hoje guardado na Biblioteca Real em Haia.

Trata-se de um *Album Amicorum* de Ernst Brinck (1582-1649), que foi prefeito da cidade de Harderwijk, na província de Gelderland, e um dos dois maiores colecionadores neerlandeses da primeira metade do XVII, ao lado de Bernardus Paludanus. Brinck teve mais de um *Album Amicorum*, é verdade: um deles continha assinaturas e dedicatórias feitas por eruditos ou magistrados, além de sessenta brasões e dez retratos; outro contempla

---

<sup>95</sup> Uma interessantíssima biografia de Manuel de Moraes foi recentemente escrita por Ronaldo Vainfas (2008).

trinta e duas inscrições de amigos e um retrato. Neste, em particular, ele colecionou vocabulários, palavras e pequenos textos em diversas línguas e dialetos, completando 198 entradas.<sup>96</sup> Uma delas traz um pai-nosso em língua brasiliana e uma pequena lista de cinco palavras descritas como de língua “tapujarú”, falada pelos habitantes de São Vicente, segundo a entrada. Abaixo, lê-se a proveniência das informações: “escrito por Emmanuel demoraez, lusitanus, em Harderwijk, 23 de outubro de 1635”.<sup>97</sup>

Ernst Brinck coletou informações e “amostras” de diversas línguas por toda sua vida, em encontros com viajantes (e mesmo falantes nativos) das regiões mais distantes então possíveis. Não é coincidência que o nome de Moraes figure entre os dos demais colegas do prefeito. A partir de finais de 1635, Moraes viveu dois anos na cidade de Harderwijk – entre outras coisas, por conta do mau clima de Amsterdã, que o teria deixado doente. Foi provavelmente De Laet quem recomendou a mudança para aquela cidade; do mesmo modo, deve ter sido o diretor da WIC quem introduziu Moraes a Brinck. E, de acordo com Vainfas (2008: 127), foi justamente em Harderwijk que Moraes teria elaborado suas duas obras sobre o Brasil: o dicionário de língua brasiliana e o manuscrito *Historia Brasiliensis*, que nunca seria publicado, mas que entretanto deve ter circulado entre diversos eruditos neerlandeses, posto que foi citado por um punhado deles, ente os quais Arnoldus Montanus, autor de estudo sobre o Novo Mundo publicada no início da década de 1670 (Vainfas, 2008: 142).<sup>98</sup>

Assim, vemos que os estudiosos neerlandeses não estavam interessados apenas nos animais e plantas do Novo Mundo, mas também – e principalmente – os novos seres humanos encontrados na América despertavam enorme atenção destes humanistas. No caso das descrições e discussões sobre os povos indígenas, a comparação com textos da

---

<sup>96</sup> Os três *albi amicorum* de Brinck estão na Seção de Obras Raras da Biblioteca Real em Haia.

<sup>97</sup> KB 135 K 4, f. 96-97. Agradeço a Roelof van Gelder por ter me chamado a atenção para esta fonte.

<sup>98</sup> Cf. Montanus, 1671.

antiguidade clássica, relatos sobre a América Espanhola, relatos orais e textos de viajantes – a circulação das informações, e assim a construção do saber, portanto – eram ainda maiores. A porção da *HNB* dedicada aos habitantes do Brasil e do Chile é um caso muito interessante de circulação e sobreposição de saberes, transmitidos tanto por via oral quanto textual. Por isso, voltemos a esta obra. Sobre este oitavo livro, De Laet explica:

“Compus o livro oitavo, que o autor apenas tinha esboçado, dando lhe apenas os títulos, com os vários meios por ele deixados e com outros que me subministrou benignamente o ilustríssimo conde mediante várias figuras; e pela semelhança de assunto ajuntei uma breve História das coisas do Chile, tal qual nos relataram os nossos, quando há pouco perlustraram aquela província e encontraram uma navegação para o mar Pacífico.” (Laet, 1942 [1648]: s/p)

O primeiro capítulo do livro oitavo trata da geografia do Brasil. Marcgraf faz um estudo da localização do Brasil a partir da longitude de Lima, cuja localização já havia sido determinada, comparando-a com eclipses e observações astronômicas de sua autoria. Não contente com as informações dadas pelo cientista alemão, o editor resolveu incluir um relato que lhe fora fornecido “no ano de 1636 [por] um amigo que dirigira negócios bélicos e não era menos aplicado em ciências naturais” (*HNB*, 1942 [1648]: 261).

Em seguida, o texto de Marcgraf é retomado com uma descrição do Rio São Francisco, mas ela mesma contém o itinerário de viagem de um certo Willem Glimmer, que liderou uma expedição saída da cidade de São Paulo chegando até o curso inferior do rio São Francisco. O relatório desta expedição, que deve ter ocorrido na primeira década do século XVII, ainda antes da chegada dos neerlandeses a Pernambuco, foi mais tarde entregue à WIC.<sup>99</sup> De Laet recebeu cópia deste relato e assim julgou pertinente, “pelo valor da obra” (*HNB*, 1942 [1648]:263), incluí-lo na *HNB*. Ainda que se trate de viagem feita

---

<sup>99</sup> Ernst van den Boogaart cita que Willem Glimmer vivera na Capitania de São Vicente por alguns anos, desde 1600, quando contava com cerca de 20 anos de idade (Boogaart, 2005: 43, nota 13).

décadas antes da estadia de Marcgraf no Brasil, e que ela se refira a territórios que nunca chegaram a ser controlados pela WIC, a inclusão deste relato era importante porque ele tratava da busca por minas de prata no interior da América Portuguesa. Segundo Glimmer, na época em que vivia na capitania de São Vicente, chegou da Bahia um certo Francisco de Souza, trazendo consigo um metal de cor azul escura recebido de um indígena tupi. Animados com a possibilidade de aquilo ser uma pequena amostra de uma maior quantidade de prata disponível, o governador da capitania ordenou uma expedição ao norte para que se buscasse mais metal. Da expedição participaram cerca de oitenta homens, “tanto Lusitanos como Brasileiros”, e o neerlandês Glimmer. Isto quer dizer que Glimmer não estava em São Paulo a serviço dos Países Baixos – da WIC nem poderia, pois ela só foi criada em 1623 – mas provavelmente como indivíduo autônomo que buscava construir riqueza no Novo Mundo. De qualquer forma, o importante é que o relato de Glimmer perdurou: foi escrito e enviado à WIC, não se sabe quando, e também dado a De Laet pelo autor (conforme o editor da *HNB* informa). Seu valor informativo foi imediatamente reconhecido e por isso incluído no livro: em 1647, quando a *HNB* foi publicada, os neerlandeses lutavam contra as tropas luso-brasileiras que há dois anos haviam se rebelado contra o domínio estrangeiro; apesar de estarem em guerra, continuavam em busca de oportunidades lucrativas na região. Prova disso é o envio, pela WIC, de Mathias Beck e sua equipe para o Ceará a procura de minas de prata em 1649. Não é inverossímil supor que Beck tenha lido ou tomado conhecimento do relato de Glimmer.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> A expedição de Glimmer – assim como a de Beck – não conseguiu encontrar as cobiçadas minas de prata. Contudo, Evaldo Cabral de Mello afirma que a viagem de Glimmer ajudou a enriquecer a coleção etnográfica de Nassau (Cabral de Mello, 2006: 141). A afirmação parece fora de lugar, já que a expedição ocorreu muito antes da chegada do conde ao Brasil. Por outro lado, sabe-se que um certo Willem Joost Glimmer foi governador da Ilha de Fernando de Noronha e lá “capitão dos negros, plantadores de tabaco e militares” entre os anos de 1631 e 1637 (Boogaart, 2005: 24) – e é bem possível que aqui se trata do mesmo Glimmer que vivera em São Vicente. Talvez este funcionário da WIC tenha levado consigo para o nordeste alguns objetos etnográficos, ou, quem sabe, exemplos de espécies naturais da ilha, e que eles tenham acabado por fazer parte da coleção nassoviana.

Vemos, assim, que a *HNB* contém não só discussões no âmbito da história natural que exemplificam o desenvolvimento da botânica e da zoologia na Holanda seiscentista – e do lugar do Brasil neste desenvolvimento –, mas também que era um instrumento de conhecimento prático sobre a colônia. Não se tratava de um manual para viajantes, como foi o caso do *Itinerario* de Linschoten, porém fornecia dados relevantes para a avaliação do potencial econômico de exploração daquela porção do Novo Mundo.

Ainda na oitava parte do livro de Marcgraf, pode-se encontrar mais dois relatos de neerlandeses que exploraram regiões (e povos!) diferentes daqueles conhecidos pelo naturalista do conde. São eles as relações de Jacob Rabbi e de Elias Herckmans, que tratam, ambas, dos índios tapuia. As menções, na *HNB*, às expedições de Glimmer e Herckmans, bem como ao relato de Rabbi, evidenciam o projeto neerlandês de conhecimento para melhor administração e exploração da colônia. Mostram, também, que este era um processo contínuo e veloz.

No caso da parte sobre o Chile, De Laet menciona ter adicionado os relatos “dos nossos” que há pouco encontraram uma rota para o mar Pacífico. Esta parece ser uma referência aos navegadores Jacob Le Maire (1585-1616) e Willem Schouten (1580-1625) que, em expedição em 1615-1616, em busca de uma rota meridional entre a América e a Ásia, de fato encontraram a passagem do Oceano Atlântico para o Pacífico pelo extremo sul da América, que batizaram como Cabo Hoorn em homenagem à cidade que patrocinara parte da empreitada. Porém, não há correspondência entre o texto na *HNB* e o diário de Le Maire e Schouten.<sup>101</sup> Assim, somos levados a crer que esta porção do livro foi baseada nos documentos fornecidos por Nassau sobre a expedição de Hendrick Brouwer (1581-1643) ao Chile, ocorrida em 1643. É interessante notar, porém, que os dados da *HNB* são também

---

<sup>101</sup> Cf. Le Maire & Schouten, 1618, para a primeira edição em neerlandês e Le Maire & Schouten, 1619, para uma tradução espanhola publicada em Madri.

divergentes, e muito mais detalhados e volumosos, que aqueles presentes no diário da expedição de Hendrick Brouwer, redigido por autor anônimo, possivelmente um marinheiro mais instruído, e publicado nos Países Baixos como sendo de autoria de Brouwer em 1646.<sup>102</sup> Assim como na parte sobre os habitantes do Brasil, a porção sobre o Chile inclui trechos de relatos inéditos mas também de obras já publicadas, como a *Relação Histórica* do jesuíta chileno Alonso Ovalle, que aparece num capítulo sobre as estações do ano no Chile (*HNB*, 1942 [1648]: 290).<sup>103</sup> Vemos, assim, que o conteúdo textual da *HNB* foi composto de muitos mais elementos do que aqueles fornecidos por Piso e Marcgraf e, desta forma, é preciso entender a obra como um riquíssimo exemplo da dinâmica da construção de saberes sobre o Novo Mundo na Europa moderna.

Para finalizar a análise da *HNB*, vale a pena atentar para a questão das imagens que ilustram o livro, pois elas também contêm uma interessante história de circulação de saberes e de representações. A partir da similaridade entre as ilustrações da primeira edição da *História...* e os desenhos e pinturas feitos no Brasil pelos artistas do conde (os mesmos que estão hoje na coleção de Cracóvia), Whitehead e Boeseman mostraram que os segundos foram a base a partir da qual De Laet mandou fazer as xilogravuras das espécies naturais para o livro. Assim, pode-se dizer que a maior parte das ilustrações é de autoria de Marcgraf e, possivelmente, Eckhout. Além disso, como o próprio De Laet indica no prólogo, ele mesmo criou algumas imagens para as plantas cuja ilustração Marcgraf não

---

<sup>102</sup> Trata-se do *Journal ende historis verhael van de reyse gedaen by oosten de Straet le Maire, naer de custen van Chili.* (“Diário e relação histórica da viagem feita pelo leste do Estreito de Le Maire, até a costa do Chile...”). Cf. Brouwer, 1646 para a edição original em neerlandês, e Brouwer, 1928, para uma tradução moderna para o espanhol. Entre as anotações referentes aos dias 31 de dezembro de 1642 e 4 de janeiro de 1643, o autor do diário faz uma ressalva: “o caro leitor deve atentar para o fato de que o principal escritor deste diário até Pernambuco viajou no navio Amsterdam, e a partir de agora passou para o iate Dolphijn” (Brouwer, 1646:9). Segundo o diário de Caspar Schmalkalden, que foi incorporado à expedição quando a frota chegou a Pernambuco, o iate Dolphijn levava “apenas alguns marinheiros, sem soldados” (Schmalkalden, 1998: 122).

<sup>103</sup> É relevante notar aqui a rapidez com que as publicações sobre o Novo Mundo chegavam aos Países Baixos e eram incorporadas às obras dos estudiosos neerlandeses: o livro de Ovalle saiu em Roma, em 1646, apenas um ano antes da edição do *HNB* ficar pronta.

havia fornecido.<sup>104</sup> Além disso, entre as mais de quinhentas imagens trazidas pela *HNB*, há casos em que elas remetem a publicações e estudos anteriores, levantando a (falsa) questão da originalidade dos trabalhos de Marcgraf e De Laet. Fiquemos com dois exemplos para discutir o problema. Como demonstrou recentemente a historiadora da arte Julie Hochstrasser (2008:159), a imagem da preguiça logo no primeiro capítulo do livro sexto da *História...* é uma cópia da imagem do mesmo animal no *Exoticorum Libri Decem*, publicado em 1605 pelo famoso naturalista neerlandês Carolus Clusius, citado uma série de vezes por De Laet em suas notas na *HNB*.<sup>105</sup> Clusius, por sua vez, encomendara o desenho da preguiça de um correspondente seu, que identificara um destes animais vivos na coleção de um cidadão de Amsterdã. Na *HNB*, é também cópia de Clusius a imagem do tatu, animal especialmente interessante por ter sido constantemente associado ao continente americano, aparecendo recorrentemente em representações visuais da América. Como demonstra Peter Mason, porém, o naturalista Clusius, que nunca esteve no Brasil, fez a sua descrição do tatu a partir dos relatos de Thevet, Staden e Léry (Mason, 2007a: 214). Como bem afirmou Peter Whitehead, Marcgraf foi o herdeiro (freqüentemente involuntário) de quase um século de estudos que o precederam (Whitehead, 1979: 444).

Observa-se, deste modo, que as “cópias” de imagens no livro de Marcgraf – tenham elas sido feitas por ele ou pelo editor De Laet – são na verdade exemplos de como a representação visual dos elementos do Novo Mundo fazia parte, ela também, de um circuito de trocas de informação, de livros, de saberes e de objetos, espécies vivas ou mortas, entre os estudiosos da história natural no período moderno. Tanto a obra de Clusius quanto a de Piso e Marcgraf só puderam ser elaboradas porque havia uma ampla rede de pessoas

---

<sup>104</sup> Vale lembrar aqui a ressalva dos estudiosos acima mencionados de que “De Laet, como editor, às vezes colocou as xilogravuras no lugar errado ou inseriu uma de suas próprias [imagens] que poderia não ser a mesma espécie” (Whitehead & Boeseman, 1989: 28).

<sup>105</sup> A preguiça que aparece no *Theatri rerum naturalium Brasiliae*, bem como no manuscrito de Schmalkalden, são também cópias de Clusius.

envolvidas na captura, transporte, venda, revenda e, finalmente, análise dos animais e plantas que chegavam nos navios das duas Companhias das Índias neerlandesas, assim como uma sólida rede de livreiros, editores e impressores que produziam, com rapidez e eficácia, uma grande quantidade de obras para um público composto de leigos e especialistas, ávidos pelas novidades de ultramar.

Portanto, se a *História Natural do Brasil* é uma fonte preciosa sobre história natural do Brasil – e ela o é, sem dúvida –, este livro é também um rico documento sobre como se processava a produção de saberes sobre o Novo Mundo nos Países Baixos do século XVII.

### ***O relato de Caspar Schmalkalden: contraponto?***

Na biblioteca da cidade alemã de Gotha, encontra-se um manuscrito de 490 páginas, com cerca de 128 ilustrações – em sua maioria, coloridas –, de autoria do soldado Caspar Schmalkalden. O volume contém descrições dos lugares por onde o soldado viajou, a serviço da WIC e da VOC: Brasil e Chile, nas Índias Ocidentais; e o Cabo da Boa Esperança, Java e Malaca (as chamadas Índias Orientais), China, Formosa e Japão. Contém, ainda, um apêndice, com informações adicionais sobre o Novo Mundo, um mapa da Ásia, e mais descrições das Índias Orientais. Em 1983, uma transcrição parcial do manuscrito foi publicada por Wolfgang Joost. Houve uma reedição do livro em 1989 e, em 2002, uma nova edição, sob novo título, que entretanto não acrescentou mudanças ao conteúdo da obra. No Brasil, a parte do manuscrito referente ao Brasil e ao Chile foi publicada pela editora Index em 1998.<sup>106</sup>

---

<sup>106</sup> Para as edições, cf. respectivamente Schmalkalden 1983, 1998 e 2002. As edições alemãs incluem todo o texto do manuscrito, exceto o apêndice, e a maioria das ilustrações; a edição brasileira contém as partes sobre Brasil e o Chile bem como o apêndice, mais uma série de ilustrações, porém deixa de fora a parte sobre a viagem às Índias Orientais.



Desde a publicação do manuscrito, o texto vem sendo considerado uma preciosa fonte sobre o domínio neerlandês no Brasil, uma narrativa que se contrapõe àquelas de Marcgraf, Piso e Barleus, justamente por Schmalkalden não ter escrito sob os auspícios de Nassau. Neste sentido, o editor da edição brasileira argumenta que “o caráter leigo do ‘Diário de Viagem’ fornece um valioso contraponto às opiniões de nobres e doutos, que se debruçavam sobre a natureza americana seguindo um código próprio” (Teixeira, 1998: 15). Do mesmo modo, Julie Hochstrasser defende que a “originalidade da observação deste soldado comum alemão de ranque insignificante e suas divergências com outras fontes, tanto textuais quanto pictóricas, criadas por mãos mais escoladas e eruditos mais estudados” servem para relativizar e questionar a visão “oficial” sobre a colônia produzida pelos artistas de Nassau (Hochstrasser, 2008: 184). Entretanto, ainda que seja possível identificar diferenças entre os relatos e encontrar informações originais no de Schmalkalden – e, delas, trataremos adiante –, não é cabível fazer uma distinção tão radical entre os registros “oficiais”, elaborados por “eruditos e doutos” e este de um soldado dito “de ranque insignificante”. Menos sentido ainda existe em afirmar que Schmalkalden fornece uma visão alternativa a “história oficial” da colônia. Ao contrário, os escritos de Schmalkalden indicam uma disseminação ampla de conhecimento geral sobre o Brasil, e mais especificamente sobre a colônia neerlandesa, com suas características geográficas, naturais e etnográficas. O próprio manuscrito é produto do processo mais amplo de circulação de saberes sobre o Novo Mundo que vem sendo discutida neste capítulo.

O primeiro ponto a sublinhar, neste sentido, é a origem deste soldado. Caspar Schmalkalden era um dos sete filhos do prefeito da idade de Friederichsroda, próxima a Gotha – vinha de uma família de (pelo menos) algumas posses e de status indiscutível, portanto. No ano de 1655, após voltar de suas viagens, casou-se com Susanna Christina

Kirchberger, filha do secretário do Grão-Duque de Weimar (Joost, 1983:170). A partir destas duas informações já é plausível concluir que Schmalkalden não era soldado de baixo ranque, mas sim que deve ter escolhido uma carreira militar nas Companhias das Índias neerlandesas. Além disso, sabemos que fora treinado para fazer levantamento topográfico em Gotha e, depois disso, foi estudar astronomia na Universidade de Groningen, nos Países Baixos. O jovem alemão não deve ter ingressado na WIC com patente baixa, portanto. Ademais, durante o serviço para a VOC, certamente acumulara algum prestígio pois subira de posição, passando de soldado a topógrafo (Joost, 1983:168). Roelof van Gelder demonstrou que a maioria dos alemães empregados pela VOC vinha de estratos pobres da população, mas que havia exceções: aqueles que escreveram diários ou relatos de viagem, como foi o caso de Schmalkalden – e de Zacharias Wagener – vinham de famílias mais abastadas e haviam aprendido alguma profissão antes de ingressar na Companhia (Gelder, 1997: 16). A profissão que Schmalkalden aprendera antes de ingressar na WIC era particularmente importante: um topógrafo tinha conhecimentos práticos e estratégicos sobre uso dos recursos naturais e manejo da água, problema fundamental nos Países Baixos do século XVII.

Quando retornou a Gotha, no início da década de 1650, Schmalkalden foi empregado pelo Duque Ernst I de Saxe-Gotha-Altenburg (1601-1675), que estava ocupado em mandar construir um castelo, mais tarde conhecido como Friedenstein. O duque era um ávido colecionador de arte, curiosidades naturais, instrumentos científicos e livros. Sabe-se que Schmalkalden deu a ele duas bússolas e alguns instrumentos matemáticos (Heidhues, 2005: 151, nota 24). Não é inverossímil imaginar que Schmalkalden tenha escrito seu relato para presentear o duque de Altenburg, apesar de não haver documentação que prove esta intenção. De qualquer forma, é interessante que o manuscrito tenha acabado por fazer parte

da biblioteca localizada justamente no castelo construído pelo duque: no final do século XVIII, o professor de medicina da Universidade de Göttingen Johann Blumenbach (1752-1840) comprou o manuscrito em um leilão na cidade de Gotha e o presenteou à biblioteca do duque Ernst II de Altenburg, que ficava no castelo Friedenstein, construído por seu pai. É lá que o manuscrito permanece até hoje, como parte do acervo da Universidade de Erfurt.

Também é através do estudioso Blumenbach que se chega à questão da composição do manuscrito de Schmalkalden. Na biblioteca da Universidade de Göttingen encontra-se um outro manuscrito chamado *West- und Ost-Indische Reisebeschreibung* (“Descrição da viagem às Índias Ocidentais e Orientais”), de autoria atribuída a Schamalkalden, catalogado como “rascunho” pela biblioteca (Heidhues, 2005: 153). Este segundo documento pertenceu a Blumenbach que, portanto, deve ter comprado dois volumes no leilão de Gotha e dado apenas a versão mais bem acabada ao duque Ernst II, deixando o manuscrito incompleto para a biblioteca de sua universidade. Mas o próprio manuscrito de Gotha também não é um texto completo, visto que traz na sua última página escrita o título “Costumes e religião dos Japoneses” e, em seguida, uma série de páginas em branco. Ademais, como já notaram Joost (1983: 170) e Heidhues (2005:150), o texto foi escrito depois do retorno do autor à Europa – prova disso são a inscrição do ano “1663” em alguns desenhos bem como a menção a uma ave-do-paraíso que Schmalkalden dera, morta, de presente ao duque.

Neste ponto já é possível afirmar, então, que o texto que se publicou na Alemanha e no Brasil a partir do manuscrito de Gotha não é um texto corrido, escrito no decorrer das experiências do viajante com o intuito de registra-las puramente, mas sim um relato trabalhado, composto, pensado para atender às expectativas de seu leitor – possivelmente, o duque. Um terceiro manuscrito vem adicionar complexidade à questão: a “Descrição da

Viagem feita de Amsterdã ao Brasil em 1642 e de Amsterdã às Índias Orientais em 1646”, mantido na Biblioteca Real de Copenhague, na Dinamarca.<sup>107</sup> Trata-se de um volume de 216 páginas, contendo anotações sobre o Brasil, o percurso da viagem às Índias Orientais e uma descrição dos chineses, e incluindo ainda uma série de ilustrações coloridas. Este manuscrito chegou à Biblioteca Real como parte do acervo do Conde Otto Thott (1703-1785), ele mesmo um grande colecionador de livros e manuscritos.<sup>108</sup> Quando comparados, os três manuscritos permitem entender o processo de composição do relato de Schmalkalden bem como formar algumas hipóteses sobre a razão de sua existência.

O manuscrito de Göttingen é o mais curto e mais simples de todos, pois contém apenas texto e trata somente do Brasil e do Chile. Pode ser considerado, portanto, um primeiro esboço. O de Copenhague parece ser uma versão mais elaborada deste esboço, pois já contém menção à viagem ao Oriente, apesar de seu relato não ser tão detalhado quanto o do manuscrito de Gotha. Além disso, no de Copenhague já aparecem ilustrações, ainda que muitas delas pareçam inacabadas, ou mesmo esboços, pois se repetem: a ave-do-paraíso, por exemplo, é desenhada 3 vezes, em 3 páginas consecutivas, em tamanhos e cores diferentes.<sup>109</sup> O mesmo para o carangueijo: aparece em preto-e-branco em três páginas consecutivas, em cada uma em um ângulo específico.<sup>110</sup>

Quanto à descrição do Brasil, os manuscritos de Copenhague e Gotha diferem tanto no seu conteúdo quanto na ordem em que as informações são apresentadas. O documento de Copenhague começa com um relato diário e detalhado da viagem de Schmalkalden até o

---

<sup>107</sup> KBD Ms. Thott. 1295, 4<sup>o</sup>. Caspar Schmalkalden. Descrição de duas viagens, uma de Amsterdã para o Brasil em 1642 e outra de Amsterdã para as Índias Orientais em 1646.

<sup>108</sup> Otto Thott foi ministro de Estado na Dinamarca e dono da maior coleção de livros privada daquele país. Sua biblioteca contava com cerca de 200 mil volumes. Quando faleceu, deixou 10 mil deles, incluindo 4 mil manuscritos e todos os livros impressos antes de 1530, para a Biblioteca Real. No leilão do restante de seu acervo, a Biblioteca Real adquiriu mais 50 mil volumes (Ilsøe, 1996:94).

<sup>109</sup> KBD Ms. Thott. 1295, 4<sup>o</sup> Caspar Schmalkalden. Descrição de duas viagens, uma de Amsterdã para o Brasil em 1642 e outra de Amsterdã para as Índias Orientais em 1646, f. 204, 206 e 207.

<sup>110</sup> KBD Ms. Thott. 1295, 4<sup>o</sup>. Caspar Schmalkalden. Descrição de duas viagens, uma de Amsterdã para o Brasil em 1642 e outra de Amsterdã para as Índias Orientais em 1646, f. 116, 117 e 117v.

Brasil, incluindo desenhos dos animais encontrados no caminho (um tubarão, um dourado e um peixe-voador); já o de Gotha, que começa pela mesma descrição, é mais curto e não contém desenhos. Em seguida, o primeiro manuscrito passa para uma descrição do Brasil Holandês e suas regiões que, no manuscrito de Gotha, aparece depois de uma seção dedicada aos habitantes do país: os brasileiros e os tapuias. O manuscrito de Copenhague não contém nenhuma informação sobre estes indígenas. Sobre estas descrições, é importante notar que elas contêm trechos derivados da *HNB*, do livro de Barleus e também do relatório de Elias Herckmans, porém não se trata de uma compilação de informações de fontes variadas, mas sim da composição de um relato novo, próprio, com uso de algumas frases e dados alheios. O manuscrito de Gotha inclui, ainda, um vocabulário da língua brasileira que é, este sim, uma cópia (em diferente ordem) dos vocábulos arrolados no capítulo IX do livro oitavo da *HNB* – aquele que fora fornecido a De Laet por Manuel de Moraes. No documento de Schmalkalden aparecem algumas frases que não constam da *HNB*. Como no caso das informações etnográficas sobre os habitantes do Brasil, pode-se concluir que o autor adicionou uma série de informações do *HNB* às suas (poucas) anotações próprias sobre os indígenas e sua linguagem, de forma a construir um relato mais completo e abrangente.

As imagens dos indígenas brasileiros e tapuias são de especial interesse [figuras 18 a 21]. Presentes apenas no manuscrito de Gotha, elas remetem aos pares de tupis e tapuias pintados por Eckhout [figuras 22 a 25], mas apresentam elementos diferenciadores: no segundo plano da imagem do homem tupi, há duas redes, uma delas com duas pessoas dentro, além disso o homem está olhando para a direita e tem uma postura um pouco diferente; a mulher tupi olha para a direita, a criança que carrega no colo está claramente mamando em seu peito e ela carrega duas cestas; o homem tapuia está virado para o lado

direito; a mulher tapuia leva um papagaio e uma cesta nas mãos (e não uma mão humana). Segundo Whitehead & Boeseman, estas diferenças são suficientes para supor que os desenhos de Schmalkalden não tenham sido necessariamente baseados nos esboços de Eckhout – e, de todo modo, não há registro de que Schmalkalden tenha tido acesso a estes materiais. Sabe-se apenas que pôde consultar o material impresso na *HNB* e demais relatos publicados (como o de Barleus, por exemplo). É bem possível, portanto, que os desenhos venham de fato da mão de Schmalkalden que, entretanto, inspirou-se nas divisões homem/mulher e tupi/tapuia então já comuns nas descrições neerlandesas dos habitantes do Brasil. Além disso, Schmalkalden adicionou a cada desenho um pequeno versinho de quatro linhas com um texto em primeira pessoa que descreve as atividades ou costumes de cada retratado. Esta é uma singularidade do manuscrito de Schmalkalden: em nenhuma outra representação visual neerlandesa dos habitantes do Brasil estes versinhos aparecem. Neste detalhe, a inspiração de Schmalkalden deve ter vindo de François Deserps, cujo livro sobre os modos de vestir também traz, para cada retratado, um verso de quatro linhas.<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> O conteúdo dos versos de Deserps e de Schmalkalden é diferente. Sobre o homem brasileiro, enquanto Deserp diz que ele corta e vende pau-Brasil aos estrangeiros, Schmalkalden escreve: “Para nós a valentia é naturalmente hereditária/Desta forma está perdido o inimigo quando o nosso arco se curva/ Nós vivemos sem pão e nos penduramos às costas/Contudo nós comemos, como sustento, farinha de mandioca”. Duas descrições muito diversas, portanto: para o francês quinhentista, o tupi é um vendedor de madeira, um aliado comercial; para o alemão do XVII, ele é um guerreiro que come um vegetal desconhecido. No caso da mulher tupi a oposição é a mesma: segundo Deserps, ela vende macacos e papagaios aos estrangeiros, segundo Schmalkalden, ela segue e garante o sustento do marido na guerra: “Sempre que meu marido viaja, eu então rapidamente o acompanho/Provida de tudo, além disso com uma criança/No caminho de volta eu vou adiante, ele viaja atrás/ Armado com armas de guerra, de modo que nada me aconteça” (Schmalkalden, 1998, vol. I: 42).

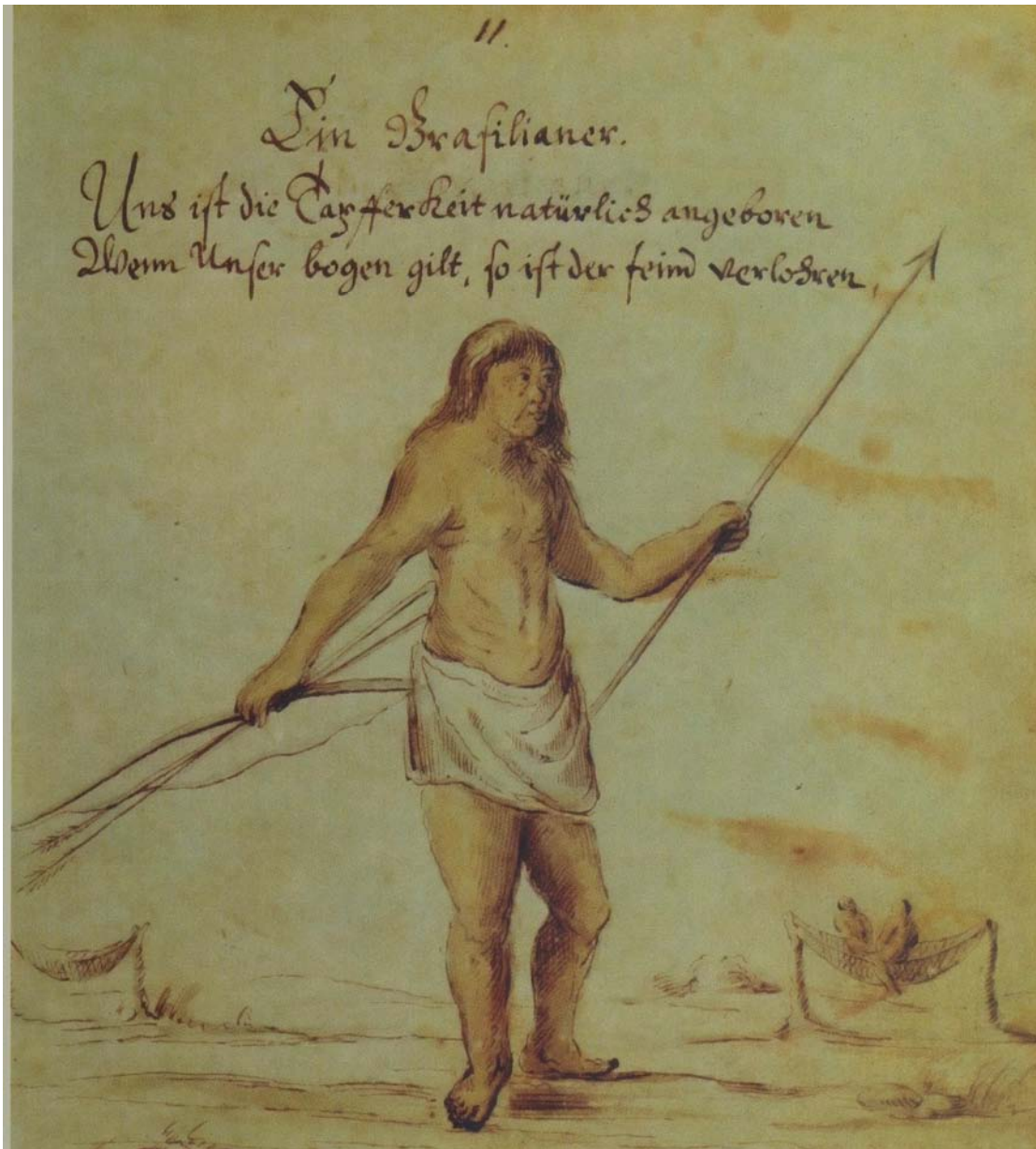


Figura 18. Caspar Schmalkalden. *Um Brasileiro*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p. 17.



Figura 19. Caspar Schmalkalden. *Uma Brasileira*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p.15.





Figura 20. Caspar Schmalkalden. *Tapuia*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p. 22.

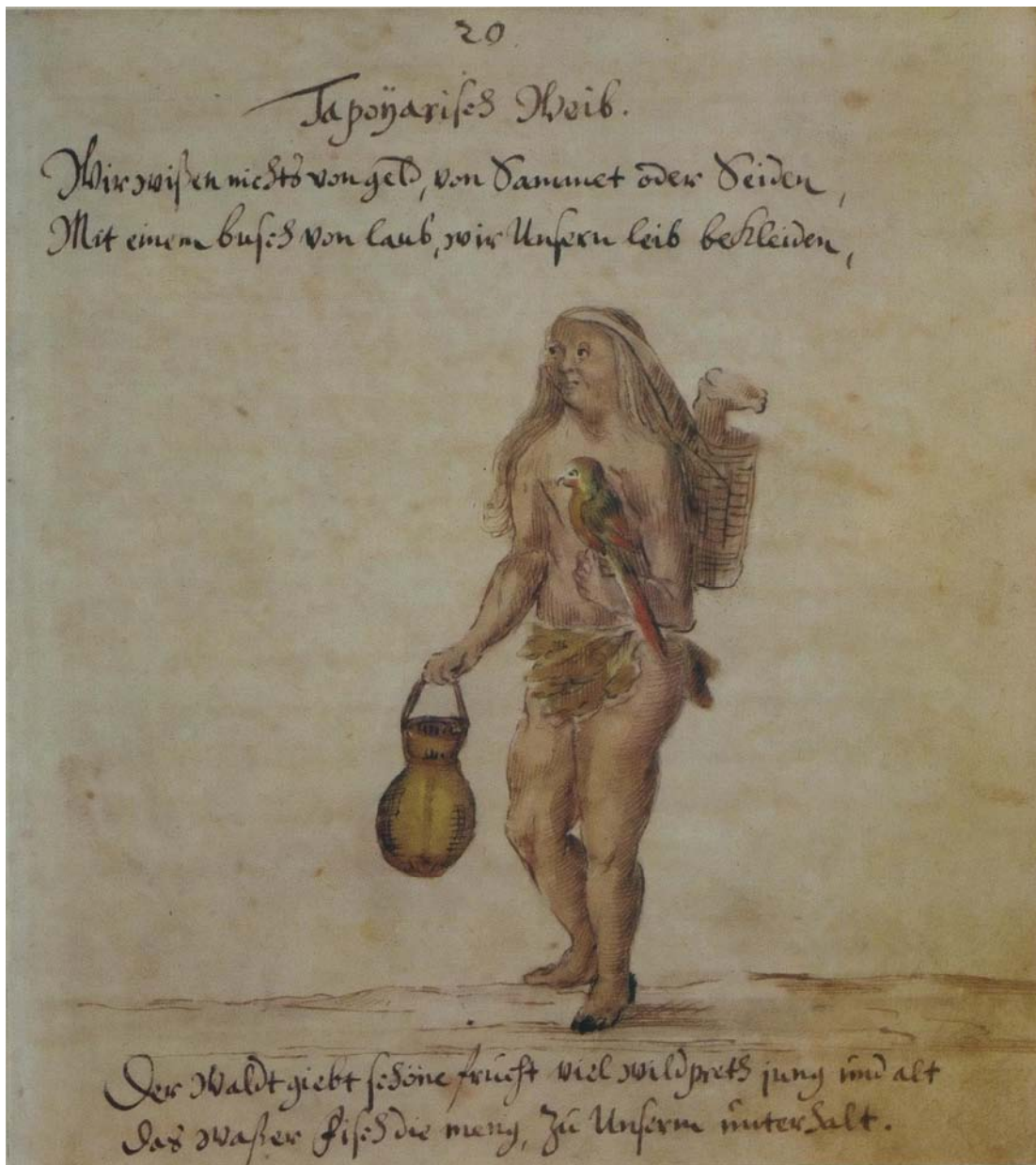


Figura 21. Caspar Schmalkalden. *Mulher tapuia*. Aquarela, s/d. Biblioteca de Gotha, Alemanha. Fonte: *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost, 1983, p. 21.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 22. Albert Eckhout. *Homem Tupi*, 1643. Óleo sobre tela, 272 x 163 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 23. Albert Eckhout. *Mulher Tupi*, 1641. Óleo sobre tela, 274 x 163 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 24. Albert Eckhout. *Homem Tapuia*, 1641. Óleo sobre tela, 272 x 161 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 25. Albert Eckhout. *Mulher Tapuia*, 1641. Óleo sobre tela, 272 x 165 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.

Após a descrição dos habitantes do Brasil, o manuscrito de Gotha apresenta a descrição física e geográfica da colônia nos mesmos termos que aparecem no manuscrito de Copenhague. Cabe ressaltar que as imagens que acompanham as descrições, nos dois manuscritos, são derivadas das gravuras de Frans Post para o livro de Barleus. Assim, tem-se uma vista do Recife, um mapa do Recife, um desenho do castelo de Boa Vista, um mapa da capitania do Rio Grande e desenhos dos fortes Orange (em Itamaracá), Margarida (na Paraíba), Ceulen (no Rio Grande) – e neste desenho aparece também três índios chegando em um barco, como na tela *Forte Ceulen* de Post. O manuscrito de Copenhague traz, além destes, uma vista do palácio de Vrijburg, semelhante à gravura de mesmo tema de Post, que não existe no manuscrito de Gotha.

Em seguida, encontra-se uma descrição da viagem ao Chile. Este trecho, que existe nos manuscritos de Göttingen e Gotha, mas não no de Copenhague, aproxima-se daquele de mesmo tema na *HNB*, apesar de ser bem mais sucinto: descreve genericamente o aspecto físico dos chilenos, “de estatura mediana; de cor, como os mestiços”, e mostra uma diferenciação interna entre os indígenas que se aliaram aos espanhóis e os que não o fizeram: os inimigos dos espanhóis “cortam os cabelos curtos e arrancam as barbas, para que não possam ser seguros por elas pelos seus inimigos” (Schmalkalden, 1998, vol.II: 150).<sup>112</sup> Em seguida, afirma que os chilenos não conhecem “o verdadeiro Deus”, mas não elabora maiores discussões sobre a religião indígena, como ocorre na *HNB*. Finalmente, Schmalkalden relata o modo de vestir dos chilenos com informações que se encontram também na *HNB*, ainda que em ordem diferente. A descrição da mulher chilena termina com uma informação encontrada no relato da viagem de Hendrik Brouwer: “Quando amamentam as crianças, penduram-nas em um pano sobre as costas e lhes estendem os seios (que são tão grandes quanto tetas de cabras) sobre os ombros e deixam-nas mamar até

---

<sup>112</sup> O mesmo se relata na *HNB* (1942 [1647]: 283).

que se satisfaçam” (Schmalkalden, 1998, vol II: 152).<sup>113</sup> Na descrição do itinerário da viagem do Brasil ao Chile e de volta, os relatos de Schmalkalden e Brouwer coincidem nas informações dos eventos mais marcantes da expedição (como a morte de Brouwer e seu enterro, os contatos com indígenas), mas diferem nas datas dos eventos e no detalhamento dos mesmos. Quanto às ilustrações, o desenho do homem e da mulher chilenos são similares aos encontrados na *HNB*, com diferenças na posição dos braços e nos objetos carregados: na *HNB*, a mulher carrega duas jarras, em Schmalkalden, uma jarra e uma fruta. Já o desenho do lhama em Schmalkalden é idêntico ao da *HNB*. Esta comparação indica que Schamalkalden, que efetivamente participou da expedição de Brouwer ao Chile, tomou nota dos acontecimentos mais importantes e, mais tarde, quando da elaboração do manuscrito, lançou mão de informações da *HNB* e, quiçá, do próprio diário de Brouwer, ambos publicados na segunda metade da década de 1640, para completar seu texto.

Após a descrição do Chile, encontra-se, no mauscrito de Gotha, uma longa parte sobre os animais do Brasil. No manuscrito dinamarquês existem também páginas dedicadas a este tema, mas elas tratam majoritariamente de plantas e de peixes. A versão de Gotha é mais completa, trazendo quadrúpedes e uma série de aves. Conforme já indicado por Whitehead & Boeseman (1989:60), este trecho – especialmente as imagens dos animais – é derivado da *HNB*.

O manuscrito de Gotha conta ainda com um apêndice, inexistente nas duas outras versões do relato. Este texto é inteiramente derivado de uma série de fontes anteriores sobre o Novo Mundo. Ele começa com uma descrição de Fernando de Noronha, na qual cita o relato de Claude d’Abbeville. Em seguida, faz uma descrição geográfica do Brasil e relata “sua primeira descoberta”; neste trecho, cita as viagens e relatos de Ulrich Schmidl e Hans Staden e afirma: “Os primeiros que descobriram o Brasil teriam sido Vicente Pinzón e

---

<sup>113</sup> No relato de Brouwer, 1646:63.



Diogo Lopes, a serviço do rei Fernando e da rainha Isabel de Espanha, e do rei Manuel de Portugal, Américo Vespúcio que visitou este continente no ano de 1501, como também antes dele alguém de nome Cabral” (Schmalkalden, 1998, vol. II: 152). Este trecho também está presente no manuscrito de Copenhague, porém como parte da descrição do Brasil logo no início do relato.<sup>114</sup> Isso indica que o documento hoje na Dinamarca também serviu de esboço para elaboração da versão final do manuscrito de Gotha. O anexo conta, ainda, com uma longa digressão sobre a razão da existência da Companhia das Índias Ocidentais e as discussões geradas pela sua fundação, em 1621. Estas páginas foram certamente elaboradas a partir dos panfletos publicados e amplamente circulados na década de 1620 a respeito deste tema. Com efeito, o antuerpiano Willem Usselinx, primeiro e mais enfático defensor da criação da WIC, publicara a partir de 1622 uma série de panfletos explicando suas idéias, que foram devidamente rebatidas pela oposição. Schmalkalden estava seguramente a par deste debate e decidiu incluí-lo em sua descrição de viagem.

É interessante que, neste mesmo apêndice, não exista nenhuma ilustração. Conforme argumenta Ernst van den Boogaart sobre as gravuras no *Itinerário* de Linschoten, as ilustrações em relatos de viagem ajudavam a reforçar a veracidade do relato e vice-versa: o autor não só pode falar sobre os lugares que visitou como também pode provar, através de seus desenhos, que lá esteve (Boogaart, 2003:2). A falta de imagens no apêndice é mais uma evidência de que ele foi escrito depois de já terminada a versão final do manuscrito; ele servia para adicionar informações derivadas de outros relatos para, de fato, completar ou complementar o texto anterior. A ênfase na veracidade do relato principal, porém, é reforçada no apêndice com uma menção justamente aos desenhos: na seção sobre a descoberta do Brasil, lê-se “em 12 de dezembro de 1642, o autor desta

---

<sup>114</sup> KBD: Ms. Thott. 1295, 4º. Caspar Schmalkalden. Descrição de duas viagens, uma de Amsterdã para o Brasil em 1642 e outra de Amsterdã para as Índias Orientais em 1646, f.13.

*Descrição de viagem* chegou a estas terras das quais fez um relatório. A partir deste, levou ao papel, com a própria mão, esta *Descrição de viagem* e diligentemente fez os desenhos.” (Schmalkalden, 1998, vol. II: 152).

Finalmente, um último aspecto dos três manuscritos de Schmalkalden merece ser mencionado: a caligrafia. No manuscrito de Gotha, o apêndice está escrito numa caligrafia diferente do restante do texto. Do mesmo modo, a descrição dos chineses no manuscrito de Copenhague está escrita numa terceira caligrafia. Wolfgang Joost defende que o apêndice foi compilado e escrito pelo filho de Schmalkalden, Christian Günther (1659-1727) depois da morte do pai (Joost, 1983: 171). Christian era médico e pode ter se interessado pelas curiosidades de história natural contidas no manuscrito do pai e não é ilegítimo supor que tenha tido a intenção de mostrar o texto a um editor para, a exemplo do irmão de Johan Nieuhof, lançar as anotações do parente em forma de livro. Isto explicaria a existência do apêndice e ressaltaria a importância da frase acima citada sobre o autor da “*Descrição...*” ter composto o texto e os desenhos “diligentemente”: assim a veracidade do relato estaria garantida. A presença da terceira caligrafia na descrição dos chineses no manuscrito de Copenhague traz o problema da existência de um terceiro autor e enfraquece a hipótese sobre as ações do filho Günther. Este terceiro autor, porém, poderia não ter sido de fato um autor, mas sim um escrivão que Schmalkalden empregara para copiar passagens de um relato para seu manuscrito – uma prática não incomum naquele período (Heidhues, 2005:15). Em todo caso, não há dúvida de que o manuscrito de Gotha seja a versão final – além do apêndice, ele contém, inclusive, um índice das ilustrações – e que foi escrito para ser lido por um público interessado nas curiosidades e novidades que as viagens a lugares distantes traziam. Não é inverossímil imaginar que Schmalkalden, ou mesmo seu filho, tenham intencionado publicar o relato.

A comparação entre os documentos de Göttingen, Gotha e Copenhague prova que o relato ou “Descrição da viagem” de Schmalkalden não é um testemunho “puro”, uma descrição de eventos vividos e elementos vistos pelo próprio autor. É, antes, uma narrativa de viagem composta e construída a partir da junção da experiência vivida do autor com elementos de outros relatos, narrativas e discursos sobre o Brasil. Mary Heidhues demonstrou, através de uma detalhada comparação, que a parte do relato de Schmalkalden sobre o Japão contém uma série de “empréstimos” de trechos ou informações de relatos sobre o Oriente já bem conhecidos na segunda metade do século XVII – momento em que o texto de Schmalkalden estava sendo escrito (Heidhues, 2005). O mesmo pode ser dito a respeito da parte sobre o Brasil e o Chile. Não se trata aqui de ignorar a originalidade e as contribuições de Schmalkalden. Como bem aponta Julie Hochstrasser, ele traz dados que o mecenato de Nassau não anotou, como os sons emitidos pela preguiça ou o desenho do corte transversal do de um caju (Hochstrasser, 2008: 173). Porém, isto não diminui a relevância do fato de que o autor leu e incorporou informações e representações visuais provenientes de uma gama de livros sobre o Novo Mundo, incluídos aí aqueles que surgiram por conta do mecenato do conde de Siegen. No final das contas, o relato de Schmalkalden não é um contraponto às fontes financiadas por Nassau, mas sim uma evidência do alcance que estas mesmas fontes chegaram a ter durante o próprio século XVII.

### *A circulação de saberes*

Dante Teixeira defende a singularidade dos documentos produzidos por Schmalkalden e por Zacharias Wagener diferenciando-os dos trabalhos de Marcgraf e Piso. Neste sentido, sustenta que Wagener e Schmalkalden “se preocupavam sobretudo em exibir

o desconhecido e o exótico para um público capaz de valorizar os esforços de um leigo” (Teixeira, 1998: 15). Não se trata disso, nem em um caso nem no outro. Schmalkalden, conforme argumentamos, usou informações dos cientistas nassovianos para compor seu relato e evidentemente não pretendia que ele fosse lido por um público que aceitasse o trabalho de um “leigo” – justamente por isso acrescentou o maior número possível de dados e desenhos “científicos” ao seu texto, para aumentar seu valor.

Zacharias Wagener tampouco intencionava apenas descrever o desconhecido para um público pouco exigente. Em seu testamento, elaborado em dezembro de 1667 a bordo do navio que o trazia de volta das Índias Orientais para Amsterdã, deixou instruções explícitas para que, dentre os seus pertences, um armário japonês de cedro, contendo “meu livro em que há alguns desenhos de raridades brasileiras, assim como meu livro de família e alguns escritos” fosse levado para a sede da VOC em Amsterdã, “e de lá deverá ser levado para o Sr. Blauw e lá ficar até que meu cunhado Bothe o venha buscar”.<sup>115</sup> Wagener menciona, ainda, um segundo armário japonês envernizado, marcado com a letra “R”, que continha suas raridades. Este armário, que deveria ser levado de Batávia para Amsterdã, poderia ser vendido bem como todo seu conteúdo. É interessante que Wagener apenas faça questão da preservação, por sua família, de seus escritos e desenhos brasileiros, desfazendo-se sem cerimônia de suas raridades e demais pertences.<sup>116</sup> Com certeza, o antigo despenseiro da cozinha de Nassau sabia que o *Thierbuch* seria valorizado

---

<sup>115</sup> O testamento de Wagener encontra-se hoje no Arquivo Municipal de Amsterdã, coleção NAA, microfilme 2157, pp. 318-331. Uma transcrição do documento, feita pelo historiador Jaap van der Veen, foi publicada em Pfaff, 2001: 305-309.

<sup>116</sup> Por exemplo, para o cartógrafo Joan Blaeu em Amsterdã, seu antigo mestre, Wagener deixou uma colcha enfeitada com franjas vermelhas, feita em Bengala; para a filha do diretor da VOC em Delft Nicholaes Verburgh, um dossel de seda chinesa acompanhado de almofadas de seda colorida com bordados em prateado e dourado; para Caspar Chambergen de Leipzig, que fora médico nas Índias Orientais, duas grandes taças de casca de coco com prata embutida; para Elias van der Broeck, de Dordrecht, um prato japonês envernizado; para Robert Carus, capitão do navio em que estava, por tê-lo ajudado durante sua doença, 100 *rijksdaelders* e uma saia japonesa azul com bordados de flores prateadas para sua filha e, para Adriaen Meltz, médico naquele navio, um casaco japonês (in Pfaff, 2001: 307).

especialmente por seus desenhos coloridos (não à toa, são os “desenhos de raridades brasileiras” que ele menciona em seu testamento quando se refere ao manuscrito) e, por isso, poderia vir a ser publicado, circulado e lido.

Um último e eloqüente exemplo das intenções dos soldados ou demais funcionários da WIC e da VOC que deixaram relatos sobre suas experiências é o livro de Johan Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Conforme discutido no capítulo precedente, após a morte de Nieuhof, por volta de 1672, seu irmão Hendrik ficou com o manuscrito que ele havia elaborado sobre seu tempo como soldado no Brasil. Foi o irmão o responsável pela publicação do livro em 1682. Poderia-se supor, então, que Hendrick Nieuhof foi também o responsável pela inserção, no relato do irmão, de uma série de passagens e trechos dos livros de Willem Piso e Georg Marcgraf e do relatório de Elias Herckmanns sobre a Paraíba, que complementam as informações de Johan.<sup>117</sup> Contudo, um pequeno episódio da vida de Nieuhof pode fornecer outra explicação a estes empréstimos. Em 11 de março de 1662, Johan Nieuhof estava em Amsterdã, em negociações com a VOC a respeito de sua viagem à China, da qual acabava de retornar. No mesmo dia passava pela cidade o conde de Nassau-Siegen, em seu caminho de volta da Zelândia para sua morada em Cleve. Sabendo da presença de Nieuhof ali, mandou chamar por ele, e o ex-soldado mostrou ao antigo governador do Brasil Holandês suas anotações e desenhos sobre a terra antes habitada pelos dois. Tendo visto estes papéis, Nassau marcou um jantar com Nieuhof para o dia seguinte na casa do médico Willem Piso (Nieuhof *apud* Churchill, 1732, vol. II:324).<sup>118</sup> Os assuntos discutidos durante o jantar não são conhecidos mas, certamente,

---

<sup>117</sup> José Honório Rodrigues fez o primoroso trabalho de comparar o relato de Nieuhof com os de Piso e Marcgraf e de Herckmans. Deste estudo resultou a bela edição brasileira do livro de Nieuhof, publicada em 1942, em que o historiador brasileiro aponta em mais de 450 notas todos os “empréstimos” de obras anteriores. Cf. Nieuhof, 1942.

<sup>118</sup> Este trecho sobre o encontro só aparece na edição inglesa do livro de Nieuhof que fez parte da coleção de viagens de Churchill.

Johan Maurits encorajou Nieuhof a publicar o relato. Interessado que estava em fazer propaganda de seus feitos na antiga colônia neerlandesa na América do Sul, e mostrar à WIC e aos Estados-Gerais como, depois e por causa de sua partida, a colônia foi perdida, Nassau deve ter visto com bons olhos a possibilidade de trazer ao público um livro em que se relatava como, entre 1640 e 1649 – período em que Nieuhof serviu no Brasil – , o Brasil Holandês se transformou de uma colônia promissora em uma terra praticamente perdida. Para agradar ao conde e assegurar a publicação, Nieuhof deve ter acrescentado informações disponibilizadas a ele por Piso, quem sabe com a oferta do livro *História Natural do Brasil* e outros documentos relativos ao período.

George Marcgraf, Willem Piso, Johanes de Laet, Zacharias Wagener, Caspar Schmalkalden e Johan Nieuhof, apesar das diferenças de origem social, formação e destino, faziam parte de um mesmo universo, em que eram constantes a circulação de conhecimentos, tanto por via oral quanto visual ou textual, assim como a demanda por informações interessantes, curiosas ou raras sobre continentes distantes. Assim, não se pode estabelecer um corte radical entre o produto do mecenato de Nassau e os relatos de demais pessoas que compartilharam de uma estadia mais ou menos longa no Brasil nassoviano com os artistas do conde: formados no mesmo contexto cultural neerlandês, todos escreveram, desenharam e pintaram eventos, animais, plantas e pessoas a partir de um mesmo olhar interessado em registrar para depois exibir seu trabalho para o público europeu.

## Capítulo 4

### NASSAU DE VOLTA A EUROPA: A DISPERSÃO DA COLEÇÃO (1644-1679)

Os oito anos de Johan Maurits van Nassau no Brasil – bem como seu retorno definitivo aos Países Baixos em 1644 – impactaram enormemente a guerra luso-holandesa pelo domínio do Nordeste do Brasil. Este tema tem sido estudado e pesquisado com destreza por especialistas.<sup>119</sup> Contudo, ainda falta um estudo sobre o impacto da experiência brasileira de Nassau na Europa. No capítulo precedente, tratamos de como o conhecimento holandês sobre o Novo Mundo, acumulado em sua maior parte durante o período nassoviano, foi depois lido, estudado, comparado, reelaborado e editado para o público europeu na forma de alguns livros e manuscritos. No presente capítulo, trataremos do impacto da coleção de objetos levada por Nassau à Europa, buscando compreender como e para quem ela foi apresentada e, acima de tudo, quais as intenções de Nassau ao fazê-lo. Em outras palavras, o objetivo deste capítulo é mostrar com que finalidades e em que situações os objetos brasileiros e africanos foram usados pelo conde Johan Maurits.

#### *Haia, 1644*

Em 16 de setembro de 1644, Willem Frederik van Nassau-Dietz (1613-1664), *stadhouder* da Friesland e primo de Nassau,<sup>120</sup> anotou em seu diário: “encontrei o Conde Maurits, que não mudou e parece mais novo do que quando se foi” (Nassau-Dietz, 1995: 73). O encontro dos dois se deu em Haia, poucas semanas depois de Johan Maurits ter retornado do Brasil. A boa aparência do conde não refletia as preocupações que certamente

---

<sup>119</sup> Entre os trabalhos mais importantes que abordam as conseqüências políticas e econômicas da presença de Nassau no Brasil, estão os de Wätjen (2004 [1921]); Gonsalves de Mello (2001a[1947]); Boxer (2004[1957]); Cabral de Mello (1998 – 1ª. edição de 1975) e Puntoni (1999).

<sup>120</sup> Sobre Willem Frederik van Nassau-Dietz, conferir Visser & van der Plaats, 1995.

lhe passavam pela cabeça. Afinal, depois de quase oito anos em terras estrangeiras, o conde precisava reintegrar-se à vida política e social em Haia, restabelecer antigas alianças e assumir um posto no Exército da República que fosse condizente com sua experiência acumulada. Em outras palavras, era preciso encontrar um lugar para si.

Fisicamente, este lugar era a Mauritshuis [figura 26]. Construída entre 1633 e 1644, a partir de projeto dos arquitetos Jacob van Campen e Pieter Post, a casa que desde sua construção até hoje leva o nome de seu dono foi o local escolhido pelo conde para abrigar a coleção de objetos, plantas, peles, animais empalhados, desenhos e pinturas que ele havia trazido consigo depois de oito anos como governador-geral da colônia neerlandesa no Brasil. O terreno em que a Mauritshuis viria a ser erigida foi comprado por Nassau já em 1633, quatro anos antes, portanto, de ele assumir o posto que lhe havia sido oferecido pela WIC. Em 1636, o conde comprou mais um pedaço de terra do lado oposto deste primeiro e próximo daquele em que o poeta e diplomata Constantijn Huygens (1596-1687) mandara construir sua própria casa. É importante ressaltar que estes dois terrenos estavam situados ao lado do *binnenhof*, um complexo de prédios no centro da cidade de Haia que, desde o século XV, servia como centro da política neerlandesa, abrigando as reuniões dos Estados-Gerais. O conde de Nassau, portanto, fizera uma escolha estratégica e inteligente quando comprou seus terrenos: construía para si uma morada logo no centro político da República dos Países Baixos.



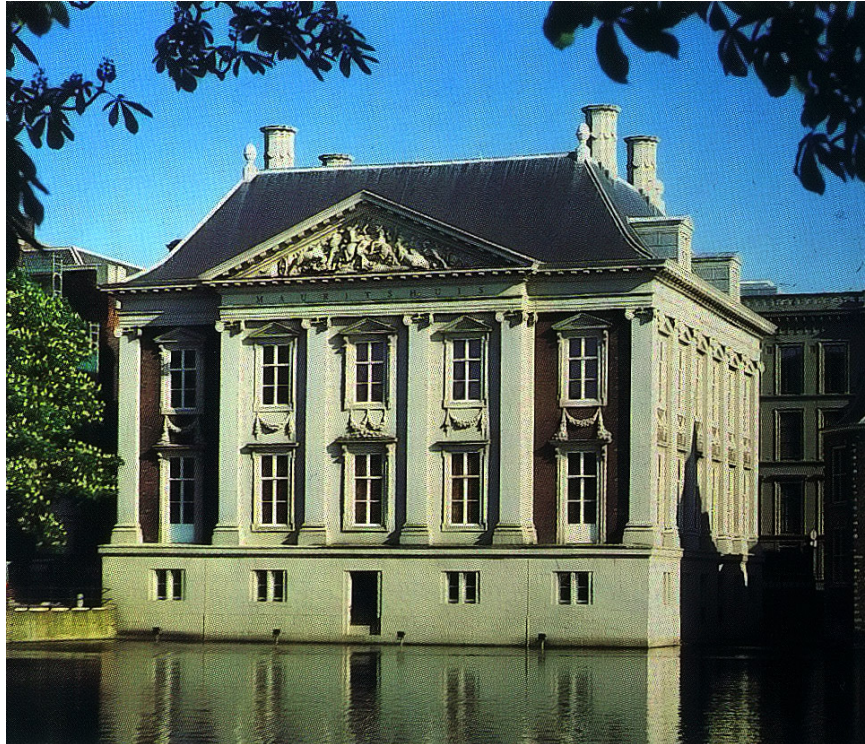


Figura 26. Fotografia da Mauritshuis. Fonte: Quentin Buvelot (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, 2004, p. 137.

Durante os anos em que esteve no Brasil, Johan Maurits enviou pau-Brasil para ser usado na construção da Mauritshuis e açúcar para pagar as despesas. O envio de açúcar era tamanho que a casa, enquanto era construída, chegou a ser conhecida como “maison de sucre” (Bots, 1979: 102). Huygens, por sua vez, escrevia cartas ao futuro vizinho detalhando os progressos do empreendimento (Lunsingh Scheurleer, 1979:143).

A arquitetura interna da Mauritshuis refletia a personalidade ostentativa do conde.<sup>121</sup> Segundo o arquiteto J.J.Terwen, que estudou em detalhe os projetos para a construção do palacete, o principal cômodo da casa era um grande salão, que ficava no segundo andar do edifício e que era destinado a ser um museu, isto é, a abrigar a coleção do conde. A peculiaridade deste salão era seu teto, que não apenas tinha os cantos em forma de arco, como era dividido em quadrados que continham a representação de *putti* pairando no céu.

---

<sup>121</sup> Para uma descrição pormenorizada da arquitetura da Mauritshuis, conferir Lunsingh Scheurleer, 1979.

Um quadrado no meio, entretanto, era vazado, com uma cúpula sustentada por quatro pilares, de forma que a luz do sol entrava diretamente na sala (Terwen, 1979: 65).<sup>122</sup> R.J. van Pelt notou que a construção desta cúpula vazada pode ter obedecido a uma intenção muito específica: graças ao posicionamento geográfico da Mauritshuis e da cidade de Haia, nos fins das manhãs do mês de junho os raios do sol entrariam pela cúpula e iluminariam quem estivesse debaixo dela, funcionando como um holofote. Se lembrarmos que o aniversário de Nassau era em 17 ou 18 de junho, é plausível crer que ele planejara receber seus convidados ali naquele salão, com a luz do sol focando a sua figura, como “o ator principal na peça de sua própria criação e um digno portador do lema ‘*Qua patet orbis*’”(Pelt, 1979: 196). De fato, *Qua patet orbis* (“até onde o mundo alcança”) foi o lema escolhido por Nassau para representar a si mesmo e sua filosofia de vida.

A pintura das crianças aladas pairando no céu pouco tinha a ver com outra característica singular do salão principal da Mauritshuis: a iluminação. As luminárias, dispostas entre as janelas e espelhos da sala, tinham a forma de braços humanos cujas mãos seguravam velas acesas; cada braço humano saía da boca de uma face monstruosa fixada na parede. Estes adornos peculiares podem ser vistos em duas imagens feitas por ocasião da estadia de Charles II da Inglaterra (1630-1685) em Haia no ano de 1660: o jantar oferecido a ele pelos Estados-Gerais [figura 27] e um baile organizado também em sua homenagem [figura 28].<sup>123</sup> Na gravura que retrata o jantar pode-se observar o teto da sala com a decoração “à italiana”; note-se que no centro do teto, assim como nas paredes, estão

---

<sup>122</sup> Ainda segundo Terwen, este tipo de salão com extensão superior é chamado *salle à l'italienne* e tem sua origem na renascença italiana (Terwen, 1979:66). O salão principal da Mauritshuis foi a primeira sala deste tipo construída nos Países Baixos.

<sup>123</sup> Com efeito, Charles II, exilado no continente europeu desde 1651, residia em Breda (no sul da República das Sete Províncias Unidas) desde 1656. Em abril de 1660 assinou os termos da restauração da monarquia ao poder na Inglaterra e então partiu em direção a Londres para ser coroado. Durante a volta, foi convidado pelos Estados-Gerais dos Países Baixos para passar alguns dias em Haia e a Mauritshuis foi o local escolhido para hospedar o rei-herdeiro. Lá Charles II ficou por “quatro agitadas semanas” (Jardine, 2008: 204), que incluíram as duas festividades acima mencionadas.

penduradas guirlandas de frutas – segundo testemunhos contemporâneos, elas eram feitas apenas para ocasiões especiais e eram tão bem elaboradas que era possível sentir os cheiros das frutas (Herz, 1999: 166). Na pintura do baile observa-se o conde de Nassau logo atrás de Charles II, que dança acompanhado por sua irmã, a Princesa Real Mary Stuart (1631-1660).

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 27. Cópia de Jacob Toorenvliet. *Jantar na Mauritshuis em 30 de maio de 1660 por ocasião da visita de Charles II, rei da Inglaterra*, c. 1660. Gravura, 32,5 x 46,5 cm. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 28. Hieronymus Janssen. *Charles II dançando em um baile da corte*, c. 1660. Óleo sobre tela, 140 x 214 cm. Coleção Real, Inglaterra. “The Royal Collection © 2009, Her Majesty Queen Elizabeth II”.

Se a Mauritshuis era o espaço físico de onde Johan Maurits começou a rearticular seus contatos e seguir em frente com sua carreira, politicamente, contudo, o conde não tinha um lugar garantido na Haia de 1644. A cidade era dominada e dividida entre três cortes: a de Elizabeth da Boêmia, filha de James I da Inglaterra e esposa de Frederik V da Boêmia, exilados em Haia desde 1621; a de sua sobrinha, Mary Stuart, Princesa Real e esposa do príncipe herdeiro Willem II (1626-1651); e finalmente a de Frederik Hendrik, *stadhouder* dos Países Baixos, e sua esposa Amalia van Solms, conhecida pela pouca estima que tinha por sua nora Mary Stuart e por Elizabeth da Boêmia.

A relação conflituosa entre estas três mulheres teve início no ano de 1625, quando Amalia, até então uma mera dama da corte de Elizabeth (que, inclusive, havia chegado a Haia acompanhando os reis exilados, em 1621), casou-se com Frederik Hendrik e se tornou a mulher mais importante e mais poderosa de todos os Países Baixos. Sabe-se que a instalação da corte dos reis da Boêmia em muito contribuíra para o desenvolvimento de uma cultura de corte em Haia (Akkerman, s/d; Keblusek, 1999: 195): de início, Elizabeth fora muito criticada pelos Estados Gerais por dar luxuosas mascaradas e por se vestir de modo extravagante, porém, aos poucos, seus modos foram aceitos e serviram de modelo para a formação da corte de Amalia que, para diferenciar-se da linhagem inglesa a que Elizabeth pertencia, procurava estar sempre à par das novidades e da etiqueta seguidas pela corte em Paris (Erkelens & Keblusek, 1999:108). Assim, Amalia passou a organizar grandes festas e a comissionar retratos seus e de seu marido de importantes pintores neerlandeses e flamengos, como Michiel van Mierevelt, Gerrit van Honthorst, Antoon van Dyck e Rembrandt. Com efeito, segundo a historiadora da arte Marieke Spliethoff, entre 1625 e 1637 o casal Frederik e Amalia fez-se retratar em poses e com atributos que remetiam à Antiguidade Clássica e usou estes retratos para aumentar o prestígio da Casa de

Oranje dentro do círculo das cortes européias (Spliethoff, 1997:161). O grande objetivo – e talvez a grande obsessão – do casal de *stadhouders* era fazer a sua linhagem nobre alcançar o *status* que tinham as tradicionais famílias reais Stuart, na Inglaterra, Bourbon, na França e Habsburgo, no eixo Espanha-Áustria. Amalia acabou por efetivamente conseguir tornar a sua uma corte muito mais conhecida, comentada e freqüentada internacionalmente do que a dos reis da Boêmia.

Deste modo, a partir da chegada de Elizabeth e do casamento de Amalia e Frederik, a cidade de Haia assistiu ao desenvolvimento de uma intensa vida social dentro da corte. Isto se acentuou a partir de 1641, quando Willem II, o filho mais velho de Amalia e Frederik, casou-se com Mary Stuart, filha e herdeira do rei Charles I da Inglaterra (1600-1649). Os dois instalaram-se em Haia e ali formaram sua própria corte, muito próxima e aliada àquela de Elizabeth que, afinal, era tia paterna de Mary Stuart. Àquela altura, porém, o *stadhouder* havia adoecido gravemente e sua esposa passara a ser sua principal conselheira, de modo que o poder político de Amalia só aumentava (Spliethoff, s/d). Estava pronto o cenário para uma longa história de competições, conflitos de interesse, manipulações – jogos de poder – entre as três cortes que dominavam a cidade de Haia.

O próprio conde de Nassau não escapou da simpatia seletiva de Amalia. Logo que regressou do Brasil, foi informado de que o cargo de tenente-general da cavalaria estava vago, um cargo correspondente ao quarto lugar na chefia do Exército da República. O conde candidatou-se ao posto, que também estava sendo pleiteado por seu primo Willem Frederik de Friesland, autor da carta acima citada. Amalia van Solms, tia de Willem Frederik, tinha o sobrinho como preferido para o cargo, mas seu marido Frederik Hendrik destinou a função ao general recém-chegado de além-mar. Insatisfeita com a nomeação, Amalia escreveu que “o conde Maurits (...) passou oito anos nas Índias [Ocidentais] e agora

ele vem aqui e quer ter o melhor cargo assim que chega de volta”, acrescentando que seu porte físico era “delicado” e, portanto, inadequado à função (Groenveld, 1997: 29).

Diante desta situação bastante incerta, em um contexto político complexo e depois de uma longa ausência, Nassau precisava construir um lugar para si. Para isso, usou os objetos e as narrativas que havia trazido do Brasil: em seu navio, foram embarcados, além das telas de Eckhout e Post, também centenas de folhas contendo estudos de história natural, móveis feitos de madeira brasileira e marfim africano, uma série de ervas e plantas, penas coloridas e artefatos feitos delas, cavalos, peles de animais e animais empalhados, conchas, farinha de mandioca, dentes de elefante, toras de jacarandá, pranchas de pau-santo e pau-violeta, frutas confeitadas, entre outros.<sup>124</sup>

No contexto cultural dos Países Baixos seiscentistas, ter uma coleção como estas não era fato de pouca relevância. Possuir uma coleção (de curiosidades, de arte, de objetos naturais) era uma demonstração de conhecimento e de poder, um sinal distintivo que elevava a posição do colecionador dentro da sociedade altamente hierarquizada dos Países Baixos. Depois da morte de Bernardus Paludanus em 1633, poucas foram as coleções que alcançaram fama e notoriedade como a do médico da cidade de Enkhuizen. Na década de 1640, quando Nassau retornou, os grandes colecionadores eram o casal de *stadhouders* Frederik Hendrik e Amalia van Solms, cuja coleção era composta principalmente de obras de arte – além de porcelana, pedras preciosas e objetos em verniz vindos da Ásia;<sup>125</sup> a da Universidade de Leiden, com suas espécies naturais de vários lugares do mundo; a de Ernst Brinck, prefeito de Harderwijk, que seguia o padrão de Paludanus colecionando *naturalia* e *artificialia*; e finalmente a coleção dos irmãos Jan (1601-1646) e Gerard Reynst (1599-1658), de Amsterdã, especializados em pinturas italianas e estátuas da antiguidade. Assim,

---

<sup>124</sup> Uma listagem parcial dos elementos levados pelo conde encontra-se em Cabral de Mello, 2006: 202.

<sup>125</sup> Sobre a coleção de Frederik e Amalia, cf. Ploeg & Vermeeren, 1997.

na exibição de sua coleção *brasiliana* e na propaganda de seus feitos no Brasil, Nassau encontrou a matéria prima para a construção de um capital simbólico e de um nome através dos quais poderia alcançar o *status*, o reconhecimento e o poder político que, como um dos vinte e cinco filhos de um nobre com poucas terras, nunca poderia vir a ter. Vejamos, então, como Johan Maurits apresentou sua coleção para as cortes de Haia e como, aos poucos, distribuiu-a de modo a estreitar alianças políticas estratégicas com a nobreza protestante no norte da Europa.

### ***“A jóia mais ilustre de sua casa”***

Uma vez de volta a Haia, Nassau dirigiu as etapas finais da decoração de seu palacete e lá dispôs sua rica coleção. Ali viveu entre 1644 e 1647, quando, tendo recebido o título de *stadhouder* do território de Cleve, na atual Alemanha, para lá se mudou. Logo que se instalou na Mauritshuis, porém, tratou de organizar recepções para exibir seus pertences: há registro de pelo menos três visitas à casa, sendo que em duas delas o conde conduziu ele próprio a visita e apresentou sua coleção aos convidados. A primeira recepção depois da volta do Brasil causou espanto – talvez escândalo – entre os presentes. Em 12 de agosto de 1644, Johan Maurits convidou David Le Leu de Wilhelm (conselheiro do príncipe Frederik Hendrik e cunhado de Huygens), bem como alguns ministros protestantes, para uma visita em sua nova morada, que incluiria um espetáculo inesperado e bastante peculiar. Numa carta a seu cunhado, 15 dias depois, Wilhelm relatou:

“Quando eles entraram, a porta da sala foi fechada e eles viram dançar estes selvagens todos nus com suas armas levantadas, como vós vistes na pintura do Sr. Post. Eis como se paga a curiosidade de nossos ministros e de suas



mulheres. Isto suscitou muitas opiniões e risos entre todas as pessoas.”  
(Wilhelm *apud* Bots, 1979: 104).<sup>126</sup>

Os selvagens nus eram os onze indígenas que viajaram com Nassau de volta a Holanda: dois tapuias do grupo de Janduí, “outros quatro, da nação dos Carapatós e Vaipebas” e mais cinco brasileiros (Barleus, 1974 [1647]: 329). Embarcaram por iniciativa própria e com certeza tinham seus próprios planos sobre o que fariam na Holanda.<sup>127</sup> Contudo, no momento da exibição da dança no palácio do conde, eles eram uma parte muito especial e peculiar do conjunto de elementos exóticos que Johan Maurits usava para representar e discorrer sobre seu tempo no Novo Mundo. Ali, naquela sala da Mauritshuis, o pertencimento e a origem de grupos diferentes não era relevante e, tampouco, os motivos que os levaram até a Europa. Eram onze selvagens nus a enfeitiçar os olhares espantados de quem estava lá para conhecer as maravilhas americanas de Nassau.

Houve pelo menos mais uma visita a Mauritshuis naquele ano de 1644. Constantijn Huygens havia prometido ao professor de botânica e medicina da Universidade de Leiden, Adolph Vorstius, que o levaria conhecer a casa e os pertences do conde de Nassau. Vorstius estava certamente interessado nas plantas e espécies naturais que o dono da casa havia trazido do Brasil, afinal já há alguns anos a Universidade de Leiden vinha recebendo uma série de elementos e espécies novas mandados do Brasil para seu jardim e sua coleção. Quando Nassau regressou, fez nova doação de objetos, conforme relata Barleus (1974

---

<sup>126</sup> Uma versão editada desta carta pode ser encontrada também em Worp (ed), 1915, vol. 4: 52. A pintura a que o autor se refere deve ser a *Dança dos Tapuia* de Eckhout, já que as duas únicas cenas de Post com indígenas dançando foram pintadas após a década de 1650 (trata-se dos quadros *Festejo no Arraial* e *Índios na Floresta*, mencionados no capítulo 2 desta tese).

<sup>127</sup> A documentação sobre a vida destes onze índios na República dos Países Baixos é, infelizmente, escassa. Ainda assim, alguns poucos documentos já revelam quão singulares foram os caminhos trilhados por indígenas que estiveram na Holanda no século XVII. Um ótimo exemplo é Antônio Paraupaba. Como mostra Lodewijk Hulsman, este principal potiguar viajou três vezes para os Países Baixos (1625, 1644 e 1654) e, na última ocasião, não apenas levou consigo mulher e três filhos, como também apresentou aos Estados Gerais duas representações (*remonstranties*) solicitando a volta da WIC ao nordeste do Brasil para impedir que os potiguar fossem massacrados pelos portugueses (cf. Hulsman, 2006). Mark Meuwese estudou o papel de Paraupaba como mediador cultural entre neerlandeses e luso-brasileiros (Meuwese, 2003).

[1647]: 331). Não há inventário desta doação, mas dois catálogos do jardim botânico e do teatro anatômico da Universidade, elaborados na primeira metade do século XVIII, permitem que se conheça pelo menos alguns dos elementos oferecidos pelo conde. No catálogo do jardim botânico, são citados o couro de um porco, um pássaro com um “chifre” na cabeça (isto é, uma anhumas), o couro de um “cavalo selvagem brasileiro”, um pé de cana-de-açúcar, um crocodilo, dois tipos de tatu, a fruta sapucaia, um pedaço de couro brasileiro “feito artificialmente” e um instrumento de guerra, bem como a pele de uma grande cobra brasileira e o caule de um figo brasileiro enviados por Willem Piso em 1639 (Catálogo François Schuyl, 1721). No catálogo do teatro anatômico, elaborado apenas quatro anos mais tarde, aparecem o couro de um lagarto, um grande exemplar da planta *Cassia situla*, o pé de um “monstro marinho” e a cabeça de um tigre, todos dados por Nassau; a “pele de um peixe estranho vindo do Brasil” e a cabeça de um porco-marinho dados por Piso (Catálogo François Schuyl, 1725).

Como estudioso do mundo natural, Vorstius estaria ávido para conhecer a coleção e, especialmente, o colecionador responsável por estas adições ao acervo de sua universidade. Assim ocorreu que, em meados de dezembro de 1644, Huygens levou Vorstius a casa de Nassau. Lá, o anfitrião conduziu seus convidados e apresentou eloqüentemente cada elemento de sua coleção, contando histórias sobre seus feitos nas Índias Ocidentais. Vorstius interessou-se particularmente pelas imagens de “peixes, quadrúpedes, pássaros, insetos e plantas da América, pintados com destreza”, que o conde apresentava aos convidados, uma por uma. A descrição de Vorstius permite identificar estas imagens: eram os estudos a óleo de história natural de Albert Eckhout, ainda em folhas avulsas, que mais tarde seriam dados ao Eleitor de Brandenburgo e transformados no *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*. Nassau certamente discorreu longamente sobre os animais e plantas

do Brasil, pois Vorstius fez questão de comentar com Huygens que o conde não era um colecionador qualquer, mas alguém que tinha “profundo conhecimento dos segredos de toda a natureza”.

Além das imagens da natureza do Brasil, bem como de sua paisagem e das construções ali feitas pelos neerlandeses, Nassau também exibiu objetos trazidos da colônia. Vorstius menciona madeiras raras, marfim bruto e esculpido, peles de animais e penas coloridas. Neste trecho, ele relata ter visto “colchas e enfeites de seu nobre sofá, feitos de penas de pássaros das Índias, em diversas cores”. Trata-se aqui, certamente, dos mantos de penas e demais artefatos plumários que o conde de Nassau ganhou de grupos indígenas no Brasil. O anfitrião deve tê-los estendido no sofá para serem melhor admirados pelos seus convidados e, assim, Vorstius os interpretou como enfeites de sofá e não adereços para seres humanos. De qualquer forma, e assim como também fizera Marcgraf, Vorstius não deixou de admirar o engenho com que estes objetos eram feitos e a beleza das penas com que era composto – segundo Marcgraf, “elegantíssimas” (Marcgraf, 1942 [1648]: 271). Como veremos, os mantos indígenas ainda viriam a fazer mais sucesso e conquistar o interesse de outros membros da elite e corte neerlandesas nos anos seguintes.

Mas nem tudo que Johan Maurits mostrou agradou os convidados. Vorstius elogiou a habilidade de Constantijn Huygens em mostrar educadamente sua aversão por uma bebida servida por Nassau, “temperada com pimenta brasileira”, que, nas palavras do talentoso Huygens, era “um presente que não merece este nome”. Podemos apenas especular sobre o conteúdo da “cáustica e exótica” bebida – ela poderia conter quaisquer ervas trazidas do Brasil ou mesmo da África – mas a intenção de Nassau ao oferecer algo certamente desagradável a seus patrícios foi logo entendida por Vorstius de maneira sagaz: “Talvez, se eu pudesse especular, ele [Nassau] (...)quisesse com isso dar um sinal de que não é todo

feito de açúcar ou dócil, mas que ele também, como assim se revela, tem vinagre dentro de si”. Claro está que as recepções de Nassau tinham uma função que ia além do mero entretenimento. A forte impressão que provocava em seus convidados, bem como a cuidadosa escolha deles, fornecem uma pista preciosa de que, através delas, o conde estava fazendo uma declaração enfática sobre suas habilidades e seus méritos como militar, como governador e como cortesão, sem excluir disso tudo uma prova de sua mordacidade. Não era possível sair da Mauritshuis sem surpreender-se com seu dono, tampouco sem entender a medida exata daquilo de que ele era capaz.

Na carta de Vorstius, o fascínio pela coleção de Nassau se mistura com a admiração pelo colecionador. Mais de uma vez Vorstius elogia os feitos militares do conde, chamando-o de “herói” e de “o maior general depois do mais extraordinário Oranje”, numa comparação com seu tio, padrinho e homônimo, Maurits van Nassau, *stadhouder* e general que liderou as Sete Províncias Unidas durante quarenta anos na revolta contra o Império Espanhol. Por seu discurso eloqüente, por seus relatos sobre o exótico, por seus feitos e conquistas no Brasil e pela atenção às artes e às ciências, o professor de Leiden concluiu que o conde era “a jóia mais ilustre de sua casa”.

Uma terceira e última descrição do interior da Mauritshuis foi deixada por Jacob de Hennin, filho de um ourives de Frankfurt que emigrara para Haia. Hennin não seguiu a profissão do pai: aos vinte e seis anos tornou-se escrivão da Suprema Corte dos Países Baixos e trabalhou até 1672 na prisão *Voorpoort* (Frederiks & Branden, 1882: 338), localizada no *binnenhof* – ao lado, portanto, da Mauritshuis.<sup>128</sup> Hennin é conhecido por ser autor do livro *De zinnrijke Gedachten toegepast op de Vijf Sinnen van 's Menschen Verstand*,

---

<sup>128</sup> Lunsingh Schreuleer menciona que, em 1652, Hennin foi chamado de pintor (1979: 142, nota 2). Entretanto, só foi reconhecida até hoje uma obra de sua autoria: um retrato de Mary Stuart II (1662-1694), esposa do rei e *stadhouder* Willem III (1650-1702), assinado e datado de 1677 e hoje pertencente à coleção real neerlandesa no Museu Palácio Het Loo.

ou “Substanciosos conceitos apropriados aos Cinco Sentidos da Razão Humana”, publicado em 1681, onde a visita e a descrição da casa de Nassau aparecem, apropriadamente, no capítulo sobre a visão humana: a passagem por ela era mesmo um deleite para os olhos dos visitantes.<sup>129</sup>

Não se sabe exatamente quando a visita ocorreu, uma vez que o texto não traz nenhuma menção a datas. O autor começa, porém, afirmando que ali se propõe a conduzir o leitor “à casa ou palácio do falecido príncipe Maurits van Nassau” (Hennin, 1681: 111), o que indicaria que o texto foi escrito após dezembro de 1679, data da morte de Nassau. É possível, entretanto, que a visita tenha ocorrido antes de falecido o conde, pois no final da década de 1670 Hennin não vivia mais em Haia: em 1677 fora transferido para trabalhar como diretor e inspetor da propriedade de caça de Willem III em Soestdijk, na província de Utrecht (Lunsingh Scheurleer, 1979:142). Ademais, na descrição da Mauritshuis Hennin menciona “tapeçarias de assuntos brasileiros” (Hennin, 1681: 117), uma provável referência aos tapetes feitos em 1667 sob encomenda de Nassau por Maximiliaan van der Gucht (?-1689) a partir de onze imagens de “pessoas, animais e plantas em tamanho natural” das Índias – isto é, do Brasil (Whitehead & Boeseman, 1989: 108-109).<sup>130</sup> Esta referência permite delimitar com mais precisão a data da visita. Além disso, dadas as pouquíssimas informações sobre a vida de Jacob de Hennin, não é possível saber em que qualidade ele visitou a casa de Nassau: se como convidado, se como acompanhante de algum convidado, ou outra posição.

---

<sup>129</sup> Cf. Hennin, 1681. Uma tradução dos trechos do livro referentes à Mauritshuis pode ser encontrada em Souza Leão, 1966: 19-23.

<sup>130</sup> Barleus registra da seguinte forma esta encomenda de Nassau: “Demais disso, mandou representar aquelas coisas em desenhos e pinturas e tecê-las em tapetes para a longa lembrança dos póteros, afim de que, estragando-se os espécimes restassem as imagens daquilo que o Novo Mundo tem para se admirar. Podem ver-se tais pinturas e tapizes na entrada do magnífico palácio que ele construiu de mármore em Haia.” (Barleus, 1974 [1647]: 330-331).

O mais provável, então, é que Hennin tenha entrado na casa entre 1668 e a primeira metade da década de 1670, levado por algum colega do *binnenhof*, sem que o conde estivesse ali – de fato, na descrição da casa não há menção à presença de Nassau e o tom da narrativa sugere antes uma visita furtiva ou até secreta: o narrador pede licença ao Sr. Dilthey, mordomo da casa, para nela entrar, adicionando que “seus préstimos serão muito apreciados” (Hennin, 1681: 111). Certamente Jacob de Hennin já ouvira falar da casa e de sua decoração, pois pede ao castelão que o deixe entrar e subir até “aquela grande sala em que se encontra o Juízo Final de Deus!” (Hennin, 1681: 111). Assim, ele escreve como um guia conduzindo o leitor pelas escadarias da Mauritshuis até chegar ao grande salão central e, nesta narrativa, vai apontando cada elemento que julga interessante e sublinhando as características bárbaras e pagãs do que pode ser visto.

Para dois intérpretes do século XIX, a intenção de Hennin teria sido fazer conhecer algumas das coisas extraordinárias ou notáveis que ele presenciou durante seus anos frequentando o centro da política e da corte neerlandesas (Frederiks & Branden, 1882: 338). De fato, o raro livrinho em tamanho duodécimo atende esta função. Entretanto, ele nos interessa aqui pois é um testemunho eloqüente de como alguém fora do círculo político e social de Nassau compreendia aquilo que o conde mostrava. Com efeito, a descrição da casa se encaixa perfeitamente como último elemento do capítulo “visão” em um livro sobre os cinco sentidos que permitem ao homem apreender o mundo. Desde o prólogo, Hennin mostra ao seu leitor que aquele é um livro dedicado a explorar os sentidos que Deus concedeu aos homens – e a ênfase é toda na magnificência da obra divina. Citando o livro do Gênesis, Hennin relembra o fiel leitor do motivo pelo qual Deus deu ao homem cada um de seus sentidos, “como sinal de Sua misericórdia para conosco” (Hennin, 1681: 5) e para quê eles servem. A visão nos foi dada “para contemplarmos todas as maravilhas

incompreensíveis” criadas por Deus, que nenhum homem poderá entender, mesmo com toda admiração (Hennin, 1651: 8). O capítulo sobre a visão inicia-se então com uma descrição da paisagem neerlandesa na pequena cidade costeira de Hoek van Holland, onde o rio Maas desemboca no Mar do Norte, e vai seguindo pelas diversas cidades da província de Holanda até chegar finalmente a Haia. Então Hennin descreve a “casa de Nassau e Oranje” – o palácio Noordeinde, também conhecido como Oud Hof (“antiga corte”) e chega, finalmente, à Mauritshuis.

Ali, ao abrir das portas pelo Sr. Dilthey, Hennin mostra ao leitor, no primeiro andar da casa, elementos do mundo natural que pertenciam à coleção do conde: minerais, animais e aves empalhados. Em seguida, mostra, “ao subir a escada, pintadas do natural, todas as nações pagãs e bárbaras: mouros e mouras, negros, brasileiros, tapuias, hotentotes e outros selvagens, todos criaturas de Deus” (Hennin, 1681: 111). Neste trecho o autor se dedica a uma descrição dos tapuia, começando pela caracterização deles como antropófagos. Eles “arrancam as barbas e as sobrancelhas e conservam bem compridas as cabeleiras”; abrem dois buracos redondos no rosto, um em cada face, ou abaixo do lábio, e ali enfiam pedacinhos de madeira ou pedras; alguns tatuam com “suco de certa erva” os braços e pernas; também usam anéis, brincos e corais (Hennin, 1681: 112). Vale notar que esta descrição corresponde, em parte, às imagens que Eckhout elaborou dos tapuia, que ele retrata usando diversos ornamentos corporais, inclusive os pedaços de madeira ou pedras no rosto – como na *Dança dos Tapuia*. Por isso, tem sido atribuído aos esboços e pinturas de Eckhout o modelo para as imagens da escadaria da Mauritshuis que, contudo, teriam sido executadas por Leonard Bramer (1596-1674), pintor caravaggista da cidade de Delft que trabalhou para o conde (Lunsingh Scheurleer, 1979: 145; Whitehead & Boeseman, 1989: 96).

Em seguida, Hennin passa a falar dos hotentotes, cujas imagens também aparecem na escadaria: são antropófagos, vivem ao redor do Cabo da Boa Esperança, “tanto no verão quanto no inverno não se vestem diferentemente e nem de forma mais agasalhada do que se pode ver ali” e têm por costume untar o corpo com gordura e óleo, o que lhes dá um aspecto desagradável. Deles afirma ainda que “estes antropófagos” são sempre alegres, dançam e cantam, e suas mulheres também (Hennin, 1681: 113). Aqui é interessante notar a equivalência traçada entre tapuias e hotentotes: são dois povos selvagens, antropófagos, que andam nus; homens que não conhecem o Deus cristão mas que têm sua própria e bárbara religião.<sup>131</sup> Hennin segue descrevendo costumes selvagens, mas não identifica mais o grupo a que se refere, usando apenas termo “eles”. Assim, é difícil distinguir quando se trata dos nativos da América e quando se trata dos do sul da África. A interpretação de Hennin é toda feita a partir das imagens vistas na casa: “lá vemos a religião deles, seus pagodes ou igrejas, seus santos e profetas”; “lá está um que bate a cabeça contra uma pedra a ponto dela ficar três vezes maior, dois outros gritam e invocam seu Deus, chocando as cabeças um contra o outro”. Deste modo, o texto de Hennin se refere às “nações selvagens” (*wilde natien*) como um todo, como um conjunto, fazendo pouca diferença entre eles – é, desta forma, uma leitura dos murais da Mauritshuis como um grande retrato do mundo bárbaro, ou de tudo de bárbaro que se encontra pelo mundo.

É provável que Hennin tivesse algum conhecimento da literatura sobre os povos de terras distantes e deveria conhecer, também, os temas da antigüidade clássica, afinal alguns trechos de seu texto parecem ser compilações de informações relativas a diferentes povos e

---

<sup>131</sup> Vale notar que a tradução do texto de Hennin feita por Sousa Leão omite o trecho em que o autor menciona os hotentotes, substituindo-o por reticências e retomando a tradução no trecho sobre o hábito de untar o corpo (Sousa Leão, 1966: 20). Assim, o leitor não só é levado a crer que Hennin só descreveu os tapuia como também perde a significativa comparação entre os dois povos. A tradução de Sousa Leão é, em geral, seletiva, pois os trechos que não tratam do Brasil foram deixados de lado (como a menção às cidades de Constantinopla, Veneza e Roma).



épocas, mas que entretanto aparecem juntas na descrição do “eles” bárbaros. Por exemplo, sobre o procedimento quando da morte de uma pessoa, afirma:

“Quando morrerm, muitos são queimados, mesmo os Chefes. Os cadáveres dos outros são repartidos entre os amigos íntimos, para serem comidos. Aos que são enterrados colocam no sepulcro arroz e dinheiro, com que pagar a Caronte, que os leva no seu barco do outro lado do rio Ganges até o Paraíso (...) conforme foi escrito por vários historiadores” (Hennin, 1681:115).

Além de se referir a duas formas diferentes de antropofagia praticadas entre os indígenas sul-americanos (aquele em que os corpos dos entes queridos são queimados e suas cinzas misturadas com farinha e comidas, e aquela em que se destroça o corpo inimigo e se distribui as partes entre membros do grupo), neste trecho Hennin ainda remete à mitologia grega, citando o barqueiro Caronte, responsável por levar os corpos dos mortos até o Hades através do rio Aqueronte. Note-se aqui que Hennin não menciona este rio, mas sim o Ganges, rio cuja foz está localizado no golfo de Bengala, região que os neerlandeses conheciam e onde comerciavam seda, algodão e ópio desde meados do século XVII.

Terminada a descrição dos povos selvagens, Hennin segue mostrando as imagens da paisagem do Brasil – casas, engenhos, cenas cotidianas, festas, plantas – e também uma vista de Recife e “outras vilas e fortes” que foram perdidos depois da partida de Nassau (Hennin, 1681: 116). Segue-se uma imagem do Pico das Canárias e suas ilhas, o Monte Etna, e as cidades de Constantinopla, Roma, Veneza, Paris e Nápoles. Vemos assim que, nas imagens de sua casa, Nassau procurou registrar não só os povos, localidades e elementos que conheceu na América, mas também fornecer uma visão geral das cidades e lugares mais importantes na história do mundo – ou melhor, na história do mundo segundo uma visão holandesa do período moderno. Se sua coleção era de objetos americanos e africanos – excetuando algumas caixas e cofres em laca que Hennin menciona, certamente

vindos do Japão – sua ambição era mesmo mostrar-se merecedor do lema “até onde o mundo alcança”.

Em seguida, Hennin passa a elencar os diversos objetos que podiam ser vistos nas salas da Mauritshuis. Esta é a listagem mais completa que se tem dos elementos que faziam parte da coleção do conde. O autor elenca “plantas exóticas, armas indígenas (punhais, azagaias, machados, lanças), tambores e trombetas”, animais diversos (“um monstruoso crocodilo, uma cobra d’água ainda mais estranha”, tartarugas grandes e pequenas, um rinoceronte empalhado, uma foca, peles de leões, tigres e leopardos, um veado, um gato selvagem, símios, macacos e babuíños, um avestruz, um pelicano, um corvo da Índia, periquitos, papagaios “e tantos outros pássaros”), rochas e minérios, conchas, ouro em pó vindo do Peru e da Guiné, cobre e ferro “feitos de maneiras e em figuras curiosas”, diamantes e rubis (Hennin, 1681: 118-120). A descrição de Hennin fornece elementos para inferir, como já notou Souza Leão (1966: 11), que a Mauritshuis ainda era ricamente decorada com móveis, pinturas e elementos decorativos mesmo após passadas quase três décadas da mudança de Nassau para Siegen, que aconteceu em 1647, e mesmo após uma significativa parte da coleção do conde ter sido dada de presente ao Eleitor de Brandenburgo, em 1652. Isto mostra que a coleção original era realmente muito extensa, condizendo com a afirmação de Evaldo Cabral de Mello de que, na esquadra de retorno do Brasil, a mudança de Nassau teria ocupado duas naus inteiras (Cabral de Mello, 2006: 202).

Finalmente, Hennin leva o leitor à sala referida no começo da visita, onde se encontra “o famoso quadro do Juízo Final”. Segundo Joaquim de Sousa Leão (1966: 18), tratar-se-ia de uma cópia da tela de Jacob van Campen, “Juízo Final”, pintada para a prefeitura da cidade de Amsterdã. Em um capítulo sobre as maravilhas de Deus que podem ser vistas mas não compreendidas, é mais do que propício terminar a descrição, e a visita,

com o dia do grande julgamento, o momento final em que cada homem será julgado e destinado ao Paraíso ou ao Inferno. Também Nassau passaria pelo Juízo Final e, como perspicazmente afirma Hennin, apesar de ter construído “com tanto gosto e trabalho todas estas coleções”, “com sua morte nada pôde levar além da esperança de salvação e de deixar para a posteridade um bom nome e reputação!” (Hennin, 1681: 121). Foi justamente nome e reputação que Nassau procurou construir com sua coleção e, assim, pelo menos aos olhos de Jacob de Hennin, o conde conseguiu o que queria.

As descrições da Mauritshuis feitas por Vorstius e Hennin são os registros mais completos que se tem até hoje sobre o interior da casa do conde. São testemunhos produzidos em circunstâncias muito diversas: Vorstius era um importante membro da elite de Haia e, como tal, foi convidado por Nassau para conhecer sua *brasiliانا*; já Hennin era um funcionário dos Estados-Gerais que conheceu a casa do conde quando ela já não era mais habitada por ele – e, portanto, não recebeu uma apresentação dos elementos da casa dada por seu próprio dono, como foi o caso de Vorstius. Ademais, as interpretações dos dois visitantes diferem entre si. Enquanto o professor de Leiden surpreendeu-se com a diversidade e novidade dos elementos exóticos e com os conhecimentos de Nassau, Jacob de Hennin observou o conteúdo da Mauritshuis como provas e exemplos da grandeza da obra divina. Entretanto, quando colocados lado-a-lado, estes dois registros se complementam e permitem vislumbrar, por um lado, a intenção de Nassau na exibição de sua coleção e na decoração suntuosa de sua casa e, por outro, as maneiras pelas quais duas pessoas de estratos sociais distintos interpretaram aquilo que viram.

Quando da morte de Nassau, a Mauritshuis e sua pesada hipoteca foram passadas por Willem Maurits (1649-1691), sobrinho de Johan Maurits e herdeiro do título de conde de Nassau-Siegen, ao credor Gerrit Maes. Em 1685 a casa foi alugada pelos Estados-Gerais

e usada como residência temporária para embaixadores e visitantes ilustres (Buvelot, 2004b:13-16), o que significa que parte de seus móveis e sua decoração ainda estavam intactos. Porém, em 1704 seu interior foi totalmente destruído num incêndio e a reconstrução que se seguiu mudou a configuração original da disposição dos quartos e salas. Apenas a fachada da casa é ainda a mesma que a planejada por Van Campen. Atualmente este prédio abriga a coleção de arte do Gabinete Real de Pintura dos Países Baixos.

### *Desfiles, bailes e mascaradas*

Johan Maurits van Nassau também exibiu seus pertences brasileiros em eventos e festas da corte fora de sua casa em Haia. Em 1652, o conde organizou a cerimônia e a festa de casamento da princesa Albertina Agnes (1634-1696), filha de Frederik Hendrik e Amalia van Solms, com Willem Frederik van Nassau-Dietz, *stadhouder* de Friesland – o mesmo que, em 1644, havia encontrado o conde Johan Maurits e comentado que ele estava “melhor do que quando foi” para o Novo Mundo. O evento ocorreu no castelo Zwanenburg, na cidade de Cleve, onde Nassau residia desde que fora nomeado *stadhouder* de Cleve pelo Eleitor de Brandenburgo, em 1647. Com efeito, desde o casamento da filha mais velha de Frederik e Amalia, Louise Henriette (1627-1667), com o Eleitor em dezembro de 1646, a morada de Nassau em Cleve havia se tornado o “ponto de encontro” dos Oranje (Oudesluijs, 1999:357).<sup>132</sup>

O novo governador de Cleve não mediu esforços na preparação dos festejos, que duraram uma semana e incluíram encenações, bailes, música e torneios. Segundo o

---

<sup>132</sup> Ademais, desde a morte de Willem II, em 1650, as Províncias Unidas não eram mais regidas por um *stadhouder*, mas apenas pelos Estados-Gerais, de modo que os Oranje já não tinham mais função política dentro dos Países Baixos. Assim, fazer o casamento da filha de Frederik Hendrik fora do território dos Países Baixos foi uma escolha intencional.

*Hollandtsche Mercurius*, um periódico da cidade de Haarlem, a cidade de Cleve ficou tão cheia de estrangeiros que muitos moradores puderam ganhar o equivalente ao aluguel mensal de suas casas nos oito dias do casamento (*apud* Gorissen, 1964:40).<sup>133</sup> Em 2 de maio, precisamente às oito horas da noite, com Albertina Agnes usando “uma caríssima coroa cravejada de diamantes”, foi celebrado o contrato de casamento, cerimônia na qual estiveram presentes o Eleitor e “diversos nobres senhores da casa de Nassau”. No dia seguinte, primeiramente foi apresentada uma comédia e, à noite, uma queima de fogos de artifício que soletravam o nome dos noivos no céu. Para 4 e 5 de maio, Nassau preparou bailes e, para o dia 6, a apresentação de companhias de músicos tocando diversos instrumentos e cantando. O ponto alto da semana de festas, porém, ocorreu no dia 7 de maio, sexto das comemorações. Naquele dia, foi encenada a lendária batalha de Zama (202 a.C.) entre Cipião e Aníbal, tendo alguns dos principais convidados como atores. O Eleitor Friedrich Wilhelm fez o papel do general romano e o conde de Waldeck, Georg Friedrich (1620-1692), cunhado de Nassau, representou a parte do general cartaginês.

A representação da batalha ocorreu numa ampla praça da cidade que, desde a manhã do dia 7, estava sendo preparada para o evento: a passarela por onde o cortejo desfilaria havia sido coberta de folhagem verde e era guardada por escudeiros vestidos como soldados romanos. O conde Hendrik van Nassau-Siegen (1611-1652), irmão mais novo de Johan Maurits, interpretava o cavaleiro romano que liderava estes soldados. Ao seu comando, o evento iniciou com a chegada de um oficial de armas, que fez abrir o caminho. Seguiram-se a ele dois timpanistas e oito corneteiros romanos e, depois deles, dois romanos comandando, com rédeas douradas, uma parelha de cavalos ricamente vestidos. Então entrou o governador romano, vestindo uma toga de veludo púrpuro com bordados em

---

<sup>133</sup> Todas as citações e referências ao *Hollandtsche Mercurius* usadas aqui foram tiradas do livro de Friedrich Gorissen (1964), que reproduziu a notícia por completo.

dourado e ornamentado com pérolas, diamantes e rubis, montado em um cavalo enfeitado com o mesmo tecido; o governador levava ainda um gorro de mesma cor à cabeça, adornado com belas pedras. Atrás dele, entraram, montando cavalos marrons, doze conselheiros romanos, vestindo togas de veludo preto com bordados em prata e gorros enfeitados com pedras preciosas. Em seguida, fez-se entrar nada menos que uma réplica do monte Parnaso, em cima do qual se via o cavalo Pégasus e o deus Apolo e, ao seu redor, as nove musas. Uma série de músicos tocando alaúdes, liras e outros instrumentos eram também levados em cima do monte Parnaso. Seguiu-se a este um carro levando o deus Marte, vestindo uma armadura preta de ferro, “muito triste, com a cabeça entre as mãos”. Depois, um “belo carro triunfante” entrou, levado por Cupido, que, com rédeas douradas, guiava três cisnes brancos; neste carro estavam Vênus com a Paz e a Justiça; Cupido, nu, levando arco e flecha, atirava-as em várias direções, especialmente na da noiva, princesa Albertina Agnes van Oranje. Ao redor deste carro, oito sátiros vinham soprando charamelas “naquela sua maneira selvagem”. Logo após vinha Nix, a Noite, seguida pelo carro que trazia o Amor e a Fidelidade.<sup>134</sup>

Terminada a entrada dos deuses e demais elementos da mitologia greco-romana, foi a vez de desfilarem dois porta-estandartes e doze prisioneiros mouros, acorrentados em conjunto, carregando seu rei numa liteira que tinha, ainda, um guarda-sol, além de serviçais romanos e mouros ao seu redor. Em seguida, um postilhão romano, com arco e flecha, e mais doze soldados romanos em roupas prateadas montando “extraordinários cavalos de torneio”, com selas enfeitadas de ouro e prata. Logo após, vieram mais doze corneteiros e dois timpanistas em togas prateadas, montados em cavalos cobertos com o mesmo tecido.

---

<sup>134</sup> Os carros que levavam as alegorias foram feitos na própria cidade de Cleve nas semanas que antecederam o casamento. O *Hollandtsche Mercurius* reportou que, graças ao descuido dos “engenhosos moradores de Cleve”, um dos carros era tão grande que não passava pelo portal de entrada do local onde havia sido feito; para resolver o problema, foi necessário quebrar o portal para que o carro pudesse passar (Gorissen, 1964: 41).

Além deles, três romanos vestidos em prata, a cavalo, carregando escudos e lanças que apontavam para os mouros. Depois, entrou mais um porta-estandarte, seguido de quatro romanos a cavalo, vestidos em prata, apontando suas lanças para os mouros. Finalmente, o general Cipião surgiu, “vestido à moda romana”, cheio de ouro e pedras preciosas. Ao seu redor, vinham muitos serviçais e, atrás dele, nove cavaleiros, protegidos em círculo por vinte e um soldados carregando alabardas.

Uma vez que toda esta companhia havia se instalado e tomado seus lugares na grande praça, entrou cavalgando com pressa um mouro, levando um arco, uma flecha e uma azagaia, avisando que “um bando de mouros” estava por perto, desejava lutar com os romanos e pedia, portanto, que o caminho lhes fosse aberto. Pedido aceito, começou então a entrada triunfal dos mouros, com dois tocadores de tamborim, um gaiteiro e um mouro tocando dois agogôs, ao lado do qual dois bufões dançavam “conforme a natureza e os sons destes instrumentos”. Logo depois, entrou uma companhia de vinte e quatro homens,

“...cada mouro de dois em dois [presos] pelos pés. Os dois primeiros tinham um papagaio e um babuíno, os outros vinte e dois eram mouros e tapuias, à sua maneira com roupas na cintura e penas a enfeitar suas cabeças, e todos presos por correntes. Estes levavam grandes taças e louças, cheias de limão, açúcar, maçãs etc. Do mesmo modo os tapuias também levavam cestas cheias de carne humana, braços e pernas, algumas cobertas, todas muito belamente preparadas à maneira bárbara.” (Gorissen, 1964: 42).

Depois deles, um oficial de armas, quinze cavalos, um timpanista e dez corneteiros, com roupas prateadas, montados em cavalos brancos cobertos por panos vermelhos. Como esperado, seguiu-se “o destemido Aníbal”, o cartaginês, vestido com uma saia bordada com ouro e jóias e um turbante de mesmo material, montado num “corajoso cavalo” e seguido

por doze escravos. Na seqüência, ainda vieram nove cavaleiros, em cavalos brancos, ricamente vestidos com veludo, jóias e ouro.

O grande momento da batalha chegara, então: os dois generais cumprimentaram-se e posicionaram suas respectivas tropas. Porém, quando se colocaram frente a frente e olharam-se como inimigos, um desconhecido cavaleiro, “com notável liderança e comando”, veio interromper o confronto colocando-se entre eles e ordenando que as duas tropas se dispersassem para lados opostos. Assim, a batalha não chegou a se concretizar e a boda pôde prosseguir, “sem que sangue, mas muito vinho, fosse derramado”.

Este suntuoso desfile era uma representação alegórica do próprio mundo em que Nassau vivia. Isto é, o desfile serviu como uma afirmação sobre (tipos de) pessoas e seus lugares segundo a visão da corte neerlandesa protestante moderna. Neste sentido, interessa entender o lugar dos tapuia de Nassau. Esta não foi, seguramente, a primeira aparição pública de indígenas americanos num desfile ou evento celebrativo na Europa – basta lembrar a entrada em Rouen em 1550, em que figuraram indígenas tupinambás.<sup>135</sup> Neste desfile de Cleve, porém, os tapuia, bem como os africanos negros, aparecem colocados em um lugar específico dentro do mundo e ao lado de demais grupos humanos. Esta não foi uma exibição de povos exóticos ou distantes, mas uma apresentação dos tapuias e mouros em relação ao resto da humanidade, entendida como a sociedade européia, que ali era devidamente representada pelos personagens e temas da antiguidade clássica, cujo legado fora retomado pelos europeus do renascimento. No desfile, a civilização romana era a Europa branca e cristã, e o estrangeiro Aníbal e seu exército representavam o mundo que estava além do continente europeu: a África moura e negra e os indígenas das Américas.

É interessante notar as marcas de diferenciação dos personagens do desfile ou, em outras palavras, como Nassau logrou separar romanos de cartagineses, já que os convidados

---

<sup>135</sup> Para uma análise deste desfile, ver Wintroub, 1999.



que participaram do desfile faziam parte do mesmo grupo: a corte. Evidentemente, a ordem de entrada e a própria composição dos grupos já revelavam quem era quem: entre os romanos estavam os membros da corte, à exceção de alguns mouros, que apareceram unicamente como escravos ou serviçais; entre os cartagineses, havia também cortesãos (como o cunhado de Nassau encarnando Aníbal), mas principalmente mouros e tapuias representando os soldados. Ambos os grupos levaram cavalos brancos, pretos ou marrons devidamente decorados, e as vestimentas das personagens foram feitas dos mesmos materiais: veludo, seda, pedras preciosas. Entretanto, os objetos carregados por alguns personagens – especialmente os músicos – marcam a diferenciação entre os grupos: os músicos romanos tocavam tímpanos, cornetas, alaúdes, liras e charamelas; os cartagineses traziam tamborins, gaitas e agogôs. Além disso, os mouros e tapuias “cartagineses” eram acompanhados por animais (um babuíno e um papagaio). No caso específico dos tapuia, suas vestimentas de penas e, é claro, as cestas com pedaços de carne humana, demonstravam aos espectadores do desfile seu *status* como selvagens.

Assim, a (não realizada) batalha de Zama em Cleve fez mais do que comemorar a união das casas de Oranje-Nassau e Nassau-Dietz: ela também serviu de ensejo para Nassau apresentar às cortes neerlandesa e alemã um pouco do mundo e dos povos do mundo que governou, deixando claro o pertencimento deles a categorias inferiores de civilidade.

Além dos tapuias com penas a se enfeitar e os instrumentos musicais vindos da África, Nassau certamente exibiu, durante o casamento, outros de seus exóticos objetos brasileiros. Um manto de penas vermelhas de origem brasileira – daqueles mencionados na carta de Adolph Vorstius para Constantijn Huygens como se fossem “enfeites de sofá” – pode muito bem ter estado entre eles. Segundo o historiador Rüdger Joppien, o retrato de

Sophie van de Palts vestida com um manto de penas vermelhas [figura 2], descrito na Introdução desta tese, foi pintado justamente por ocasião do casamento de Willem Frederik e Albertina Agnes em 1652 (Joppien, 1979:348), durante o qual, numa mascarada, a princesa Sophie teria se vestido como uma indígena americana. A hipótese é plausível: nos dois bailes organizados durante a semana de festas havia lugar para uma mascarada, um baile “a fantasia”. Neste sentido, aliás, vale lembrar que, significativamente, foi depois da volta de Johan Maurits van Nassau aos Países Baixos que motivos indígenas viraram moda nas mascaradas da corte (Oudersluijs, 1999: 362). Ademais, Sophie era filha dos reis da Boêmia exilados em Haia, que certamente compareceram à cerimônia de casamento da filha de Amalia van Solms e do falecido *stadhouder*.

A datação do quadro, porém, levanta algumas questões problemáticas. Segundo o inventário do museu do castelo Anholt, ele foi executado por volta de 1645 por Louise Hollandine van de Palts, irmã mais nova de Sophie (Vliegenthart, 1981: 141). Se esta data é correta, então devemos imaginar que Sophie teve acesso a um exemplar de manto logo depois da chegada de Nassau e muito antes do casamento de Albertina Agnes, que aconteceu em 1652. Neste sentido, a hipótese é que tenha havido uma outra mascarada em que as damas de mais alta distinção na hierarquia da corte podiam fantasiar-se com objetos indígenas trazidos por Nassau. Neste caso, o casamento do Eleitor de Brandenburgo com Louise Henriette van Oranje-Nassau, filha mais velha do casal *stadhouder* Frederik e Amalia, fornece a ocasião mais provável: aconteceu no palácio Noordeinde, em Haia, em 7 de dezembro de 1646 (Klatter, s/d), logo após a volta de Johan Maurits, que estava então retomando seus contatos e aproveitava para estreitar seus laços com o Eleitor. Não existe nenhum registro, porém, de que Sophie tenha se vestido com o manto – ou que qualquer

outra dama tenha se fantasiado – por ocasião desta festa de casamento. Desta forma, a possibilidade do seu retrato ter sido pintado naquele momento é apenas uma especulação.

Restam, assim, duas hipóteses para explicar a existência do singular retrato de Sophie do Palatinado. A primeira é que ele tenha sido feito por encomenda de Sophie e independentemente de qualquer festa ou mascarada. O conde de Nassau teria emprestado um manto para as duas irmãs van de Palts para que Sophie posasse para Louise. A segunda hipótese sobre o retrato é que sua datação esteja incorreta. Neste sentido, é importante ressaltar a inexistência de um estudo sistemático e aprofundado da obra de Louise Hollandine, muito menos da datação específica de seus quadros – nenhuma das cinquenta e cinco obras a ela atribuídas contém assinatura ou data, aliás (Labordus, 1998: 82).<sup>136</sup> Sabe-se que Louise van de Palts, nascida e criada na corte dos reis da Boêmia em Haia, foi aluna do retratista e pintor de gênero neerlandês Gerrit van Honthorst, assim como suas irmãs Sophie e Elisabeth. Das filhas do *Winterkoning*, contudo, Louise foi aquela que levou mais adiante o estudo e a prática da pintura: dela, diz-se que pintou “dos oito aos oitenta anos de idade” (Labordus, 1998: 82). Numa primeira fase, que vai, *grosso modo*, de 1640 a 1657, Louise Hollandine executou trinta e uma pinturas, quase todas elas retratos individuais. Entre cerca de 1659 e sua morte em 1709, as telas que elaborou incluíram retratos, alegorias e pinturas religiosas (Rohr, 1989: 156).<sup>137</sup>

De qualquer forma, independentemente de quando o retrato de Sophie tenha sido pintado, o fato é que Louise Hollandine só pôde executá-lo porque teve acesso àquele

---

<sup>136</sup> A historiadora Alheidis von Rohr elaborou um catálogo sucinto das obras de Louise, no qual constam cinquenta e cinco quadros como de autoria desta pintora (Rohr, 1989:156-160), sendo que, destes, trinta estão desaparecidos. Neste catálogo, o retrato de Sophie fantasiada é datado de “por volta de 1645”.

<sup>137</sup> Em dezembro de 1657, a pintora fugiu da corte de sua mãe. Vestida como uma criada, saiu de Haia e seguiu em direção a Paris onde iria encontrar-se com seu irmão Eduard van de Palts (1625-1663), convertido ao catolicismo em 1645 e casado com Ana Gonzaga (1616-1684), filha do Duque de Mantua. Na carta que deixou para sua mãe Elisabeth, Louise afirmava que ela também intencionava converter-se ao catolicismo. De fato, em 1658 entrou para a Igreja Católica Romana e já no ano seguinte tornou-se freira no convento de Maubuisson, em Pontoise, onde viveu até sua morte (Labordus, 1998: 81).

objeto de penas. Dados os detalhes do manto na pintura, ela não poderia tê-lo pintado com tamanha exatidão apenas por lembrança ou como uma invenção. Assim, é certo que pelo menos um dos mantos de Nassau circulou por entre a corte de Haia no primeiro decênio após seu retorno do Brasil.<sup>138</sup>

Tem-se ainda o registro visual e documental de pelo menos mais uma ocasião em que Nassau cedeu um manto a outra importante dama da corte neerlandesa para uso numa mascarada: em 1655, foi a vez de Mary Stuart se fantasiar de indígena americana. A ocasião, porém, não foi um desfile, mas um balé ao estilo francês – um *ballet de cour* –<sup>139</sup>, muito em voga na corte de Haia desde a chegada de Elizabeth da Boêmia e de sua sobrinha. Com efeito, Elizabeth e Mary foram criadas na corte inglesa, ambiente em que bailes, mascaradas e peças teatrais eram acontecimentos frequentes dos quais elas participavam. Assim, quando exilaram-se em Haia, introduziram o costume de organizar estes eventos teatrais e participaram ativamente deles, fazendo leituras de peças, representando papéis teatrais, dançando e cantando. A corte de Frederik Hendrik e Amalia seguiu o costume e passou a patrocinar eventos do tipo (Keblusek, 1999: 195).

Em 17 de janeiro de 1655, Elizabeth da Boêmia escreveu uma carta a seu sobrinho em exílio, Charles II, contando a ele que em um recente baile em Haia sua irmã, Mary Stuart, “estava muito bem vestida como uma Amazona” (Elizabeth *apud* Birch, 1742: 675). Dois registros visuais remetem a este baile, a saber, o *Retrato de Mary Stuart* [figura 29], pintado por volta de 1655, e o *Retrato Póstumo de Mary Stuart I (1631-1660) com Serviçal* [figura 30], datado de 1664, ambos autoria do pintor neerlandês Adriaen Hanneman (1601-

---

<sup>138</sup> A certeza de que Nassau teve pelo menos um manto em seu poder quando voltou à Europa é importante para a discussão que se fará no último trecho deste capítulo sobre a origem dos artefatos plumários hoje pertencentes ao Museu Nacional da Dinamarca.

<sup>139</sup> O *ballet de cour* era, como indica o nome, um gênero de balé aristocrático dançado por reis, rainhas e cortesãos para seu próprio entretenimento. Sobre sua história e seu desenvolvimento na França, cf. MacGowan, 1963.

1671).<sup>140</sup> Eles mostram que a fantasia de “amazona” foi composta por um manto de penas vermelha e um turbante feito de penas vermelhas de avestruz.

---

<sup>140</sup> A autoria de ambos os quadros foi tema de discussão entre o final do século XIX e a década de 1950, quando especialistas debatiam sobre os nomes de Hanneman e Jan Mijtens. Desde o estudo de Margaret Toynbee (1950), porém, os museus que abrigam as coleções reais neerlandesa e inglesa têm aceitado a atribuição a Hanneman. Cf. Millar, 1963:115 e Buvelot (org.), 2004b: 142. Para um catálogo da obra de Hanneman, cf. Kuile, 1976.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 29. Adriaen Hanneman. *Retrato de Mary Stuart*, c. 1655. Óleo sobre tela, 119,4 x 97,2 cm. St. James Palace, Coleção Real, Inglaterra. “The Royal Collection © 2009, Her Majesty Queen Elizabeth II”.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 30. Adriaen Hanneman. *Retrato Póstumo de Mary Stuart I (1631-1660) com Serviçal*, c. 1664. Óleo sobre tela, 129,5 x 119,3 cm. Museu Real de Pinturas Mauritshuis, Haia, Países Baixos.

Não há registro que indique exatamente onde esta mascarada ocorreu. Uma única fonte, a carta de Alexander Hume, mordomo de Mary Stuart, para o secretário de Estado de Charles II, menciona “um lugar na cidade apropriado para tal” (*apud* Jardine, 2008:190). Àquela época, isto é, por volta de 1655, as exibições teatrais e bailes da corte estavam

sendo feitos na casa de Mary Stuart (Keblusek, 1999:199). Dada sua proeminência na cerimônia de entrada do baile, o evento pode ter ocorrido em sua morada. A festa contou com a presença das principais damas da corte inglesa em Haia e também de Louise Henriette, Princesa de Oranje, filha de Amalia van Solms – apesar da rivalidade entre as três cortes, seus membros eventualmente se freqüentavam. Assim, é possível que o evento tenha ocorrido em um local “neutro”, onde Elizabeth – a organizadora da festa – pudesse convidar e entreter tanto sua sobrinha quanto a corte de Amalia van Solms. Neste sentido, não é descabido imaginar que a mascarada ocorrera na própria Mauritshuis, um local apropriado para eventos deste porte.

Para a ocasião foi elaborado um balé, o *Ballet de La Carmesse*, de estilo e gosto francês. A música foi composta e tocada pelo violinista francês Guillaume Dumanoir, uma figura proeminente na corte francesa, que fazia parte da orquestra real de Louis XIV. O balé foi escrito como um romance em verso, em que os cavalheiros cortejam as belas damas e elas confessam que suas almas foram arrebatadas pelos belos jovens e suas danças (Jardine, 2008: 189). Ainda segundo a carta de Elizabeth para Charles II, vinte e seis pessoas participaram do balé, sendo dez os cavalheiros dançantes. As damas estavam vestidas com fantasias: Mary Stuart como amazona, a princesa de Tarente<sup>141</sup> como pastora, a princesa de Oranje como ninfa e o senhor Vanderdus<sup>142</sup> como cigano, tendo Anne Hyde<sup>143</sup> feito o papel de sua esposa. Ao final do balé, começou o baile das damas, e Mary Stuart foi a primeira a entrar, seguida das damas dos mais altos níveis na hierarquia da

---

<sup>141</sup> A princesa de Tarente, Marie de Auvergne (1601-1665), era sobrinha de Frederik Hendrik e, portanto, prima de Willem II e Mary Stuart.

<sup>142</sup> Referência a Johan van der Does (1621-1704), membro do Conselho de Finanças da cidade de Haia. Era um freqüentador da corte de Mary Stuart e, em 1660, quando da restauração da monarquia na Inglaterra, foi junto de Charles II para Londres e lá ficou 5 anos a seu serviço (Molhuysen & Blok, 1924, vol. 6:430).

<sup>143</sup> Anne Hyde (1637-1671) casar-se-ia em 1659 com James II de York (1633-1701), irmão mais novo de Charles I e futuro rei da Inglaterra e Escócia.



corte. A festividade durou das 9 da noite às 4 da madrugada (Elizabeth *apud* Birch, 1742:674-675).

A mascarada e a presença, nela, de diversos nobres neerlandeses e ingleses tiveram um significado político muito importante. Àquela época, a corte inglesa exilada em Haia vivia um período instável e complicado: graças a pressões do governo inglês da Commonwealth, os Estados-Gerais da Holanda, que agora detinham o comando total do país dada a morte, em 1650, do *stadhouder* Willem II, determinaram que os membros da família real inglesa Stuart e seus súditos leais não poderiam mais receber abrigo ou apoio no solo neerlandês. Além disso, para a família Oranje os tempos eram igualmente difíceis: Mary Stuart lutava contra os Estados-Gerais pelos direitos de sucessão de seu filho Willem III, então com cinco anos de idade. Assim, o *ballet de la Carmesse* acabou tomando o significado de uma manifestação pública, por parte dos nobres mais importantes dos Países Baixos, a favor da causa dos Oranje-Stuart contra os Estados Gerais holandeses.

Além da mensagem política enviada para a aliança republicana de Londres e Haia, o sucesso do balé foi comentado por membros de cortes estrangeiras. Um jornal diário parisiense relatou que

“na noite passada, em Haia, alguns nobres cavalheiros apresentaram um grande balé de dezesseis cenas com partitura excelente, seguido de uma dança formal apresentada pelas mais importantes damas nobres da região, entre elas a Rainha da Boêmia, a Princesa Real, a Princesa Louise Palatine [filha de Amalia van Solms], as Mademoseilles de Oranje (...) entre outras” (*apud* Jardine, 2008: 190).

A veiculação da notícia em um periódico francês mostra que as cortes de Haia estavam de fato inseridas na rede mais ampla das famílias nobres e dinásticas européias: seus eventos eram comentados nas principais capitais e pelos principais informantes das

nobrezas estabelecidas como os Bourbon e Stuart. Assim, a presença de um manto da coleção de Nassau neste círculo de Haia, e o comentário sobre seu uso, também serviam aos interesses do conde de divulgar seus feitos e construir um nome associado às casas dinásticas Stuart e Oranje. Para Nassau, oferecer um ítem de sua coleção para Mary Stuart usar numa aparição pública era uma forma de assegurar que, mesmo não estando fisicamente presente nos eventos da corte, seu nome e sua memória estariam ali.

Voltemos aos quadros que remetem ao baile de 1655. Seu autor, Adriaen Hanneman, membro de uma família proeminente de Haia, estudou com o pintor Anthoine van Ravensteyn (1570-1657) e em 1623, aos 20 anos de idade, mudou-se para Londres, onde trabalhou ao lado de demais artistas neerlandeses. Em 1632, quando Antoon van Dyck chegou àquela cidade, ele e Hanneman passaram a trabalhar no mesmo estúdio atendendo a mesma clientela: a corte inglesa. O estilo dos retratos de Hanneman atesta a influência do mestre flamengo na sua obra (Haak, 2003: 333). Em 1637, Hanneman voltou para sua cidade natal nos Países Baixos e lá estabeleceu um estúdio; através da influência e patronagem de Constantijn Huygens, tornou-se um dos principais retratistas das cortes de Elizabeth da Boêmia e de Mary Stuart.

O retrato de Mary datado de 1655 – que está na coleção real inglesa – é, segundo dois especialistas, de má qualidade, não está bem preservado e ainda recebeu a adição de camadas adicionais de tinta (Toynbee, 1950: 74-75; Millher, 1963: 115). É possível que Hanneman o tenha pintado apenas como um primeiro esboço, já que se sabe da existência de pelo menos mais uma versão de “Mary Stuart como amazona” por este artista. Esta terceira tela encontrava-se no castelo Zuilenstein, nos Países Baixos, que foi, contudo, completamente destruído durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, restou apenas a versão de 1655, para a qual não se tem nenhuma documentação. Sobre a segunda tela,

datada de 1664, em que Mary Stuart está acompanhada de um pagem negro, restam poucas dúvidas: segundo um contrato de pagamento de 28 de junho de 1664, Hanneman recebeu 400 florins pelo retrato “...em memória de Sua Majestade com um turbante de penas e com um mouro” (*apud* Kuile, 1976: 113). Com efeito, três anos após o falecimento de sua mãe, o jovem Willem III comissionou este retrato em homenagem a sua memória. Adriaen Hanneman certamente usou o quadro de 1655 como modelo para este segundo, que contém mais elementos visuais adicionados ao redor da imagem principal.

Para elaborar os dois quadros de Mary Stuart com o manto vermelho, Hanneman certamente precisou, como Louise Hollandine, observar o objeto em detalhe e possivelmente tê-lo consigo durante alguns dias. Foi certamente através de Constantijn Huygens, o maior articulador das relações políticas e da patronagem artística das cortes Stuart e Oranje em Haia, que Hanneman pôde ter acesso a este objeto. Deste modo, assim como a tela de Louise van de Palts, também as duas de Hanneman atestam que pelo menos um manto de penas de Nassau circulou na corte neerlandesa nas décadas de 1640 e 1650.

É importante notar aqui que as duas nobres que usaram o manto de Nassau pertenciam à corte inglesa em exílio em Haia, que faziam oposição à corte de Amalia van Solms. Como mostra a historiadora Lisa Jardine, a partir de 1650, quando os Países Baixos entraram no primeiro período sem *stadhouder*, as três princesas reais de Haia – Amalia van Solms, viúva de Frederik Hendrik, sua nora Mary Stuart, viúva de Willem II e Elizabeth da Boêmia – passaram a competir pela proeminência cultural e importância política internacional de suas respectivas cortes. Elas o faziam comissionando obras de arte bem como através da organização de luxuosos bailes, mascaradas e noites musicais (Jardine, 2008: 118). Assim, o empréstimo do manto de penas para uso nos bailes e para a elaboração dos retratos, bem como a hospedagem de Charles II na Mauritshuis, indicam

claramente com que cortes Nassau procurou se aliar entre as décadas de 1640 e 1660. Aqui é importante lembrar que, durante sua juventude, o conde Johan Maurits costumava passar os invernos na corte de Haia e, a partir de 1621, justamente naquela do rei e rainha da Boêmia em Haia (Herz, 1999: 155). A ligação de amizade entre eles foi portanto reforçada depois do retorno de Nassau do Brasil.

Se, por um lado, a proximidade de Johan Maurits van Nassau com a casa real inglesa era um componente importante das estratégias políticas do conde, por outro foi com as cortes protestantes da Alemanha e da Dinamarca que ele escolheu selar as alianças mais profundas e duradouras de sua carreira política. Não por coincidência, a melhor forma de entender estas alianças é seguir a trajetória de dispersão dos objetos de sua coleção sob forma de presentes, dados, entre outros, para o Eleitor de Brandenburgo e o Rei da Dinamarca.

### ***Sobre a dádiva, parte II***

Os diversos objetos trazidos do Brasil não foram apenas exibidos ou emprestados pelo conde, mas também dados como presente para seus aliados políticos. A coleção *brasiliana* de Nassau nunca foi apenas um elemento a mais entre os atributos do conde, mas sempre o principal material através do qual ele organizou suas manobras políticas após voltar aos Países Baixos. Pelo menos até a primeira metade da década de 1650, quando ainda não tinha uma posição política e militar claramente definida e assegurada, Nassau usou seus artefatos e objetos brasileiros e africanos como mecanismo para se reinserir nos círculos de poder mais importantes do norte protestante. Nas palavras do panegírico Barleus, a distribuição de presentes era indício do altruísmo do conde, que “trouxe para a Holanda muitas coisas exóticas, que aqui os batavos admiram como raras e nunca vistas: despojos de quadrúpedes, de peixes, de aves, utensílios, armas, colares, braceletes,

penachos, e tudo isto ele guardou, não para o seu deleito exclusivo, mas para uso e prazer de muitos” (Barleus, 1974[1647]: 330). Ainda que não se queira questionar a generosidade do conde, seu objetivo com os presentes ia muito além de agradar os presenteados.

Rebecca Parker Brienen interpreta essa série de presentes como um mecanismo de inserção de Nassau numa rede de nobres europeus que lhe ofereceriam, em troca, bens materiais e o prestígio e *status* social que ele tanto desejava. Nas palavras da autora, “Johan Maurits se envolveu numa troca de presentes de elite com parentes, patronos e outros homens que estavam em posição de ajudá-lo em sua busca incessante por honra e influência” (Brienen, 2006: 205). Assim, a partir da categoria maussiana de dádiva, os presentes de Nassau podem ser pensados como formas de estabelecer reciprocidade obrigatória com pessoas cuidadosamente escolhidas. Contudo, é preciso entender cada presente em seu contexto: Johan Maurits tinha motivos e intenções por trás de cada oferta feita e, por isso mesmo, é interessante explorar cada um de seus presentes isoladamente, para compreender o que estava em jogo nos diferentes momentos.

Logo que voltou à Holanda, Johan Maurits disponibilizou parte de seu material para o humanista e diretor da WIC Johannes de Laet. Este empréstimo incluiu a coleção de estudos de história natural a óleo de autoria de Albert Eckhout, que De Laet usou para suplementar a falta de ilustrações para o livro *Historia Naturalis Brasiliae*, que estava organizando. É muito provável que De Laet tenha recebido presentes do conde, mas não há registro específico neste sentido. Sabe-se com certeza que os estudos de Eckhout foram devolvidos a Nassau, uma vez que ele mais tarde presenteou o Eleitor de Brandenburgo com o mesmo material. A intenção de Nassau ao disponibilizar seu material para De Laet é quase óbvia: por um lado, a livro sobre história natural que era fruto direto de seu mecenato ganharia em conteúdo e diversidade; por outro, ele estaria novamente aproximando-se de

um dos mais importantes diretores da Companhia à qual devia seu trabalho no Brasil e com a qual queria restabelecer uma relação favorável para retornar à colônia americana. Apesar deste último desejo nunca ter se concretizado, a amizade com De Laet era de vital importância para a vida política de Nassau nos Países Baixos, já que havia se desentendido com os Estados-Gerais e contava com apoio apenas parcial da dinastia Oranje.

Neste sentido, aliás, é importante mencionar os presentes para o casal de *stadhouders*. Antes mesmo de voltar aos Países Baixos, o conde enviou, do Recife, quatro cavalos de sela e algumas “peças de caça” para o príncipe Frederik Hendrik bem como um cavalo para o príncipe herdeiro Willem II (Teixeira, 1995: 11,14). As peças de caça morreram devido ao frio logo que chegaram à Europa, segundo o próprio conde (*apud* Teixeira, 1995:33); quanto aos cavalos, é bem possível que tenham sobrevivido. Com estes presentes, Nassau estava tentado se aproximar da casa de Oranje mas, para completar o feito, era preciso ganhar a simpatia de Amalia van Solms. Com efeito, sendo ela a figura central da mais importante corte neerlandesa, costumava receber muitos presentes caros e exóticos das pessoas a sua volta, pois nada acontecia sem sua permissão ou conhecimento. Assim, ganhou muitas louças, móveis, gabinetes decorados com verniz chinês, grandes vasos de porcelana, baús e vasos de pedras preciosas, ágata, cristal, pérolas e diamantes (Erkelens & Keblusek, 1999:108).

Constam do inventário de seus pertences, datado de 1667, na seção de curiosidades, dois cocos enfeitados com massa dourada e algumas pedras preciosas (Lunsingh Scheurleer & Drossaers, 1974:261). Não há indicação da proveniência destes objetos – aliás, poucos dos itens arrolados no inventário apresentam este tipo de identificação – mas pode-se imaginar que tenham vindo das mãos de Nassau, que levou consigo para os Países Baixos alguns exemplares da fruta devidamente enfeitada com imagens diversas. O Museu

Nacional da Bavária, em Munique, na Alemanha, possui um exemplar de um coco entalhado, sem suporte, de cerca de 11 centímetros de altura [figura 31]. Ele apresenta, em uma face, a vista de Recife e da Mauritsstad com o palácio de Vrijburg, e ao fundo um navio entrando no porto; nas duas outras faces, está gravado o brasão de armas da colônia neerlandesa em Pernambuco (Brunn,2004a:161). Não encontramos registro específico de como este objeto chegou ao museu alemão, porém, é evidente que se trata de um item mandado fazer e presenteado por Nassau. Um segundo coco entalhado com motivos nassovianos foi apresentado ao Instituto Arqueológico em Londres em março de 1858, contendo as seguintes imagens em cada uma de suas quatro faces: o palácio de Vrijburg, o palácio de Boa Vista, o brasão de Nassau e, finalmente, um retrato de Nassau acompanhado por seu lema “*Qua patet orbis*” (*Archaeologic Journal*, vol. XV, 1858: 173-174).<sup>144</sup> Assim, é possível que os cocos que constam do inventário de Amalia tenham procedência nassoviana.

---

<sup>144</sup> Infelizmente, não há imagens deste coco e tampouco informações sobre seu destino.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 31. Coco entalhado. 11,3 cm. Museu Nacional da Baviera, Munique, Alemanha.  
Fonte: Gerhard Brunn (org.). *Aufbruch in Neue Welten. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) der Brasilianer*. Catálogo de Exposição. Siegen: Siegerlandmuseum, 2004, p.159.

A tentativa de aproximação com a dinastia Oranje rendeu ao conde importantes posições na hierarquia militar da República, ainda que as nomeações tenham se sucedido no decorrer de longo espaço de tempo: logo em 1644, foi reincorporado ao exército como tenente-general da cavalaria; em 1646, participou da última campanha neerlandesa contra os espanhóis em Flandres; em 1655 e depois em 1658, pleiteou o cargo de Marechal do



Exército dos Países Baixos, cargo que viria a ocupar a partir de 1665 até 1676 quando, já doente, solicitou baixa (Cabral de Mello, 2006:276-277). Contudo, sua carreira política foi determinada pela aliança que selou com o Eleitor de Brandenburgo e, em menor escala, com o Rei Frederico III da Dinamarca. Os dois nobres eram figuras-chave dentro do círculo de governantes protestantes na Europa do norte e puderam oferecer a Nassau um lugar dentro deste círculo. Assim, interessa agora explorar o contexto destas alianças e o papel dos objetos brasileiros no estabelecimento das mesmas. De saída, é preciso ter em mente que, se Nassau estava interessado em obter um lugar para si, para os dois nobres protestantes a possibilidade de adquirir uma coleção de curiosidades (ou parte dela) era também uma medida de *status* e de distinção.

O primeiro dos três grandes presentes nassovianos foi destinado ao Eleitor de Brandenburgo, monarca protestante da dinastia Hohenzollern que era conhecido por suas políticas absolutistas e centralizadoras (Opgenoorth, 1979:39). A relação entre Johan Maurits e Friedrich Wilhelm datava de seus anos de mocidade, antes do embarque para o Brasil. Os dois militares se conheceram em 1636, durante o sítio de Schenckenschans, quando Nassau contava 22 anos de idade e Friedrich Wilhelm, apenas 16. Ambos lutavam contra os exércitos do Império Espanhol pelo controle neerlandês daquela pequena vila, no condado de Cleve, reduto do protestantismo que havia sido dominado pela Espanha no ano anterior. Além de partilharem desta importante vitória militar e da fé calvinista, os dois nobres também compartilhavam laços familiares: eram ambos bisnetos de Willem I. Não houve contato entre Nassau e Friedrich Wilhelm durante os anos em que o primeiro esteve na América; contudo, logo que retornou, procurou retomar a proximidade com o há pouco nomeado Eleitor de Brandenburgo.<sup>145</sup> O trânsito de Nassau pela corte da dinastia Oranje lhe

---

<sup>145</sup> Friedrich Wilhelm tornou-se oficialmente Eleitor de Brandenburgo e Duque da Prússia em 1640, quando da morte de seu pai, Georg Wilhelm (1595-1640), detentor destes dois títulos. Ao longo dos anos, Friedrich

ofereceu a chance de construir esta reaproximação, dado que o Eleitor tinha relações próximas com o *stadhouder* e os nobres neerlandeses e, como vimos, em 1646 casou-se com a filha de Frederik Hendrik.

Assim, em abril de 1646, Nassau já começou a dar sinais de que gostaria de se colocar a serviço do Eleitor que, por sua vez, viu em Johan Maurits não só um hábil governador e militar como também mais um elo de ligação política com os Países Baixos. Ademais, o ducado de Cleve era uma região estratégica pois, situada na fronteira entre a província da Gueldria e os domínios de Brandenburgo, era a porta de entrada deste monarca para os Países Baixos – e vice-versa (Cabral de Mello, 2006: 229).<sup>146</sup> Por isso, já em 29 de outubro de 1647, o Eleitor de Brandenburgo oficialmente nomeou Johan Maurits como *stadhouder* de Cleve, Mark e Ravensberg. Naquele momento, Nassau ofereceu como agradecimento ao Eleitor um conjunto de luxuosos manuscritos raros herdados da biblioteca de seu pai em 1623 (Lemmens, 1979: 265).

Poucos anos depois, em 1652, uma nova troca ocorreria entre Nassau e Brandenburgo. Segundo Evaldo Cabral de Mello (2006:237), foi por ocasião do casamento de Albertina Agnes e Willem Frederick, ocorrido justamente sob os auspícios de Nassau em Cleve, que Friedrich Wilhelm interessou-se pela exótica coleção de curiosidades do conde.<sup>147</sup> A hipótese é absolutamente plausível: basta lembrar a opulenta exibição de elementos americanos e africanos durante o desfile que precedeu a simulação da batalha de Zama. É também possível supor que o Brandenburgo já conhecesse a coleção de Nassau desde o tempo dele em Haia, ou mesmo que já tivesse ouvido falar sobre os tais objetos

---

Wilhelm ficaria conhecido como o Grande Eleitor de Brandenburgo, pois soube aumentar a extensão dos seus territórios e de seu poder de modo a criar as condições para seu ducado ser elevado a reinado da Prússia.

<sup>146</sup> Para uma análise específica da atuação e do papel de Nassau em Cleve sob as ordens do Eleitor de Brandenburgo, cf. Opgenoorth, 1979.

<sup>147</sup> O historiador R. Joppien também considera que foi durante o casamento em Cleve que o Eleitor se interessou pela coleção de Nassau (Joppien, 1979:322).

exóticos por terceiros. O que importa ressaltar aqui é que, naquele começo da década de 1650, estavam no auge a fama e o interesse pela coleção de Nassau, em grande medida graças aos esforços de seu dono em exibi-la e propagar seus feitos. Em outras palavras, a coleção – ou parte dela – era moeda de troca valiosa. O *stadhouder* de Cleve sabia bem fazer uso deste valor. Assim, organizou uma quantidade de elementos para serem dados ao Eleitor em troca de uma propriedade chamada Freudenberg, a sudoeste de Cleve.

O presente para Friedrich Wilhelm foi composto de vinte e nove itens, arrolados da seguinte maneira numa lista datada de 7 de setembro de 1652:<sup>148</sup> uma mesa com armação; duas cadeiras grandes com braços; duas cadeiras pequenas sem braços e uma cadeira de descanso de cerca 8 pés – todos estes móveis continham detalhes em marfim esculpido. Além deles, havia ainda duas colunas com dois belos candelabros; duas grandes molduras ondeadas pra espelhos; um gabinete com muitas gavetas e entalhado com imagens dos doze apóstolos; uma coroa de dez candelabros “com um botão grande e raro” e um grande almofariz com moedor. A estes dez primeiros itens segue-se uma nota indicando que todos eles haviam sido feitos no Brasil, “bela e habilmente moldados e entalhados”. Em seguida, aparecem na lista oito grandes dentes de elefante, dos quais um com nove pés de comprimento, e pedaços grandes e pequenos de marfim em quantidade “suficiente para cobrir o corredor de um quarto relativamente grande”. O marfim dos móveis e os dentes de elefante foram certamente conseguidos em transações comerciais quando da conquista da cidade de Luanda, em Angola, em 1641, ou mesmo no episódio da conquista do forte de São Jorge da Mina, em 1637.

---

<sup>148</sup> Trata-se de um documento em que o Eleitor de Brandenburgo ordena que um representante seu em Haia, nomeado apenas como “Copes”, embrulhe e leve os seguintes vinte e nove itens de Haia para a sua residência em Cleve. Foram preservadas três versões desta lista: duas cópias estão nas Atas de Cleve nos Arquivos Secretos Prússia, em Berlim e uma versão ligeiramente diferente está no Arquivo da Casa Real, em Haia, coleção A4, códice 1478. Ela também foi transcrita e reproduzida em Driesen, 1849: 356-359 e Larsen, 1962: 252-253.

Depois, são arrolados quatro itens de especial interesse para o presente estudo: dois grupos de pinturas a óleo e dois conjuntos de papéis contendo estudos de história natural. Quanto às pinturas, foram dadas ao Eleitor sete grandes pinturas a óleo, que poderiam ser penduradas numa grande sala como tapetes, em que estavam representados indígenas “de diversas províncias” em tamanho natural, assim como animais, peixes, pássaros, cobras, vermes, árvores, frutas, ervas e flores, “tudo numa bela ordenação”; além destas, mais nove pinturas menores, em que se podia ver coisas raras “e que não se encontra em nenhum outro lugar do mundo”, o que as tornava “inestimáveis” (Larsen, 1962: 253). Há dois aspectos destes objetos que merecem atenção especial e justificam, aqui, uma breve digressão. O primeiro se refere à provável circulação destas imagens nos Países Baixos. Conforme já mencionado, no ano de 1667 o tapeceiro van der Gucht elaborou uma série de tapeçarias para Nassau. Com efeito, elas eram cópias das tapeçarias feitas por este mesmo artesão, naquele mesmo ano, por encomenda do Eleitor de Brandenburgo. Como mostram Whitehead e Boeseman (1989:107), o Eleitor havia enviado a Maximiliaan van der Gucht, através de Nassau, onze cartões com pinturas a óleo que eram justamente parte do conjunto de 16 pinturas recebidas das mãos de Nassau quinze anos antes.<sup>149</sup> Em outras palavras, parte do presente de Nassau ao Brandenburgo voltou de Cleve para Haia e, de lá, foi levado a Delft, para o ateliê do tapeceiro, que chegou a enviar uma carta ao dono das imagens avisando que os cartões haviam sido recebidos e pedindo permissão para fazer cópias das tapeçarias para Nassau. Em maio de 1668, o Eleitor escreveu ao conde expressando sua

---

<sup>149</sup> Whitehead e Boeseman (1989:108) citam um segundo documento, proveniente da coleção dos papéis de Nassau no Arquivo da Casa Real em Haia, como sendo uma possível lista dos cartões efetivamente mandados para van der Gucht pelo Eleitor, ainda que este documento descreva treze – e não onze – imagens. Elas são imagens de “um cavalo e um rinoceronte”, “um cavalo branco e um elefante”, “um português montado em um cavalo de raça”, “um índio com um pote marrom na cabeça e também uma cesta com peixes”, “Várias figuras comuns e dois avestruzes”, “dois cavaleiros, um sobre um cavalo branco e outro sobre um cavalo preto”, “um índio com um arco e um português”, “uma mulher negra levada numa rede e que tem um guarda-sol colorido de penas de papagaio sobre si”, “algumas crianças índias com um avestruz”, “um rei índio”, e ainda “três itens com todo tipo de conchas, peixes e pássaros”. Este documento está reproduzido em Larsen, 1962: 252, documento 49.

satisfação com o resultado do trabalho de van der Gucht (Whitehead & Boeseman, 1989: 108-109). Sabe-se que os cartões originais foram enviados de volta a Nassau em Haia depois de prontas as tapeçarias, mas restam dúvidas sobre se eles foram depois de fato devolvidos ao Eleitor de Brandenburgo – não há registro de que isto tenha acontecido. Ao contrário, como veremos, o presente que Nassau deu a Louis XIV uma década mais tarde parece indicar que as imagens nunca voltaram ao Eleitor.

O segundo aspecto de interesse é a própria forma como estes objetos estão descritos na lista do Eleitor: são pinturas que trazem coisas “raras”, que não se pode encontrar em lugar nenhum que não as Índias – o Brasil – e, por isso, são “consideradas inestimáveis por conhecedores de arte” (Larsen, 1962: 253, item 13). Aqui, mais uma vez, o elemento central na descrição dos objetos de Nassau é sua origem distante, exótica e, acima de tudo, singular, características endossadas pela opinião dos “conhecedores de arte”. Desta forma, a atribuição de qualidades aos objetos que outrora formaram a coleção de Nassau servia também para medir e qualificar seu antigo dono, que havia sido capaz de formar esta tão peculiar coleção. Ainda que este documento – a lista dos vinte e nove itens que passaram de Nassau ao Eleitor – não tenha sido escrito pela mão do conde, é possível encontrar nele os ecos de sua voz.

Após a breve descrição das pinturas, aparecem elencados na lista do Eleitor os estudos de história natural que mais tarde ficariam sendo conhecidos como parte da coleção *Libri Picturati* da Biblioteca do Estado da Prússia: isto é, os códices *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, *Libri Principis* e *Miscellanea Cleyeri*.<sup>150</sup> Eles também carregam uma interessante história de circulação e reprodução do conhecimento visual sobre o Novo Mundo. Conforme já mencionado, logo depois de voltar aos Países Baixos, Nassau

---

<sup>150</sup> Estes códices eram classificados, respectivamente, como *Libri Picturati* A32-35 (*Theatri*), A36-37 (*Libri Principis*) e A38 (*Miscellanea*) na biblioteca prussiana.

emprestou parte destes estudos para De Laet, especificamente os desenhos a óleo de Eckhout, para que ele complementasse as ilustrações da *Historia Naturalis Brasiliae*. Estes desenhos serviram de inspiração para outros estudiosos e artistas além de De Laet: em 1646, parte deles foi emprestada a Jacob van Campen, para que ele elaborasse algumas de suas pinturas e, em 1650, outra parte destes estudos foi usada como modelo por este artista em conjunto com o próprio Eckhout durante a pintura do teto de uma das salas do palácio Het Hoogerhuis na cidade de Amersfoort (Brienen, 2007:308).

Ademais, um conjunto de desenhos de animais hoje pertencente à Academia de Ciências de São Petersburgo, na Rússia, indica que se fez pelo menos uma cópia de parte dos estudos de história natural de Eckhout e Marcgraf antes de eles serem dados como presente ao Eleitor. Trata-se aqui de um grupo de 152 folhas soltas contendo desenhos em aquarela de 283 espécies de animais (mamíferos, aves, répteis, peixes, crustáceos e insetos) que são claramente cópias dos desenhos nos *Theatri* e nos *Libri Principis*. O autor destes desenhos é desconhecido e os textos incluídos não ajudam a decifrar o mistério: escritos em alemão incorreto e de modo aparentemente apressado, eles trazem o nome do animal desenhado bem como algumas informações copiadas das anotações de Nassau aos *Libri Principis* (Whitehead e Boeseman, 1989:44-45). Em algumas folhas, encontra-se o registro do ano “1650”, o que pode ser uma indicação de quando foram feitos. Contudo, uma vez que não se conhece seu autor, a razão de terem sido feitos e tampouco o caminho que percorreram até chegar a São Petersburgo, toda hipótese sobre estes desenhos é ainda incerta. Neste sentido, a hipótese mais plausível apresentada até agora é que eles tenham pertencido a Albert Eckhout e, décadas após sua morte em 1666, tenham sido leiloados por sua filha junto com seus demais pertences num leilão em Groningen em 1685. Sabe-se que os objetos de Eckhout foram comprados pelo famoso colecionador Albert Seba naquela

ocasião; ademais, há ampla documentação comprovando a compra da coleção de Seba pelo Czar Pedro, o Grande da Rússia em 1717, que enviou a coleção completa para São Petersburgo (Boeseman *et.al.*, 1990: 11).<sup>151</sup> A confiar nesta hipótese, os desenhos “brasileiros” da Academia de Ciências daquela cidade seguiram uma das tantas rotas construídas pela comunidade de pintores, estudiosos das ciências naturais e colecionadores no norte da Europa no século XVII.

Uma última evidência do profundo interesse que os estudos de história natural de Eckhout e Marcgraf despertaram é fornecida pelo prefácio escrito por Christopher Mentzel, o médico do Eleitor de Brandenburgo, para o conjunto dos *Theatri*: “estas imagens dadas a Sua Excelência o Eleitor Supremo dão prazer não só porque representam a magnificência da natureza, mas também porque constituem um tesouro que enriquece toda a curiosidade erudita”. Neste sentido, conforme argumenta Rebecca Parker Brienem, a intenção do Eleitor era colocar toda este material à disposição “de estudiosos das Humanidades e das Artes no santuário de sua biblioteca”, de forma a se incorporar ao crescente grupo de monarcas europeus que investiam na colonização e conhecimento do Novo Mundo (Brienem, 2007: 310).<sup>152</sup>

Voltemos agora, pela última vez, ao presente de Nassau para Brandenburgo. Ele continha ainda cento e cinqüenta “belos e raros” livros sobre assuntos militares (história das guerras e das fortificações); um livro em pergaminho, com figuras coloridas, sobre a guerra no tempo romano; dois livros sobre táticas modernas de guerra em pergaminho com

---

<sup>151</sup> Outra hipótese, para a qual existem menos evidências documentais, é que os desenhos tenham sido adquiridos nos Países Baixos, em ocasião desconhecida, pela naturalista e pintora Maria Sibylla Merian (1647-1717), cujos pertences ficaram com seu genro, o pintor Georeg Gsell (1673-1740), que se mudou para São Petersburgo em 1717 (Whitehead & Boeseman, 1989: 46).

<sup>152</sup> Antes de enviar os desenhos ao Brandenburgo, Nassau copiou as anotações que havia feito aos *Libri Principis*, quando ainda estava no Brasil, nas margens de dois exemplares seus da *Historia Naturalis Brasiliae* (Brienem, 2001: 106). Em outras palavras, apesar de oferecer os estudos a seu aliado político, Nassau não queria abrir mão daquilo que sabia – daquilo que aprendera e conhecera, melhor dizendo – sobre a flora e fauna da colônia que governara.

ilustrações coloridas e um livro raro, desenhado à mão, em formato *royal folio*, sobre fogos de artifício. Ainda, uma sela com cabresto; pistolas, varas e arcos feitos de prata no Brasil; vinte e cinco pares de pistolas majoritariamente feitas com madeiras “das Índias”; doze armas de caça feitas pelos “melhores mestres da Alemanha”; duzentas e cinquenta espadas para serem usadas na caça; cinco mil e oitocentas libras de “mármore das Índias” (possivelmente, pedras preciosas) e madeira jacarandá; duas estátuas em tamanho real feitas em chumbo, para serem colocadas em um jardim; bustos dos quatro Príncipes de Oranje em mármore branco de autoria do escultor flamengo François Dieussart (1600-1661);<sup>153</sup> doze peças de metal e, finalmente, quatrocentas pranchas de madeira com o ano “1650” gravado em cada uma delas.

Atualmente, apenas parte dos itens que compunham o presente de Nassau ao Eleitor de Brandenburgo ainda podem ser localizados. Além dos já citados códices da coleção *Libri Picturati*, atualmente na Cracóvia, alguns móveis brasileiros (um sofá [figura 32], uma cadeira [figura 33] e o gabinete com imagem dos apóstolos), bem como os bustos dos príncipes de Oranje, podem ser vistos no castelo Oranienburg, próximo a Berlim, Alemanha.

---

<sup>153</sup> Os quatro príncipes de Oranje eram Willem I, seus filhos Maurits van Nassau e Frederik Hendrik van Nassau (os três então já falecidos), e seu neto Willem II.



[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 32. Sofá de marfim entalhado com as armas de Johan Maurits van Nassau. Potsdam, castelo Sansouci. Fonte: Quentin Buvelot (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, 2004, p.140.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 33. Cadeira de marfim entalhado com as armas de Johan Maurits van Nassau. Potsdam, castelo Sansouci. Fonte: Quentin Buvelot (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, 2004, p.140.

A aliança com o Brandenburgo foi, sem sombra de dúvida, a mais importante e bem-sucedida de toda a carreira de Nassau. Nomeado *stadhouder* em 1647, em 1652 foi eleito grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros de São João e, no ano seguinte, obteve daquele monarca um título a que certamente muito aspirava: em 1653, o Eleitor fez de Nassau Príncipe do Império Romano-Germânico. Representando o Brandenburgo, o antigo governador do Brasil Holandês participou da dieta imperial de Frankfurt que elegeu Leopoldo I da Áustria (1640-1705) como 46º. imperador romano-germânico, em 1658. Em 1661, também representou o Eleitor na coroação de Charles II como Rei da Inglaterra. Além das negociações e alianças políticas que fazia em nome do Eleitor, Nassau usou seu tempo e seus recursos em Cleve para continuar uma de suas atividades favoritas, já iniciadas no Brasil: a construção de residências e de jardins, interpretadas por J.J.Terwen como “um enorme desejo [de Nassau] de estabelecer ordem e harmonia a sua volta” (1979: 116). Logo que chegou a Cleve, viveu no castelo de Zwanenburg, onde o Eleitor também morava. Quando recebeu a propriedade de Freudenberg, em 1652, empreendeu a construção de uma casa de campo – depois conhecida por Bergendael – e de um parque e uma reserva para animais, mais tarde adicionando um novo jardim à propriedade, cujo desenho fora feito por Jacob van Campen. Em 1662, mandou reconstruir o castelo de Sonnenberg, no distrito de Brandenburgo, que era sede da Ordem dos Cavaleiros de São João e, em 1664, adicionou uma grande avenida (a “*Nassauer Allee*”) ligando a propriedade de Freudenberg à cidade de Cleve. Naquele mesmo ano, contando com recursos do Eleitor, comandou a restauração do castelo de Zwanenburg segundo projeto de seu arquiteto favorito e seu protegido, Pieter Post. Em 1674, finalizou a construção de sua residência oficial em Cleve, o Prinzenhof, cujo terreno havia sido colocado a sua disposição por Friedrich Wilhelm dez anos antes (Terwen, 1979: 117-119).

Todas estas atividades em nome do Brandenburgo e em suas propriedades alemãs não impediram o Príncipe de Nassau de se envolver em alianças e compromissos políticos com outro monarca protestante: seu primo pelo lado materno, o Rei Frederik III da Dinamarca e Noruega. Frederik III detinha então o controle dos territórios dinamarquês, norueguês, da parte sul da Suécia e também da província de Schleswig-Holstein no norte da Alemanha e, sendo duque de Holstein, e portanto membro de uma dinastia nobre alemã, tinha influência direta na escolha do Imperador Romano-Germânico. Era, assim, um monarca de grande importância no cenário europeu moderno. Ademais, Frederik III, que fora educado por seu pai para ser um “conhecedor do mundo e um estudioso versátil” (Gundestrup, 1985:127), era especialmente interessado em teologia, nas artes e nas ciências e atuava como patrono de diversos humanistas.<sup>154</sup> Neste sentido, criou seu próprio gabinete de curiosidades em 1650 a partir da coleção já existente de seu irmão mais velho, morto em 1648. Até seu falecimento, em 1670, o Rei Frederik III aumentaria sua coleção através de compras, conquistas, heranças e presentes. O mais singular deles foi dado por Johan Maurits van Nassau no ano de 1654.

A relação amigável de troca de favores e presentes entre o rei dinamarquês e o conde alemão vinha se construindo desde 1649, quando Frederik III concedeu a Johan Maurits e a seu irmão Hendrik van Nassau-Siegen o título de Cavaleiros da Ordem do Elefante, a mais alta e antiga ordem dinamarquesa. O conde de Nassau passaria a exibir seu pertencimento à ordem em todas as situações possíveis daquele momento em diante,

---

<sup>154</sup> O jesuíta alemão Athanasius Kircher (1602-1680) foi um dos humanistas que se beneficiou dos interesses de Frederik III. Em carta para o rei dinamarquês datada de 14 de janeiro de 1654, que acompanhava um exemplar de seu livro mais recente sobre magnetismo (a terceira edição do *Magnes sive*, 1654), o religioso escreveu: “O ímã aponta para o norte, e é para o Rei do Norte, como se fosse algum tipo de centro de atração ou ímã de toda a literatura, que apontam os corações, os esforços e os escritos de todos os estudiosos. Eu também me volto para esta direção, levado pela atração de algum tipo de poder oculto”. O documento original pertence hoje ao Arquivo Real Dinamarquês, mas uma transcrição e uma tradução (para o inglês) da carta podem ser encontradas no site do Projeto Athanasius Kircher da Universidade de Stanford: <http://kircher.stanford.edu/news.html> [acessado em 21/07/08]. Sobre Kircher, cf. Godwin, 1979 e o recente volume editado por Paula Findlen (2004).

fazendo-se retratar sempre com a insígnia da ordem (Lemmens, 1979:268). Poucos anos depois, em 1653, Nassau fez uso de sua proximidade com o rei dinamarquês pedindo-lhe que interferisse a seu favor junto à Dieta Imperial, para que esta lhe concedesse direitos especiais dada a sua recente nomeação como Príncipe do Império Romano-Germânico (Due,2002:187). Em 1654, o rei saberia indicar claramente o que gostaria de receber como contra-presente – àquela altura, Frederik III já havia ouvido falar da coleção brasileira de Nassau, certamente através do almirante dinamarquês Christoffer Lindenov (c.1612-1679), que havia servido como chefe da coudelaria de Nassau em Pernambuco, chegando a compartilhar da mesa do governador-geral (Bencard, 2008:166), assim como através de Jacob Jensen Nordman (1614-1695), autor dos entalhes na mobília em marfim do conde (então já dada ao Eleitor de Bradenburgo) e que, após o regresso do Brasil, foi servir a corte do rei dinamarquês (Cabral de Mello, 2006:245).

Segundo Mogens Bencard, Lindenov foi mandado aos Países Baixos e a Cleve pelo rei com a finalidade de conseguir alguns objetos de Nassau para a coleção real (Bencard, 2008:169). De fato, o almirante encontrou Nassau e, talvez de modo discreto, fez saber do desejo do monarca. Em uma carta a Frederik III datada de 13 de julho de 1654, Nassau revela que Lindenov havia mencionado, o interesse do rei em “todo tipo de curiosidades” e, por isso, continua, “talvez não lhe desagradem algumas pinturas brasileiras, que eu [Nassau] mandei elaborar naquela terra a partir do natural”.<sup>155</sup> Junto da carta, através de Lindenov, o conde enviou vinte e seis telas como presente para seu primo: *Homem Tupi*; *Mulher Tupi*; *Homem Tapuia*; *Mulher Tapuia*; *Homem Negro* [figura 34]; *Mulher Negra* [figura 35]; *Mulato* [figura 36]; *Mameluca* [figura 37]; *A Dança dos Tapuia* e mais doze naturezas-mortas – todos de autoria de Albert Eckhout. Além deles, havia ainda mais duas

---

<sup>155</sup> A carta de Nassau a Frederik III encontra-se no Arquivo Real da Dinamarca e foi citada pela primeira vez por Louis Bobé (1909). Uma transcrição da carta, no alemão original, pode ser lida em Thomsen, 1938: 11-12.

telas de Eckhout, que, entretanto, não sobreviveram até hoje: um retrato de Nassau com índios tupi (c.1643) e um retrato em tamanho natural de Nassau (c.1644). Estes dois últimos itens foram destruídos durante um incêndio no castelo de Christiansborg. Finalmente, mais três telas compunham o presente: o retrato de um enviado do Rei do Congo e os retratos de dois serviçais seus, cuja autoria, outrora atribuída a Eckhout, foi recentemente questionada (Brienen, 2006:229-230).<sup>156</sup> Assim, pode-se interpretar a oferta para Frederik III como uma retribuição pela condecoração da Ordem do Elefante de 1649 e pelo favor junto à Dieta Imperial em 1653. Continuando o ciclo de reciprocidade, em 1656 Frederik III enviou a Nassau, como contra-presente, sete cavalos de raça.

---

<sup>156</sup> O historiador da arte H.E. van Gelder sugeriu que o pintor neerlandês Jasper Beex, sobre o qual pouco se sabe, tenha sido o autor destas três telas. Para uma discussão pormenorizada deste tema, cf. Whitehead & Boeseman, 1989: 173-174.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 34. Albert Eckhout. *Homem negro*. 1641. Óleo sobre tela, 273 x 167 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 35. Albert Eckhout. *Mulher negra*. 1641. Óleo sobre tela, 282 x 189 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 36. Albert Eckhout. *Mestiço*, s/d. Óleo sobre tela, 274 x 170 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.



[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 37. Albert Eckhout. *Mameluca*. 1641. Óleo sobre tela, 271 x 170 cm. Copenhague, Museu Nacional da Dinamarca.

Thomas Thomsen, autor da primeira biografia sobre Albert Eckhout, sugeriu que, além dos vinte e seis quadros, Nassau também tenha incluído objetos etnográficos no presente para a coleção do rei (Thomsen, 1938: 173-176).<sup>157</sup> Apesar desta proposição, os estudiosos tanto da obra de Eckhout quanto da trajetória e dos feitos de Nassau têm geralmente assumido que o presente não continha outros objetos além dos quadros, seja claramente refutando a hipótese de Thomsen (Joppien, 1979: 322), seja mencionando somente as telas de Eckhout na descrição do presente (Larsen, 1962; Lemmens, 1979; Buvelot, 2004c; Brienen, 2006; Cabral de Mello, 2006; Bencard, 2008). A hipótese de Thomsen surgiu por conta da presença física, no atual Museu Nacional da Dinamarca, de objetos que estão representados nos quadros de Eckhout. Berete Due, curadora da coleção etnográfica deste museu, recentemente levou adiante esta hipótese elencando e discutindo brevemente os artefatos, de origem brasileira ou africana, que podem ter vindo de Nassau (Due, 2002). São eles: uma espada Akan, da região de Gana, que aparece no retrato do homem negro; diversas lanças que aparecem tanto neste retrato como no do homem tapuia; a cesta que a mulher negra carrega na mão direita e as bordunas e os propulsores de flechas que estão representadas tanto no retrato do homem tapuia quanto na *Dança dos Tapuias*. Ademais, Due também discute as dezesseis peças plumárias que pertencem ao museu dinamarquês, concluindo que, apesar de não haver certeza, é possível supor que alguns deles tenham chegado à Dinamarca via Nassau.<sup>158</sup> Levando o argumento da curadora adiante, é possível retomar os retratos de Sophie van de Palts e Mary Stuart vestidas com

---

<sup>157</sup> Antes de Thomsen, o etnólogo Paul Ehrenreich já havia escrito um artigo sobre as telas de Eckhout (Ehrenreich, 1894). Porém, foi apenas em 1938, com Thomsen, que surgiu uma monografia completa dedicada à vida e à obra do pintor neerlandês.

<sup>158</sup> O único artefato de penas pintado por Eckhout é o *enduape* usado pelo homem tapuia, porém, não existe atualmente um exemplar deste artefato no Museu Nacional – e, de acordo com Due, em nenhum outro museu (Due, 2002: 190-192).

um manto de penas vermelhas como indícios de que pelo menos um dos adereços plumários atualmente no museu tenha vindo das mãos de Nassau.

Para resolver o problema do conteúdo do presente nassoviano, é preciso prestar atenção à proveniência de cada um dos objetos que se supõe terem sido dados pelo conde. Aqui é importante lembrar que o *kunstkammer* real foi formado através da junção de outras coleções que contavam com objetos de origem diversa – incluindo a América do Sul e a África. Neste sentido, duas coleções específicas e muito famosas acrescentaram elementos nas quantidades e diversidades necessárias para fazer da coleção dinamarquesa um verdadeiro tesouro: a coleção do cientista dinamarquês Ole Worm, comprada pelo Rei Frederik III quando de seu falecimento em 1654, e aquela de Frederick III, duque de Gottorp (1597-1659), incorporada à coleção real dinamarquesa por decreto em 1742 (Gundestrup, 1985: 129-130). Estas duas coleções continham artefatos do Novo Mundo e da África adquiridos em relações com figuras importantes do círculo de colecionadores e humanistas dos Países Baixos.

O cientista dinamarquês Ole Worm foi responsável por criar uma das coleções de objetos e, em especial, de espécies naturais mais importantes do período moderno, uma coleção que faria dele um dos primeiros fundadores de museus em toda a Europa – e, neste sentido, foi fundamental a publicação do *Museum Wormianum*, um volume em tamanho *folio* contendo uma discussão e explicação de todos os elementos da coleção (Schepelern, 1985: 123).<sup>159</sup> Worm mantinha contatos e relações com diversos estudiosos e humanistas em todo o continente europeu. Um deles foi justamente Johannes de Laet, com quem manteve rica correspondência. Através de uma análise comparativa das cartas trocadas entre os dois e do inventário da coleção de Worm, o historiador H.D. Schepelern

---

<sup>159</sup> Justamente o livro para o qual o frontispício do *Historia Naturalis Brasiliae* foi usado como modelo, conforme mencionado no capítulo anterior desta tese.

identificou vinte e nove elementos enviados pelo humanista neerlandês a seu colega na Dinamarca. Entre eles, há seis descritos como sendo de origem americana, enviados nos anos de 1648 e 1649: “um cristal do Brasil”, uma pedra do rio Amazonas, pindoba do Brasil, sementes de araticum, mandioca e um “inseto americano” (Schepelern, 1971: 172-173). De Laet certamente recebeu alguns destes elementos das mãos de Nassau ou de Willem Piso, dado o contato e a confluência de interesses entre eles. Ademais, como um dos principais diretores da Companhia das Índias Ocidentais e residindo em Amsterdã, não terá sido difícil para ele encomendar e comprar espécies naturais vinda de todas as partes do mundo com as quais a WIC e a VOC mantinham comércio. Neste sentido, exemplo interessante é um dos itens identificados por Schepelern, “sândalo trazido da África”: espécie natural do sudoeste asiático, certamente foi levado por navios da VOC até o Cabo da Boa Esperança e, de lá, para os Países Baixos, onde De Laet o adquiriu. Com efeito, em meados do século XVII, através dos portos neerlandeses eram desembarcadas vastas quantidade de elementos exóticos trazidos de continentes distantes, que de lá seriam distribuídos por toda a Europa.

A incorporação da coleção do duque de Gottorp, já no século XVIII, representou a concretização de um desejo do então falecido rei Frederik III, que via a existência de outra coleção dentro de seus domínios territoriais como um desafio e uma ameaça a sua *kunstkammer* real (Schepelern, 1985: 215). A coleção de Gottorp era extremamente rica: foi formada pelo duque Frederik III primeiramente com os objetos adquiridos por ocasião de duas embaixadas enviadas à Rússia e à Pérsia em 1630 e, mais tarde, a ela se acrescentou a coleção do falecido médico de Enkhuizen, Bernardus Paludanus, o maior colecionador neerlandês da primeira metade do século XVII. Este fato é de suma importância para a discussão do presente nassoviano e da origem dos objetos do Museu Nacional da

Dinamarca. Sabe-se que Paludanus, ao longo de sua vida, adquiriu artefatos provenientes de todos os lugares por onde os navios neerlandeses passavam e a América não estava excluída.

Portanto, há mais duas fontes, além de Nassau, que explicam a presença dos elementos brasileiros ou africanos na atual coleção dinamarquesa: a coleção de Ole Worm e a do duque de Gottorp. Uma análise comparativa dos inventários do Museu Nacional dinamarquês, bem como das duas últimas coleções, permite chegar apenas a algumas hipóteses mais informadas, porém não totalmente conclusivas, e sempre pelo critério de exclusão. Vejamos: o exemplar da espada Akan que existe hoje em Copenhague [figura 38], idêntica àquela pintada por Eckhout, aparece descrito em um inventário do museu do ano de 1674, mas não há referência a um objeto deste tipo nem no inventário de Paludanus de 1617 e nem no *Museum Wormianum* de 1655, de modo que se pode supor que o artefato tenha chegado ao *kunstammer* como parte do presente de Nassau. Afinal, a similaridade entre a espada representada pelo pintor do conde e aquela que está no museu é tamanha que o observador logo se convence que Eckhout viu a espada e a teve em mãos antes de pintá-la. Assim, teria passado de Nassau para Frederik III.

Caso semelhante, mas um pouco mais complicado, é a imagem da cesta carregada pela mulher negra. No museu de Copenhague, há duas cestas de origem angolana que são muito semelhantes àquela da tela de Eckhout [figura 39]. Porém, no manuscrito que deu origem ao *Museum Wormianum*, Ole Worm anotou que possuía “uma cesta das Índias” e, algumas páginas à frente, “um chapéu brasileiro ou então uma cesta africana” (Dam-Mikkelsen & Lundbaek, 1980:50). Assim, se as cestas em Copenhague vieram da coleção de Worm, e se tomarmos por princípio que Eckhout necessariamente viu um exemplar de cesta africana antes de pintá-la, Nassau deve ter tido, em sua coleção, objeto semelhante,

conseguido através das suas boas relações com o Rei de Angola. O mesmo vale para o caso das bordunas que aparecem nas telas do *Homem Tapuia* e na *Dança dos Tapuias*. As duas bordunas do museu dinamarquês [figura 40] – que são semelhantes mas não idênticas àquelas pintadas por Eckhout – aparecem listadas num inventário de Gottorp de 1710, o que quer dizer que elas não chegaram ao *kunstkammer* através de Nassau.

O caso dos artefatos plumários [figura 41] é tão ou mais complicado quanto o das cestas ou das bordunas. Com efeito, sua origem e seu pertencimento a Nassau vêm sendo enfaticamente discutidos por especialistas desde meados do século XX.<sup>160</sup> Objetos de penas aparecem em inventários do *kunstkammer* de Copenhague elaborados em 1689 e 1690 e foram marcados então como de origem Tupinambá no Brasil (Dam-Mikkelsen & Lundbaek, 1980:27-30). Se, num primeiro momento, pode-se supor que eles tenham sido dados por Nassau – afinal, os retratos de Sophie van de Palts e Mary Stuart, bem como a carta de Adolph Vorstius, provam que o conde possuía artefatos plumários deste tipo –, o inventário de Paludanus de 1617 logo põe em cheque esta hipótese. Neste documento, o médico neerlandês registrou possuir “um baú com diversas penas de pássaros” bem como “roupas e objetos feitos de penas de pássaros”.<sup>161</sup> Assim, como defende Amy Buono (2007), é possível que os adereços de penas atualmente em Copenhague lá tenham chegado através da conexão entre Paludanus e o duque de Gottorp. A hipótese é plausível, mas não resolve o problema de forma definitiva e, portanto, não elimina a possibilidade de pelo menos um manto de penas vermelhas ter chegado a Frederik III vindo das mãos de Nassau. Dada a quantidade total de ornamentos plumários no *kunstkammer* dinamarquês (são 16 deles) e a certeza de que Nassau teve um manto em suas mãos quando de volta à Europa,

---

<sup>160</sup> Para os principais estudos, consultar Métraux (1948); Brenninkmeyer-de Rooij (1979); Joppien (1979); Lemmens (1979); Dam-Mikkelsen & Lundbaek (1980); Schepelern (1985); Feest (1985); Whitehead & Boeseman (1989); Gundestrup (1991); Mason (1994); Due (2002); Brienen (2006); Buono (2007) e Bencard (2008).

<sup>161</sup> KBD, Ms. Gl.k.S. 3467, 8°. Inventário da coleção de Bernardus Paludanus, 1617-1618, f. 116-118.

defendo que pelo menos um dos artefatos na Dinamarca tenha sido dado por Nassau a Frederik III. Este foi o ponto final de um circuito simbólico que começou nos sertões do além-mar e terminou na corte europeia.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 38. Espada com bainha de pele de arraia. Gana, 79 cm. Objeto ECb8 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 39. Cestas de origem angolana. 27 cm e 26 cm. Respectivamente, objetos EHc38 e EHc37 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 40. Bordunas de origem brasileira. 99cm e 96 cm. Respectivamente, objetos Ehb23 e Ehb24 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.



[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 41. Mantos de penas vermelhas. 110 cm e 120 cm. Objetos EHc52 e EH5931 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

Para continuar com as hipóteses e o raciocínio, vale mencionar o inventário elaborado em 1743 em Gottorp, antes da transferência da coleção do duque para a Dinamarca.<sup>162</sup> O documento elenca alguns objetos sul-americanos que não se encontram no inventário de Paludanus: dois maracás descritos como “duas cabaças com cabos que, quando mexidas, emitem um som alto por causa das cápsulas duras que estão dentro delas e

---

<sup>162</sup> Os trechos deste inventário relativos a objetos ainda existentes na coleção do Museu Nacional da Dinamarca estão reproduzidos em Dam-Mikkelsen & Lundbaek, 1980.

que são desconhecidas aqui, portanto provavelmente [eram] usadas pelos selvagens quando dançavam”; “duas redes de dormir das Índias Ocidentais que se diz serem usadas principalmente nas regiões costeiras do Brasil” e, ainda, dois cintos, “feitos de sementes de *Acoai*, que os americanos amarram em volta de suas cinturas, braços e pernas quando vão dançar, para assim produzirem sons como sinos” (Dam-Mikkelsen & Lundbaek, 1980: 21-23). Isto significa que o duque Frederik III encontrou outros fornecedores de artefatos do Novo Mundo para complementar o conjunto de elementos que o médico de Enkhuizen já havia coletado.

Finalmente, um último artefato do museu dinamarquês é digno de atenção. Trata-se de um coco entalhado, dividido em três faces que contêm imagens que remetem às figuras de Eckhout [figura 42]. Em uma das “cenas” do coco, observa-se à esquerda um indígena nu, usando um adereço de penas à cabeça e carregando uma borduna (de tamanho ironicamente desproporcional), à direita uma indígena também nua, carregando uma machadinha na mão direita, um braço humano decepado na mão esquerda e, nas costas, uma cesta contendo uma perna e uma mão humanas, e finalmente uma árvore entre os dois índios. No inventário do *kunstkammer* de 1689 são mencionados “dois cocos belamente entalhados” e, no inventário do ano seguinte, apenas um coco “belamente entalhado” (Dam-Mikkelsen & Lundbaek, 1980:22). Tomando como referência de comparação os dois cocos mencionados acima – o do Museu da Baviera e o que foi apresentado ao Instituto Arqueológico de Londres –, ambos marcados pelos emblemas nassovianos, não é errado supor que este também tenha pertencido ao conde Johan Maurits e que ele o tenha dado a Frederik III.<sup>163</sup>

---

<sup>163</sup> Um quarto coco entalhado que possivelmente pertenceu a Nassau foi leiloadado pela casa Christie’s de Londres em setembro de 2007. Em uma face, traz a imagem de um indígena nu, com artefato plumário na cabeça e uma borduna (proporcional) nas mãos, tendo o corpo virado para a direita, ao lado dele vê-se uma árvore e, no lado esquerdo da cena, uma indígena nua levando uma cesta com restos humanos e acompanhada

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 42. Coco entalhado. 14 cm. Objeto EHc33 da coleção etnográfica do Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague.

Estas considerações e hipóteses sobre a proveniência dos objetos sul-americanos da coleção etnográfica do museu de Copenhague não definem o conteúdo do presente Nassoviano, mas ajudam a identificar que tipos de objetos podem ter feito parte da *brasiliana* de Nassau. Ademais, iluminam uma dinâmica característica do colecionismo na Europa dos séculos XVI e XVII: as coleções não eram fixas e imutáveis mas, exatamente ao contrário, estavam sempre em transformação com a entrada de novos elementos e a saída de outros – como presentes para outros colecionadores, por exemplo. A coleção de Nassau não foi uma exceção e, neste sentido, pode-se interpretar os presentes a Brandenburgo, Frederik III e ao Rei da França como típicos do movimento peculiar à prática colecionista entre os nobres europeus, questionando a idéia de que Nassau tenha

---

por um cachorro. As duas outras faces, de acordo o catálogo desta casa de leilão, contêm uma cena com homem e mulher tupi e uma cena em que um indígena pescando dá as boas vindas a uma mulher européia e uma criança oferecendo-lhes um peixe em uma praia com o nascer do sol ao fundo. Ainda segundo este catálogo, “as duas primeiras imagens das figuras Tapuia e Tupi são derivadas dos quatro retratos de Albert Eckhout no Museu Nacional da Dinamarca” (Catálogo Christie’s, 2007:99). Agradeço a Michiel van Groesen por ter compartilhado esta sua descoberta comigo.

desistido de seus estimados pertences. Em outras palavras, o ex-governador do Brasil Holandês não abriu mão das suas curiosidades, mas, distribuindo-as para figuras chave do cenário político protestante daquele período, garantiu que seu nome ficaria sempre associado àqueles objetos e, mais importante, ao seu governo no Brasil.

Finalmente, a tentativa de reconstruir a origem dos objetos da coleção dinamarquesa leva a uma terceira conclusão. A coleção de Frederik III foi composta por objetos provenientes de diversos lugares do globo, mas boa parte deles só chegou até Copenhague através do que podemos chamar de “conexão holandesa”.<sup>164</sup> No movimento de circulação de objetos etnográficos e espécies animais e vegetais entre as Índias Orientais e Ocidentais e a Europa, os Países Baixos tiveram um papel fundamental tanto na obtenção destes bens em suas terras de origem, no seu transporte até a Europa, na sua venda e distribuição através dos portos do norte europeu, quanto na própria apreciação, no interesse e na valorização de toda sorte de *naturalia* e *artificialia*. Homem de seu tempo, Johan Maurits van Nassau inseriu-se de forma perspicaz nesta dinâmica.

O último grande presente dado por Nassau teve como beneficiado Louis XIV, rei da França. Este presente continha mais de quatro dezenas de pinturas e foi, com efeito, o maior presente dado pelo conde, a julgar não só pela quantidade de itens que abarcava, mas também pela dedicação e trabalho de Nassau em montá-lo. O presente data de agosto de 1679 – mesmo ano do falecimento do conde –, porém desde 1677 Johan Maurits vinha se correspondendo com Jacob Cohen, seu agente em Amsterdã, no sentido de procurar montar

---

<sup>164</sup> Além de Nassau, de Ole Worm/de Laet e do duque de Gottrop/Paludanus, Frederik III teve, ainda, mais duas fontes holandesas que forneceram objetos para sua coleção: o ministro Peder Charisius (1608-1685), que representava a Dinamarca junto aos Estados-Gerais neerlandeses, tinha a incumbência de procurar elementos adequados e interessantes para a coleção real nos portos dos Países Baixos; o almirante dinamarquês Cort Adler (1622-1675), que trabalhou para a VOC, doou para seu rei uma coleção de armas turcas que conseguira em batalha (Gundestrup, 1985: 130).

um grupo de quadros de temática brasileira o mais amplo possível para dar ao rei francês.<sup>165</sup> No conjunto desta correspondência, há um documento intitulado “Descrição das telas que o Príncipe Maurício de Nassau ofereceu ao Rei Louis XIV” que contém um arrolamento de 21 imagens a serem dadas ao rei; porém, um inventário geral dos móveis de Louis XIV, datado de 1681, lista um total de 42 telas com representações de animais, frutas, cidades, fortes e paisagens do Brasil (Joppien, 1979: 326). Esta breve descrição das telas indica que 27 delas eram de autoria de Frans Post, cuja produção pictórica havia aumentado, tanto em tamanho quanto em popularidade, nas décadas imediatamente posteriores ao seu retorno do Brasil (Corrêa do Lago, 2006: 51).<sup>166</sup> Ademais, os cartões usados como modelo para as tapeçarias de van der Gucht, que foram enviados de volta a Nassau em 1667, foram também incluídos no presente, como provam não só o inventário acima como também a posterior fabricação das tapeçarias com tema brasileiro na fábrica dos Gobelins, a mando do rei francês (Joppien, 1979: 325; Whitehead & Boeseman, 1989: 111).

O historiador Gerard Lemmens, autor do artigo mais completo e detalhado sobre os presentes dados a Louis XIV, afirma que Nassau “possivelmente estava cego quanto ao valor artístico de sua coleção, à qual, entretanto, atribuía quase fanaticamente valor científico e didático” (Lemmens, 1979: 265). Foi justamente neste terceiro e último dos grandes presentes que Nassau incluiu o maior número de pinturas, tendo inclusive feito os maiores esforços para adquirir telas com tema “brasileiro” para completar o presente ao rei francês: através de Cohen, adquiriu duas obras de Post que pertenciam à viúva de Willem Piso, seis quadros pertencentes à viúva de Maurits Post, sobrinho do pintor, e mais dois

---

<sup>165</sup> A correspondência entre Nassau e Cohen está preservada e atualmente encontra-se no Arquivo da Casa Real em Haia, coleção A4, código 1478.

<sup>166</sup> Bia e Pedro Corrêa do Lago recentemente identificaram as vinte e sete telas de Post dadas a Louis XIV (Corrêa do Lago, 2006: 50-67). Atualmente, apenas oito delas ainda pertencem ao Museu do Louvre, em Paris: “O Carro de Bois (Serinhaém)”, “Forte Ceulen”, “O Rio São Francisco”, “Porto Calvo” (pintadas no Brasil), e “Engenho”, “Casa de lavrador e vilarejo”, “Casas de lavradores no Rio Paraíba” e “Casa de um nobre português” (pintadas nos Países Baixos).

quadros que ainda se encontravam com a família Post (Corrêa do Lago, 2006: 64). Ao contrário do que defende Lemmens, portanto, este esforço indica que Nassau não só conhecia o valor artístico do presente que ofereceu, como também que quis justamente aumentar este valor e tirar proveito dele para melhor impressionar o monarca católico. Neste sentido, aliás, cabe lembrar que, já em dezembro de 1678, Johan Maurits escrevera ao Marquês de Pomponne (1618-1699), ministro de Estado de Louis XIV, explicando que enviaria ao rei francês imagens que representavam “a nação e os habitantes do país, os animais quadrúpedes, os pássaros, peixes, frutas e ervas, todas em tamanho natural, assim como a situação do dito país, suas cidades e fortes, em perspectiva”, a partir das quais seria possível desenvolver tapeçarias para adornar “uma grande sala ou galeria” (Nassau *apud* Larsen, 1962: 254). Na carta ao rei que acompanhou os presentes, o conde repete a sugestão de que fossem feitos tapetes a partir das imagens do Brasil e ainda afirma que estas seriam “tapeçarias como ninguém jamais viu” (Nassau *apud* Larsen, 1962: 255), omitindo intencionalmente os tapetes feitos para ele e para o Eleitor de Brandenburgo há uma década. Como argumenta Joppien (1979: 325), Nassau estava assim fazendo uma última tentativa de ter seu legado pictórico brasileiro unificado como um memorial ao seu mecenato artístico bem como a seus feitos no Brasil. A manufatura dos Gobelins, a mais ilustre fábrica de tapeçarias da Europa, era o local ideal para que um projeto assim suntuoso fosse levado a cabo.

Há uma diferença significativa entre os presentes para Brandenburgo e o Rei da Dinamarca e este para o Rei da França, indicada já pela data em que foram preparados e entregues. As ofertas para os dois governadores protestantes ocorreram logo na primeira década após o retorno de Nassau do Brasil, período em que o conde precisava buscar e estreitar alianças estratégicas para garantir sua sobrevivência política na corte. O presente

ao monarca da França foi dado quando Johan Maurits já estava mais do que estabelecido no cenário político do norte da Europa, ou seja, quando seu lugar político, social e mesmo físico estava assegurado. Assim, não é possível interpretar esta última dádiva da mesma forma que as duas anteriores: Nassau não estava em busca de uma união política com a França do Rei-Sol. Sabe-se que Nassau esperava receber uma contrapartida financeira como retribuição ao presente, transação que nunca se concretizou dado o falecimento do conde. Contudo, a expectativa desta recompensa econômica não quer dizer, como defendem alguns estudiosos, que o presente foi na verdade uma venda motivada pela evidente bancarrota de Nassau nos últimos anos de sua vida (Buvelot, 2004b: 133; Corrêa do Lago, 2006:51).<sup>167</sup> Ainda que necessária, a recuperação de suas finanças não foi a motivação central do presente: além de ter convivido com problemas financeiros por toda sua vida, Nassau era, antes de tudo, um nobre, para quem a posição hierárquica dentro da corte bem como seu poder e distinção como político e militar não estavam diretamente associados a uma fortuna livre de dívidas.<sup>168</sup>

Finalmente, e não menos importante, o presente de Nassau para Louis XIV deve ser entendido no contexto do fim da guerra franco-holandesa de 1672-1678, um conflito pelos territórios dos Países Baixos controlados pela Espanha. A transferência das quarenta e duas telas “brasileiras” ao Rei da França serviu tanto aos Estados-Gerais, que precisavam restabelecer relações amigáveis com a França, quanto ao legado de Nassau, cujo nome ficaria invariavelmente associado ao Novo Mundo, e ao Brasil em específico, a partir da fabricação das tapeçarias Gobelins, hoje conhecidas como *Tentures des Indies*, como ele mesmo, sutilmente, sugerira meses antes de morrer.

---

<sup>167</sup> Uma análise detalhada das contas do conde de Nassau na sua última década de vida pode ser lida em Thissen, 2008.

<sup>168</sup> A melhor análise sociológica dos mecanismos de poder e de hierarquia na corte seiscentista, inclusive em sua relação com a economia, encontra-se em Elias, 2001.

### ***Maurits de Braziliaan – Maurício, o Brasileiro?***

Quando faleceu, em 20 de dezembro de 1679, Johan Maurits van Nassau já havia se desfeito da maior parte de sua coleção de curiosidades. Apenas alguns elementos de origem brasileira ainda estavam com ele. Nos anos anteriores a sua morte, ele viveu naquela pequena residência – a casa de campo – que mandara construir em Bergendal, próxima à cidade de Cleve. Um inventário de seus móveis nesta residência, feito entre 21 e 30 de novembro de 1679, menciona alguns elementos interessantes: no quarto de dormir do conde, um gabinete feito de madeira do Brasil contendo 49 tipos diferentes de instrumentos matemáticos, uma corrente de cobre dourada “que foi usada pelo General Altenkirchen no Brasil” e finalmente uma série de pequenas caixas de marfim com tampa bem como uma mais larga, contendo pincéis. Durante sua vida, Johan Maurits teve como hábito desenhar mapas, especialmente plantas de jardins, portanto é bem provável que guardasse este material de desenho perto de seu alcance (Werd, 1979: 305, nota 5). Ainda no quarto do conde, encontravam-se mais um pequeno gabinete de madeira brasileira, “feito no Brasil”, e um quadro de paisagem preso à parede. Na antecâmara do quarto, havia uma “preciosa cabidela feita de madeira brasileira com a Cruz da Ordem de São João entalhada”. Espalhados por outros cômodos da casa estavam, ainda, um “volume de tecidos brasileiros”, duas pequenas taças de madeira brasileira, um conjunto de penas de avestruz (três brancas e uma preta) e uma rede de tecido brasileiro bordada em linho amarelo com uma bolsa de couro para guardá-la.<sup>169</sup> Este material é indicativo do tipo de objeto que Nassau trouxe do Brasil bem como do uso que fez deles: havia tanto objetos para exibição,

---

<sup>169</sup> Este inventário encontra-se no Arquivo da Casa Real, em Haia, mas foi também publicado como apêndice no catálogo *Soweit die Erdkreis Reicht* (Werd, 1979: 295-305).



como os animais empalhados e adereços de penas na Mauritshuis, como objetos de uso cotidiano, como os gabinetes, taças e a rede.

Em maio de 1696, Edward Southwell (1671-1730), filho do diplomata e secretário de Estado irlandês Sir Robert Southwell, visitou a região de Cleve e deixou um breve registro de sua passagem por Bergendal e pelas terras em que outrora vivera o conde de Nassau. Segundo Southwell, a residência de Bergendal era pequena “como uma caixinha”. No quarto em que o conde faleceu, o irlandês observou “muitos instrumentos matemáticos” e, pela casa, vários troféus militares. No jardim, observou o pequeno cemitério que Nassau construía para si mesmo. Este jardim incluía o mausoléu onde o corpo do nobre foi enterrado<sup>170</sup> e, em volta dele, um pequeno anfiteatro repleto de antigüidades romanas e egípcias: urnas com inscrições e hieróglifos (Southwell *apud* Werd, 1979: 306) [figura 43].<sup>171</sup> Finalmente, no anfiteatro, havia uma grande placa de ferro listando as ações memoráveis do conde de Nassau, mandada fazer por ele mesmo em outubro de 1670.<sup>172</sup> O texto da placa, escrito em latim, informava o leitor sobre a juventude do conde; seus feitos militares como general a serviço do Exército dos Países Baixos em diversas batalhas contra o Império Espanhol; seus grandes feitos na colônia do Brasil, que faziam ele, o “piedoso e valente herói”, lembrar-se da inveja de seus inimigos; ao final, o seu governo como *stadhouder* de Cleve é lembrado nas batalhas que venceu em prol do Eleitor de Brandenburgo (Werd, 1979: 417).

---

<sup>170</sup> Em 1680, o corpo de Nassau foi retirado deste túmulo e enterrado no panteão da família Nassau, no condado de Siegen.

<sup>171</sup> Com efeito, o jardim de Bergendal com anfiteatro e mausoléu foi mais um dos empreendimentos arquitetônicos do conde, que incumbira Maurits Post do desenho do mesmo. Como Post faleceu em 1677, o próprio Johan Maurits se encarregou de planejar e acompanhar a construção do espaço que lhe acomodaria no descanso final. Como em outras ocasiões, Nassau investiu na ousadia e novidade da construção, chegando a escrever para o Eleitor de Brandenburgo que “muitas pessoas dizem não haver coisa parecida em Roma ou na França” (Diedenhofen, 1979: 225).

<sup>172</sup> Para uma análise pormenorizada do monumento fúnebre de Nassau em Bergendal, cf. Hilger, 1979. Esta placa de ferro está atualmente perdida.

O conteúdo desta placa é muito significativo. Elaborada pouco menos de uma década antes do falecimento do conde, ela é um testemunho dos feitos e eventos pelos quais Nassau, ao final de sua vida, com 66 anos, queria ser lembrado. Sua longa vida foi assim dividida entre a juventude e três grandes blocos que resumiam e representavam sua carreira política e militar: as lutas e batalhas vencidas como general durante a guerra de Independência das Províncias Unidas; os feitos como governador-geral do Brasil Holandês e, finalmente, sua posição de *stadhouder* de Cleve, Príncipe do Império Romano-Germânico a serviço do Brandenburgo. Note-se que apenas no período sobre o Brasil há uma referência a um conflito pessoal na menção a seus “inimigos”. Não eram eles quaisquer inimigos, mas inimigos que tinham inveja de seu sucesso: trata-se aqui de uma referência aos diretores da WIC e possivelmente também a alguns membros dos Estados-Gerais neerlandeses que não só tornaram suas ações como governador da colônia americana cada vez mais difíceis e levaram-no a retornar aos Países Baixos em 1644, como também impediram que ele realizasse seu projeto de voltar ao Brasil no final daquela mesma década. A palavra “inveja” é central para entender como o então já príncipe de Nassau pensava a si mesmo.

Assim, entre os feitos de toda sua vida, aqueles que mais sobressaíam – pelo menos aos seus próprios olhos – eram os eventos e frutos de sua experiência no Brasil, que durou apenas 8 dos 75 anos que viveu. Apesar de todo o serviço à causa da Independência Neerlandesa, apesar das décadas representando o Eleitor de Brandenburgo perante os mais importantes monarcas e cortes da Europa, poucos anos antes de morrer Nassau se definia, ainda, como “o brasileiro”.



Figura 43. Fotografia do anfiteatro e túmulo de Nassau. Cleve, Alemanha, 2006.  
Foto da autora.

[Devido a questões de direito de reprodução e divulgação, esta imagem está reproduzida apenas nos exemplares impressos da tese]

Figura 44. Jan de Baen. *Retrato de Johan Maurits (1604-1679), conde de Nassau-Siegen*, c.1688-1670. Óleo sobre tela, 151,5 x 114,5 cm. Museu Real de Pinturas Mauritshuis, Haia, Países Baixos.

## Conclusão

### TRAFICANTE DO EXÓTICO

Em 1565, o flamengo Samuel Quiccheberg (1529-1567), conselheiro do duque Albert V da Bavária (1528-1579), publicou aquele que ficaria sendo conhecido como o primeiro tratado sobre coleções e museus de toda a história. Em *Inscriptiones vel Tituli Theatri Amplissimi*, Quiccheberg explica como uma coleção deve ser formada e como deve ser organizada, quais os princípios que devem nortear as escolhas do colecionador, além de fornecer uma lista dos principais colecionadores do período – em sua maioria nobres e príncipes, mas também comerciantes como a família Fugger. Segundo Quiccheberg, era essencial para o colecionador ter a seu serviço uma pessoa que pudesse viajar para todas as regiões da Terra para procurar “coisas maravilhosas”, assim como empregar indivíduos que conhecessem bem os objetos da coleção (Quiccheberg *apud* Smith, 2008: 122). Pouco menos de um século depois da publicação deste famoso tratado, como bom aristocrata o conde Johan Maurits van Nassau montou e exibiu uma coleção que seguia à risca os conselhos do autor flamengo. Além de coletar objetos nas categorias *naturalia* e *artificialia* e de procurar elementos exóticos vindos de terras distantes, Nassau fez ele mesmo a grande viagem que culminou na formação de sua coleção. Além disso, era ele próprio o maior conhecedor de seus objetos, conforme escreveu Adolph Vorstius quando conheceu a brasileira do conde.

Entretanto, a coleção de Nassau foi mais do que uma coleção exemplar no sentido de atender às expectativas e exigências sociais e intelectuais do período. Ela foi, por assim dizer, uma estratégia política de seu dono. A historiadora Claudia Swan afirmou, sobre a coleção do botânico neerlandês Christian Porret, que o princípio organizador e definidor de

sua coleção era seu próprio dono (Swan 2007:200). No caso de Nassau a afirmação também é verdadeira: a coleção era aquilo que definia e que adjetivava seu dono. E assim o era não só pela natureza da coleção – era, afinal, uma coleção majoritariamente brasileira – mas sim pelo uso político que Nassau fez dela desde o momento que começou a formá-la. Neste sentido, a obtenção dos elementos da coleção através de trocas de presentes é central para entender a função da coleção.

Claro está, como mostrou Rebecca Parker Brien, que Nassau não procurava montar uma coleção enciclopédica, mas sim um conjunto que refletisse sua posição de governador-geral da WIC através da ênfase em plantas, animais e espécies do Brasil e da África, as áreas principais de comércio da Companhia (Brien, 2006:56). Enquanto estava no Brasil, sua intenção era mostrar a coleção (e, portanto, a grandeza de seu poder) para a população da colônia, membros da WIC bem como portugueses e embaixadores estrangeiros; uma vez de volta na Europa, os espectadores de toda esta exibição foram as cortes protestantes. Contudo, a ocasião das trocas de presentes – e, portanto, da obtenção de elementos colecionáveis – guarda tanto ou mais significado político quanto a coleção em si. Excetuando os animais exóticos enviados a Nassau por moradores luso-brasileiros, os outros presentes foram trocados em ocasiões em que o governador da colônia neerlandesa selava alianças políticas fundamentais para seu governo: no primeiro encontro com os Tapuia de Janduí, no Rio Grande, ganhou artefatos plumários e ofereceu vestimentas de linho; por ocasião das embaixadas dos diplomatas do Congo e Angola, ganhou a bacia de prata e ofereceu os chapéus de pele de castor. Do mesmo modo, quando voltou a Europa, trocou presentes em momentos-chave da política das casas nobres do norte: recebeu a ordem do Elefante quando intercedeu junto aos Países Baixos para resolver um conflito com a Dinamarca; em contrapartida, pediu a intercessão de Frederik III a seu favor junto à

Dieta Imperial oferecendo depois, em troca, os objetos etnográficos e pinturas de Eckhout. Do mesmo modo, por ocasião do fim da guerra franco-holandesa, ofereceu a Louis XIV as quarenta e duas telas com imagens do Brasil. Assim, não era o presente – o objeto – que selava as alianças, mas o momento de selar as alianças se consolidava com a oferta do presente. A dinâmica do circuito da dádiva tinha uma linguagem colonial: a codificação do mercantilismo através dos objetos exóticos.

O historiador Luiz Felipe de Alencastro recentemente mostrou o papel do conde de Nassau como traficante de escravos durante o período em que foi governador do Brasil holandês (Alencastro, 2000: 210-215), apontando como esta atividade pouco nobre geralmente é deixada de lado nos estudos sobre Johan Maurits, que o caracterizam como um grande humanista. Sem prejuízo da acertada interpretação de Alencastro, é possível aqui avançar o argumento afirmando que, ao receber e oferecer objetos estrangeiros nas mais diversas situações políticas, Nassau tornou-se um exímio traficante do exótico. Usando como instrumento de negociação a sua experiência em além-mar e principalmente seus objetos brasileiros e africanos, Nassau soube construir socialmente a si mesmo depois da volta do Brasil. Dito de outra forma, o conde construiu um nome para si: Nassau, o Brasileiro.

O estudo da coleção de Nassau permite, ainda, identificar outra questão importante relativa à construção do conhecimento – ou, melhor dizendo, do processo de construção dos saberes coloniais. Nos Países Baixos do século XVII, a formação de um *corpus* de conhecimento sobre o mundo extra-europeu foi um processo fortemente marcado pela circulação de informações, carregadas pelos mais diversos meios: textos escritos, imagens, narrativas orais, objetos. Os saberes eram uma composição entre o saber erudito e clássico e as experiências coloniais de sujeitos tão diferentes quanto marinheiros que viajavam para o

Ceilão, capitães de navios que circundavam o Cabo da Boa Esperança, emissários políticos que adentravam os sertões da América do Sul e a região dos Grandes Lagos na América do Norte, representantes comerciais na Ásia, assim como os grupos nativos que eram interrogados sobre a geografia e o mundo de onde vinham. O saber produzido pelos holandeses não era, de forma alguma, de autoria holandesa: eram saberes compostos de diversas camadas de experiências.



## REFERÊNCIAS

### 1. Fontes manuscritas

*Arquivo da Casa Real (KHA), Haia, Países Baixos*

KHA – A4 – 1454: Questões Brasileiras

- f.196: Carta de Johann Maurits van Nassau sobre a importância de Angola para o abastecimento de escravos para as plantações no Brasil.

- f.203: Carta de Pieter Mortamer, diretor de Angola, para Johann Maurits van Nassau sobre os presentes para o Rei do Congo.

- f.343: Notícia sobre os presentes oferecidos pelo Padre Provincial dos Jesuítas a Johann Maurits van Nassau.

KHA – A4 – 1477: Cartas de Willem Piso

KHA – A4 – 1478: Correspondência sobre o presente para Louis XIV

*Arquivo Nacional (NA), Haia, Países Baixos*

Arquivo da Velha Companhia das Índias Ocidentais (OWIC)

Fundo Cartas e Papéis vindos do Brasil e de Curaçao (OBP)

Inventário 58:

OWIC OBP 58 – 205: Despesas do Governador Geral Johan Maurits van Nassau de 1643.

OWIC OBP 58 – 206: Lista dos domésticos da corte do Governador Geral Johan Maurits van Nassau, que partilham livremente de sua mesa, datada de 1 de março e 1 de abril de 1643

Inventário 65:

OWIC OBP 65 – 77: Diário de Mathias Beck no Ceará, de 20 de março a 3 de maio de 1649 (documento transcrito por Lucia Xavier).

OWIC OBP 65 – 106: Continuação do diário do Sr. Beck no Ceará (documento transcrito por Lucia Xavier).

*Biblioteca Real (KB), Haia, Países Baixos*

135 K 4: Album Amicorum de Ernst Brinck (vol. 2), 1612-1635

*Biblioteca Real (KBD), Copenhague, Dinamarca*

Ms. Gl.k.S. 3467, 8º : Inventário da coleção de Bernardus Paludanus, 1617-1618.

Ms. Thott.1295, 4º: Caspar Schmalkalden. Descrição de duas viagens, uma de Amsterdã para o Brasil em 1642 e outra de Amsterdã para as Índias Orientais em 1646.

## 2. Bibliografia

- Albach, B. 1970. De Schouwburg van Jacob van Campen. *Oud-Holland*, vol. 85, pp. 85-109.
- Albert Eckhout Volta ao Brasil, 1644-2002*. 2002. Copenhagen: Nationalmuseet.
- Alencastro, Luiz Felipe de. 2000. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Alpers, Svetlana. 1999 [1983]. *A Arte de Descrever*. São Paulo: Edusp. Tradução de Antônio de Pádua Danesi.
- Akkerman, Nadine. “Elizabeth Stuart”. In: *Digitaal Vrouwenlexicon van Nederland*. URL: <http://www.inghist.nl/Onderzoek/Projecten/DVN/lemmata/data/ElizabethStuart> [acessado em 24/02/2009].
- Archaeologic Journal*, vol. XV, 1858.
- Barleus, Caspar. 1647. *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii, Nassoviae*. Amsterdam: Joan Blaeu.
- \_\_\_\_\_. 1659. *Brasilianische Geschichte, Bey Achtigjähriger in selbigen Landen gefuhrerter Regierung Seiner Fürstlichen Gnaden Herrn Johann Moritz, Furste zu Nassau etc*. Cleve: Tobias Silverling.
- \_\_\_\_\_. 1660. *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii, Nassoviae*. Cleve: Tobias Silverling.
- \_\_\_\_\_. 1923 [1647]. *Nederlandsch Brazilië onder het bewind van Johan Maurits Grave van Nassau, 1637-1644: historisch, geographisch, ethnographisch*. Den Haag: Martinus Nijhoff. Editado por Samuel P. L'Honoré Naber a partir da edição latina de 1647.
- \_\_\_\_\_. 1974 [1647]. *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia. Tradução e notas de Claudia Brandão a partir do original em latim.
- Beck, Mathias. 1903 [1649]. Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 10, pp. 331-405. Tradução de Alfredo de Carvalho.
- Bedini, Silvio. 1998. *The Pope's Elephant*. Nashville: J.S.Sanders & Company.
- Behrens, Ricardo H.B. 2004. *A Capital Colonial e a Presença Holandesa de 1624-1625*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA.

- Bencard, Mogens. 2008. "Fürstliche Geschenke". In: Brunn, G. & Neutsch, C. (orgs.). *Sein Feld war die Welt. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679)*. Münster: Waxmann, pp.159-177.
- Bergvelt, Ellinoor; Meijers, Debora & Rijnders, Mieke (orgs.). 2005. *Kabinetten, galerijen en musea. Het verzamelen en presenteren van naturalia en kunst van 1500 tot heden*. Zwolle: Waanders.
- Bergvelt, Ellinoor; Jonker, Michiel & Wiechmann, Agnes (orgs.). 2002. *Schatten in Delft. Burgers verzamelen 1600-1750*. Zwolle: Waanders.
- Bergvelt, Ellinoor & Kistemaker, Renée (orgs.). 1992. *De Wereld binnen Handbereik. Nederlandse kunst- en rareiteitenverzamelingen, 1585-1735*. Zwolle: Waanders.
- Besselaar, José van den. 1979. "Franciscus Plante und seine 'Mauritias'". In: *Soweit der Erdkreis Reicht. Johann Moritz von Nassau-Siegen, 1604-1679*. Kleve: Stadt Kleve, pp. 47-56.
- Birch, Thomas (org.). 1742. "Letters in possession of the Archbishop of Canterbury: 1 of 3". In: *A Collection of the State Papers of John Thurloe, volume 1: 1638-1653*. London: Thomas Woodward, pp. 661-675.
- Blom, Philipp. 2002. *To Have and To Hold. An Intimate History of Collectors and Collecting*. London: Allen Lane.
- Bobé, Louis. 1909. Museografiske Meddelelser II. *Danske Magasin*, vol. 6, pp. 379-381.
- Boeseman, M.; Holthuis, L.B.; Hoogmoed, M.S. & Smeenk, C. 1990. *Seventeenth Century Drawings of Brazilian Animals in Leningrad*. Coleção Zoologische Verhandelingen, n. 267. Leiden: Nationaal Natuurhistorisch Museum.
- Boogaart, Ernst van den (org.). 1979a. *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting.
- \_\_\_\_\_. 1979b. "Infernal Allies. The Dutch West India and the Tarairiu 1630-1654" In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp.519-538.
- \_\_\_\_\_. 1992. "Los Neerlandeses en el mundo comercial atlántico de la doble monarquía ibérica, 1590-1621". In: Boogaart, E.; Emmer, P.; Klein, P. & Zandvliet, K. *La Expansión Holandesa en el Atlántico, 1580-1800*. Madrid: Editorial Mapfre, pp. 67-103.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Civil and Corrupt Asia: images and text in the Itinerario and the Icons of Jan Huygen van Linschoten*. Chicago: University of Chicago Press.

- \_\_\_\_\_. 2005. “Morrer e Viver em Fernando de Noronha 1630-1654”. In: Galindo, M. (org.). *Viver e Morrer no Brasil Holandês*. Recife: Massangana, pp.19-46.
- Boogaart, Ernst van den & Brienens, Rebecca Parker (orgs.). 2002. *Informações do Ceará de George Marcgraf (junho-agosto de 1639)*. Rio de Janeiro: Index/Petrobrás. Coleção Brasil Holandês, série VII, tomo I.
- Boogaart, Ernst; Emmer, Pieter; Klein, Pieter & Zandvliet, Kees. 1992. *La Expansión Holandesa en el Atlántico, 1580-1800*. Madrid: Editorial Mapfre.
- Borrichii, Olai. 1983 [1660-1665]. *Itinerarium 1660-1665. The Journal of the Danish Polyhistor Ole Borch*. Copenhagen: Reitzels Forlag, London: E.J. Brill. Editado e com introdução de H.D. Schelpelern.
- Boxer, Charles. 2004 [1957]. *Os Holandeses no Brasil 1624-1654*. 2ª edição. Recife:CEPE. Tradução de Olivério de Oliveira Pinto.
- Bremmer Jr., Rolf. 1998. The Correspondence of Johannes de Laet (1581-1649) as a mirror of his life. *Lias: The Journal of Early Modern History of Ideas*. vol. 25, n. 2, pp. 139-164.
- Brennkemeyer-de Rooij, Beatrijs. 1979. “Indische Exotica auf einem Gemälde des Jacob van Campen im Oraniersaal des ‘Huis ten Bosch’”. In: Werd, G. (org.). *Soweit der Erdkreis Reicht. Johann Moritz von Nassau-Siegen, 1604-1679*. Kleve: Stadt Kleve, pp.57-60.
- Brienens, Rebecca Parker. 2001. Georg Marcgraf (1610–c.1644). A German Cartographer, Astronomer and Naturalist-Illustrator in Colonial Dutch Brazil. *Itinerario*, vol. 25, n. 1, pp.85-122.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Visions of Savage Paradise. Albert Eckhout, Court Painter in Colonial Dutch Brazil*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- \_\_\_\_\_. 2007. “From Brazil to Europe: The zoological drawings of Albert Eckhout and George Marcgraf.” In: Enenkel, K. & Smith, P. (orgs.). *Early Modern Zoology. The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*. Leiden: Brill, pp.273-314.
- Brook, Timothy. 2008. *Vermeer’s Hat. The Seventeenth Century and the Dawn of the Global World*. New York: Bloomsbury Press.
- Brouwer, Hendrick. 1646. *Journal ende historis verhael van de reyse gedaen by oosten de Straet le Maire, naer de custen van Chili...*Amsterdam: Broer Jansz.
- \_\_\_\_\_. 1928 [1646]. *Relación del viaje de Hendrick Brouwer a Valdivia en 1643*. Santiago: Imprensa Universitaria, tomo 3. Tradução e prólogo de J.T.Medina.

- Brunn, Gerhard. (org.). 2004a. *Aufbruch in Neue Welten. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) der Brasilianer*. Catálogo de Exposição. Siegen: Siegerlandmuseum.
- Brunn, Gerhard. 2004b. “Die Brasilianischen Jahren”. In: Brunn, G. (org.). *Aufbruch in Neue Welten. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) der Brasilianer*. Catálogo de Exposição. Siegen: Siegerlandmuseum, pp.26-37.
- Brunn, Gerhard & Neutsch, Cornelius (orgs.). 2008. *Sein Feld war die Welt. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679). Von Siegen über die Niederlande und Brasilien nach Brandenburg*. Münster: Waxmann.
- Buono, Amy. 2007. Feathered Identities and Plumed Performances: Tupinambá Interculture in Early Modern Brazil and Europe. Tese de Doutorado em História da Arte. Universidade da Califórnia, Santa Barbara.
- Burger, C.P. 1934. “Jan Huygen van Linschoten, Cornelis Claeszoon, en de beschrijving van Amerika”. In: Linschoten, Jan Huygen van. *Itinerario*. Volume 3. Den Haag: Martinus Nijhoff, pp.269-296.
- Buvelot, Quentin (org.). 2004a. *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2004b. *Royal Picture Gallery Mauritshuis. A Summary Catalogue*. Zwolle: Waanders.
- \_\_\_\_\_. 2004c. “Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië.” In: Buvelot, Q. (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, pp.17-45.
- Cabral de Mello, Evaldo. 1998. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks. 2ª. edição revista e aumentada.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Nassau: Governador do Brasil Holandês*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Calado, Frei Manoel. 2004 [1648]. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*. Recife: CEPE, 5a. edição.
- Carpentier, Servaes. 2004 [1635]. “Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635”. In: Gonsalves de Mello, J.A. (org). *Fontes para a História do Brasil Holandês, vol. II: A Administração da Conquista*. 2a edição. Recife: CEPE, pp.41-52.
- Catálogo Christie’s. 2007. *Exploration and Travel*. London, September 26th and 27th, 2007.
- Catálogo François Schuyt, 1721. *Vreemdigheden en rariteyten, die inde galderije van de thuyt van d’Academie tot Leyden gesien werden*. Leiden.

- Catálogo François Schuyt, 1725. *Catalogus van alle de principaalste rariteiten, die op de Anatomie-kamer binnen de stad Leiden vertoond werden*. Leiden: by Dieuwertje vander Boxe.
- Catálogo Johan Swammerdam. 1679. *Catalogus van een seer wel gestoffeerde konstkamer*. Amsterdam.
- Churchill, Awnsham (comp.). 1732. *A Collection of Voyages and Travels, some now first printed from original manuscripts, others now first published in English: with a general preface, giving an account of the progress of trade and navigation, from its first beginning*. 6 vols. London: Osborne, Lintot *et al.*
- Cook, Harold. 2007. *Matters of Exchange: Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age*. New Haven: Yale University Press.
- Coolhaas, W. Ph. 1960. *A Critical Survey of Studies on Dutch Colonial History*. Den Haag: Martinus Nijhoff.
- Corrêa do Lago, Bia (org.). 2003. *Frans Post e o Brasil Holandês na Coleção do Instituto Ricardo Brennand*. Catálogo da Exposição. Recife.
- Corrêa do Lago, Pedro & Bia. 2006. *Frans Post {1612-1680}. Obra Completa*. Rio de Janeiro: Ed. Capivara.
- Cortesão, Jaime. 1967. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugalíia.
- Daher, Andrea. 2007. *O Brasil Francês. As Singularidades da França Equinocial 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dam-Mikkelsen, Bente & Lundbaek, Torben (orgs.). 1980. *Etnografiske genstande i Det kongelige danske Kunstkammer. Ethnographic Objects in the Royal Danish Kunstkammer 1650-1800*. Copenhagen: Nationalmuseet.
- Daston, Lorraine. 1988. The Factual Sensibility. *Isis*, v. 79, n. 3, pp.452-467.
- Daston, Lorraine & Park, Katharine. 2001. *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750*. New York: Zone Books.
- De Navorscher*. 1898. “Hofhouding van Johan Maurits graaf v. Nassau in Brazilië”, pp. 557-561.
- Denis, Ferdinand. 2007 [1850]. *Uma Festa Brasileira celebrada em Rouen em 1550*. São Bernardo do Campo: Usina de Idéias/Bazar das Palavras. Tradução do tupi, prefácio e notas de Eduardo Navarro, tradução do francês de Júnia Botelho.
- Deserps, François. 1562. *Recueil de la diversité des habits qui sont de présent en usage tant ès pays d'Europe, Asie, Afrique et isles sauvages, le tout fait après le naturel*. Paris: Richard Breton.

- \_\_\_\_\_. 2001 [1562]. *The Various Styles of Clothing. A Facsimile of the 1562 Edition*. Organizado e traduzido por Sara Shannon. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Diderot, Denis. 1982 [1773-1774]. *Voyage en Hollande*. Paris: Maspero.
- Diedenhofen, Willem. 1979. "Johan Maurits and his gardens". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp.197-236.
- Doering, Oscar. 1904. "Phillip Hainhofer". In: *Allgemeine Deutsche Biographie*, vol. 49. Leipzig: Duncker & Humblot, pp. 719-721.
- Donkersloot-de Vrij, Marijke. 1992. *Drie generaties Blaeu. Amsterdamse cartografie en boekdrukkunst in de zeventiende eeuw*. Zutphen: Walburg Pers.
- Dreier, Franz A. 1985. "The *Kunstammer* of the Hessian Landgraves in Kassel". In: Impey, O. & MacGregor, A. (orgs.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, pp. 102-109.
- Driesen, Ludwig. 1849. *Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen*. Berlin: Deckerschen Geheimen Ober-Hofbuchdruckerei.
- Due, Berete. 2002. "Artefatos Brasileiros no Kunstammer Real". In: *Albert Eckhout Volta ao Brasil, 1644-2002*. Copenhagen: Nationalmuseet, pp.187-199.
- Eckhout, R.A. 1979. "The Mauritias. A neo-Latin epic by Franciscus Plante". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp.378-393.
- Egmond, Florike & Mason, Peter. 2004. "Albert E(e)ckhout, hofschilder". In: Buvelot, Quentin (org.). *Albert Eckhout. Een Hollandse Kunstenaar in Brazilië*. Zwolle: Waanders, pp. 109-127.
- Egmond, Florike. 2007. "Clusius and friends: Cultures of exchange in the circles of European naturalists." In: Egmond, F.; Hoftijzer, P. & Visser, R. (orgs.). *Carolus Clusius. Towards a cultural history of a Renaissance naturalist*. Amsterdam: KNAW, pp. 9-48.
- Ehrenreich, Paul. 1894. Über einige ältere Bildnisse südamerikanischer Indianer. *Globus: Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde*, vol. 66, n. 6, pp. 81-90.
- Elias, Norbert. 2001 [1969]. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Elsner, John & Cardinal, Roger (orgs.). 1994. *The Cultures of Collecting*. Cambridge: Harvard University Press.
- Emmer, Pieter. 2006. “Los holandeses y el reto atlántico em el siglo XVII”. In: Pérez, J.M.S. & Souza, G.F.C. (Orgs.). *El Desafío Holandés Al Dominio Ibérico en Brasil en el Siglo XVII*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 17-31.
- Erkelens, Wies & Keblusek, Marika. 1999. “Het hof van de Winterkoning en de Winterkoningin en het stadhouderlijk hof van Frederik Hendrik en Amalia van Solms.” In: Schacht, M. (org.). *Onder den Oranje boom. Nederlandse kunst en cultuur aan Duitse vorstenhoven in de zeventiende en achttiende eeuw*. München: Hirmer Verlag, pp.107-130.
- Evans, Robert J.W. 1984 [1953]. *Rudolf II and his world: A study in intellectual history, 1576-1612*. Oxford: Clarendon Press, 2a edição.
- Feest, Christian. 1985. “Mexico and South America in the European Wunderkammer”. In: Impey, O. & MacGregor, A. (orgs.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, pp.237-244.
- \_\_\_\_\_. 1993. European Collecting of American Indian Artefacts and Art. *Journal of the History of Collections*, v 3, n 1, pp. 1-11.
- Fernandes, Florestan. 1970 [1952]. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo: Pioneira/Edusp.
- Findlen, Paula. 1989. The Museum: its classical etymology and Renaissance genealogy. *Journal of the History of Collections*, vol. 1, n. 1, pp. 59-78.
- \_\_\_\_\_. 1994. *Possessing Nature. Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Berkeley: University of California Press.
- \_\_\_\_\_. 2002. “Inventing Nature: Commerce, Art, and Science in the Early Modern Cabinet of Curiosities”. In: Smith, P. & Findlen, P. (orgs.). *Merchants and Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*. New York: Routledge, pp.297-323.
- \_\_\_\_\_. (org.). 2004. *Athanasius Kircher: The Last Man Who Knew Everything*. New York: Routledge.
- Frederiks, Johannes G. & Branden F. Jos van den. 1882. *Biographisch woordenboek der Noord –en Zuidnederlandsche letterkunde*. Amsterdam: L. T. Veen.
- Gaastra, Femme. 2002. *The Dutch East India Company*. Zutphen: Walburg Pers.



- Geary, Patrick. 1986. "Sacred Commodities: the circulation of medieval relics". In: Appadurai, A. (org.). *The Social Life of Things. Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.169-191.
- Gelder, Roelof van. 1992a. "De wereld binnen handbereik". In: Bergvelt & Kirstemaker (orgs.). *De Wereld Binnen Handbereik. Nederlandse kunst- en rariteitenverzamelingen, 1585-1735*. Zwolle: Waanders, pp. 15-38.
- \_\_\_\_\_. 1992b. "Liefhebbers en geleerde luiden. Nederlandse kabinetten en hun bezoekers". In: Bergvelt & Kirstemaker (orgs.). *De Wereld Binnen Handbereik. Nederlandse kunst- en rariteitenverzamelingen, 1585-1735*. Zwolle: Waanders, pp. 259-292.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Het Oost-Indisch Avontuur. Duitsers in dienst van de VOC (1600-1800)*. Nijmegen: SUN.
- \_\_\_\_\_. 1998. "Paradijsvogels in Enkhuizen. De relatie tussen Van Linschoten en Bernardus Paludanus". In: van Gelder, R.; Parmentier, J. & Roeper, V. *Souffrir pour Parvenir. De wereld van Jan Huygen van Linschoten*. Haarlem: Arcadia, pp. 30-50.
- Gelder, R. van; Parmentier, J. & Roeper, V. (orgs.). 1998. *Souffrir Pour Parvenir. De Wereld van Jan Huygen van Linschoten*. Haarlem: Arcadia.
- Godwin, Joscelyn. 1979. *Athanasius Kircher. A Renaissance Man and the Quest for Lost Knowledge*. London: Thames and Hudson.
- Gonsalves de Mello, José Antonio. 1954. *D. Antonio Filipe Camarão. Capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife.
- \_\_\_\_\_. 1959. "Notas Históricas". In: Gonsalves de Mello, J.A. & Simões, J.M.S. *Azulejos Holandeses no Convento de Santo Antônio de Recife*. Recife: Ed. Amigos da DPHAN.
- \_\_\_\_\_. 1979. "Vincent Joachim Soler in Dutch Brazil". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp. 247-255.
- \_\_\_\_\_. 1986. "Joannes de Laet e sua Descrição do Novo Mundo". In: *Estudos Pernambucanos*. Recife: Fundarpe, pp.77-108.
- \_\_\_\_\_. 2001a [1947]. *Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 4ª. Edição.
- \_\_\_\_\_. 2001b. *Nederlanders in Brazilië (1624-1654) : de invloed van de Hollandse bezetting op het leven en de cultuur in Noord-Brazilië*. Zutphen: Walburg Pers. Tradução de G.N. Visser e revisão de Benjamin Teensma.
- Gorissen, Friedrich. 1964. *Conspectus Cliviae. Die klevische Residenz in der Kunst des 17. Jahrhunderts*. Kleve: Boss-Druck und Verlag.

- Green, Mary Ann Everett. 1857. *Lives of the Princesses of England, from the Norman Conquest*. 6 volumes. London: Longman, Brown, Green, Longman & Roberts.
- Grell, Ole P. 2007. "In Search of True Knowledge: Ole Worm (1588-1654) and the New Philosophy". In: Smith, P. & Schmidt, B. (orgs.). *Making Knowledge in Early Modern Europe. Practices, Objects and Texts, 1400-1800*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 214-232.
- Groenveld, Simon. 1997. "Frederik Hendrik en zijn entourage. Een politieke levensschets". In: Ploeg, P. & Vermeeren, C. (orgs.). *Vorstelijk Verzameld. De kunstcollectie van Frederik Hendrik en Amalia*. Zwolle: Waanders, pp. 18-33.
- \_\_\_\_\_. 2003. *De Winterkoning. Balling aan het Haagse hof*. Den Haag: Haags Historisch Museum.
- Groesen, Michiel van. 2008a. *The Representations of the Overseas World in the De Bry Collection of Voyages (1590-1634)*. Leiden: Brill.
- \_\_\_\_\_. 2008b. Van vaandrig in Brazilië tot dichter in Dordrecht. Het album amicorum van Johann Philipp Mulheiser (ca.1603-ca.1677). *De Zeventiende Eeuw: Cultuur in de Nederlanden in Interdisciplinair Perspectief*, vol. 24, n.2, pp. 196-218.
- Gundestrup, Bente. 1985. "From the Royal *Kunstkammer* to the Modern Museums of Copenhagen". In: Impey, O. & MacGregor, A. (orgs.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, pp.128-135.
- \_\_\_\_\_. 1991. *Det kongelige danske Kunstkammer 1737. The Royal Danish Kunstkammer 1737*. 2 volumes. Copenhagen: Nationalmuseet.
- Haak, Bob. 2003. *The Golden Age. Dutch Painters of the Seventeenth Century*. Zwolle: Waanders Publishers.
- Hajstrup, Peter Hansen. 1995 [1662]. *Memorial und Jurenal des Peter Hansen Hajstrup (1624-1672)*. Editado e comentado por F. Ibold, J. Jäger, D. Kraack. Neumünster: Wachholtz Verlag.
- Hantsche, Irmgard (org.). 2005. *Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) als Vermittler. Politik und Kultur am Niederrhein im 17. Jahrhundert*. Münster: Waxmann.
- Harmsen, A.J. 1994. "Barleus's description of the Dutch Colony in Brazil". In: Martels, Z. (org.). *Travel Fact and Travel Fiction. Studies on fiction, literary tradition, scholarly discovery and observation in travel writing*. Leiden: Brill, pp. 158-169.
- Heidhues, Mary S. 2005. An Early Traveler's Compendium: Caspar Schmalkalden's Images of Asia. *Archipel*, v.70, pp. 145-184.

- Heijer, Henk den. 2002. *De Geschiedenis van de WIC*. Zutphen: Walburg Pers, 3ª edição.
- Hennin, Jacob de. 1681. *De Zinrijke Gedachten toegepast op de Vijf Sinnen van's Menschen Verstand*. Amsterdam: Jan Claasen ten Hoorn.
- Herckmans, Elias. 2004 [1639]. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. In: Gonsalves de Mello, J.A. (org.). *Fontes para a História do Brasil Holandês*, vol. II. 2ª edição. Recife: CEPE, pp. 59-112.
- Herz, Silke. 1999. "Johan Maurits van Nassau-Siegen". In: Schacht, M. (org.). *Onder den Oranje boom. Nederlandse kunst en cultuur aan Duitse vorstenhoven in de zeventiende en achttiende eeuw*. München: Hirmer Verlag, pp.155-204.
- Hilger, Hans. 1979. "Das Grabmonument des Fürsten Johann Moritz in Bergendael bei Kleve". In: Werd, G. (org.). *Soweit der Erdkreis Reicht. Johann Moritz von Nassau-Siegen, 1604-1679*. Kleve: Stadt Kleve, pp. 205-212.
- Hochstrasser, Julie B. 2007. *Still Life and Trade in the Dutch Golden Age*. New Haven and London: Yale University Press.
- \_\_\_\_\_. 2008. "Human Nature: observing Dutch Brazil". In: Hanawalt, B. & Kiser, L. (orgs.). *Engaging with Nature. Essays on the Natural World in Medieval and Early Modern Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, pp.155 - 199.
- Hoftijzer, Paul. 1998. The Library of Johannes de Laet (1581-1649). *Lias: The Journal of Early Modern History of Ideas*. vol. 25, n. 2, pp. 201-216.
- Holanda, Sergio Buarque de. 2003 [1961]. "Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista". In: Holanda, S.B. (org.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp.165-196.
- Holandeses no Brasil. Verbetes do novo dicionário holandês de biografias*.1968. Recife: UFPE. Introdução de José Antonio Gonsalves de Mello.
- Hulsman, Lodewijk. 2006. Índios Brasileiros na República dos Países Baixos: As Representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, v. 154, pp. 37-69.
- Hunger, F.W.T. 1934. "Bernardus Paludanus (Berend ten Broecke) 1550-1633. Zijn verzameling en zijn werk". In: Linschoten, J.H.van. *Itinerario*. Volume 3. Den Haag: Martinus Nijhoff, pp.249-268.
- Ilg, Ulrike. 2004. "The Cultural Significance of Costume Books in Sixteenth-Century Europe". In: Richardson, C. (org.). *Clothing Culture, 1350-1650*. London: Ashgate, pp. 29-48.
- Ilsøe, Harald. 1996. Hvordan så Otto Thotts Bøger ud? *Fund og Forskning*, vol. 35, pp. 65-94.

- Impey, Oliver & MacGregor, Arthur. (orgs.). 1985. *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press.
- Innis, Harold. 1962. *The Fur Trade in Canada. An Introduction to Canadian Economic History*. New Haven: Yale University Press.
- Inventaris van de Ruyter's inboedel, opgemaakt 22-24 maart 1677. 1928. *Bijdragen en Mededelingen van het Historisch Genootschap*, v. 49, pp. 187-213.
- Israel, Jonathan. 1995. *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness, and Fall, 1477-1806*. Oxford: Clarendon Press.
- Jacobs, Jaap. 2005. *New Netherland: A Dutch Colony in Seventeenth-Century America*. Boston: Brill.
- Jardine, Lisa. 1996. *Worldly Goods. A New History of the Renaissance*. London: Papermac.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Going Dutch. How England Plundered Holland's Glory*. New York: HarperCollins.
- Jardine, N., Secord, J. & Spary, E. (orgs.). 1996. *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, Ann Rosalind. 2006. "Habits, Holdings, Heterologies: Populations in Print in a 1562 Costume Book". In: Burland, M.; LaGuardia, D.; Tarnowski, A. (orgs.). *Yale French Studies vol. 110. Meaning and its Objects: Material Culture in Medieval and Early Modern France*. New Haven: Yale University Press, pp. 92-121.
- Joost, Wolfgang. 1983. "Nachwort". In: Schmalkalden, C. *Die wundersamen Reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag, pp. 161-176.
- Joppien, Rüdger. 1979. "The Dutch Vision of Brazil. Johan Maurits and his artists". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp. 297-376.
- Jorink, Eric. 2006. *Het Boeck der Natuere. Nederlandse geleerden en de wonderen van Gods Schepping 1575-1715*. Leiden: Primavera Pers.
- Keblusek, Marika. 1999. "'A divertissement of little plays'. Theater aan de Haagse hoven van Elizabeth van Bohemen en Mary Stuart". In: Jongste, J.; Roding, J.; Thijs, B. (orgs.). *Vermaak van de elite in de vroegmoderne tijd*. Hilversum: Verloren, pp.190-202.
- Keblusek, M. & Zijlmans, J. (orgs.) 1997. *Princely Display: The Court of Frederik Hendrik of Orange and Amalia van Solms*. Waanders: Zwolle.

- Klatter, Matty. "Louise Henriette van Oranje-Nassau". In: *Digitaal Vrouwenlexicon van Nederland*. URL: <http://www.inghist.nl/Onderzoek/Projecten/DVN/lemmata/data/LouiseHenriette> [acessado em 17/02/2009].
- Kloek, Els (org.). 1998. *Vrouwen en Kunst in de Republiek. Een Overzicht*. Hilversum: Verloren.
- Klooster, Wim. 1997. *The Dutch in the Americas 1600-1800*. Providence: John Carter Brown Library.
- Knivet, Anthony. 2007 [1625]. *As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet. Memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens*. Organização, introdução e notas de Sheila Moura Hue; tradução de Vivien Kogut Lessa de Sá. Rio de Janeiro: Zahar.
- Knuttel, Willem P.C. 1978 [1890-1920]. *Catalogus van de pamfletten-verzameling berustende in de Koninklijke Bibliotheek*. Utrecht: HES Publishers.
- Kuile, Onno ter. 1976. *Adriaen Hanneman, 1604-1671. Een Haags portretschilder*. Vis-Druk: Alphen aan den Rijn.
- Labordus, Jorunn. 1998. "Gerard van Honthorst en zijn prinsessen". In: Kloek, E. (org.). *Vrouwen en Kunst in de Republiek. Een Overzicht*. Hilversum: Verloren, pp.79-88.
- Laet, Johannes de. 1625. *Nieuwe Wereldt ofte beschrijvinghe van West-Indien wt veelderhande schriften ende aen-teeckeninghen van verscheyden natien by een versamelt*. Leiden: Elzevier.
- \_\_\_\_\_. 1630. *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien*. Leiden: Elzevier. 2a edição.
- \_\_\_\_\_. 1644. *Historie ofte iaerlijck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie, zedert haer begin, tot het eynde van 't jaer seshien-hondert ses-en-dertich; begrepen in derthien boecken, ende met verscheyden koperen platen verciert*. Leiden: Elzevier.
- \_\_\_\_\_. 1916-1925 [1644]. *Historia ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Ocidentaes desde o seu começo até o fim do ano de 1636*. Tradução de José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- \_\_\_\_\_. 1931-1937 [1644]. *Iaerlyck verhael van de verrichtinghen der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie in derthien boecken*. Den Haag: Martinus Nijhoff. Editado por S.P.L'Honoré Naber.

- \_\_\_\_\_. 1942 [1648]. “Nota aos leitores”. In: Piso, W. & Marcgraf, G. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Tradução de José Procópio de Magalhães, sem números nas páginas.
- \_\_\_\_\_. 2007 [c.1637]. *Roteiro de um Brasil Desconhecido. Descrição das Costas do Brasil. Manuscrito da John Carter Brown Library, Providence*. Transcrito, traduzido e anotado por B.N. Teensma. Kapa Editorial.
- Laing, Alastair. 1982. Resenha de *Bildersammlung der Fürsten zu Salm*. *The Burlington Magazine*, vol. 124, n. 957, pp.763-764.
- Larsen, Erik. 1962. *Frans Post. Interprète du Brésil*. Rio de Janeiro e Amsterdam: Colibris.
- Le Maire, Jacob & Schouten, Willem. 1618. *Journal ofte beschryvinghe van de wonderlijcke reyse, ghedaen door Willem Cornelisz Schouten van Hoorn, inde jaren 1615, 1616 en 1617*. Amsterdam: Willem Jansz.
- \_\_\_\_\_. 1619. *Relación diaria del viage de Jacobo Demayre y Guillermo Cornelio Schouten, en que descubrieron nuevo Estrecho y passage del mar del Norte al mar del Sur, a la parte Austral del Estrecho de Magallanes*. Madrid: Bernardino de Guzman.
- Lechner, J. 1992. “Vroege Nederlandse Drukken en Vertalingen van Werken over de Nieuwe Wereld”. In: Lechner, J. & Vogel, H.Ph. (orgs.). *De Nieuwe Wereld en de Lage Landen*. Amsterdam: Meulenhoff, pp.75-96.
- \_\_\_\_\_. 1993. Dutch Humanists’ Knowledge of America. *Itinerario*, v.16, n.2, pp.101-113.
- Leite, José Roberto Teixeira. 1967. *A Pintura no Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Edições GRD.
- \_\_\_\_\_. 1996. Viajantes do Imaginário: A América vista da Europa, séc. XVI-XVII. *Revista USP*, n. 30, pp. 32-45.
- Lemmens, Gerard. 1979. “Die Schenkung an Ludwig XIV. und die Auflösung der brasilianischen Sammlung des Johann Moritz 1652-1679”. In: Werd, G. (org.). *Soweit der Erdkreis Reicht. Johann Moritz von Nassau-Siegen, 1604-1679*. Kleve: Stadt Kleve, pp.265-293.
- Léry, Jean de. 1578. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*. La Rochelle: Antoine Chuppin.
- \_\_\_\_\_. 2007 [1578]. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. Tradução e notas de Sergio Milliet.
- Libri Principis*, 2 volumes. 1995. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, série I, tomos II e III.

- Linschoten, Jan Huygen van. 1596. *Itinerario : voyage ofte schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592*. Amsterdam: Cornelis Claeszoon.
- \_\_\_\_\_. 1910-1939 [1596]. *Itinerario : voyage ofte schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592*. 5 volumes. Den Haag: Martinus Nijhoff. Coleção Linschoten-Vereeniging.
- \_\_\_\_\_. 1997 [1596]. *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Lowood, Henry. 1995. "The New World and the European Catalog of Nature". In: Kupperman, K. (org.). *America in European Consciousness, 1493-1750*. Chapel Hill & London: University of North Carolina Press, pp. 295-323.
- Lunsingh Scheurleer, Th. H. 1979. "The Mauritshuis as Domus Cosmographica I". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp. 143-189.
- \_\_\_\_\_. 1985. "Early Dutch Cabinets of Curiosities". In: Impey, O. & MacGregor, A. (orgs.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, pp. 115-120.
- Lunsingh Scheurleer, Th. H. & Drossaers, S.W.A. (orgs.). 1974. *Inventarissen van de inboedels in de verblijven van de Oranjes en daarmede gelijk te stellen stukken, 1567-1795*. Vol. I: Inventarissen Nassau-Oranje, 1567-1712. Den Haag: Martinus Nijhoff.
- MacGowan, Margaret. 1963. *L'art du Ballet de Cour en France, 1581-1643*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Marcgraf, George. 1942 [1648]. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Tradução de José Procópio de Magalhães.
- Martius, Carl F. von. 1853. Versuch eines Commentars über die Pflanzen in den Werken von Marcgrav und Piso über Brasilien, nebst weiteren Erörterungen über die Flora dieses Reiches. *Abhandlungen der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften*, vol. 7, pp. 181-238.
- Mason, Peter. 1994. From Presentation to Representation: *Americana* in Europe. *Journal of the History of Collections*, v. 6, n. 1, pp.1-20.
- \_\_\_\_\_. 2007a. "Americana in the *Exoticorum libri decem* of Charles de l'Écluse". In: Egmond, F.; Hoftijzer, P. & Visser, R. (orgs.). *Carolus Clusius. Towards a cultural history of a Renaissance naturalist*. Amsterdam: KNAW, pp. 195-219.

- \_\_\_\_\_. 2007b. Troca e deslocamento nas pinturas de Albert Eckhout de sujeitos brasileiros. *Estudos de Sociologia*, v. 7, n. 1,2, pp. 231-249.
- Mauries, Patrick. 2002. *Cabinets of Curiosities*. London: Thames & Hudson.
- Mauss, Marcel. 2003 [1950]. “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. Tradução de Paulo Neves.
- Meadow, Mark. 2002. “Merchants and Marvels. Hans Jacob Fugger and the Origins of the Wunderkammer”. In: Smith, P. & Findlen, P. (orgs.). *Merchants and Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*. New York: Routledge, pp.182-200.
- Meerkerk, Hannedea van Nederveen. 1989. *Recife. The rise of a 17<sup>th</sup> century trade city from a cultural-historical perspective*. Assen: Van Gorcum.
- “Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do seu governo no Brasil”. 2004 [1644]. In: Gonsalves de Mello, J.A. (org.). *Fontes para a História do Brasil Holandês*, vol. II. 2ª edição. Recife: CEPE, pp. 395-412.
- Métraux, Alfred. 1948. “The Tupinambá”. In: Steward, J. H. (org.), *Handbook of South American Indians*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, vol. 3, pp. 95-139.
- \_\_\_\_\_. 1979 [1928]. *A Religião dos Tupinambás*. São Paulo: Nacional/Edusp, 2ª. edição.
- Meuwese, Mark. 2003. For the Peace and Well-Being of the Country: Intercultural Mediators and Indian-Dutch Relations in New Netherland and Dutch Brazil (1600-1664). Tese de doutorado em História. University of Notre Dame.
- Millar, Oliver. 1963. *The Tudor-Stuart and Early Georgian Pictures in the Collection of Her Majesty the Queen*. London: Phaidon Press.
- Miranda, Bruno R.F. 2006. Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa (O caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE.
- Miscelânea Cleyeri*. 1995. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês.
- Molen, Joh. R. ter. 1979. “Einige Silbergegenstände aus den Besitz des Johann Moritz”. In: Werd, G. (org.). *Soweit der Erdkreis Reicht. Johann Moritz von Nassau-Siegen, 1604-1679*. Kleve: Stadt Kleve, pp. 249-264.
- Molhuysen, P.C. & Blok, P.J. (orgs.).1911-1937. *Nieuw Nederlandsch Biografisch Woordenboek*.10 volumes. Leiden: A.W. Sijthoff.



- Montanus, Arnoldus. 1671. *De Nieuwe en Onbekende Weereld: of Beschryving van America en 't Zuid-Land*. Amsterdam: Jacob Meurs.
- Moraes, Robens Borba de. 1958. *Bibliographia Brasiliana. A bibliographical essay on rare books about Brazil published from 1504 to 1900 and works of Brazilian authors published abroad before the Independence of Brazil in 1822*. Rio de Janeiro/Amsterdam: Colibris Editora.
- Mortier, Bainca du (org.). 1997. *Chapeau, Chapeaux! 40 hoeden uit de verzameling van het Rijksmuseum*. Amsterdam: Rijksmuseum-Stichting.
- Mout, M.E.H.N. 1979. "The Youth of Johan Maurits and the Aristocratic Culture in the Early Seventeenth Century". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp.13-38.
- Muthmann, Friedrich. 1956. *Die Silberne Taufschale zu Siegen. Ein Werk aus der spanischen Kolonialzeit Perus*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag.
- Nagel, Rolf. 2004. "História dos feitos recentemente praticados...A presença holandesa no Brasil no texto literário de Gaspar Barleus". In: Tostes, V.; Benchetrit, S. & Magalhães, A. (orgs.). *A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, pp.251-258.
- Nassau-Dietz, Willem Frederik van. 1995. *Gloria Parendi: Dagboeken van Willem Frederik, stadhouder van Friesland, Groningen en Drenthe, 1643-1649, 1651-1654*. Publicado por J. Visser, redação final de G.N. van der Plaat. Den Haag: Nederlands Historisch Genootschap.
- Neverov, Oleg. 1985. "'His Majesty's Cabinet' and Peter I's Kunstkammer". In: Impey, O. & MacGregor, A. (orgs.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, pp. 54-61.
- Nierop, Henk van. 1993 [1984]. *The Nobility of Holland. From knights to regents, 1500-1650*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nieuhof, Johan. 1942 [1682]. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins. Tradução do inglês: Moacir Vasconcelos. Introdução, notas, confronto com edição holandesa de José Honório Rodrigues.
- \_\_\_\_\_. 1682. *Gedenkwaardige Brasiliaense zee- en lantreise. Behelzende al hetgeen op dezelve is voorgevallen. Beneffens een bondige beschrijving van gantsch Neerlants Brasil ... : en inzonderheit een wijtloopig verhael der merkwaardigste voorvallen en geschiedenissen, die zich ... sedert het jaer 1640 tot 1649*. Amsterdam: weduwe van Jacob Meurs.
- Noordegraaf, Leo & Wijsenbeek-Olthuis, Thera. 1992. "De Wereld Ontsloten. Aanvoer van rariteiten naar Nederland". In: Bergvelt, E. & Kistemaker, R. (orgs.). *De Wereld*

- binnen Handbereik. Nederlandse kunst- en rariteitenverzamelingen, 1585-1735.* Zwolle: Waanders, pp. 39-50.
- North, J.D. 1979. "Georg Markgraf. An Astronomer in the New World". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death.* The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp. 394-423.
- Opgenoorth, Ernst. 1979. "Johan Maurits as Stadholder of Cleves under the Elector of Brandenburg". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death.* The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp. 39-53.
- Otegem, Matthijs van. 2001. Tijd, snelheid, afstan: de mechanica van het pamflet. *De Zeventiende Eeuw: Cultuur in de Nederlanden in Interdisciplinair Perspectief*, vol. 17, n. 1, pp.50-61.
- Oudesluijs, Diedericke M. 1999. "Albertine-Agnes van Oranje-Nassau, vorstin van Nassau-Dietz". In: Schacht, M. (org.). *Onder den Oranje boom. Nederlandse kunst en cultuur aan Duitse vorstenhoven in de zeventiende en achttiende eeuw.* München: Hirmer Verlag, pp.357-368.
- Papavero, Nelson & Teixeira, Dante Martins. 2000. "Introdução". In: Pudsey, C. *Diário de uma Estada no Brasil.* Rio de Janeiro: Index, pp. 5-9.
- Parr, Charles M. 1964. *Jan van Linschoten: The Dutch Marco Polo.* New York: Thomas Crowell Company.
- Pelt, R. J. 1979. "The Mauritshuis as Domus Cosmographica II". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death.* The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp. 191-196.
- Pfaff, Sybille. 2001. *Zacharias Wagener (1614-1668).* Hassfurt.
- Pies, Eike. 1981. *Willem Piso (1611-1678). Begründer der kolonialen Medizin und Leibartz des Grafen Johann Moritz von Nassau-Siegen in Brasilien.* Düsseldorf: interma-orb Verlagsgruppe.
- Pijning, Ernst. 2002. Paradise Regained. Historiography on the Dutch Occupation of Northeastern Brasil, 1630-1654. *Itinerario*, vol. 26, no. 2, pp.120-126.
- Piso, Willem. 1658. *De Indiæ utriusque re naturali et medica libri qvatvordecim.* Amsterdam: Elzevier.
- \_\_\_\_\_. 1948 [1648]. *História Natural do Brasil.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

- \_\_\_\_\_. 1957 [1658]. *História natural e médica da Índia ocidental em cinco livros*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Tradução de Mario Lobo Leal.
- Piso, Willem & Marcgraf, Georg. 1648. *Historia Naturalis Brasiliae: in qua non tantum plantæ et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Amsterdam: Elzevier. Editado e anotado por Johannes de Laet.
- Ploeg, P. & Vermeeren, C. (orgs.). 1997. *Vorstelijk Verzameld. De kunstcollectie van Frederik Hendrik en Amalia*. Zwolle: Waanders.
- Pomian, Krzysztof. 1987. *Collectionneurs, Amateurs et Curieux: Paris-Venise XVI-XVIIIe. siècles*. Paris: Gallimard.
- Pompa, Cristina. 2003. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. São Carlos: Edusc.
- Pos, Arie. 1997. "Introdução". In: Linschoten, Jan Hugem van. *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp.9-42.
- \_\_\_\_\_. 1998. "So weetmen wat te vertellen als men oudt is. Over het ontstaan en de inhoud van het *Itinerario*". In: R. Van Gelder, J. Parmentier e V. Roeper (orgs.), *Souffrir Pour Parvenir. De Wereld van Jan Huygen van Linschoten*. Haarlem: Arcadia, pp.135-151.
- Price, J.L. 1998. *The Dutch Republic in the Seventeenth Century*. London: Macmillan Press.
- Proceedings of the Society of Antiquaries of London*, vol. IV, 1959.
- Pudsey, Cuthbert. 2000. *Diário de uma Estada no Brasil*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, série VI, tomo III.
- Puntoni, Pedro. 1999. *A Miserable Sorte: A escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec.
- Rodrigues, José Honório. 1949. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/ Instituto Nacional do Livro.
- Roemer, Bert van der. 1998. God en het rariteitenkabinet. Het religieuze motief van Noord-Nederlandse rariteitenverzamelaars eind zeventiende en begin achttiende eeuw. *Theoretische Geschiedenis*, vol. 25, n. 2/3, pp. 242-255.

- \_\_\_\_\_. 2004. Neat Nature: The Relation between Nature and Art in a Dutch Cabinet of Curiosities from the Early Eighteenth Century. *History of Science*, vol. 42/1, n. 135, pp. 47-85.
- Rohr, Alheidis von. 1989. "Peint par Madame L'Abesse": Louise Hollandine Prinzessin von der Pfalz (1622-1709). *Niederdeutsche Beiträge zur Kunstgeschichte*, n. 28, pp. 143-160.
- Roscam Abbing, Michiel. 2006. *Rembrandt's Elephant. The Story of Hansken*. Amsterdam: Leporello.
- Roscam Abbing, M. & Tuynman, P. 2006. "Rembrandt's drawings of the elephant Hansken". In: Roscam Abbing, M. (org.). *Rembrandt 2006: Essays*. Leiden: Folio Publishers, pp. 173-190.
- Schalkwijk, Frans L. 1986. *Igreja e Estado no Brasil Holandês*. Recife: FUNDARPE.
- Scheicher, Elisabeth. 2005. "De Vorstelijke Kunst- und Wunderkammer". In: Bergvelt, Meijers & Rijnders (orgs.). *Kabinetten, galerijen en musea. Het verzamelen en presenteren van naturalia en kunst van 1500 tot heden*. Zwolle: Waanders, pp.15-42.
- Schepelern, H.D. 1971. *Museum Wormianum, dets forudsætninger og tilblivelse*. Odense: Wormianum.
- \_\_\_\_\_. 1981. Naturalienkabinett oder Kunstkammer: der Sammler Bernhard Paludanus und sein Katalogmanuskript in der Königlichen Bibliothek in Kopenhagen. *Nordelbingen: Beiträge zur Kunst und Kulturgeschichte/ Gesellschaft für Schleswig-Holsteinische Geschichte*, vol. 50, pp. 158-182.
- \_\_\_\_\_. 1985. "Natural Philosophers and Princely Collectors: Worm, Paludanus, and the Gottorp and Copenhagen Collections". In: Impey, O. & MacGregor, A. (orgs.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, pp. 121-127.
- Schiltkamp, J.A. 1988. "Curaçao onder Vice-Directeur Matthias Beck, 1655-1668". In: van Delden, M.Ph. et. al. (orgs.). *Het Oog van de Meester*. Curaçao: Stichting Wetenschappelijke en Culturele Publicaties.
- Schmalkalden, Caspar. 1983. *Die wundersamen reisen des Caspar Schmalkalden nach West- und Ostindien 1642-1652*. Leipzig: Brockhaus Verlag. Editado por Wolfgang Joost.
- \_\_\_\_\_. 1998. *A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*, 2 volumes. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês. Editado por Dante Martins Teixeira.
- \_\_\_\_\_. 2002. *Mit Kompass und Kanonen: Abenteuerliche Reisen nach Brasilien und Fernost 1642-1652*. Stuttgart: Erdmann.

- Schmidt, Benjamin. 1995. Tyranny Abroad: The Dutch Revolt and the Invention of America. *De Zeventiende Eeuw: Cultuur in de Nederlanden in Interdisciplinair Perspectief*, vol. 11, n. 2, pp.161-174.
- \_\_\_\_\_. 1998. Space, Time, Travel: Hugo de Groot, Johannes de Laet, and the advancement of geographic learning. *Lias: The Journal of Early Modern History of Ideas*, v. 25, n. 2, pp. 177-199.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Innocence Abroad. The Dutch Imagination and the New World, 1570-1670*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sint Nicolaas, Eveline. 2008. Vrijburg, getekend en gesneden. *Bulletin van het Rijksmuseum*, vol. 56, n. 1-2, pp. 203- 211.
- Slenes, Robert. 1999. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sluperius, Jacob. 1572. *Omnium fere gentium nostraeque aetatis nationum, habitus et effigies, et in eosdem epigrammata*. Antuérpia: J. Bellerum.
- Smith, Pamela & Findlen, Paula. 2002. “Commerce and the Representation of Nature in Art and Science”. In: Smith, P. & Findlen, P. (orgs.). *Merchants and Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*. New York: Routledge, pp.1-25.
- Smith, Pamela. 2008. “Collecting Nature and Art. Artisans and Knowledge in the *Kunstammer*.” In: Hanawalt, B. & Kiser, L. (orgs.). *Engaging with Nature. Essays on the Natural World in Medieval and Early Modern Europe*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, pp. 115-135.
- Smith, Robert. 1954. The Caetano Prospect: an eighteenth-century view of Brazil. *The Americas*, vol. 10, n. 4, pp. 391-408.
- Soler, Vincent J. 1999 [1636-1643]. *Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler 1636-1643*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês, série V, tomo III. Tradução de Benjamin Teensma.
- Souza Leão, J. 1966. *A Mauritshuis ao Tempo de Nassau*. Recife: UFPE, Instituto de Ciências do Homem, Imprensa Universitária. Série Monografia no. 2.
- Splithoff, Marieke. “Amalia van Solms”, in: *Digitaal Vrouwenlexicon van Nederland*. [URL:http://www.inghist.nl/Onderzoek/Projecten/DVN/lemmata/data/AmaliaVanSolms](http://www.inghist.nl/Onderzoek/Projecten/DVN/lemmata/data/AmaliaVanSolms) [acessado em 17/02/2009].
- \_\_\_\_\_. 1997. “Role-playing and representation. Portrait Painting at the Court of Frederik Hendrik and Amalia”. In: Keblusek, M. & Zijlmans, J. (orgs.). *Princely Display: The Court of Frederik Hendrik of Orange and Amalia van Solms*. Waanders: Zwolle, pp.161-200.

- Staden, Hans. 1557. *Warhaftige Historia und Beschreibung eyner Landtschafft der wilden, nackten, grimmigen menschenfresser Leuthen, in der newenwelt America gelegen*. Marburg: Andres Kolben.
- \_\_\_\_\_. 1974 [1557]. *Duas Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- Stols, Eddy. 1973. Os Mercadores Flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas. *Anais de História*, ano 5, pp. 9-54.
- Swan, Claudia. 2007. "Making Sense of Medical Collections in Early Modern Holland: The Uses of Wonder." In: Smith, P. & Schmidt, B. (orgs.). *Making Knowledge in Early Modern Europe. Practices, Objects and Texts, 1400-1800*. Chicago: University of Chicago Press, pp.199-213.
- Teensma, Benjamin. 2007. "Introdução: a consolidação do Brasil Holandês". In: Laet, Johan de. *Roteiro de um Brasil Desconhecido. Descrição da Costa do Brasil*. Transcrito, traduzido e anotado por B.N. Teensma. Rio de Janeiro: Kapa Editorial. Coleção Brasil Holandês, pp.37-103.
- \_\_\_\_\_. 2008. "Arquivo da Casa Real". In: Wiesebron, M. (org.). *Brazilië in de Nederlandse archieven / O Brasil em arquivos neerlandeses (1624-1654). Documenten in het Koninklijk Huisarchief en in het archeif van de Staten-General. Documentos no arquivo da Casa Real e no Arquivo dos Estados Gerais*. Volume 3. Série Maurítiana. Leiden: CNWS, pp. 28-71.
- Teixeira, Dante Martins. 1995. "A imagem do Paraíso: Uma iconografia do Brasil Holandês (1624-1654) sobre a fauna e a flora do Novo Mundo". In: *Miscelânea Cleyeri*. Rio de Janeiro: Index, pp. 89-139.
- \_\_\_\_\_. 1997. "A História Natural no Brasil Holandês". In: Wagener, Z. *O Thierbuch e a autobiografia de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index, pp. 6-10.
- \_\_\_\_\_. 1998. "O 'Diário de Viagem' de Caspar Schmalkalden ao Novo Mundo (1642-1645)". In: Schmalkalden, C. *A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, pp.9-17.
- Tekath, Karl-Heinz. 2005. "Johann Moritz von Nassau-Siegen – Herkunft, Laufbahn und Beziehungsgeflecht". In: Hantsche, I. (org.). *Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679) als Vermittler. Politik und Kultur am Niederrhein im 17. Jahrhundert*. Münster: Waxmann, pp. 29-42.
- Theatrum rerum naturalium Brasiliae*, 2 volumes. 1993. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês.
- Thevet, Andre. 1557. *Les Singularitez de la France Antarctique, autrement nommée Amerique: & de plusieurs Terres & Isles decouvertes de nostre temps*. Paris: Heritiers de Maurice de la Porte.

- \_\_\_\_\_. 1978 [1557]. *As Singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp. Tradução de Eugênio Amado.
- Thissen, Bert. 2008. "Der Hof des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen in den Jahren 1669-1679". In: Brunn & Neusch (orgs.). *Sein Feld war die Welt. Johann Moritz von Nassau-Siegen (1604-1679). Von Siegen über die Niederlande und Brasilien nach Brandenburg*. Münster: Waxmann, pp.247-346.
- Thomsen, Thomas. 1938. *Albert Eckhout. Ein niederländischer Maler und sein Gönner Moritz der Brasilianer. Ein Kulturbild aus dem 17. Jahrhundert*. Copenhagen: Munksgaard.
- Toynbee, Margaret. 1950. Adriaen Hanneman and the English Court in Exile. *The Burlington Magazine*, vol. 92, n. 564, pp. 73-80.
- Vainfas, Ronaldo. 2008. *Traição. Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Veen, Jaap van der. 1992a. "Met grote moeite en kosten. Het totstandkoming van zeventiende-eeuwse verzamelingen." In: Bergvelt, E. & Kistemaker, R. (orgs.). *De Wereld binnen Handbereik. Nederlandse kunst- en rariteitenverzamelingen, 1585-1735*. Zwolle: Waanders, pp. 51-69.
- \_\_\_\_\_. 1992b. "Dit klein Vertrek bevat een Weereld vol gewoel. Negentig Amsterdammers en hun kabinetten." In: Bergvelt, E. & Kistemaker, R. (orgs.). *De Wereld binnen Handbereik. Nederlandse kunst- en rariteitenverzamelingen, 1585-1735*. Zwolle: Waanders, pp. 232-258.
- \_\_\_\_\_. 2005. "Vorstellijke en burgerlijke verzamelingen in de Nederlanden vanaf het einde van de zestiende eeuw tot omstreeks 1700." In: Bergvelt, Meijers & Rijnders (orgs.). *Kabinetten, galerijen en musea. Het verzamelen en presenteren van naturalia en kunst van 1500 tot heden*. Zwolle: Waanders, pp.101-128.
- Veldt, James van der. 1947. An Autograph Letter of John Maurice of Nassau, Governor of the Dutch Colony in Brazil (1636-1644). *The Americas*, v. 3, n. 3, pp.311-318.
- Venema, Janny. 2003. *Beverwijck: A Dutch Village on the American Frontier, 1652-1664*. Albany: State University of New York Press.
- Visser, J. & van der Plaat, G.N. 1995. "Inleiding". In: Nassau-Dietz, Willem Frederik van. 1995. *Gloria Parendi: Dagboeken van Willem Frederik, stadhouder van Friesland, Groningen en Drenthe, 1643-1649, 1651-1654*. Den Haag: Nederlands Historisch Genootschap, pp.ix-xxxii.
- Vliegthart, Adriaan. 1981. *Bildersammlung der Fürsten zu Salm*. Zutphen: Walburg Pers.
- Waals, Jan van der. 1992. "Exotische Rariteiten. Afbeeldingen en voorwerpen van vreemde volkeren". In: Bergvelt, E. & Kistemaker, R. (orgs.). *De Wereld binnen Handbereik*.

- Nederlandse kunst- en rariteitenverzamelingen, 1585-1735*. Zwolle: Waanders, pp. 153-168.
- Wagener, Zacharias. 1997 [c.1640]. *O Thierbuch e a autobiografia de Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index. Coleção Brasil Holandês.
- Wätjen, Hermann. 2004 [1921]. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: CEPE.
- Werd, Guido de (org.). 1979. *Soweit der Erdkreis Reicht. Johann Moritz von Nassau-Siegen, 1604-1679*. Kleve: Stadt Kleve. Catálogo de exposição.
- Whitaker, Katie. 1996. "The culture of curiosity". In: Jardine, N.; Secord, J. & Spary, E. (orgs.). *The Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 75-90.
- Whitehead, Neil & Harbsmeier, Michael. 2008. "Introduction". In: Staden, Hans. *Hans Staden's True History. An Account of a Cannibal Captivity on Brazil*. Durham e London: Duke University Press. Editado e traduzido por N. Whitehead e M. Harbsmeier, pp.xv-civ.
- Whitehead, Peter. 1979. "Georg Marcgraf and Brazilian Zoology". In: Boogaart, E. (org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, pp. 424-471.
- Whitehead, P. J. P. & Boesman, M. 1989. *A Portrait of Dutch 17th century Brazil. Animals, plants and people by the artists of Johan Maurits of Nassau*. Amsterdam: North-Holland Publishing.
- Wintroub, Michael. 1999. Taking Stock at the End of the World: Rites of Distinction and Practices of Collecting in Early Modern Europe. *Studies in the History and Philosophy of Science*, vol 30, n. 3, pp. 395-424.
- Worm, Ole. 1655. *Museum Wormianum*. Amsterdam: Elzevier.
- Worp, J.A. 1885-1889. Caspar van Baerle. *Oud Holland*, v. 3, pp.241-265; v. 4, pp.24-40, 172-189, 241-261; v.5, pp.93-126; v.6, pp.87-102, 241-276; v.7, pp. 89-128.
- Worp, J.A. (org.). 1918. *Een onwaardeerlycke Vrouw. Brieven en verzen van en aan Maria Tesselschade*. Den Haag: Nijhoff.
- Xavier, Lucia W. 2007. Mathias Beck and the quest for silver. Dutch adaptability to Brazil. Dissertação de Mestrado em História. Rotterdam: Erasmus Universiteit Rotterdam, Países Baixos.
- Zandvliet, Kees. 1987. "Zacharias Wagenaer 1614-1668. A Life in the Service of the Dutch East India Company and the Dutch West India Company". In: Zandvliet, K. (org.).



*The Dutch East India Company in the 17<sup>th</sup> Century. Life and Work of Zacharias Wagenaer (1614-1668)*. Haia: Algemeen Rijksarchief, pp. 20-29.

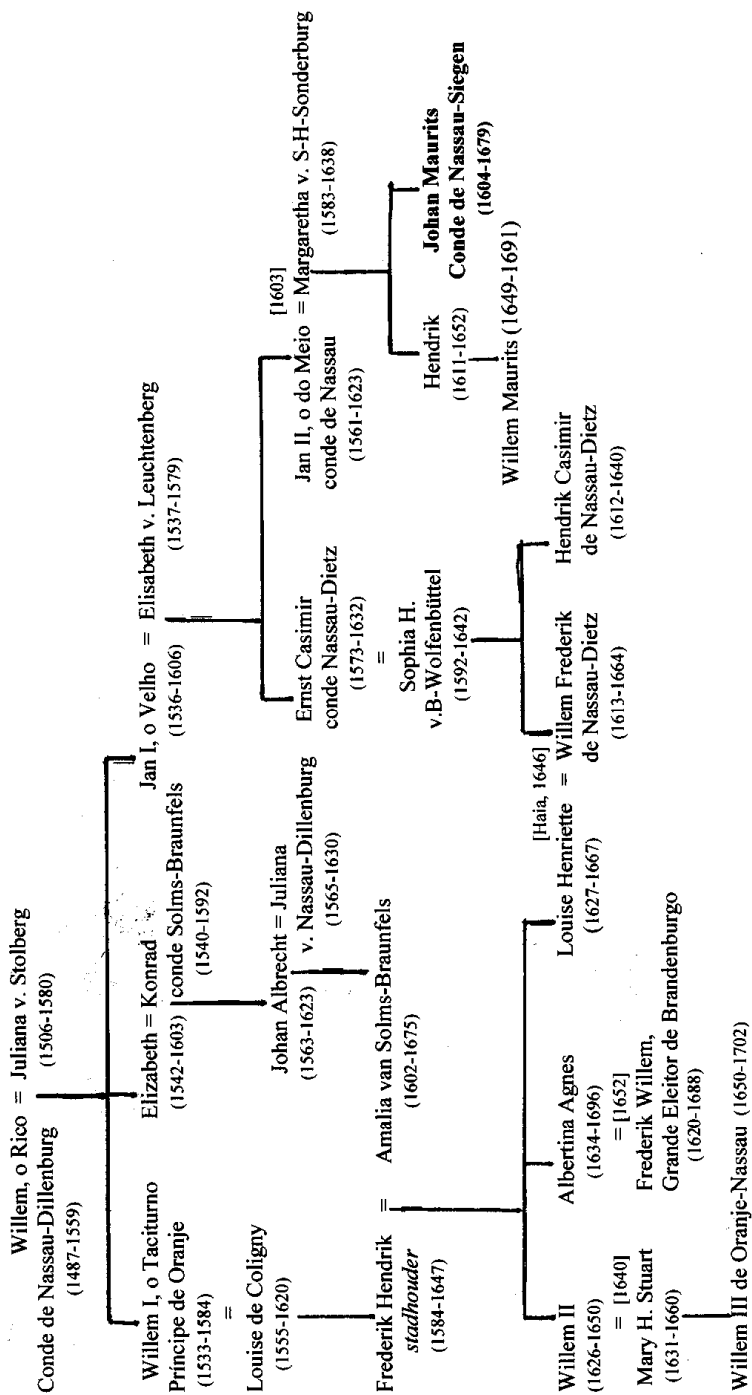
\_\_\_\_\_. 1992. "El Reflejo de la Empresa Neerlandesa en el Atlantico". In: Boogaart, E.; Emmer, P.; Klein, P. & Zandvliet, K. *La Expansión Holandesa en el Atlántico, 1580-1800*. Madrid: Editorial Mapfre, pp. 265-321.

\_\_\_\_\_. 2002. *Mapping for Money. Maps, plans and topographic paintings and their role in Dutch overseas expansion during the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries*. Amsterdam: Batavian Lion International.

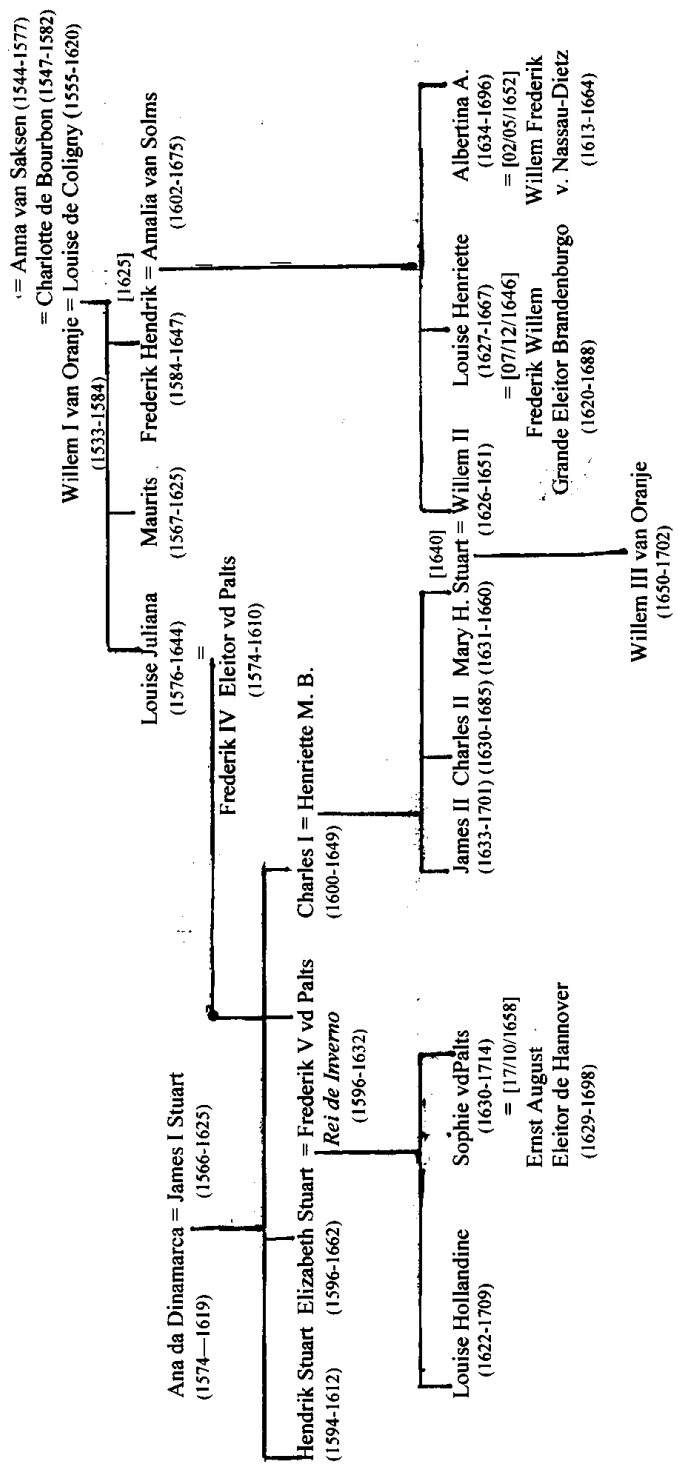
*Zo Wijd de Wereld Strekt*. 1979. Den Haag: Mauritshuis.

# Anexo 1. Árvores Genealógicas

Árvore genealógica simplificada de Johan Maurits van Nassau-Siegen



Árvore genealógica simplificada das famílias Oranje e Stuart



## Anexo 2. Uma visita a Mauritshuis em dezembro de 1644

[Fragmento de uma carta de Adolph Vorstius para Constantijn Huygens, 20 de dezembro de 1644]<sup>173</sup>

Eu não sou capaz, Vossa Excelência, de traduzir em palavras quanta alegria o senhor me proporcionou por ter se dignado a levar-me, há oito dias, ao grande militar voltado da América, o glorioso Maurício, e à sua magnífica e invejável casa. Ali observei com olhos ávidos e escutei com ouvidos atentos, imensamente fascinado pelo incomparável herói de guerra, aquilo que nos fez ambos emudecer de surpresa. Agora mesmo a vossa admiração encontrou expressão imediata em versos feitos de improviso, ‘eruditos, por Jupiter, e pesados’,<sup>174</sup> em que o senhor me pergunta que impressão o conde ‘criado por Zeus’,<sup>175</sup> deixou em mim e o que eu penso sobre todo seu rico tesouro trazido de ultramar. O senhor me antecedeu, ‘ó doce honra minha’,<sup>176</sup> e me livrou de tão grande preocupação, pois que pronunciou primeiro vossa opinião, sob a forma elegante de versos – ela é inteiramente a minha. Realmente, não sei como é possível que as nossas opiniões sobre sua pessoa e sobre as mesmas coisas quase sempre andem juntas. E não escrevo isto por adulação, que me é totalmente desconhecida, ou porque eu muito me arrogue, mas porque simplesmente é assim. Veja aqui, com honesta convicção e sem adornos, a minha opinião, caro Huygens: minha admiração pela riqueza das Índias Ocidentais e por tudo aquilo que os céus, os mares e a terra lá produzem de maravilhoso ou monstruoso e que foi trazido para cá pelo conde de Nassau com muito cuidado é ainda superada por minha admiração por

---

<sup>173</sup> A carta original está guardada na Biblioteca da Universidade de Leiden. A presente tradução tem como base a tradução do latim para o neerlandês feita por N. van der Blom e publicada no catálogo *Zo Wijd de Wereld Strekt* (1979: 239-241). Trechos selecionados desta carta foram publicados no catálogo da exposição “No Brasil com Albert Eckhout, 1610-1666”, que ocorreu entre 27 de março e 27 de junho de 2004 (cf. Buvelot, 2004: 141). Agradeço a Ernst van den Boogaart por ter me alertado para a importância desta fonte.

<sup>174</sup> Citação do sétimo verso do poema Carmen I de Caio Valério Catulo [nota original de N. van der Blom].

<sup>175</sup> Citação de Homero [nota original de N. van der Blom].

<sup>176</sup> Citação do poema Ode I de Horácio [nota original de N. van der Blom].

seus atos heróicos, seus sucessos brilhantes e – que grande favor da Fortuna, apesar de tantas homenagens amontoadas! – seu equilíbrio, sua amabilidade, sua seriedade, dignos de um nobre, e – aquilo que nestes tempos a maioria dos grandes da terra desdenha – seu interesse excepcional por eruditos, pela ciência e pela arte. Em uma palavra: ele próprio me pareceu ser a jóia mais ilustre de sua casa.

O quanto me regozijou a contemplação de tantos peixes, quadrúpedes, pássaros, insetos e plantas da América pintados com destreza. Com que polidez ele nos entregou imagem após imagem, para que pudéssemos vê-las enquanto estávamos em sua casa, com sua mão ilustre, perante a qual o orgulho bárbaro de toda a Índia Ocidental já se ajoelhou e beijou. Com que eloqüência, com que explicações espirituosas ele nos levou a observar tudo, cada vez mais ávidos! Assim, era possível perceber rapidamente que ele não é um proprietário ignorante e despreparado de tão grandes tesouros, mas alguém que tem profundo conhecimento dos segredos de toda a natureza.

As construções, as fortificações, os fortes, a região do Brasil como ela ali se apresenta, com todo o seu charme, e a ilha Maurícia, ligada ao poderoso continente por uma longa ponte – todo este panorama, pintado em painéis com grande habilidade em cores vivas: quanto prazer isso tudo nos proporcionou.

E não somente com imagens pintadas ou belamente representadas o grande herói nos surpreendeu, mas também os próprios objetos que ali estavam representados o fizeram. Que riquezas em marfim bruto e esculpido, em madeira caríssima, em peles extremamente raras e penas coloridas podiam ser vistas juntas ali. Com que engenho eram compostas as colchas e enfeites de seu nobre sofá, feitos de penas de pássaros das Índias, em diversas cores. Ao menos para mim ficou gravado na memória aquele pássaro admirável que tem uma pena no lugar da língua, assim como aquele outro com seus cornos. É verdade, nossa

Europa também tem este último, e tal tipo de pássaro pode ser freqüentemente encontrado nas cortes dos nobres, como o senhor bem sabe.<sup>177</sup> Por um lado, estes podem ser testemunhas que, por pura lisonja e recobertos por palavras belamente revestidas, são mandados dali de volta para casa com as mãos vazias e vêem lhes escapar aquilo pelo que esperavam com otimismo e avidez; por outro lado, não é desconhecido deles – aparecem em todos os lugares em grande número – cujas mulheres são tão firmemente tomadas por seus amantes, que a erva sulfúrica que o conde nos mostrou sorrindo seria de grande serviço a eles; e é uma pena que não se tenha trazido carros cheios dela, para que fosse servida toda a companhia de Vênus, que em sua *Haga vocalis* reside naquele famoso bairro.<sup>178</sup>

Tudo o que vimos, pegamos nas mãos e provamos na casa do herói era delicioso e agradável. Eu faria apenas uma exceção para a bebida temperada com pimenta brasileira, que não era de vosso gosto e nem do meu. Admirei vosso tato quando agradeceu, de maneira cortês, pela taça que lhe fora oferecida, ‘como um presente que não merece este nome’. Seguindo-lhe, também arrisquei experimentar. Mas que uso teria aquela coisa exótica, cáustica e picante para o senhor, que tem em si líquido ardente e picante, o qual o senhor despeja sobre todos aqueles que o merecem – como vossos epigramas, que rivalizam com os da Antigüidade, provam mais do que suficientemente!

Talvez, se eu puder especular, ele – nosso maior general depois do mais extraordinário Oranje – quisesse com isso dar um sinal de que não é todo feito de açúcar ou dócil, mas que ele também, como assim se revela, tem vinagre dentro de si.

---

<sup>177</sup> A frase tem conotação dupla em holandês: “pássaro” significa também as pessoas que levam estes animais às cortes e os apresentam em busca de alguma recompensa.

<sup>178</sup> Referência a dois pequenos poemas compostos por Huygens em 1643: “Venusstraet” e “Het Hoere-pad”, que tratam da rua da prostituição em Haia. Foram publicados sob título de *Haga Vocalis*, juntamente com uma série de outros pequenos poemas em latim, cada um dedicado a uma rua ou construção da cidade de Haia.

Tudo o que consegui me lembrar daquela descomunal quantidade de coisas, coloquei nesta carta. Um assunto deixei intencionalmente de lado – trata-se do *Gelaatkunde* de Baptista Porta,<sup>179</sup> para a ocasião de nosso próximo encontro, só entre nós dois. Para não ser grosseiro com minha verborragia, termino, caro Huygens, oferecendo-lhe meu devido agradecimento, por ter efetivamente me feito um favor, prometido recentemente em Leiden, e para minha alegria ter se disposto a ser intermediário e guia. Eu sempre me lembrarei daquele dia, daquela casa, daquele herói e do senhor, e em nenhuma ocasião deixarei de louvar e propagar vossas excelências.

---

<sup>179</sup> Referência ao livro *De Humanae Physiognomoniam*, de 1586, de Giambattista Porta (1535-1615) [nota original de N. van der Blom].